

LUCIANA GARCIA DE MELLO

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM NÚMEROS E PALAVRAS

Um estudo sobre a participação de negros e brancos no mercado de trabalho gaúcho

PORTO ALEGRE

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUCIANA GARCIA DE MELLO

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM NÚMEROS E PALAVRAS

Um estudo sobre a participação de negros e brancos no mercado de trabalho gaúcho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Cinara Rosenfield

Porto Alegre, abril de 2005.

LUCIANA GARCIA DE MELLO

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM NÚMEROS E PALAVRAS  
Um estudo sobre a participação de negros e brancos no mercado de trabalho gaúcho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 2005

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos  
PPGS/IFCH/UFRGS

---

Profa. Dra. Lorena Holzmann  
PPGS/IFCH/UFRGS

---

Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi  
PPGPSICO/IPS/UFRGS

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todos os meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, desde o início, quando decidi me tornar socióloga. Gostaria de agradecer especialmente à minha mãe, Maria Eva Mello e ao meu esposo, Luciano Pacheco. Gostaria de agradecer também a todos os professores que já tive em minha trajetória escolar. Pode parecer estranho, mas vou agradecer a minha professora da primeira série, Tia Naibi, que tanto me elogiou e me incentivou na infância. Agradeço ainda a todo o corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela dedicação que esse corpo de professores tem com seus alunos. Agradeço especialmente à minha orientadora Profa. Dra. Cinara por estar me ensinando “como” pesquisar. Sempre soube o quê e porquê pesquisar, mas sem a sua ajuda não teria começado a minha explicação. Agradeço também ao Prof. Dr. José Carlos do Anjos pelas discussões sobre o tema da pesquisa e pelo permanente incentivo.

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudo para que eu pudesse frequentar exclusivamente o curso de mestrado durante os dois anos de sua duração. Agradeço também à Secretaria da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul (SJS/RS) pelo fornecimento dos dados empíricos para a pesquisa.

## Resumo

O tema deste trabalho é a discriminação racial no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. Analisamos a forma de participação dos indivíduos brancos e negros nessa esfera social, procurando investigar a influência da discriminação racial sobre as desigualdades existentes entre esses dois grupos raciais. Verificamos a relação existente entre a desigualdade sócioeconômica e a desigualdade na forma de participação no mercado de trabalho. Por outro lado, apresentamos também exemplos de discriminação racial, ao analisar queixas de crimes de preconceito de cor ou raça registrados nas delegacias de polícia do Rio Grande do Sul entre 1998 e 2003, referente ao cotidiano das relações de trabalho dos indivíduos negros. Assim, pudemos construir uma categorização das queixas de discriminação racial e examinar o discurso racial como forma de construção de uma identidade estigmatizada e estereotipada concebida para os negros.

**Palavras chaves: racismo, discriminação racial, desigualdade social e mercado de trabalho.**

## Resumé

Le sujet de cette étude est la discrimination raciale dans le marché de travail do Rio Grande do Sul. Nous avons analysé les différentes insertions des individus blancs et noirs dans ce champ social, en essayant d'investiguer l'influence de la discrimination raciale sur les inégalités entre les deux groupes raciales. Nous avons constaté le rapport entre l'inégalité socioéconomique et l'inégalité quant à la participation au marché de travail. D'un autre côté, nous avons aussi présenté des exemples de discrimination raciale en analysant les plaintes de crimes de préjugé de couleur ou race, enregistrées auprès de la police do Rio Grande do Sul entre 1998 e 2003, concernant le quotidien des relations de travail. Nous avons ainsi construit une typologie des plaintes de discrimination raciale et nous avons examiné le discours racial entant que construction d'une identité stigmatisée conçue pour les noirs.

**Mots-clés : racisme, discrimination raciale, inégalité sociale, marché de travail**

## Lista de figuras

Gráfico 1 – Média de anos de estudo da população com 15 anos e mais por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul – 2000 _____	133
Gráfico 2 – Distribuição percentual dos formados no ensino superior em cursos selecionados, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul –2000. _____	139
Gráfico 3 – Taxa de participação no mercado de trabalho, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul ,2000 _____	153
Gráfico 4 – Taxa de desemprego por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	155
Gráfico 5 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	157
Figura 1 - Chi-Square Tests _____	173
Quadro 1 – Categorias de insultos registrados nas queixas de crime de preconceito de cor ou raça – Rio Grande do Sul, 1998 a 2003. _____	194
Quadro 2 – Análise argumentativa do discurso racista _____	198

## Lista de tabelas

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	128
Tabela 2 – Taxas de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos e mais por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	129
Tabela 3 – Curso freqüentado pela população com idade entre 15 e 18 anos, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	131
Tabela 4 – Curso freqüentado pela população com idade entre 19 e 24 anos, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000. _____	132
Tabela 5 – Nível de instrução mais elevado concluído pela população com 25 anos de idade e mais, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	135
Tabela 6 – Distribuição percentual dos indivíduos com curso superior completo por área de conhecimento, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	138
Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento das Famílias, segundo a raça – Rio Grande do Sul, 2000 _____	143
Tabela 8 – Proporção de indivíduos em pontos de distribuição da renda – Rio Grande do Sul, 2000. _____	146
Tabela 9 – Distribuição percentual da população residente por regiões, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000. _____	150
Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento das Famílias por regiões, segundo a raça – Rio Grande do Sul, 2000 _____	152
Tabela 11 - Distribuição dos ocupados por setores e ramos de atividade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000 _____	158



Tabela 12 - Distribuição dos indivíduos ocupados por posição na ocupação, segundo a raça e o sexo, Rio Grande do Sul – 2000.	161
Tabela 13 – Distribuição dos indivíduos ocupados por grupos ocupacionais, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000	163
Tabela 14 – Rendimento médio dos ocupados no trabalho principal por escolaridade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000	167
Tabela 15 – Rendimento médio dos ocupados no trabalho principal, por grupo ocupacional, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000	168
Tabela 16 – Equação de rendimento estimada para indivíduos ocupados – Rio Grande do Sul, 2000.	170
Tabela 17 – Teste Chi-Square – Indivíduos por grupos ocupacionais, segundo a raça – Rio Grande do Sul, 2000	172
Tabela 18 – Categorização das queixas de discriminação racial registradas em Delegacias de Polícia do Rio Grande do Sul – 1998 a 2003.	179
Tabela 19 – Locais em que ocorreram os crimes de preconceito de cor ou raça – Rio Grande do Sul, 1998 –2003	189

## Sumário

<i>Introdução</i>	12
<i>1. A divisão da humanidade em raças</i>	19
1.1 Da prática à teoria: a emergência do discurso racial	35
1.2 O nascimento do racismo “sem raça”	50
<i>2. Racismo no Brasil – A verdadeira invasão etnocêntrica</i>	68
2.1 Rio Grande do Sul - um território híbrido do racismo	88
2.2 A discussão racial contemporânea	99
<i>3. A discriminação racial em números</i>	115
3.1 Capital educacional	126
3.2 Capital familiar	141
3.3 Capital econômico	145
3.4 Capital socioespacial	147
3.5 O mal que sempre perdura: as desigualdades no mercado de trabalho	153
3.6 O efeito da discriminação racial	169
<i>4. A Discriminação racial em palavras</i>	175
4.1 Categorização das queixas de racismo	178
4.2 O discurso racista	191
4.3 Racismo e identidade social	198
<i>Conclusão</i>	207
<i>Bibliografia</i>	215
<i>Anexos</i>	222
<i>Apêndice I: Construção do Índice de Desenvolvimento da Família</i>	228



## Introdução

O presente trabalho tem por tema a discriminação racial no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. O nosso alvo de investigação é a população gaúcha com idade entre quinze e setenta anos entrevistada no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2000. Trabalhamos com os microdados do questionário da amostra da referida pesquisa e analisamos dois grupos raciais: brancos (brancos e amarelos) e negros (pretos e pardos). A pesquisa teve como objetivo principal investigar a influência da discriminação racial sobre as desigualdades existentes entre negros e brancos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul a partir dos dados do ano 2000.

Em primeiro lugar, é preciso distinguir três conceitos que serão bastante utilizados ao longo do trabalho: preconceito racial, racismo e discriminação racial. O preconceito racial e o racismo são formas de pensar e ver os outros indivíduos como se eles fossem desiguais, e não diferentes, por pertencer a determinado grupo racial. O primeiro é universal e existe desde os primórdios da humanidade. Já o racismo enquanto política é o resultado da transformação desse preconceito pré-existente em relação à população negra em ideologia. Logo, podemos definir o racismo como uma ideologia que parte do pressuposto de que existe uma hierarquia entre os indivíduos e que esta hierarquia se deve a características inatas existentes em cada grupo racial e que pode diferenciá-los, fazendo com que uns sejam superiores a outros. A discriminação racial, tema principal da pesquisa, é o racismo posto em prática, ou seja, ela ocorre quando um indivíduo trata outro de forma diferenciada ao identificar sua pertença racial. A discriminação pode ser tanto positiva quanto negativa. No primeiro caso, concede-se um tratamento diferenciado a um certo grupo de pessoas por reconhecer que elas necessitam de ajuda ou apoio para que possam usufruir de forma igualitária de determinadas oportunidades que a sociedade oferece. A discriminação

negativa é o mesmo tratamento diferenciado, porém em sentido contrário. Assim a discriminação racial é uma forma de impedir que determinados grupos raciais usufruam de certos privilégios sociais e, portanto, está relacionada diretamente com a desigualdade social.

Faz-se necessário, por sua vez, definir a desigualdade social que é um processo que está permanentemente sendo construído. Ela é um fenômeno universal que se manifesta em todas as esferas da vida social, fazendo com que em todas as sociedades haja algum tipo de desigualdade. “A universalidade da desigualdade decorre da existência, socialmente inevitável, de posições (*status*) e papéis” (Vila Nova, 1982:26). A desigualdade, portanto, sob suas diversas formas, refere-se à apropriação desigual por parte dos indivíduos de bens materiais ou simbólicos, de riquezas e de posições socialmente valorizadas tanto no espaço físico quanto no espaço social. As desigualdades sociais, econômicas e raciais que se apresentam em nossa sociedade, apesar de serem percebidas muitas vezes como algo natural, são historicamente construídas.

O espaço social se constrói por meio de diversas lutas existentes nos seus diferentes campos, de modo que a desigualdade presente nele é o resultado desses confrontos. O poder sobre o espaço é assegurado pela posse de uma determinada estrutura de capital (econômico, cultural, simbólico, etc.) dos agentes e se manifesta no espaço físico, segundo Bourdieu (1997), através de uma relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial dos bens ou dos serviços privados ou públicos. Em parte, a desigualdade se constrói porque, de acordo com o autor, os diferentes campos ou os diferentes espaços sociais fisicamente objetivados tendem a se sobrepor, havendo uma concentração dos bens mais raros e de seus proprietários em certos lugares do espaço físico, em oposição a outros lugares em que se agrupam muitas vezes exclusivamente os mais carentes. A posição dos agentes no espaço social se exprime também no espaço físico, sendo que as hierarquias presentes no mundo social encontram-se igualmente nesse último.

Por outro lado, a manutenção das desigualdades pode ser explicada porque, segundo Bourdieu (1990), não apenas as estruturas agem sobre os agentes, como o contrário também ocorre, de modo que eles constróem uma visão de mundo (senso comuns) que é coagida pela estrutura em que estão inseridos.

*“Assim, as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu habitus como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social. O habitus é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o habitus produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social” (Bourdieu, 1990:158).*

Contudo, é possível considerar que talvez seja mais importante para se compreender um quadro de desigualdade que se mantém ao longo do tempo (como o existente entre negros e brancos no mercado de trabalho), o fato do espaço social ser também um espaço de luta simbólica. Tal disputa envolve os diferentes agentes e o que nela está em jogo, segundo Bourdieu (2003), é a própria representação do mundo social e, mais ainda, a hierarquia existente em cada um dos campos e entre os diversos campos. Desse modo, é o poder simbólico, segundo o autor, que possibilita aos agentes construir a realidade e estabelecer o sentido imediato do mundo, mas esse poder é “(...) quase invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (2003:8). A legitimação de tal poder é dada pela posse do capital simbólico, “(...) geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de

capital” (2003:134-35). Não basta que os grupos utilizem os sistemas simbólicos para demarcar as suas distinções ou que acumulem capital econômico para hierarquizar o espaço social; faz-se igualmente necessário legitimar a sua dominação para que ela seja reconhecida.

A população branca conseguiu legitimar a sua dominação na sociedade brasileira, inclusive no mercado de trabalho. Nessa esfera social, a forma de participação e de inserção de brancos e negros historicamente vem sendo marcada pela desigualdade. Com a Abolição da escravatura, ocorrida em 1888, e a conseqüente passagem para uma sociedade assalariada com trabalho livre, abriu-se a possibilidade para que a população negra pudesse ser integrada no novo mercado de trabalho que estava surgindo. Contudo, a elite brasileira não estabeleceu os meios necessários para que os negros fossem realmente integrados à sociedade. Pelo contrário, o negro, quando saiu do regime da escravidão, foi “jogado” nesse novo cenário social sem receber qualquer tipo de apoio ou proteção para garantir sua sobrevivência longe do trabalho escravo. O início da industrialização no Brasil também não alterou significativamente a situação da população negra no mercado de trabalho, pois a sua inserção ocorreu tardiamente, segundo Hasenbalg (1992), tendo em vista que, desde a Abolição até 1930, o trabalhador imigrante formou o núcleo central da classe trabalhadora. Ainda hoje, a desigualdade racial é um fenômeno bastante visível no mercado de trabalho, apesar de todas as transformações sociais e econômicas ocorridas em nosso país. Sendo assim, a explicação de que a desigualdade racial existente no mercado de trabalho resulta da desigualdade socioeconômica existente entre brancos e negros, sobretudo em fatores como a escolaridade, a qualificação profissional, a renda e a localização espacial, não se mostra suficiente. Segundo Lovell (1995), Castro & Guimarães (1993) e Telles (2003), não se deve negligenciar os efeitos da discriminação racial sobre a desigualdade existente no mercado de trabalho, pois ela tem um peso explicativo considerável para esse quadro. De acordo com esses mesmos autores, no mercado de trabalho ocorrem práticas discriminatórias, por exemplo, nos

processos de recrutamento e seleção para empregos, nas promoções, entre outros. Dessa forma, a pesquisa se propõe a investigar, em primeiro lugar, qual a influência da desigualdade que se processa fora do mercado de trabalho e da discriminação racial sobre a desigualdade existente no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul.

De um modo geral, as pessoas não admitem que sejam racistas e, ao mesmo tempo, são poucas as que revelam terem sido vítimas da discriminação. “Seja da parte de quem preconceitua, seja da parte de quem é preconceituado, o difícil é reconhecer a discriminação, e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece se resumir a afirmar oficialmente o preconceito, e não a reconhecê-lo na intimidade” (Schwarcz, 2001: 77-78). Considerando então esse “preconceito de ter preconceito”, a pesquisa tem como segundo foco de investigação as manifestações explícitas de discriminação racial, que ocorrem no cotidiano das relações de trabalho e são denunciadas pelas vítimas. Portanto, busca-se identificar em que situações a discriminação racial ocorre, quem são as vítimas e os agressores, que tipo de relação há entre eles, em suma, qual a configuração dos atos discriminatórios que ocorrem no cotidiano das relações de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre.

Para responder a essas questões realizamos a pesquisa em duas etapas: uma quantitativa e outra qualitativa. Na primeira, utilizamos métodos quantitativos para fazer um diagnóstico da desigualdade racial existente no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul e dos fatores que a influenciam. Analisamos a desigualdade que se processa fora do mercado de trabalho a partir de quatro elementos: capital educacional (desempenho no sistema educacional), capital econômico (renda disponível), capital familiar (nível de desenvolvimento da família) e capital socioespacial (nível de desenvolvimento da região de residência). A fonte dos dados é secundária, utilizamos os microdados do censo populacional realizado pelo IBGE no ano 2000 e a análise foi realizada no software Statistical Package for Social Science (SPSS). Na segunda parte da pesquisa, de



natureza qualitativa, utilizamos como base de investigação as denúncias (queixas prestadas pelas vítimas nas delegacias de polícia) tipificadas como crime de preconceito de cor ou raça, envolvendo situações de trabalho, formuladas entre o período de 1998 e 2003 no Estado do Rio Grande do Sul.

Os diversos estudos existentes sobre as relações raciais no Brasil demonstram de maneira inquestionável a desigualdade existente entre brancos e negros em praticamente todas as esferas sociais. Porém, apesar da maior parte desses trabalhos considerarem a importância da raça na estruturação das desigualdades raciais, ainda há divergências entre os pesquisadores quanto ao papel que ela tem nas relações sociais. Na presente pesquisa procuramos desenvolver uma argumentação rompendo com a abordagem que considera a raça um fenômeno superestrutural e leva a uma idéia de discriminação por classe, e defendemos a abordagem estrutural que acredita que a raça faz parte da estrutura das relações sociais e, portanto, remete mais diretamente à idéia de discriminação racial. No momento atual em que diversas políticas públicas e ações da sociedade civil têm sido implementadas para combater a desigualdade racial, é fundamental que se tenha conhecimento dos efeitos da discriminação racial sobre a desigualdade, assim como da importância do racismo nas relações sociais. Nesse sentido, considero oportuno realizar no Rio Grande do Sul um estudo sobre a discriminação racial visto que as pesquisas sobre esse tema costumam analisá-lo nas regiões nordeste e sudeste do Brasil.

A hipótese geral da pesquisa é que a desigualdade racial existente no mercado de trabalho resulta em parte da desigualdade sócioeconômica que se verifica entre brancos e negros, uma vez que ela tem a capacidade de influenciar as oportunidades de vida de cada um e também a forma de participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Porém, os efeitos da discriminação racial terão um poder explicativo maior para as desigualdades existentes entre indivíduos brancos e negros que se encontram em posições semelhantes na estrutura sócio-ocupacional, visto que a

função da discriminação é manter a hierarquia social. Em relação à configuração dos atos discriminatórios, temos como hipótese geral que a ocorrência deles está relacionada com a posição social dos indivíduos e eles se manifestam quando o ofensor sente que a distância social entre ele e o indivíduo negro não está sendo respeitada, havendo necessidade de demarcar a diferença entre eles.

O primeiro capítulo, “A humanidade dividida em raças” mostra o processo histórico de transformação do preconceito em racismo e ao mesmo tempo apresenta uma discussão sobre as características do racismo atual. O segundo capítulo apresenta as condições sociais que possibilitaram a inserção de teorias racistas no Brasil e no Rio Grande do Sul e o debate atual dos estudiosos das relações raciais. O terceiro capítulo tem por objetivo medir a desigualdade externa ao mercado de trabalho através de quatro fatores: escolaridade, renda, estrutura familiar e localização espacial. Em seguida demonstramos a desigualdade no mercado de trabalho e a influência da discriminação racial ou o “efeito da raça” medido através de análises estatísticas de regressão. Finalmente, no quarto capítulo o leitor tem acesso às palavras de discriminação, uma vez que apresentamos uma tipologia das queixas de discriminação registradas como crime de preconceito de cor ou raça nas delegacias gaúchas entre 1998 e 2003. Analisamos também, no quarto capítulo, o discurso racista que pode ser identificado nas ocorrências policiais e estabelecemos a relação entre o racismo e a identidade social

## 1. A divisão da humanidade em raças

Desde os tempos mais remotos, a Terra é habitada por uma diversidade de grupos humanos que diferem entre si tanto pela sua cultura, hábitos e valores, quanto pela sua aparência física. As regras de diferenciação social já passaram por uma série de mutações. Na Antigüidade, os gregos costumavam considerar como bárbaros os homens que não fossem de sua raça. Já os persas, por sua vez, julgavam-se superiores ao resto da humanidade. Porém, a grande divisão social se dava entre conquistadores e conquistados ou entre senhores e escravos. Com a queda do império romano e a ascensão da Igreja Católica como força religiosa e política, a humanidade foi dividida em cristãos e pagãos. Inclusive, a própria Igreja legitimou a escravidão negra, que teve início no século XV, sob a alegação de estar autorizando uma conversão de pagãos. Embora as manifestações de discriminação em relação ao povo negro sejam bastante antigas<sup>1</sup>, nem sempre a raça foi o principal elemento para diferenciar a espécie humana. O objetivo principal deste capítulo é justamente demonstrar que foi ao longo do século XIX que a raça passou a ser um elemento que estrutura as relações sociais. Destacaremos, portanto, diversos acontecimentos históricos desse período que estão relacionados com a mudança no conteúdo do racismo, que deixou de ser apenas uma atitude hostil e desrespeitosa aos indivíduos de certos grupos e transformou-se em uma arma política e ideológica.

No século XVIII ocorreram duas importantes revoluções que propiciaram as mudanças na sociedade que tornariam possível a emergência do racismo no século seguinte. Uma delas foi a

---

<sup>1</sup> “A mais antiga referência de discriminação contra os negros, muito embora tivesse sido ditada antes por motivos políticos do que por preconceitos raciais, é encontrada em um marco mandado erigir por ordem do Faraó Sesóstris III (1887 – 1849 a.C.) acima da segunda catarata do Nilo. Eis o seu texto: “Limite Sul. Erigido no VIII ano do reinado de Sesóstris III, Rei do Alto e Baixo Egito, o qual viverá através das idades. Nenhum negro atravessará este limite por água ou por terra, de navio ou com seus rebanhos, salvo se for com o propósito de comerciar ou fazer compras. Os negros que atravessarem para este fim serão tratados com hospitalidade mas proibi-se a todo negro, em qualquer caso, descer o rio de barco além de Heh” (Comas,1970:13).

Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra que causou uma alteração sem precedentes no ritmo de produção das mercadorias e serviços, gerando assim uma capacidade ilimitada de acumulação de capital. Até 1840, a industrialização só era claramente perceptível na Grã-Bretanha, mas sem dúvida desde o início desse processo diversos países foram beneficiados pela rápida expansão econômica que ele provocava. Todavia, o crescimento industrial foi acompanhado de problemas econômicos e sociais em todos os países industrializados ou em vias de industrialização. Trabalhadores pobres, pequenos comerciantes e a pequena burguesia estavam descontentes, uns pela miséria a que estavam submetidos devido a sua baixa renda, outros pela incapacidade de concorrer com as indústrias e pela insuficiência de crédito para prosseguir com seus negócios. Segundo Hobsbawm (2003) a indústria algodoeira da Inglaterra foi a primeira a enfrentar a crise devido à desaceleração do crescimento da renda nacional britânica, pois embora a capacidade de produção fosse ilimitada, a indústria dependia da existência de uma demanda pelos seus produtos. Em 1815, os capitalistas estavam apreensivos: a revolução industrial e a competição haviam provocado queda no preço dos produtos finais, mas os custos da produção mantiveram-se praticamente os mesmos; por outro lado, a situação geral era de deflação dos preços, ocasionando assim uma redução nos lucros, apesar de ainda serem suficientes para o funcionamento do sistema capitalista.

As tentativas de superar a crise acabaram gerando uma nova fase da revolução. Procurou-se aumentar a mecanização (para diminuir os custos com mão-de-obra), a produção e as vendas. Já para incrementar a rentabilidade, a solução encontrada foi o desenvolvimento de uma indústria baseada em bens de capital. A grande invenção desse período foram as ferrovias, ao mesmo tempo em que elas tornavam inquestionável a existência de uma grande transformação industrial, também revolucionaram o transporte e a comunicação.

*“Sem dúvida, no final das contas, sua capacidade para abrir países até então isolados do mercado mundial pelos altos custos do transporte, assim como o enorme aumento da velocidade e da massa de comunicação por terra que possibilitou aos homens e às mercadorias, vieram a ser de grande importância” (Hobsbawm,2003:73).*

Porém, o investimento em construção de ferrovias não foi capaz de resolver o problema de lucratividade, a maioria das empresas obtinha pequenos lucros e outras nem sequer garantiam algum rendimento. As classes ricas que acumulavam altas rendas e os investidores da classe média ainda precisavam de um novo tipo de investimento. A saída foi investir no mercado estrangeiro, sobretudo em países que ainda não estavam sujeitos ao sistema capitalista. De acordo com Arendt (1976), a expansão representava a exportação do capital que era um remédio para a produção excessiva, para um mercado doméstico saturado, para a falta de matérias primas e para as crescentes crises. Assim, a busca de novos mercados tornou-se um requisito fundamental para que a crescente produção pudesse ser absorvida e para que houvesse uma diversificação dos investimentos em atividades produtivas.

Se, por um lado, a revolução industrial garantiu os meios econômicos para que a expansão se desenvolvesse, foi a Revolução Francesa, iniciada em 1789, que preparou as condições políticas e ideológicas para esse movimento, que se deu principalmente entre os anos de 1870 a 1914 na Europa Ocidental, denominado, por Hobsbawm (2003), como a “Era dos Impérios”. A Revolução Francesa foi um acontecimento fundamental para o mundo contemporâneo não só porque ela ocorreu no mais populoso e poderoso Estado da Europa (com exceção da Rússia) e foi uma revolução social de massa, mas pelo seu caráter ecumênico, pois suas idéias influenciaram todos os países do mundo. Dessa forma,

*“A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o*

*vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às idéias européias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa” (Hobsbawm, 2003:83-4).*

Um dos fatores mais importantes ocorridos nessa revolução, para a compreensão do tema em estudo (o racismo), foi o triunfo de uma nova força social: a burguesia. As idéias deste grupo social eram as do liberalismo clássico formuladas pelos economistas e a filosofia utilitarista do Iluminismo. A burguesia lutava contra uma sociedade hierárquica de privilégios, desejando um governo constitucional, mas, de um modo geral, não defendia uma sociedade democrática e igualitária. Pelo contrário, essa classe social apoiou o general Napoleão Bonaparte que ao assumir a direção do país (no final da revolução) tratou de acabar com as pretensões jacobinas que estavam vinculadas aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Contudo, foram mantidas as principais mudanças na estrutura da sociedade que ocorreram na República Jacobina: abolição dos direitos feudais remanescentes, abolição da escravidão, aumento da possibilidade dos pequenos compradores adquirirem terras confiscadas dos emigrantes, desenvolvimento da agricultura e da pequena empresa em moldes capitalistas, expansão do mercado doméstico e a multiplicação da classe trabalhadora. A burguesia não triunfou apenas na França, praticamente todos os países da Europa assistiram ao mesmo processo.

Segundo Hobsbawm (2000) o burguês era “(...) o possuidor de capital, ou aquele que recebia renda derivada de tal fonte, ou um empresário em busca de lucro, ou todas essas coisas juntas” (p.336). Eles possuíam poder econômico e aspiravam ao poder político, pois precisavam mudar a estrutura do Estado para que ele se adaptasse ao crescimento da economia capitalista. Os altos escalões do poder normalmente eram ocupados por grupos tradicionalmente estabelecidos como

os nobres, mas, na França a partir de 1830 e na Alemanha de 1848, a burguesia passou a ocupar os escalões menores (prefeituras, conselhos municipais, etc.) do poder político. Na Inglaterra, o controle das grandes cidades estava nas mãos da oligarquia dos homens de negócios. Lá, os burgueses habitualmente não tinham e não exerciam controle político formal, mas a sua hegemonia obrigava os Estados a realizar o seu programa econômico e institucional.

Uma das principais características da burguesia era o poder e a influência que seus membros eram capazes de exercer. Para ser burguês, informa Hobsbawm (2000), um homem tinha que ser alguém, um indivíduo que além de rico, tivesse capacidade de comandar ou influenciar os outros homens. Logo, enquanto classe a burguesia era um grupo de pressão que:

*“Acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdade e direitos civis, desde que compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar. (...) Acreditava na carreira aberta ao empreendimento e talento, e as próprias vidas de seus membros proporcionavam esses méritos” (Hobsbawm,2000:341).*

A crença na superioridade era uma das mais importantes para os burgueses, ao ponto do darwinismo social (teoria racial) ter se transformado na ideologia deste grupo. Num primeiro momento eles defendiam a idéia de que o seu sucesso era devido ao mérito pessoal e moral (o burguês era alguém que tinha conquistado essa posição por suas características, havia sobrevivido à seleção natural da sociedade), enquanto o fracasso das classes baixas era uma conseqüência da falta de méritos desta. Mas quando a alta burguesia se distanciou dos valores puritanos que anteriormente serviram de apoio para a acumulação de capital e grande parte dela passou a formar uma classe ociosa, surgiram teorias alternativas da superioridade biológica.

*“Superioridade era o resultado da seleção natural, transmitida geneticamente. O burguês era, senão de uma espécie diferente, pelo menos membro de uma raça superior, um nível*

*mais alto na evolução humana, diferente dos níveis mais baixos, que permaneciam no equivalente cultural ou histórico da infância ou, no máximo, adolescência” (Hobsbawm, 2000:343).*

A idéia de superioridade e muitas outras construídas pela sociedade burguesa foram largamente utilizadas no período de expansão imperialista (como veremos mais detalhadamente no próximo item).

O sistema capitalista continuava apresentando várias contradições internas. Por um lado, o comércio internacional continuava a crescer continuamente e o mesmo ocorria com a produção mundial. Deve-se destacar que, segundo Hobsbawm (2003), foi entre as décadas de 1870 e 1890 que as economias industriais americana e alemã tiveram grande avanço e a revolução industrial se estendeu a novos países, como a Suécia e a Rússia. Mas por outro, a queda dos preços, a deflação, a depressão dos juros e, principalmente, a diminuição da lucratividade persistiam, gerando assim uma sensação de crise econômica e social. Inicialmente, foi adotada uma política protecionista para minimizar os problemas econômicos, sobretudo em países como Alemanha, Itália e Estados Unidos, os quais criaram tarifas específicas para a proteção dos seus mercados. Na verdade, o único país industrial importante a manter-se fiel às idéias do liberalismo econômico foi a Grã-Bretanha que exportava produtos industrializados para os países ultramarinos e deles adquiria produtos primários. Associados à política protecionista, dois outros elementos foram utilizados: a concentração econômica (formação de *trustes*) e a instauração de um processo de trabalho que previa a racionalização empresarial ou a administração científica das empresas, que mais tarde ficou conhecida como *taylorismo*.

No final do século XIX, o imperialismo, uma expansão com objetivo de escoar o excesso de capital, é posto em prática para superar a crise do sistema capitalista. Adquirir colônias formais e



informais ou áreas de influência passou a significar não apenas ganhos econômicos, mas também políticos.

*“A supremacia econômica e militar dos países capitalistas há muito não era seriamente ameaçada, mas não houvera nenhuma tentativa sistemática de traduzi-la em conquista formal, anexação e administração, entre o final do século XVIII e o último quartel do século XIX. Isto se deu entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão”* (Hobsbawm,2003:88).

A expansão representava também aumento de poder num período em que a competição envolvia empresas e um número crescente de nações. Os países da Europa central e oriental, que anteriormente haviam ficado fora da disputa colonial, agora argumentavam que tinham o mesmo direito de expansão que os outros grandes povos (localizados principalmente na Europa Ocidental) e que se não lhes fossem concedidas colônias no ultramar eles buscariam territórios na própria Europa.

O principal motivo para a expansão era econômico: buscar novos mercados. Ao mesmo tempo, procurava-se matérias-primas (petróleo, borracha e diversos metais) e produtos alimentícios. Estes bens costumavam ser encontrados nos países coloniais ou semicoloniais que se tornaram fornecedores especializados de um ou mais produtos primários de exportação. Porém, havia um caráter social no imperialismo. Primeiro, salvou aqueles membros da burguesia que possuíam o capital supérfluo (grande quantidade de dinheiro que não era aplicado em nenhuma esfera produtiva) de seu parasitismo e ociosidade. Tanto um (o capital supérfluo) quanto o outro (a mão-de-obra supérflua – que não estava ligada a nenhuma atividade produtiva), abandonaram seus países no período imperialista. “Durante todo o século XIX, reconheceu-se

que ameaçavam a sociedade de tal modo, que sua “exportação” foi promovida, ajudando, aliás, a povoar os domínios do Canadá e da Austrália, bem como os Estados Unidos” (Arendt, 1976:48). Segundo, ajudou a minimizar o descontentamento das populações locais dos países desenvolvidos. O Estado, ainda em busca de legitimação para o seu sistema político e social, passou a fazer diversos apelos políticos, ideológicos, nacionalistas e mesmo racistas associando-os à expansão imperial. Assim, diante de tal tarefa os problemas vivenciados pelas populações tornavam-se menos importantes. De acordo com Hobsbawm (2003), a conquista de territórios exóticos e de raças de pele escura era a grande glória que o imperialismo tinha a oferecer à sua população local, pois “(...) é impossível negar que a idéia de superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando, assim, a política do imperialismo” (p.106). Nesse período, portanto, a raça começou a ser um elemento essencial para o entendimento das relações sociais. Os indivíduos brancos ocidentais fossem eles ricos, pobres ou de classes médias, estavam agora unidos pela sua superioridade em relação às pessoas de pele escura.

Outro fator que serviu para reforçar a idéia de uma humanidade dividida em raças, foi a mudança no conteúdo político e ideológico do nacionalismo. Segundo Hobsbawm (2003), o novo nacionalismo (surgido na segunda metade do século XIX) possuía quatro características principais que o diferenciavam do princípio de nacionalidade que fizera parte do vocabulário político da Europa desde 1830: 1<sup>o</sup>) nacionalismo e o patriotismo tornaram-se ideologias adotadas pela direita política nos Estados-nação já estabelecidos. Anteriormente, o nacionalismo costumava estar identificado com movimentos liberais, radicais e com a tradição da Revolução Francesa; 2<sup>o</sup>) surgiu a pressuposição de que a autodeterminação nacional aplicava-se a todo e qualquer grupo que reivindicasse o título de nação. O nacionalismo do Estado-nação ocidental baseava-se na consciência de pertença à nação devido a fatores culturais e históricos e no

reconhecimento do Estado como representante do povo; 3<sup>o</sup>) houve uma tendência progressiva para admitir que a autodeterminação nacional só podia ser atendida por meio da plena independência do Estado; 4<sup>o</sup>) criou-se uma nova tendência para definir uma nação em termos étnicos e especialmente em termos de linguagem. Assim, o nacionalismo pode ser utilizado por praticamente todos os países que pretendiam definir-se como uma nação.

Os movimentos nacionalistas de unificação étnica se espalharam por quase toda a Europa, sendo que na parte central e oriental, muitas vezes, os critérios que costumavam ser utilizados para definir a nação tiveram que ser inventados. Em algumas localidades, por exemplo, foi criado um idioma nacional a partir da padronização de elementos lingüísticos extraídos dos diversos dialetos locais e regionais existentes, a educação foi um fator essencial para que esta tarefa fosse cumprida. Já o critério territorial, um dos mais importantes no período de formação dos Estados-nação da Europa Ocidental, tornava-se agora inadequado, uma vez que as migrações entre os países industrializados e entre metrópoles e colônias eram intensas. Assim, a nacionalidade passou a ser considerada como algo inerente aos homens e mulheres que se consideravam pertencentes a uma nação, independentemente do local em que se encontravam. A idéia triunfante era que os homens de origem étnica semelhante deveriam se unir. Nesse contexto em que a origem comum se torna fundamental, a identificação racial ganha maior importância.

Com a negação do princípio de que todos os homens tinham uma origem comum, negava-se também a unicidade da espécie humana e a existência de um objetivo comum a todos. Dessa forma, foi possível fazer um apelo ao povo, dizendo-lhe que era único, diferente de todos os demais. Esses, que diferem de nós, são os nossos inimigos. A idéia de escolha divina – um povo eleito por Deus e, portanto, superior – também estava presente. “Foi devido às pretensões de serem os russos o único povo divino dos tempos modernos, que os paneslavistas abandonaram suas antigas tendências liberais e, apesar da oposição e de certa perseguição do governo,

tornaram-se fiéis defensores da Rússia Sagrada” (Arendt, 1976:155). Nesse caso, eles estavam fazendo a vontade de Deus. Os judeus também se diziam um povo eleito, mas tal postura só serviu para aumentar o desprezo que já existia contra eles.

O importante é que esse nacionalismo conseguia em grande medida desviar a atenção das populações dos seus reais problemas internos e com isso aumentar a coesão social. Esta última, era uma das principais preocupações do momento, pois a divisão e a luta entre classes no interior dos Estados cresciam, o que podia levar a uma desintegração social pela inexistência de um objetivo comum ou de um elo que os unisse. Em nome do patriotismo, a população passou a ser convocada para atingir uma única meta: lutar contra o estrangeiro. O princípio de que partiam era que todas as nações podiam ser ou ameaça ou vítima. Logo, as hostilidades entre indivíduos de origem comum tendiam a diminuir e no final do século XIX a identificação das nações com base na idéia de raça já havia superado aquela realizada com base na cultura.

Havia pessoas que não podiam ou não queriam ser integradas à nação. As elites nativas das colônias e os povos coloniais de pele escura, além dos judeus, são os principais exemplos de grupos que não podiam participar da nação oficial. Surge também a xenofobia utilizada para combater as migrações (freqüentes desde 1800) e a mobilidade social. “Politicamente, a xenofobia das classes médias foi quase certamente mais eficaz que a das classes trabalhadoras, que refletia atritos culturais entre os vizinhos e o medo da competição de uma mão-de-obra barata” (Hobsbawm,2003:218). Cumpre destacar que foi a classe trabalhadora que conseguiu excluir os estrangeiros, mão-de-obra barata, dos mercados de trabalho. Já os estratos sociais médios (comerciantes, artesãos, lavradores, etc.) usaram a xenofobia como uma reação aos capitalistas. Para eles o progresso da economia industrial era uma ameaça e a sua repulsão foi dirigida aos banqueiros e empresários, quase sempre judeus estrangeiros. A xenofobia acabou tendo uma dupla função: ao mesmo tempo em que excluiu determinados indivíduos de uma

nação, serviu para aumentar o auxílio mútuo entre os emigrantes que viviam em países estrangeiros e assim fortaleceu sua identificação com o país de origem.

Ainda a corrida imperialista para a África do Sul, iniciada no final do século XIX, demonstrou que era possível usar o racismo como meio de estruturar as relações sociais, e mais, deixou claro que era possível, mesmo aos membros que não pertenciam à classe dominante, mas que tinham uma origem comum com esta, submeter um grupo baseando-se exclusivamente em critérios raciais. Esse país ganhou importância quando nos anos 70 e 80 do século XIX foram descobertas minas de ouro e jazidas de diamante em seu território. Abria-se assim uma nova oportunidade de investimentos para os países capitalistas e nesse período diversas pessoas que não estavam dispostas a se engajar na atividade produtiva da indústria, foram para a África do Sul. Indivíduos que pertenciam aos estratos médios e até mesmo inferiores também se transferiam para esse país na tentativa de ganhar dinheiro. “Essa corrida do ouro não se processava ao acaso. Através da riqueza supérflua acumulada e com o auxílio de financistas, principalmente judeus, a corrida era financiada, organizada e ligada à economia europeia” (Arendt, 1976:111).

A primeira impressão que tiveram os europeus que chegaram à África do Sul, era que ali não havia sinais de “civilização”: a natureza era hostil e os homens não pareciam humanos, devido ao seu modo de vida e comportamento, pareciam parte da natureza. Tal constatação, parcialmente, mostrava-se verdadeira, pois o continente africano, de um modo geral, sofreu uma considerável desestruturação social e econômica quando o tráfico negreiro foi inaugurado por Portugal. Segundo Chiavenatto (1986), quando os portugueses chegaram, muitas tribos africanas possuíam elementos técnicos e culturais que se mostravam superiores aos existentes na Europa. A superioridade técnica no uso dos metais, a exploração das riquezas locais (marfim, ouro, borracha, etc.), a organização coletiva do trabalho, a utilização da prática de rotatividade nas

plantações, a organização da sociedade em forma de Estado e mesmo a criação de uma das primeiras universidades do mundo, são alguns exemplos.

Por outro lado, conforme Dumont (1962), as condições naturais da África eram mais difíceis que na Europa e na América. As terras eram pouco férteis e isso gerava uma alimentação deficitária tanto em termos qualitativos quanto quantitativos e a conseqüente subalimentação da maior parte da população. As condições naturais determinavam também uma desigual distribuição da população, causando um contraste entre áreas de densa ocupação (parte Ocidental) e outras que ficavam quase despovoadas. Assim a implantação de um sistema de transporte tornava-se pouco viável. Os problemas ainda seriam agravados quando os europeus decidiram impor seu comércio aos africanos. Em troca de produtos valorizados, eles deixavam mercadorias de pouco valor, tecidos de algodão, tabaco, armas de fogo e o álcool que acabou viciando muitos africanos, como informa Dumont (1962).

Na época em que a expansão imperialista atingiu a África do Sul, além dos negros, havia também os bôeres que eram descendentes de colonos holandeses e ali se instalaram desde o século XVII, para habitar um posto marítimo no Cabo e abastecer os navios que demandavam a Índia. Os bôeres já haviam implantado uma divisão racial (inclusive se diziam um povo eleito por Deus): eles viam os negros como um inimigo comum e por isso se uniram contra eles. Esse grupo holandês utilizava os negros como escravos para atender suas necessidades básicas e, por desprezarem o trabalho, tornaram-se totalmente dependentes dessa mão-de-obra. Os bôeres desprezavam qualquer tipo de trabalho e de atividade produtiva. Assim, quando a explosão econômica teve início eles se mostraram bem pouco favoráveis a ela, pois não queriam perder seus privilégios de exploração da mão-de-obra local. Em pouco tempo, os bôeres acabaram se indispondo com os estrangeiros, sobretudo com os ingleses que tentaram abolir a escravidão e fixar limites para as terras particulares. Havia outro problema, o fato deles serem forasteiros e não

pretenderem se tornar cidadãos, além de estarem contribuindo para o fortalecimento da influência britânica no Cabo. Em virtude de uma série de mal entendidos sobre os planos para o futuro da nação, os bôeres declararam guerra aos ingleses. Foram derrotados, perderam grande parte dos seus lucros, mas “(...) ganharam definitivamente o consentimento de todos os outros elementos europeus, inclusive do governo britânico, para a instauração de uma sociedade racial regida pela falta de Direito.” (Arendt, 1976:112).

O único problema que restava era a permanência dos judeus, povo que despertava o ódio racial dos bôeres (assim como de boa parte da humanidade) por estar intimamente vinculado com o capitalismo devido a sua ocupação: financistas. Os judeus perderam sua posição econômica quando as indústrias de ouro e diamantes atingiram o estágio de desenvolvimento imperialista em que os acionistas pediam a proteção política de seus governos, os judeus não tinham a quem apelar. Precisavam, portanto, conquistar uma posição na sociedade. Os financistas passaram a fundar indústrias e ingressar em profissões secundárias, não relacionadas com o ouro. Os judeus tornaram-se fabricantes de móveis e de roupas, lojistas e profissionais liberais, médicos, advogados, jornalistas, etc., introduzindo na economia sul-africana um fator de normalidade e produtividade, o que desagradou quase toda a população européia da África do Sul. Sob o impacto do trabalho industrial e da vida urbana, os trabalhadores negros se tornaram conscientes de sua humanidade e passaram a ver na abolição da sociedade racista a promessa de sua libertação.

Se por um lado, abriram-se novas possibilidades de emprego para a população africana, por outro, brancos e negros passaram a ter uma coexistência bastante próxima, o que contribuiu para aumentar o racismo, na medida em que foram promulgadas diversas leis para proteger os europeus. Segundo Little (1970), a primeira dessas leis, criada em 1911, definia categorias de emprego que deveriam ser exclusivas dos brancos, além de não conceder aos negros certificado

de habilitação para trabalhos especializados. Em 1918, a Federação Industrial da União Sul-Africana estabeleceu um acordo para manter a situação existente quanto ao emprego de mão-de-obra negra e branca, permaneceria então a preferência pelos brancos. Enfim, foram criadas várias leis para restringir a participação dos negros no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o trabalho na agricultura e nos serviços domésticos, que empregavam muitos negros, ficou desprotegido de qualquer tipo de lei. Soma-se a isso a existência de abundante mão-de-obra móvel africana.

O regime do Apartheid determinou também que os não-europeus “(...) devem viver em regiões diferentes das habitadas pelos europeus, e designam zonas de residência destinadas aos diferentes grupos não-europeus”(Little,1970:73). A exceção são os africanos que trabalham para europeus, esses poderiam viver perto da casa ou da fazenda de seus patrões. A segregação habitacional causou outras formas de segregação: as escolas e os estabelecimentos comerciais eram separados. Quando as Universidades passaram a aceitar não-europeus, o governo criou em Durban uma universidade reservada a eles. Edifícios públicos, lojas, agências de correios, elevadores, salas de espera, bibliotecas, hospitais (médicos não-europeus só podem tratar seus compatriotas), presídios, etc., apresentavam locais de atendimento separados para europeus e não-europeus. Somente indivíduos de origem européia eram elegíveis para a Câmara ou o Senado. O Partido Nacionalista, segundo Little, via na política do Apartheid uma forma de evitar os choques entre raças diferentes que vivem e trabalham em estreito contato.

Finalmente, deve ainda ser mencionado um último fator explicativo para o desenvolvimento do racismo: a ampliação das desigualdades, tanto aquelas existentes entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos, quanto às internas. Já vimos que o século XIX pode ser caracterizado como um período de mudanças, tais transformações eram vistas como sinônimo de progresso. O avanço da tecnologia tinha efeitos imediatos e bastante visíveis, como o crescimento da produção



material e de máquinas que atendessem a esta necessidade, a descoberta de novas fontes de energia, o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, entre outros. Porém, a distribuição dos benefícios era bastante desigual: nos países desenvolvidos houve melhoria nas condições de vida de toda população, mas isso não significou igualdade de condições. Os habitantes da Ásia, da África e de alguns países da América Latina nem sequer tinham acesso a estas inovações tecnológicas. Segundo Hobsbawm (2003),

*“ (...) o “progresso” fora dos países avançados não era nem um fato óbvio nem uma suposição plausível, mas sobretudo um perigo e um desafio estrangeiros. Os que se beneficiavam com ele e o acolhiam favoravelmente eram as reduzidas minorias de governantes e cidadãos que se identificavam com os valores adventícios e irreligiosos” (p.52)*

Se nos países desenvolvidos a maior parte das pessoas já aceitava que o progresso era possível e até mesmo desejável, fora deles havia uma recusa ou impossibilidade de adoção do modo de vida dos burgueses ocidentais. Segundo Hobsbawm (2003), os habitantes do Primeiro Mundo concluíram que diversas categorias humanas eram biologicamente incapazes de realizar aquilo que uma minoria de seres humanos europeus de pele branca havia sido a única a se mostrar capaz. A explicação para a desigualdade era puramente biológica e ela foi utilizada, num primeiro momento, até nos países desenvolvidos, acreditava-se que as massas populares estavam condenadas à inferioridade devido a suas deficiências genéticas. Porém, com o novo nacionalismo o alvo de desprezo passou a ser, principalmente, os indivíduos identificados como pertencentes a outras raças.

Como vimos, o racismo enquanto ideologia política é produto do desenvolvimento do sistema capitalista. As transformações sociais e políticas, obviamente além das econômicas, decorrentes da necessidade de expansão desse sistema, alteraram de forma inquestionável a ordem social até então vigente. A população ocidental ficou perplexa diante de tantas mudanças e a sensação de

incerteza e insegurança ficou cada vez mais forte. Até a classe burguesa, principal beneficiada, ficou diante de um impasse. Ela lutou pelo fim dos privilégios, pela extinção das hierarquias e barreiras sociais, pelo liberalismo, pela igualdade e libertação social, pelo constitucionalismo, entre outras reivindicações. Porém, quando chegou ao topo da estrutura social, pôde perceber que, ao mesmo tempo em que criava as condições para sua ascensão, gerava igualmente seu declínio. Suas conquistas beneficiaram outros grupos sociais e justamente aí estava o perigo. Foi então que a raça, forma de distinção social já utilizada pela nobreza, ganhou importância para separar os burgueses das classes populares. Assim, os burgueses vão justificar sua posição social por uma pretensa superioridade racial.

O uso burguês da raça, que primeiramente servia mais para distinguir as classes, inspirou os Estados que passaram a empregá-lo nas crescentes disputas que envolviam as diversas nações. Porém, o inferior era agora o estrangeiro e com isso tornava-se possível pensar em eliminá-lo, sobretudo quando ele parecia não ter utilidade social ou representava uma ameaça. No imaginário social do século XIX, os negros enquadravam-se no primeiro caso; terminada a escravidão no ocidente, não havia o que fazer com esses indivíduos quase todos pobres e não habituados aos valores vigentes (não haviam sido socializados em uma lógica capitalista). No segundo, ficavam os judeus (apesar dos negros também poderem ser aqui enquadrados, temia-se que eles se revoltassem com a sua situação), um povo sem território e que não respeitava os valores cristãos e, na visão do povo, era o grande responsável pela evolução do capitalismo. Ambos foram objeto constante de discriminação, todavia os negros eram mais facilmente identificáveis (cor da pele), fazendo com que se impusesse a eles um regime de segregação que os mantinha, sempre que possível, à margem de qualquer possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico.

## 1.1 Da prática à teoria: a emergência do discurso racial

Passemos agora à análise do arcabouço teórico do racismo. O objetivo principal não é expor as idéias dos seus formuladores, embora isso seja feito de forma bastante sucinta, mas identificar os elementos que tornaram possível a sistematização do discurso racial. Buscar-se-á também demonstrar a fragilidade desse pseudosaber que foi formulado à margem da verdadeira ciência. As origens da doutrina racista encontram-se no século XVIII, mas será no século seguinte que ela virá à tona.

Com o advento do imperialismo, duas formas de interpretar a história ganham crescente importância: a ideologia das lutas econômicas de classe e a ideologia racial. A primeira ameaçava a coesão social, pois colocava em disputas indivíduos pertencentes à mesma nação, mas que ocupavam diferentes posições na estrutura social. A maioria dos Estados tentou evitar que esse tipo de interpretação ganhasse força em suas nações. Já a segunda, persistiria de forma inquestionável até a sua utilização pela Alemanha nazista. Como alerta Arendt (1976), a plausibilidade das ideologias não advém nem de fatos científicos e nem de leis históricas, mas sim pelo fato delas serem criadas, mantidas e aperfeiçoadas como arma política.

*“Seu aspecto científico é secundário. Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também a cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo. É graças a esses pregadores “científicos”, e não a quaisquer descobertas científicas, que não há praticamente uma única ciência, cujo sistema não tenha sido profundamente afetado por cogitações raciais” (Arendt, 1976:61).*

Desde o século XVIII, os intelectuais da França já demonstravam interesse pelos povos diferentes. Segundo Hobsbawm (2003), os filósofos do Iluminismo observavam os países

distantes da Europa e do povoamento europeu como uma espécie de barômetro moral da civilização européia. Onde eram nitidamente civilizados serviam para ilustrar o atraso europeu, mas onde isso não ocorria os habitantes eram vistos como a depravação da sociedade civilizada. Contraditoriamente, é na própria França que se origina uma primeira espécie de racismo primitivo. Tudo começou, conforme Arendt (1976), quando o Conde de Boulainvilliers, no começo do século XVIII, interpretou a história da França como a história de duas nações diferentes. A intenção dele, segundo a autora, era recuperar a posição da nobreza que estava ameaçada pelo aumento de poder do Terceiro Estado. O argumento utilizado para tal fim era que os nobres não tinham origem comum com o restante do povo francês e embora esses nobres habitassem o país há menos tempo, tinham o direito de um povo superior porque haviam realizado a conquista, ou seja, o privilégio deles era descenderem dos conquistadores. Os habitantes originais da França, o povo inferior, eram naturalmente seus súditos.

As idéias de Boulainvilliers tornaram-se politicamente úteis quando a nobreza francesa foi obrigada a se refugiar na Alemanha e na Inglaterra, pois foi nesse momento que os nobres invocaram a idéia de que a origem da nobreza francesa era a mesma da nobreza alemã e assim não apenas se consideravam superiores, mas defendiam também a superioridade germânica. O Conde de Montlosier, um dos exilados franceses, informa Arendt (1976), desprezou os habitantes nativos da França, que segundo ele eram um povo que veio de escravos, uma mistura de todas as raças e de todos os tempos. No século XIX, como veremos adiante, o Conde Gobineau, inquestionavelmente influenciado pela situação do seu país, procurou a razão do declínio e da ascensão das civilizações e assim formulou uma das primeiras teorias racistas.

Além da França, a Alemanha e a Inglaterra também recorreram ao racismo para resolver seus problemas políticos e sociais. Na Alemanha ele foi utilizado para tentar unir o povo alemão contra o domínio estrangeiro no momento em que o exército prussiano foi derrotado por

Napoleão. A partir de 1814, a origem comum começa a ser descrita em termos de laços familiares, ausência de mistura e parentesco de sangue. Até 1870, o discurso de unificação era feito numa linguagem nacionalista, mas, como ele não mostrou resultado, a solução foi apelar para o racismo. A idéia de que cada raça é una e independente das demais, “(...) foi inventada por homens que necessitavam de definições ideológicas de unidade nacional para substituir o conceito de nacionalidade política (inexistente na Alemanha)” (Arendt, 1976:69). No início eles ainda preservavam a crença no princípio da igualdade dos povos, mas em pouco tempo tal idéia seria abandonada. Seguindo os passos da Alemanha, a Inglaterra, que também havia derrotado a França formula sua teoria para se opor ao pensamento estrangeiro que originou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Os conservadores britânicos não acreditavam no direito do homem, pois já havia um consenso que a sociedade inglesa era desigual.

Essas primeiras formas de racismo primitivo poderiam não ter se desenvolvido, mas a política imperialista, como já foi demonstrada, contribuiu para que elas se tornassem necessárias. Na França, após a Revolução de 1789, a nobreza havia declinado, mas a burguesia se apropriou de suas idéias e as reformulou. Em vários países e, principalmente, nos Estados Unidos havia o problema da escravidão. Na Alemanha, como vimos, foi a necessidade de unificação que influenciou o desenvolvimento do racismo.

*“Esta insistência na origem tribal comum como essência da nacionalidade, formulada pelos nacionalistas alemães durante e após a guerra de 1814, e a ênfase que os românticos davam à personalidade inata e à nobreza natural, prepararam a Alemanha intelectualmente para pensar em termos raciais. Da primeira idéia, surgiu a doutrina orgânica da História com as suas leis naturais; da outra, surgiu no fim do século XIX a grotesca imitação de super-homem, com o destino “natural” de dominar o mundo” (Arendt, 1976:74)*

Essas idéias constituíram a base da ideologia racista que espalhou-se por vários países. Foi assim que, segundo Skidmore (1989), emergiram no século XIX três escolas principais do pensamento racial: a histórica, a etnológica-biológica e a teoria das raças ou *darwinismo* social.

A escola histórica foi a corrente de pensamento racial dominante até a metade do século XIX. Ela se desenvolveu junto com a antropologia cultural ou etnologia social<sup>2</sup> que, nessa época, crescia tendo como objeto de investigação a cultura vista sob uma perspectiva evolucionista.

*“Para antropólogos culturais como Morgan, Tylor ou Frazer – na época também intitulados evolucionistas sociais -, o grande interesse concentrava-se no desenvolvimento cultural tomado em uma perspectiva comparativa. Com isso almejavam captar o ritmo de crescimento sociocultural do homem e, mediante as similaridades apresentadas, formular esquemas de ampla aplicabilidade que explicassem o desenrolar comum da história humana” (Schwarcz, 1993:57).*

Os evolucionistas sociais acreditavam que a cultura se desenvolvia em estágios sucessivos, sendo que cada um representa uma fase do processo evolutivo. O que diferenciava tais estágios eram as suas organizações sociais e econômicas que tendiam a se tornar cada vez mais complexas. Assim, o progresso era tido como algo obrigatório, fazendo com que acreditassem que a humanidade era única (monogenistas). Porém, apesar de defenderem a idéia de um mesmo processo de desenvolvimento – a humanidade sairia de um estágio menos perfeito para um mais perfeito – não havia na perspectiva teórica desses estudiosos uma única noção de evolução.

A escola etnológica-biológica, sistematizada nos Estados Unidos nas décadas de 40 e 50, contrapunha-se à tese monogenista. Os seus representantes alegavam que as raças humanas descendiam de espécies diferentes, ou seja, eram poligenistas. Essa corrente foi elaborada a partir do avanço das ciências biológicas, área do saber muito valorizada nessa época, pois permitiam

que a espécie humana fosse analisada por analogia com a investigação das espécies animais<sup>3</sup>. Tais perspectivas foram reforçadas pelo nascimento da *frenologia* e da *antropometria*, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana, considerando o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos. Surge também a antropologia criminal, que acreditava ser possível explicar o comportamento do criminoso pela sua natureza biológica. Segundo Schwarcz (1993), Cesare Lombroso, principal representante dessa disciplina, acreditava que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário.

Em 1859, com a publicação e divulgação de “*A origem das espécies*” de Charles Darwin, cria-se um novo paradigma, o darwinismo social ou a teoria das raças. Ao analisar as mutações ocorridas em espécies animais e vegetais, Darwin criou conceitos, para o seu objeto de estudo, tais como competição, seleção do mais apto ou natural, evolução e hereditariedade. Ocorre que diversos ramos do conhecimento apropriaram-se de tais idéias e adaptaram-nas a diferentes contextos. Foi o que aconteceu nas ciências humanas. Na perspectiva dos darwinistas sociais, as raças eram imutáveis, logo não havia processo evolutivo que pudesse transmitir os caracteres adquiridos e, conseqüentemente, o cruzamento entre raças diferentes era incapaz de trazer qualquer benefício.

*“As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” – e portanto não sujeitos ao processo de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (Schwarcz, 1993:58).*

---

<sup>2</sup> Segundo Hobsbawm (2000b) foi somente com a aplicação do método comparativo na antropologia cultural que passou a ser aceita a hierarquização das raças. E B. Tylor (que escreveu em 1871 a obra mais importante nesta área – Primitive culture) classificou as comunidades e culturas em diferentes estágios evolutivos.

<sup>3</sup> Segundo Kenski (2003) a discussão sobre a existência de raças humanas foi aberta em 1758 quando o botânico sueco Carolus Linnaeus (criador do atual sistema de classificação dos seres vivos) “(...) deu à humanidade o nome científico de Homo Sapiens e a dividiu em quatro espécies: os vermelhos americanos, “geniosos, despreocupados e livres”; os amarelos asiáticos, “severos e ambiciosos”; os negros africanos, “ardilosos e irrefletidos”, e os brancos europeus, evidentemente, “ativos, inteligentes e engenhosos” (p. 43).

A principal utilização do darwinismo social foi a criação de uma política de intervenção na reprodução das populações, a eugenia, termo criado por Francis Galton, em 1883, que significa “boa geração”. Galton, afirma Schwarcz (1993), tendo como base um método estatístico e genealógico, buscava comprovar que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. A suposição da eugenia, enquanto ciência, era que seria possível produzir nascimentos desejáveis e controlados (é importante destacar que a genética ainda não havia sido criada, o que tornava tal propósito impossível). Já enquanto política, a eugenia criava regras para as relações sociais, condenando a miscigenação, pois seus teóricos acreditavam que as uniões entre determinados grupos causariam a degeneração da espécie humana e da sociedade. Dessa forma, o conceito de degeneração substitui o de evolução, visto que o progresso só seria possível entre as sociedades “puras”, ou seja, livres de miscigenação. Os defensores do poligenismo reforçavam suas críticas aos monogenistas, através da análise feita pelos darwinistas sociais sobre as conseqüências da mistura de raças.

Apesar de algumas divergências, as teorias racistas clássicas do século XIX, segundo Todorov (1993), partiam de alguns pressupostos básicos: 1<sup>o</sup>) cada conjunto de grupos humanos que apresentam características físicas comuns entre si pertencem a uma raça diferenciada; 2<sup>o</sup>) cada grupo racial possui uma cultura própria, ou seja, as diferenças físicas determinam as diferenças culturais; 3<sup>o</sup>) o comportamento dos indivíduos depende do grupo racial-cultural a que eles pertencem; 4<sup>o</sup>) existe uma hierarquia entre as diferentes raças; 5<sup>o</sup>) a hierarquização das raças deve se refletir na organização da sociedade.

*“Tendo estabelecido os “fatos”, o racista tira deles um julgamento moral e um ideal político. Assim, a submissão das raças inferiores, ou mesmo sua eliminação, pode ser justificada pelo saber acumulado a respeito das raças. É aqui que o*



*racialismo junta-se ao racismo<sup>4</sup>: a teoria dá lugar a uma prática” (Todorov, 1993:110).*

O primeiro pressuposto é facilmente refutado não só porque os cruzamentos entre diversos grupos humanos existem desde os tempos mais remotos, mas também porque a existência real de raças humanas diferenciadas jamais foi comprovada.

*“Em primeiro lugar, é verdade que os seres humanos diferem entre si em suas características físicas; mas para que essas variações dessem nascimento a grupamentos claramente delimitados, deveriam coincidir entre si; ora, não é este o caso: obtém-se um primeiro mapeamento das “raças” quando são medidas as características genéticas, um segundo, quando se toma por critério a análise do sangue, um terceiro, a partir do sistema ósseo, um quarto, baseando-se na epiderme. Em segundo lugar, no interior de cada um dos grupos assim constituídos observa-se uma maior distância entre indivíduos do que entre grupos” (Todorov,1993:108).*

Cumprir destacar que as doutrinas racistas não se baseavam em critérios científicos, mas sim no cientificismo que é a utilização da ciência para fundar uma ideologia. O pressuposto básico do cientificismo é o determinismo integral, ou seja, nenhum acontecimento ocorre sem causa que não seja identificável e cabe à ciência revelar-nos essa verdade. Contudo, nem sempre a causa ou a explicação se ajustava aos interesses práticos, fazendo com que na maioria das vezes fossem ditas pelos racistas verdadeiras aberrações do ponto de vista científico. Por exemplo, a idéia tão largamente difundida da existência de um sangue comum entre as pessoas da mesma raça, não tem o menor respaldo.

*““De um mesmo sangue” é uma frase sem sentido, uma vez que os genes ou fatores da hereditariedade não têm qualquer conexão com o sangue e são elementos independentes que não se unem, mas, pelo contrário, tendem a se tornar cada vez mais*

---

<sup>4</sup> Todorov faz uma distinção entre racismo e racialismo. O primeiro é um comportamento antigo e de extensão provavelmente universal; já o racialismo é um movimento de idéias nascido na Europa ocidental, cujo grande período vai de meados do século XVIII a meados do século XX.

*diferenciados. A hereditariedade não é um fluido transmitido “pelo sangue”, nem tampouco é verdade que os diferentes “sangues” dos pais estejam presentes e combinados na prole” (Comas, 1970:22).*

As teorias raciais do século XIX podem ser divididas em duas fases: a primeira marca a teorização do racismo político e ideológico, já a segunda, surgida no final desse período, abre perspectiva para um tipo de racismo que ganharia força no século seguinte. Vejamos então, os principais argumentos dos autores da primeira fase: Renan, Gouibineau e Taine. Porém, deve-se primeiro destacar alguns aspectos da “obra” de Buffon e Le Bon, autores que os precederam e acabaram tendo grande influência sob suas formulações. O primeiro escreveu no início do século XIX um livro sobre as diferenças raciais entre os homens, *Histoire naturelle*. Segundo Todorov (1993), G.-L.L. Buffon defendia a unidade do gênero humano, mas afirmava sua hierarquização. Tal hierarquia seria consequência da sociabilidade que implica capacidade de submissão e pressupõe existência de leis, de ordem e de usos e costumes fixos. Assim Buffon opõe a civilização à selvageria ou barbárie e aplica sua escala: “(...) no cume se encontram as nações da Europa setentrional, logo abaixo os outros europeus, depois vêm as populações da Ásia e da África, e, na parte mais baixa da escala, os selvagens americanos” (p.115). Os indícios de selvageria são a existência de uma população pequena que servia de comprovação de baixo desenvolvimento social, a falta de usos e costumes fixos, a inexistência de progressos tecnológicos, o idioma simplificado e as idéias religiosas. Buffon criou três parâmetros para avaliar a diversidade da espécie humana: a cor da pele, a forma e tamanho do corpo, e o que ele chama de natural (os costumes). Depois, afirmou a existência de uma relação entre a cor da pele, as maneiras de viver e o nível de civilização. Concluiu que o fator responsável pela produção da negritude da pele era a ausência de civilização.

De acordo com Todorov (1993), G. Le Bon faz uma classificação das grandes raças através de uma adaptação da visão de Buffon. Ele identificou quatro graus: na parte inferior, encontram-se as raças primitivas representadas pelos indígenas aborígenes da Austrália. Não há neles nenhum traço de cultura e a tendência destes povos é desaparecer. Logo após, viriam as raças inferiores, os negros, que possuem alguns rudimentos de civilização, mas não são aperfeiçoáveis. As raças médias para Le Bon são os chineses, japoneses, os mongóis e os semíticos. No ponto mais alto da escala estão apenas os povos indo-europeus, devido a sua racionalidade e a consequente inovação técnica que provocavam. Le Bon hierarquizou não só as raças, mas também as classes e os sexos. Ele afirmou que não era necessário ir à África para observar as raças inferiores, bastava olhar para as camadas mais baixas da sociedade européia. “Nem mesmo é necessário ir à fábrica ou à fazenda para observar o funcionamento das mentalidades primitivas: basta ir à cozinha, e deter um instante o olhar sobre aquele ser inferior que é sua esposa (o leitor de Le Bon é necessariamente um macho)” (Todorov,1993:128). Na classificação dele, mulheres e negros ficavam muito próximos. O alvo principal das classificações de G. Le Bon e Buffon eram as culturas, mas nos próximos autores veremos a classificação dos corpos, surgindo assim as verdadeiras ideologias raciais.

Segundo Todorov (1993), E. Renan, partidário do poligenismo, defendia a idéia de diferenças entre as raças, alegando que elas poderiam ser distinguidas por critérios anatômicos bem claros, tais como a cor da pele e a forma e capacidade do crânio. Em sua classificação, a raça inferior é formada pelos negros da África, pelos nativos da Austrália e pelos índios da América, todos reunidos pela sua inferioridade cultural. Ele acreditava que esses povos eram incapazes de aperfeiçoamento, jamais se organizariam ou progrediriam. A raça intermediária é a amarela: chineses, japoneses, tártaros e mongóis, em certo grau poderia ser civilizada, mas jamais chegará a uma verdadeira maturidade. A raça superior é a branca (ariana ou semita) que é bela e possui a

civilização no sangue, que lhe é inata. Os outros indivíduos da raça branca formavam as raças intermediárias e inferiores desse último grupo, os quais poderiam fazer parte do escalão superior desde que recebessem a contribuição de um sangue ariano ou semita. Para Renan, a prova de superioridade da raça branca é histórica, pois somente seus representantes haviam contribuído para a civilização mundial. Apesar dessa classificação ele acreditava que a humanidade era única, mas os estratos superiores deveriam comandar os inferiores, pois a desigualdade racial era evidente. Por outro lado, não deveria haver disputas entre grupos pertencentes às raças superiores pelo mesmo território, tais batalhas só podiam envolver raças superiores contra raças inferiores.

Passemos agora ao exame das idéias do Conde de Goubineau, definido por muitos como o “Pai do Racismo” devido ao alcance de suas idéias. Porém, em primeiro lugar, é preciso mencionar que, como informa Arendt (1976), Goubineau era uma curiosa mistura de nobre frustrado e intelectual romântico que rompeu com a doutrina da existência de dois povos franceses para defender a idéia de que o topo da sociedade era destinado aos melhores homens. Criou assim um primeiro problema, pois os nobres (identificados como os melhores homens) não tinham nenhuma chance de voltar a ocupar o ponto mais alto da hierarquia social. Então, Goubineau formulou uma explicação para a situação atual de seu país que se fundava no racismo, concluindo que a queda das civilizações ocorria como resultado da degenerescência da raça, sendo que esta era causada pela mistura de sangue. Ao contrário de seus contemporâneos, ele não defendia a sobrevivência do mais apto, pelo contrário, o cruzamento entre raças diferentes dava origem a gerações cada vez mais fracas (degeneradas). Rompeu também com a teoria do progresso, pois não acreditava que a humanidade poderia se aperfeiçoar infinitamente: profetizou o fim da humanidade que ocorreria dentro de uns 200 anos, após a publicação de sua primeira obra. A evolução não era possível, pois as disposições físicas determinavam as qualidades morais, sendo, portanto, quase nulos os efeitos da educação.

Aliás, Gouibineau levava o determinismo racial ao extremo. Para ele,

*“(...) o comportamento dos homens é inteiramente dependente da raça a que pertencem e se transmite pelo sangue; a vontade do indivíduo nada pode fazer. As sociedades “impõem às populações seus modos de existência. Elas os circunscrevem entre os limites dos quais esses escravos cegos não têm nem mesmo a veleidade de sair, e não teriam poder para tal. Ditam-lhes os elementos de suas leis, inspiram suas vontades, designam seus amores, atiçam seus ódios, conduzem seu desprezo” (Essai sur l’inégalité des races humaines, p.1151). O indivíduo acredita que age, mas na verdade é agido por forças que lhe transcendem. “Assim se desdobram, acima de qualquer ação transitória e voluntária, emanando tanto do indivíduo como da multidão, princípios geradores que produzem seus efeitos como uma independência e uma impassibilidade que nada pode perturbar”(p.1149)” (Gouibineau apud Todorov,1993:137).*

Gouibineau não distinguia o mundo da natureza do mundo humano e na sua teoria não havia espaço para a moral. Na verdade, acreditava que a própria sociedade não comporta nenhuma moralidade. Contudo, como ele se identificava com certos valores do cristianismo ou das instituições do Antigo Regime, acabou relativizando sua opinião: “(...) a sociedade pode ser amoral, mas sua consciência não é; o bem decorre do verdadeiro, e a ciência é portadora de uma ética à qual todos devem se submeter” (Todorov,1993:139). Na opinião de Gouibineau, havia na obra da ciência uma moralidade superior.

O restante de suas idéias são bastante semelhantes às de outros racialistas. Gouibineau também criou uma hierarquia entre as raças, as quais podiam ser avaliadas de acordo com três critérios principais: beleza, força física e capacidade intelectual. Assim, a raça branca é a mais bela. Em relação à força, a amarela é fraca e os negros possuem menos força física do que os brancos. Quanto à capacidade intelectual e moral: os negros são medíocres, os amarelos tendem a mediocridade e os brancos são superiores. Sob todos os critérios a raça branca é superior. A novidade é que, tendo em vista a relação que ele faz entre raça e civilização, acaba criando

hierarquias das diferentes formas de sociedade humana, ainda segundo Todorov (1993). Na primeira hierarquia as sociedades conhecem três graus: a tribo (grupamento humano autárquico e independente), a povoação (resultado do contato violento entre duas tribos, onde uma é reduzida à escravidão. Surge uma separação de classes e os dois estratos não se comunicam) e a nação (resultado da fusão de tribos anteriormente isoladas, nela os solos são reunidos e as populações se misturam). O que diferencia cada fase evolutiva é a relação com outros povos, sendo que no nível mais elevado a interação é total. A segunda hierarquia da sociedade baseia-se na análise da presença de um ideal entre o grupo: no grau mais baixo, o ideal não se separa do real ou não consegue agir, causando a imobilidade; no grau médio, ele se evidencia e permite a modificação do estado presente; no grau mais alto, o ideal começa a agir na população onde surge e também sobre os outros povos. O último grau corresponde ao ideal de civilização, nele surge a capacidade de união de populações originalmente separadas. Assim, informa Todorov (1993), uma das principais características da civilização, para Gouineau é a estabilidade e a capacidade de absorver o novo. Os elogios aos contatos e as misturas se tornam explícitos:

*“(...) é que a mistura é preferível ao estado simples e puro; a nação, como a civilização, consiste em uma absorção da heterogeneidade; a estabilidade e a mobilidade, o macho e a fêmea, devem estar simultaneamente presentes; e a própria raça branca, coroa, como se sabe, da espécie humana, é de fato um “meio justo”, consegue evitar os excessos das raças negras (“feminina” demais) e amarela (“masculina” demais); ela é, pelo menos no plano conceitual, uma mistura. Gouineau deixou claro em que implicava seus raciocínios: a civilização nada mais é que uma feliz mistura” (Todorov,1993:146).*

O racismo não foi esquecido, a mistura a que ele se refere só provoca civilização quando o regime da raça branca consegue se fazer aceitar pelos outros. Além disso, ele emprega o termo civilização como sinônimo de vitalidade.

Pelo que foi exposto da teoria de Gouibineau, pode-se imaginar a quantidade de críticas que sua teoria recebeu. Segundo Todorov (1993) ele tendia a explicar o conhecido pelo desconhecido e os fatos observáveis da civilização pelas supostas misturas de outrora. Também tinha por hábito a construção de “fatos” com base em sua hipótese, além de declarar como suspeitos todos os documentos que parecessem contradizer sua tese. Quando tomava conhecimento da existência de populações negras que não foram submetidas por raças brancas, ele postulava um contato anterior com os brancos. E mais, para fugir a tantas críticas que lhe eram feitas ele deixou de lado todas as imagens “sangüíneas” e físicas, que tinham um papel central na sua teoria, e passou a afirmar que “civilização” e “raça” são julgadas com a ajuda do mesmo critério, pois tal critério se aplica ao mesmo objeto, a sociedade.

*“Pode-se medir agora o caráter paradoxal da tese de Gobineau. “Raça” e “civilização” são, segundo ele, duas entidades ligadas entre si o mais estreitamente possível; talvez sejam apenas dois aspectos de uma única entidade, a sociedade. Mas, vista como civilização, a sociedade é tanto mais forte quanto mais assimilou outras sociedades diferentes; enquanto que, na ótica da raça, quanto mais é misturada, mais fraca é ela. (...) Quando uma sociedade é suficientemente forte, tende a submeter as outras; mas quando o faz, é ameaçada em sua identidade e não mais é forte. A fonte do mal está na presença do bem, e no fundo os povos só podem escolher entre os meios de sua perdição: os fracos perecem submetidos pelos fortes, os fortes corrompidos pelos fracos, através de um contato que foi a consequência inevitável de sua própria força” (Todorov, 1993:150).*

No fim do século XIX, o discurso racista sofreu uma considerável mutação, começando a perder seu caráter puramente biológico e assumindo uma perspectiva culturalista. Autores que já haviam escrito na fase anterior irão enfatizar novos conceitos no período atual, como por exemplo, a raça linguística de Renan, a raça histórica de Taine e a raça psicológica de Le Bon. O primeiro, Renan, chegou a sua teoria, conforme Todorov (1993), quando concentrou seus estudos

somente na raça que ele considerava superior, a branca. Concluiu que mesmo nas nações européias não havia raças puras e, segundo ele, aquilo que habitualmente era chamado de raça, era na verdade a nação. Assim, o que determinava a superioridade do homem no mundo vivo era a nação. A raça física não deixava de existir, mas ele identificava também uma raça cultural, composta pela religião, pelas leis, pelos costumes e, principalmente, pela língua. A partir dessa distinção ele inaugura a raça linguística, que não é exatamente a nação. O “racismo linguístico” de Renan pouco difere do “racismo físico”, apenas é utilizado para “provar” a superioridade da raça ariana sobre a semita, utilizando outros critérios, conforme Todorov (1993).

Hippolyte Taine também seguiu a mesma divisão: raça física e raça cultural. Suas reflexões sobre o racismo apresentam uma série de contradições e, segundo Todorov (1993) torna-se difícil distinguir entre raça e nação na obra de Taine, pois as características físicas ocupam um espaço pequeno em suas análises, ficando claro apenas que ele é poligenista. Suas raças na verdade são nações numa acepção cultural. Por um lado ele define a raça como inata e hereditária, sempre imutável. Por outro, a define como uma adaptação ao meio. Le Bon discorda de Taine, para ele a influência do meio era superficial, sendo a raça (na acepção cultural) o principal fator determinante, informa o autor.

Nesse contexto, surgiu ainda a categoria etnia criada pelo zoologista Vacher de Lapouge que, de acordo com Poutignat (1998), afirmava que a raça resulta da associação de características morfológicas e qualidades psicológicas, já os grupos étnicos são um modo de agrupamento formado a partir de laços intelectuais, como a cultura ou a língua e neles podem ser reunidos elementos de raças distintas. Weber procurou distinguir de forma mais clara na obra *Economia e Sociedade* as categorias raça, etnia e nação:

*“O que distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira é “realmente” fundada na comunidade de origem, ao passo que o que funda o grupo étnico é a crença subjetiva na*



*comunidade de origem. Quanto à nação, ela é, como o grupo étnico, baseada na crença da vida em comum, mas se distingue deste último pela paixão (pathos) ligada à reivindicação de um poderio político” (Weber, apud, Poutignat,1998:37).*

O grupo étnico seria caracterizado por um sentimento de pertença a determinado grupo, baseado em alguma característica considerada comum (fenótipo, cultura, língua, costumes, etc.). A questão que fica é qual o fundamento da noção de pertença. Weber não consegue encontrar resposta para tal indagação, segundo Poutignat (1998). Contudo, parece evidente que as características empregadas para construir o pertencimento só têm eficácia quando são capazes de induzir no senso comum das pessoas a idéia de que existe um parentesco comum ou algo que os diferencia dos demais. Naquele período o principal elemento de diferenciação social era a raça e assim o termo etnia tornava-se um eufemismo para tal idéia.

Para que se encontre alguma lógica nas teorias raciais aqui descritas, temos que considerar o papel que as ciências desempenhavam naquele momento. Muito mais do que explicar, elas deviam conformar, ou seja, encontrar argumentos que justificassem a organização social. A coerência e a obediência a critérios realmente científicos eram quase sempre negligenciadas, pois o que importava era atingir os fins ao qual se destinavam tais teorias: criar regras práticas que orientassem a definição de políticas e o comportamento da população. No final do século XIX, como vimos, começa a haver uma ruptura com o determinismo da raça biológica, mas permanecia a idéia de raça cultural. Somente nas primeiras décadas do século XX a separação entre raça e cultura se torna mais nítida, através do desenvolvimento da antropologia cultural de Franz Boas. Porém, o racismo enquanto ideologia política permaneceu bastante vivo até meados da década de 40, quando então toda população mundial testemunhou os prejuízos que tal arma pode trazer. Infelizmente, não é possível afirmar que após esse período o racismo tenha acabado.

Apenas deve-se reconhecer que até a década de 70, na maioria dos países, houve um enfraquecimento do racismo de Estado, como veremos a seguir.

## 1.2 O nascimento do racismo “sem raça”

A Segunda Guerra Mundial constitui um marco para a compreensão da ideologia racial, pois após a utilização do racismo como arma de extermínio por parte da Alemanha nazista, houve uma profunda mudança em relação a esse fenômeno social. Pode-se dizer que no período pós-guerra houve, em todas as partes do mundo, um considerável afastamento das teorias raciais criadas no século anterior. Outro fator que influenciou o desenvolvimento do racismo foi a queda dos Impérios coloniais, que teve início no final da década de 40, e a emergência das nações do Terceiro Mundo<sup>5</sup>. Nas regiões colonizadas havia uma pluralidade de culturas e etnias que, após alcançarem a independência, passam a reivindicar uma identidade própria e constroem um outro tipo de cultura (não totalizadora). Ao mesmo tempo, passa a ocorrer uma maior aproximação entre as nações do mundo inteiro em virtude dos constantes movimentos de migração e da intensificação do processo de globalização. Houve, portanto, uma série de transformações sociais que irão influenciar a questão racial.

A partir de 1945, começa a ocorrer de forma bastante rápida a descolonização de diversos países da Ásia, da África e das Américas. Uma das características do espaço habitado por esses países é que nem sempre as fronteiras que os separam obedecem algum critério que possa ser

---

<sup>5</sup> O termo Terceiro Mundo que será empregado ao longo do texto refere-se “(...) as dezenas de Estados pós-coloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, junto com a maior parte da América Latina que também pertencia visivelmente às regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial (...), em contraste com o “Primeiro Mundo” dos países capitalistas desenvolvidos e o “Segundo Mundo” dos países desenvolvidos comunistas” (Hobsbawm,2000b:349). Ainda segundo o autor por volta da década de 70, em virtude do desenvolvimento econômico diferenciado, o Terceiro Mundo deixou de ser visto como uma entidade individual.

claramente identificado (como por exemplo um idioma). Assim, torna-se difícil caracterizá-los como Estados se tivermos em mente o sentido desse termo que é dado pelas nações ocidentais. Segundo Hobsbawm (2000b), a única base para esses novos Estados era a divisão territorial que havia sido feita pelos antigos impérios, ou seja, o mundo pós-colonial estava dividido pelas fronteiras do imperialismo. O autor ainda acrescenta o problema da ausência de política que era comum a muitas dessas localidades. Havia governos inexperientes ou incompetentes que causavam caos, confusão e corrupção, abrindo caminho para intervenção militar, principalmente nos Estados novos, fracos e minúsculos. Ao mesmo tempo, havia regiões que não tinham a independência econômica e o desenvolvimento como meta, como por exemplo, a maior parte da África negra, do sul e sudeste da Ásia e na China. Para os habitantes dessas regiões o Estado não era uma necessidade, pelo contrário, ele era visto como uma consequência da não desejada modernização. Nas regiões islâmicas do Terceiro Mundo, os movimentos fundamentalistas assim como aqueles tradicionalistas significavam revoltas contra a modernidade, segundo Hobsbawm (2000b).

Contudo, em virtude da globalização, os efeitos da modernidade alcançavam a todos, sendo o avanço da urbanização um dos mais notáveis. Houve um grande movimento do campo para a cidade, que apresentava uma configuração tipicamente moderna (os produtos da modernidade eram bastante visíveis). Surgia assim, no Terceiro Mundo, novas e crescentes classes médias e média baixa de imigrantes que acabam entregando-se à economia informal das grandes cidades. A consequência principal foi a aproximação das minorias dominantes, fortemente influenciadas pelo modelo de desenvolvimento ocidental, com o restante da população. O efeito político foi quase imediato:

*“(...) com a entrada de massas de população, ou pelo menos de pessoas jovens e cidadinas, num mundo moderno, o monopólio das pequenas e ocidentalizadas elites que formaram*

*a primeira geração de história pós-colonial estava sendo contestado. E com elas os programas, as ideologias, os próprios vocabulários e sintaxe do discurso político, sobre os quais se apoiavam os novos Estados. (...) De qualquer modo, as massas pobres não partilhavam da crença na aspiração ocidental de progresso secular do século XIX.” (Hobsbawm, 2000b:360).*

Nesses países do Terceiro Mundo, pobres e subdesenvolvidos, as crises sociais assumem, devido ao aspecto heterogêneo de sua formação, tanto do ponto de vista cultural quanto étnico, um caráter multicultural. Na Ásia Ocidental, região de encontro de culturas asiáticas, européias e africanas, os conflitos geopolíticos e as rivalidades motivadas por questões étnicas, culturais e religiosas tornaram-se constantes e persistem até os dias atuais. Em Ruanda, Burundi e no Congo, disputas envolvem dois diferentes grupos étnicos: os tutsis e os hutus. As diferenças religiosas causam conflitos no Afeganistão, na Palestina, entre outros. Poderíamos citar inúmeros exemplos. A exceção é a América Latina que não apresentou conflitos políticos e nem movimentos nacionalistas de caráter étnico, apesar de ter herdado uma elaborada hierarquia racial. O fato é que, nesse contexto, torna-se difícil resolver os problemas de governabilidade e construir uma vida em comum, pois não tem sido possível unificar os interesses de grupos bastante diferenciados entre si.

As nações ocidentais formadas no século XIX não eram necessariamente homogêneas, mas a maioria delas conseguiu criar estratégias para construir um senso comum de pertencimento ou de identificação nacional. Nas novas nações, a cultura possui um caráter múltiplo uma vez que ela está sendo construída pelos diversos grupos minoritários e não há o objetivo de totalização, de encontrar uma cultura que englobe todas essas diferenças. Bhabha (1998) classifica essas culturas do pós-colonial como contra-modernas, pois podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou estarem em desacordo com ela, opondo resistência ao assimilacionismo e trazendo à tona o hibridismo cultural. A narrativa vinda dos países emergentes e das minorias

ainda revela, conforme o autor, as desigualdades e as relações assimétricas de representação cultural e de apropriação do poder. As diferenças entre os processos de desenvolvimento dos países passam a ser relacionada às particularidades históricas de cada um. O mesmo ocorre com as diferenças entre os grupos sociais. Elas se relacionam às condições específicas de desenvolvimento de cada povo e de cada raça. A relação de significação deve ser definida em um presente disjuntivo, ou seja, em um tempo que está deslocado, pois não é nem uma ruptura absoluta com o passado (superação) e nem uma transição para um modelo de cultura hegemônico. Traços de definição cultural do passado estão presentes no momento atual, mas o presente torna-se um lugar expandido, “ex-cêntrico” de experiência e aquisição do poder, segundo Bhabha (1998). As lições do passado são reinscritas na textualidade do presente o que permite tanto a identificação da modernidade quanto o seu questionamento. Logo, a cultura é construída no “entre-tempo”.

*“Sem o entre-tempo pós-colonial o discurso da modernidade não pode, acredito, ser escrito; com o passado projetivo ele pode ser inscrito como uma narrativa histórica da alteridade que explora formas de antagonismos e contradição social que ainda não tiveram uma representação adequada, identidades políticas em processo de formação, enunciações culturais no ato do hibridismo, no processo de tradução e transvaloração de diferenças culturais” (Bhabha,1998:347).*

Nesse sentido, o autor vê a cultura como uma estratégia de sobrevivência que é tanto transnacional quanto tradutória:

*“Ela é transnacional porque os discursos pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural, seja como “meia-passagem” da escravidão a servidão, como “viagem para fora” da missão civilizatória, a acomodação maciça da migração do Terceiro Mundo para o Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, ou o trânsito de refugiados econômicos e políticos dentro e fora do Terceiro Mundo. A cultura é tradutória porque essas histórias espaciais de deslocamento – agora acompanhadas pelas*

*ambições territoriais das tecnologias “globais” de mídia – tornam a questão de como a cultura significa, ou o que é significado por cultura, um assunto bastante complexo.” (Bhabha,2001:241).*

Assim, as perspectivas do relativismo e do pluralismo cultural são importantes, mas a intenção da crítica pós-colonial, destaca o autor, é reinscrever as relações culturais entre esferas de antagonismo social, ou seja, ela deve testemunhar as forças não-equivalentes e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social na nova ordem mundial. Para Bhabha, a cultura torna-se enunciativa, pois ela muda o local das reivindicações políticas de prioridade e as hierarquias culturais na instituição social da atividade de significação. Os lugares de negociação cultural passam a ser híbridos.

*“As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma “normalidade” hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade.” (Bhabha, 1998:239).*

Ao mesmo tempo em que ocorre a fragmentação da cultura, o processo de construção de identidade também passa por transformação. Isso se acentua no momento em que há o renascimento do sujeito como resultado das lutas e reivindicações sociais. O Terceiro Mundo, local de instabilidade social e política, desde a década de 50 foi palco de uma série de conflitos que assumiram a forma de guerrilhas. Na maioria dos países em que ocorriam tais desentendimentos havia uma inclinação para os regimes de esquerda e com isso renascia a esperança de uma revolução social. Surgiu uma crença generalizada entre os teóricos de esquerda do Primeiro Mundo de que a periferia (Terceiro Mundo) iria conseguir libertar todos os países

das desigualdades e do sistema opressor. Assim, em 1968-9, ainda no auge do capitalismo, uma revolução social liderada pelos estudantes varreu o mundo. A eficácia dessas revoluções foi desproporcional, mas elas provocaram duas mudanças importantes, informa Hosbsbawm (2000C): 1<sup>o</sup>) houve uma revolução cultural no ocidente, pois a rebelião dos estudantes representou uma rejeição aos valores paternos da classe média; 2<sup>o</sup>) as massas retornaram à cena ocupando o papel principal, ou seja, houve o renascimento do povo enquanto sujeito.

Abre-se um enorme espectro de identificação social para os indivíduos. Ele pode “pertencer” a qualquer grupo que no mundo moderno reivindica reconhecimento, há uma lista interminável. Ao mesmo tempo, tal identificação não precisa ser única, ela pode ser negociada, pois as diferenças culturais agora se interpenetram e articulam-se. A fragmentação ou pluralização das identidades também traz conseqüências políticas, na medida em que não há uma categoria mobilizadora que reúna todos os interesses e variedades de identificação das pessoas. Há identidades rivais e deslocantes devido à erosão da identidade mestra, segundo Hall (1998).

Enquanto isso, os países do Primeiro Mundo mostram-se mais abertos, até porque um novo conflito mundial poderia trazer conseqüências imprevisíveis. Porém, eles mantiveram uma tendência de assimilação e homogeneização, as diferenças só são aceitas quando não entram em conflito com o padrão social vigente. De acordo com Wacquant (2001), nas décadas de crescimento que se seguiram aos traumas da depressão e da guerra, as ricas sociedades do Ocidente capitalista passaram a definirem-se como pacíficas, coesas e solidárias (em síntese civilizadas, no sentido que é dado ao termo por Norbert Elias, segundo o autor). Estados Unidos, França e Grã-Bretanha adotaram uma visão de si como democráticos e as condições herdadas de classe, raça ou etnicidade não teriam importância para o acesso a posições sociais valorizadas e às oportunidades de vida, segundo ele. Visava-se a integração social e as ações do Estado de

Bem-Estar dos países europeus ocidentais iriam minimizar ou eliminar as desigualdades sociais. Os Estados Unidos também desenvolveram políticas para aumentar a integração social.

No que diz respeito à questão racial, já havia começado desde a década de 50 um processo de desmantelamento do racismo institucionalizado nos Estados Unidos, acabando assim com o sistema de segregação legal. Na África do Sul o regime do *apartheid*, implantado em 1948, é fortemente questionado, mas ele só chegaria ao fim em 1994. O movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos também desenvolveu-se amplamente neste período, alcançando diversas conquistas. Os Estados Unidos forçaram uma integração compulsória da população negra e todos os norte-americanos eram obrigados a participar: empregadores, instituições de serviço público, universidades, etc., principalmente, como consequência dos programas de ação afirmativa.

Nos anos 70, o panorama começa a mudar. Há uma ruptura com o Estado de bem-estar social devido à crise econômica (fim da fase de ouro do sistema capitalista), o padrão de produção dos Estados Unidos mostra-se inadequado (abre-se espaço para o neoliberalismo da década de 80), os movimentos estudantis que lutavam contra as guerras, a exploração, o racismo, a intolerância, etc., começam a perder o seu caráter de protesto. A humanidade entra na década de 80 mergulhada numa profunda crise de valores, fator que contribui para que ocorra um renascimento do racismo, uma vez que procuravam-se “culpados” para a crise. Além disso, as crises sociais, mesmo nos países do Primeiro Mundo, tornam-se crescentes.

Segundo Hobsbawm (2000b), o que havia de mais importante no processo de descolonização da Ásia, da África e das Américas era o enorme e crescente peso demográfico dessas regiões e a pressão que representavam coletivamente. A partir de então, a população do mundo desenvolvido passou a decrescer de forma considerável em relação a do Terceiro Mundo. No período da reconstrução da Europa, após a Segunda Grande Guerra, tal explosão demográfica não era fonte



de preocupação, mesmo considerando os processos de imigração dessas regiões periféricas para as partes desenvolvidas do mundo. Na verdade, a imigração de mão-de-obra qualificada era bastante desejável nesse período. Contudo, na década de 80 o enorme contingente populacional dos países subdesenvolvidos começa a preocupar seriamente os países ricos<sup>6</sup>. Em primeiro lugar, as sociedades avançadas não haviam conseguido eliminar a pobreza e nem assimilar os diferentes grupos, a ponto de acabar com as afiliações etnonacionais. Pelo contrário, segundo Hall (2003) as comunidades étnicas existentes nos países do Primeiro Mundo caracterizam-se por formar uma cultura fortemente marcada e por manter elos com seus locais de origem. Ao mesmo tempo, elas são étnicas e racialmente miscigenadas e mantêm uma identidade racializada, étnico-cultural e religiosa. Em segundo lugar, de acordo com Wacquant (2001), disseminava-se uma nova pobreza e as ideologias raciais ressurgiram.

As grandes cidades tornam-se palco de diversos conflitos étnicos e raciais.

*“A maior parte das desordens, grandes ou pequenas, que sacudiram a banlieue francesa, a inner city britânica e os guetos e barrios da América do Norte envolveu basicamente os jovens das áreas pobres, segregadas e amiúde dilapidadas, e parece ter sido alimentada pelas crescentes tensões raciais dentre e em volta dessas regiões” (Wacquant, 2001:26).*

A imagem pública que se tem desses conflitos, segundo o autor, é de que eles são distúrbios raciais que expressam animosidade contra as minorias étnicas e os imigrantes. Na Grã-bretanha, nos Estados Unidos e na França, “(...) a violência e a inquietação urbana passaram a ser estreitamente vinculadas, senão igualadas, na mentalidade pública, à “raça” e à imigração” (Wacquant, 2001:27).

*“Longe de representar um subproduto periférico da terceiro-mundialização ou reversões a formas sociopolíticas pré-modernas de conflitos, essa volta das realidades reprimidas de*

---

<sup>6</sup> Segundo Hobsbawm (2000b), se tomarmos os membros dos países ricos da OCDE como os representantes do “mundo desenvolvido”, no fim da década de 80, sua população representava apenas 15% da humanidade.

*pobreza, violência e divisões etnorraciais, ligadas a seu passado colonial, no coração da cidade do Primeiro Mundo, deve ser entendida como resultado da transformação desigual e desarticuladora dos setores mais avançados das sociedades ocidentais, e, portanto, suas manifestações não parecem passíveis de amainar tão cedo” (Wacquant, 2001:29).*

Nos Estados Unidos também surge, segundo Hasenbalg (1998), uma “reação conservadora branca”, ou seja, as políticas de ação afirmativa são questionadas e tem início o corte nos gastos dos programas de bem-estar social. Configura-se uma noção radical de individualismo liberal e tais programas de ação afirmativa que dizem direito aos direitos de grupo, passam a ser vistos como práticas de discriminação às avessas, prejudiciais à população branca. O autor menciona ainda que crescem as restrições à imigração. Antigamente os imigrantes eram de origem européia, porém no período atual eles são provenientes, em sua maioria, da América Latina e da Ásia.

A idéia de raça na acepção biológica também recomeça a ganhar terreno no campo científico. Segundo Vala *et al* (1999), a ciência das raças e a eugenia são atualmente sustentadas por psicólogos. Herrnstein e Murray, por exemplo, publicam em 1994 um livro sobre raça e as bases genéticas da inteligência, informa o autor. O Prêmio Nobel da Biologia, o austríaco Konrad Lorenz, etólogo, é um eugenista que vê o racismo como um componente eterno da natureza, uma vez que ele decorre da agressividade contida no patrimônio genético de todo ser humano, conforme Munanga (1998). Segundo Kenski (2003) nos anos 70, quando foram pesquisadas as diferenças entre as proteínas de diversas populações, a idéia de que as raças humanas no sentido biológico não existem foi reforçada. Os pesquisadores concluíram que os seres humanos estavam muito longe de apresentar uma diversidade que pudesse ser comparada à de espécies que realmente formam raças, como por exemplo, os elefantes ou ursos, informa o autor. Contudo, em 2002 foi encontrada uma medida de semelhança entre os indivíduos:

*“Uma equipe de sete pesquisadores dos Estados Unidos, França e Rússia comparou 377 partes do DNA de 1056 pessoas de 52 populações de todos os continentes. O placar final: entre 93% e 95% da diferença genética entre os humanos é encontrada nos indivíduos de um mesmo grupo e a diversidade entre as populações é responsável por 3% a 5%. Ou seja, dependendo do caso, o genoma de um africano pode ter mais semelhança com o de um norueguês do que com alguém de sua cidade” (Kenski, 2003:44).*

Não há genes exclusivos de uma população e nem grupos humanos que possuam todos os seus membros com a mesma variação genética, destaca Kenski. A polêmica trazida no estudo está no fato de reconhecer que existe realmente uma relação entre o grupo de origem de uma pessoa e seu genoma. Entre 3% e 5% das diferenças entre as populações são visíveis no genoma. A diversidade, embora bastante pequena, existe. A principal implicação prática dessas conclusões é a utilização ou não desse tipo de informação nas pesquisas da área médica. Foi descoberto, que um remédio para problemas cardíacos crônicos (o enalapril) funciona menos em negros do que em brancos. Sabe-se também que algumas doenças são mais comuns em algumas etnias, mas ainda não há evidências que a raça pode explicar isso, ainda segundo Kenski. O biólogo Noah Rosenberg da Universidade do Sul da Califórnia informa, de acordo com o autor, que não há consenso sobre a utilização da raça, mas prefere usar classificações de populações, pois a única semelhança entre os negros do Sri Lanka, da Nigéria e do norte da Austrália é a cor da pele. Kenski informa ainda que essa é a tendência das novas técnicas de análise genética, ou seja, utilizar critérios que tenham maior precisão.

Nas ciências humanas as opiniões também se dividem. Os autores que defendem a utilização do termo raça acreditam que a relevância dessa categoria está tão naturalizada nas percepções e representações sociais que se pode alegar que a sua concepção não é estritamente biológica, mas tem também uma conotação social. Essa é a visão de diversos sociólogos norte-americanos que estudam a questão racial, segundo Silva (1994), e também de alguns pesquisadores brasileiros,

como por exemplo, Guimarães (2000). Por outro lado, há estudiosos que argumentam que na espécie humana não existem raças biológicas e tal conceito é parte de um discurso científico errôneo e de um discurso político racista. Por isso, mesmo que o termo seja empregado em outro sentido, sua adoção não é adequada, como informa Guimarães (2000). A nosso ver, a utilização do termo raça nas pesquisas sociais não está retomando o sentido biológico da palavra, mas apenas buscando compreender como as diferenças entre brancos e negros são percebidas em termos raciais. Também não se pretende defender a idéia de que a raça é *a priori* um fator explicativo das relações sociais, mas apenas demonstrar como no senso comum ela adquire esse poder. Concordamos, portanto, com a definição de grupo racial de Vala (1999):

*“(...) a nível de construção social de sentido, aquilo que define que as categorias raciais são grupos humanos diferentes é a idéia de que têm um passado separado, e não se misturam significativamente por casamento e filiação. Por outro lado, para que as categorias continuem a ser separadas, não deverá haver casamento, relacionamento sexual ou descendência mútua. (...) Esta rejeição de parentesco tem como base a crença segundo a qual as diferenças entre os diversos grupos são inerentes aos seus membros e são transmissíveis aos seus descendentes, e uma avaliação de determinados grupos como sendo inferiores aos outros” (p. 149).*

A categoria cor, um dos eufemismos encontrado para fugir do termo raça, na maioria das vezes não consegue mostrar independência em relação à idéia que pretende combater. Acreditamos que Guimarães (1999A) tem razão ao afirmar que a cor, aparência física dos indivíduos, dá a medida, em geral, da sua distância ou proximidade dos grupos raciais. A idéia segundo a qual a cor diz respeito apenas à aparência física é equivocada, pois ela só tem sentido quando relacionada a teorias raciais. Já o termo etnia causa interpretações divergentes no período atual. Para Oliveira (1976), a etnia não é mais empregada para exorcizar a noção de raça:

*“(...) a noção de etnia começa a se impor a partir dos estudos mais sistemáticos relativos à incorporação de grupos*

*minoritários em sociedades mais amplas que lhes são envolventes. O próprio surgimento do termo inglês, “ethnicity”(neologismo português: etnicidade), marca, de um lado, a imposição de uma evidência: de que o destino de grupos de procedência cultural e/ou racial distinta da sociedade “anfitriã”, i. e., do sistema social receptor, torna menos relevante, para não dizer secundário, o problema da mudança cultural e da aculturação como alvo de investigação científica; de outro lado, aponta o contexto ou a estrutura social (que abriga tais grupos forçados a um contato sistemático) como o foco privilegiado para a mesma investigação”(p.84-85).*

O autor afirma que Mitchell faz uma distinção bastante apropriada entre etnicidade, entendida como fenômenos de percepção ou cognitivos (nesse caso o referente também é social, pois só tem significação quando existe uma representação coletiva partilhada pelo grupo e que pode se tornar a base para suas relações sociais), e grupo étnico, entendido como uma construção de fenômenos do comportamento. Porém, destaca que não há uma correspondência um-a-um entre indivíduos que pensam de uma maneira e agem coerentemente com ela. Além disso, pode haver discrepância no que diz respeito ao comportamento diferencial das mesmas categorias étnicas inseridas em contextos diversos, dependendo de sua condição social como “minorias” ou “maiorias”. Quando o grupo étnico está na posição de minoria ele tende a ser facilmente identificado, facilitando os processos de estigmatização. Os pressupostos teóricos de Mitchell, segundo Oliveira, criam uma separação entre cognição e comportamento e acabam por afastá-lo de qualquer interrogação sobre a dimensão inconsciente da vida social. Postura que é criticada pelo autor, pois impede que os fatos sejam examinados de forma crítica (como algo que foi construído teoricamente).

A opinião de Hall (2003) diverge da de Oliveira (1976), pois para ele o racismo biológico privilegia sinais corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, mas esses mesmos significantes são utilizados para conotar diferenças sociais e culturais.

*“O referente biológico nunca opera isoladamente, porém nunca está ausente, ocorrendo de forma mais indireta nos*

*discursos de etnia. Quanto maior a relevância da “etnicidade”, mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração em geração não apenas pela cultura e a educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo e estabilizada, sobretudo, pelo parentesco e pelas regras do matrimônio endógamo, que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua “pureza” genética e, portanto, cultural” (Hall,2003:70).*

Há uma articulação entre o discurso da raça e etnia. “Na maioria das vezes, os discursos da diferença biológica e cultural estão em jogo simultaneamente” (Hall, 2003:71). cremos assim que por trás de uma discriminação cultural pode estar também uma discriminação racial. Um exemplo comum no Brasil é construir estereótipos negativos para os nordestinos, tais como considerá-los preguiçosos, lentos, desleixados. Nesse caso há uma articulação entre dois discursos, pois os mesmos estereótipos são comumente atribuídos aos negros e é na região nordeste que se encontra a maior proporção de negros no país.

Diante do que foi exposto, o que pode ser considerado racismo nos dias atuais? Segundo Hasenbalg (1998) vários autores apontam para o surgimento de um “neo-racismo” ou “racismo diferencial”, ou ainda “fundamentalismo cultural”, que atingiria os imigrantes extra-comunitários (vindos de fora da Europa). Pela lógica desse racismo diferencial a cultura dos imigrantes é vista como radicalmente diferente e, portanto, constitui uma ameaça à integridade da nação. O autor destaca que se denomina neo-racismo porque o fundamento da exclusão é diferente, uma vez que são expulsos os culturalmente diferentes, não existindo uma teoria de hierarquização das raças como base. A palavra raça é pouco usada, sendo mais utilizado o termo cultura. Por outro lado, o autor chama atenção para a questão da limpeza étnica, isto é:

*“(...) a situação na qual os grupos étnicos são vistos como estranhos, estrangeiros e, inevitavelmente, como inimigos. Neste caso, a lógica não é a da exclusão, mas simplesmente de eliminação de certas etnias. Tem gente que atribui isto a um “renascimento étnico” que ocorre não só na Europa, mas*

*também em outras partes do mundo, devido à confusão, à incerteza contemporânea” (p. 12-13).*

Ele afirma ainda que o paradigma de limpeza étnica hoje é a Bósnia e os Balcãs, porém o fenômeno ocorre entre outros grupos, por exemplo, entre os hindus e muçulmanos, tanto na Índia quanto no Paquistão, na Caxemira, entre hutus e tutsis em Ruanda, entre judeus e árabes no Oriente Médio, entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte. Para Hall (2003), na medida em que a diferença cultural adquiriu um significado mais violento, politizado e contestatório, foi possível pensar em um processo de “racialização” da etnicidade. Concluímos que a identificação que Munanga (1998) faz de duas teses sobre o racismo é essencial para respondermos o que pode ser considerado racismo hoje. A primeira, segundo ele, confere ao racismo um sentido mais amplo que engloba toda situação conflitual e universaliza esse fenômeno no tempo e no espaço uma vez que atribui a sua causa à própria psicologia humana. Trata-se de um racismo derivado que surge nos anos 70, onde o que está presente é a idéia de intolerância com aquele que é diferente. É um racismo por analogia, a idéia de raça não está presente. Já a segunda tese com a qual nos identificamos, define o racismo de forma mais restrita:

*“O racismo é um fenômeno que tem uma história conhecida, inventariada, que tem um lugar de origem, um fenômeno ligado à história da cultura e da civilização ocidental, que nós podemos situar a partir do século XVIII e início do século XIX. Visto como uma ideologia, o racismo não é um fenômeno universal, pois tem uma história conhecida e situada na civilização ocidental. Esta ideologia utiliza, necessariamente, argumentos emprestados a uma biologia falsificada”(p.46).*

Para o autor, a doutrina racista não é universal, mas o preconceito sim, ele existe em todas as culturas. A discriminação também possui um alcance mais geral, ela

*“(...) é produzida quando se recusa aos indivíduos, ou aos grupos humanos, a igualdade de tratamento que têm direito de receber. A discriminação remete às medidas de exclusão, visando os membros do grupo exterior ao nosso. A*

*discriminação define um comportamento suposto observável e relativamente mensurável” (Munanga, 1998:49).*

A nosso ver, tanto na questão da limpeza étnica quanto no caso dos imigrantes só podemos falar em racismo quando a idéia de raça e de hierarquização racial está presente. Isso não costuma acontecer quando os atores envolvidos não trazem uma propriedade de identificação bastante marcada, como por exemplo, a cor da pele. O que costuma aparecer de forma bem nítida nesses conflitos é a diferença cultural e até mesmo a idéia de hierarquia cultural, mas não necessariamente relacionada à raça. Acreditamos que as principais vítimas do racismo político no período atual, continuam a ser os mesmos grupos atingidos, principalmente, no século XIX: os negros e os judeus. Porém, temos que reconhecer que os conflitos existentes nas sociedades multiculturais apresentam grande semelhança com as disputas raciais, embora nós não o classificássemos como tal.

Finalmente, cabe mencionar as quatro teorias sobre o racismo do pós-guerra na Europa, para que possamos compreender a natureza atual do racismo nos países desenvolvidos. São elas, segundo Vala *et al* (1999): 1<sup>o</sup>) a teoria do racismo moderno ou simbólico de McConahay e Hough, que expressa, em termos de símbolos ideológicos abstratos e de comportamentos simbólicos, o sentimento da sociedade americana de que os indivíduos negros dessa população não respeitam os valores dominantes desta sociedade e fazem reivindicações ilegítimas, buscando a mudança no *status quo* racial. Nesse caso, o racismo é explicado pela ameaça a valores sociais, sobretudo ao individualismo meritocrático; 2<sup>o</sup>) a teoria do racismo aversivo de Gaertner e Dovidio, típico de indivíduos que costumam aceitar valores igualitários e apoiar políticas sociais a favor dos negros, revelando assim uma postura não-racista. Contudo, esses mesmos indivíduos em circunstâncias “informais” (em que a norma de ação não está clara) expressam sentimentos e crenças negativas sobre os negros, as quais procuram esconder de si próprios. As expressões do



racismo costumam ser explicadas pelo contexto, mas a justificativa não é dada em termos raciais; 3<sup>o</sup>) a teoria do racismo ambivalente ou amplificado de Katz e Hass, que propõem que, nos Estados Unidos, as atitudes pró-negros e antinegros dos brancos coexistem nos mesmos indivíduos e derivam de dois valores conflitantes, mas que são básicos para os americanos: o individualismo e o igualitarismo. Há uma tensão entre atitudes positivas e negativas, gerando assim a ambivalência de atitudes. Os fatores contextuais são importantes para explicar a expressão ou não de atitudes e comportamentos raciais; 4<sup>o</sup>) a teoria do racismo flagrante e sutil de Pettigrew e Meertens, que defendem a idéia de que após a Segunda Guerra Mundial as sociedades ocidentais criaram uma norma social contra as crenças e os comportamentos raciais tradicionais, mas a relação dos indivíduos com essa norma pode ser de rejeição, aceitação ou naturalização. Haveria, portanto, um racismo flagrante (que rejeita a norma e é praticado por indivíduos que exprimem publicamente crenças raciais abertas) e um racismo sutil (os indivíduos aceitam a norma, mas demonstram atitudes racistas tidas como não censuráveis, não punitivas) e o igualitarismo (rejeição de normas socialmente aceitas de racismo). Tais teorias expressam um conflito de valores e elaboram um racismo aparentemente sem raças, uma vez que a explicação para esse fenômeno não é elaborada em termos raciais.

Essa última teoria, a de Pettigrew e Meertens, segundo Vala *et al* (1999), tem origem nos conceitos de preconceito flagrante e sutil desenvolvidos a partir de um estudo realizado no quadro do Eurobarômetro<sup>7</sup> de 1988, no qual foram identificados cinco dimensões do preconceito.

*“O preconceito flagrante integra duas dimensões: a rejeição do exogrupo e a percepção de que este constitui uma ameaça, por um lado; e a rejeição de relações de intimidade interpessoal com membros do exogrupo, por outro. O preconceito sutil*

---

<sup>7</sup> Trata-se de um pesquisa da Comunidade Européia, realizada regularmente, que busca identificar a opinião de seus cidadãos sobre determinado assunto. A pesquisa de 1988 foi realizada na França, na Holanda, no Reino Unido e na antiga Alemanha Ocidental, mas diversos estudiosos usaram a mesma metodologia e a aplicaram em outros países, como por exemplo, Portugal e Itália.

*integra três dimensões: a percepção de que o exogrupo não se conforma aos valores tradicionais da sociedade, nomeadamente aos valores de trabalho e sucesso; a acentuação das diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo; e a incapacidade de exprimir posições positivas relativamente aos membros do exogrupo” (Vala et al, 1999:37).*

O racismo flagrante encontra-se associado a diferenciações no plano biológico, já o sutil, a diferenciações no plano emocional e de valores. Os países europeus investigados demonstram maior adesão ao racismo sutil. Ao analisar a sociedade portuguesa, Vala *et al* concluiu que não é necessário racializar os negros e percebê-los como uma ameaça para manifestar uma atitude negativa em relação a eles, e que a organização das crenças racistas em Portugal é semelhante àquela existente em outros países europeus que foram analisados. Assim, o racismo sutil e flagrante encontram-se associados à atitude face aos negros. Para ele, a diferenciação cultural e a diferenciação racial são duas dimensões do racismo. Afirma ainda que o índice de diferenças culturais utilizado na pesquisa é uma medida de distintividade endogrupal e, portanto, de racismo.

*“Nesse sentido, quer a representação desta minoria se faça a partir da “raça”, quer se faça a partir da cultura, a forma de categorização daí resultante traz associada uma diferenciação positiva de “nós”, do endogrupo. Podemos, assim, falar da diferenciação racial e da diferenciação cultural como duas formas de distintividade endogrupal. Se a diferenciação do outro a partir da idéia de “raça” explicita, desde logo, a idéia de hierarquias raciais, a diferenciação do outro a partir da cultura não explicita, mas tem subjacente, a idéia de hierarquias culturais” (Vala et al, 1999b:155).*

A diferenciação cultural, aparentemente não racista, também legitima práticas de discriminação e segregação, porém em menor grau que a diferenciação racial. Isso comprova que elas se articulam. Temos, portanto, uma aproximação do racismo europeu e norte-americano com o racismo da América Latina. O tema do próximo capítulo (racismo no Brasil) permitirá uma

percepção melhor das semelhanças entre dois tipos de racismos que, atualmente, não são explícitos.

## 2. Racismo no Brasil – A verdadeira invasão etnocêntrica

A análise que faremos a seguir sobre o racismo no Brasil tem por objetivo principal demonstrar as transformações sociais, políticas e econômicas que criaram condições para que a doutrina racial formulada na Europa e nos Estados Unidos penetrasse em nosso país. Ao mesmo tempo, procurar-se-á revelar o modo como tal discurso foi manipulado para que se adaptasse a um contexto completamente diferente daquele em que foi produzido.

Como vimos no capítulo anterior, a medida que a Revolução Industrial na Inglaterra foi se desenvolvendo, aumentava a necessidade de encontrar novos mercados consumidores. Um modo de atender a tal objetivo era tornar independente as colônias de Portugal e Espanha e abolir o sistema escravista. Assim, a independência do Brasil, ocorrida em 1822, era vista como algo benéfico para a Inglaterra, mas ela condicionou o seu reconhecimento à interrupção do tráfico de escravos. Em 1831, o governo brasileiro chegou a proibi-lo legalmente, mas a importação de negros continuou a ser realizada, tendo em vista que naquele período, tanto na região Nordeste quanto na Sudeste, o escravo era a principal mão-de-obra empregada nas fazendas.

Na década de 30 do século XIX, o café (produzido sobretudo na região Sudeste) torna-se o principal produto de exportação brasileiro. Para atender às novas necessidades geradas pelo desenvolvimento dessa produção, o governo precisava desenvolver a infra-estrutura do país, mas não tinha mão-de-obra. Os fazendeiros alugavam os escravos a um preço muito alto e o número

de negros livres era insuficiente para tal tarefa, a solução encontrada foi promover a imigração. O governo queria uma imigração de povoamento, já os fazendeiros do Oeste Paulista desejavam braços para as suas lavouras. De qualquer forma, foram poucos os imigrantes que vieram para o país, pois a concorrência com o trabalho escravo, as precárias possibilidades oferecidas aos colonos, a baixa urbanização, o clima e, principalmente, a estrutura fundiária eram vistos como obstáculos pelos estrangeiros. Soma-se a isso a concorrência com os Estados Unidos que também estava aberto à imigração.

Na segunda metade do século XIX expande-se a produção de café e a economia brasileira é reintegrada nos mercados internacionais. O desenvolvimento da economia ocasiona diversas mudanças no país: eixo econômico desloca-se da Região Nordeste para a Sudeste, há um intenso processo de urbanização e modernização, forma-se uma classe operária nas cidades, diversificam-se as instituições científicas e surge uma elite político-financeira (o acúmulo de capital permitiu a diversificação dos investimentos). Os cafeicultores ainda necessitavam encontrar uma alternativa para o trabalho escravo, passaram então a oferecer aos colonos um sistema de parceria. Não obtiveram sucesso. Segundo Costa (1966), os colonos sentiam-se reduzidos à situação de escravos e os fazendeiros viam seus interesses serem prejudicados. Por outro lado, o trabalho assalariado até então não era viável, os imigrantes não estavam dispostos a se sujeitar aos baixos salários e muito menos a população livre, para estes era a mesma coisa que voltar para a escravidão. A situação se agravou quando a Inglaterra proibiu novamente, em 1850, a importação de negros africanos. Inicialmente, os cafeicultores começaram a buscar escravos em outras províncias, principalmente na região nordeste que estava em decadência, mas o preço dos cativos torna-se cada vez mais alto, devido ao baixo crescimento vegetativo desse contingente populacional. Assim, o trabalho escravo já não oferecia recompensas, tendo início a implantação do trabalho assalariado nas fazendas do oeste paulista.

O país também sofre alterações políticas. A aristocracia cafeeira paulista tinha o poder econômico, mas ainda eram as oligarquias do nordeste que detinham o poder decisório. Porém, nos anos 70 as divergências entre essas duas forças e entre a aristocracia paulista e o governo aumentam. Os cafeicultores tinham idéias modernizadoras e eram profundamente influenciados pelo liberalismo, tanto político quanto social. Com a ajuda das classes médias que se formava nas cidades, eles começam a pressionar o Império, pois desejavam extinguir o senado vitalício, separar a Igreja do Estado, promover eleições diretas e adotar o regime republicano federalista. A escravidão também começa a ser atacada nesse período: o Exército passou a apoiar a libertação após os negros participarem da Guerra do Paraguai, as classes médias adeptas do liberalismo também concordavam e os comerciantes e industriais queriam aumentar o número de consumidores (a aristocracia cafeeira, como já foi mencionado, estava tornando-se independente do trabalho escravo). Todavia, apesar da elite brasileira estar dividida entre duas classes, uma com poder político e a outra com poder econômico, ambas não queriam perder seus privilégios, era indispensável a manutenção da mesma hierarquia social existente até então. Logo, segundo Schwarcz (1993), a elite adota um “imperialismo interno”, e passa a explicar as diferenças sociais em termos de variações raciais. As teorias do evolucionismo social, o positivismo, o darwinismo e o naturalismo viram moda em nosso país, justamente no momento em que a abolição começa a ser discutida.

As elites brasileiras eram assíduas leitoras das idéias racistas produzidas na Europa e nos Estados Unidos, mas acreditavam que o nosso país poderia aproximar-se dos modelos ocidentais de civilização, segundo Schwarcz (1993), não apenas porque nessa época havia uma estabilidade econômica, mas também porque existia aqui uma sociedade científica, ou seja, a cientificidade havia se difundido de forma plena, moderna, industriosa e civilizada. O ideário cientificista é amplamente divulgado nos jornais e obras literárias, assim como surgem medidas políticas como

a adoção de programas de higienização e saneamento, vinculadas a esse novo tipo de racionalidade. Contudo, a aplicação das teorias ocidentais ao cenário nacional tinha um grave empecilho: a questão racial. No período em que essas idéias chegam ao nosso país, final do século XIX, segundo Skidmore (1989), 42% da população total era formada por negros livres<sup>8</sup>. Existiam negros em ocupações especializadas e em posições proeminentes como as de artistas, políticos e escritores. Já o percentual de negros escravos estava diminuindo, mas ainda havia nessa época em torno de 13%, informa Skidmore (1989). Além da população negra ser superior à branca, a presença negra podia ser vista em todo o país, pois aqui a escravidão foi uma instituição nacional e não regional como nos Estados Unidos. Porém, o problema mais grave era a grande quantidade de mestiços que em 1872, formavam 43,8% da população brasileira (sendo 42% de pardos e 1,8% de caboclos), conforme Telles (2003).

Segundo Schwarcz (1993) e Skidmore (1989), a inviabilidade de uma nação de raças mistas era apontada por diversos autores, tais como, o filósofo argentino José Ingenieros, Louis Conuty, L. Agassiz, Arthur de Goubeineau, Buckle, entre outros. O historiador inglês Henry Thomas Buckle escritor da obra *História da Civilização na Inglaterra* (1857-1861), adepto do determinismo climático, segundo Skidmore (1989), fez uma análise do Brasil e concluiu que aqui não havia nenhum sinal de progresso. O diagnóstico de Goubeineau era ainda mais assustador, até porque ele realmente conheceu o Brasil (como ministro Francês foi transferido para o Rio de Janeiro). Ele dizia, conforme Skidmore (1989), que o país era culturalmente estagnado e os brasileiros eram desprezíveis, pois estavam todos manchados pela miscigenação. Afirmava ainda que havia uma infinidade de nuances de cor em todas as classes sociais e os nativos não eram trabalhadores. Concluiu que a população brasileira iria desaparecer devido a sua

---

<sup>8</sup> “É plausível que a escassez crônica de mão-de-obra branca especializada e semi-especializada tivesse forçado os colonizadores europeus a legitimar a criação de uma categoria de homens livres de cor, capazes de desempenhar

degenerescência genética, em menos de duzentos anos, a não ser que se fortalecesse com a ajuda dos valores mais altos da raça européia (como vimos no capítulo anterior, ele também afirmou, em 1856, que a humanidade iria desaparecer dentro de uns duzentos anos!). Louis Agassiz, que veio ao Brasil em 1865 numa exposição científica, e publicou, três anos mais tarde (com a esposa), um relato de viagem fez um diagnóstico ainda pior:

*“Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por malentendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama de raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental” (Louis Agassiz & Elizabeth Agassiz, apud Skidmore, 1989:47-8).*

A elite brasileira precisou romper com algumas idéias da doutrina racista, mas manteve-se fiel a outras e procurou adaptá-las ao cenário nacional. A solução para o principal problema, a miscigenação, era promover o branqueamento da população que se processaria através do cruzamento das “raças superiores” (branca) com as “inferiores” (negros e índios), o qual originaria indivíduos cada vez mais claros, considerando que a “carga genética dos brancos era mais forte” e logo, prevaleceria. A introdução de imigrantes europeus e o desaparecimento natural dos negros ajudariam a atingir tal objetivo. Assim, mesmo Joaquim Nabuco, principal abolicionista, mostra-se favorável a extinção dos negros, índios e mestiços. Ele contrapunha-se a importação de chineses, pois além de considerá-los inferiores aos negros e questionar sua capacidade de adaptação, como informa Skidmore (1989), seu objetivo, e da maior parte dos abolicionistas, era tornar o país branco. Contudo, não se pode falar ainda em racismo como prática política, uma vez que nos debates sobre a Abolição nenhum grupo empregava argumentos

---

certas tarefas. O mesmo processo, provavelmente continuou no século XIX” (Skidmore, 1989:58).



baseados em teorias raciais. Na verdade, o negro nem sequer era lembrado, a discussão tinha como enfoque o futuro da nação. No início, alguns abolicionistas aceitavam as idéias vindas da Europa porque essa civilização tinha tido grande êxito até então. Apenas mais tarde, quando ocorreu a Abolição, percebeu-se que a doutrina racista era importante para manter a hierarquia social. Mesmo assim, a aplicação dessas idéias não tinha por objetivo criar uma tensão racial, pelo contrário, negava-se a própria existência de preconceito no Brasil. Joaquim Nabuco, por exemplo, escreveu em *O Abolicionista* sua impressão sobre as relações raciais no país: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos” (Nabuco, *apud* Skidmore, 1989:39).

Os intelectuais que estavam vinculados aos centros científicos existentes na época tinham maior legitimidade para discutir o futuro do país. Porém, a opinião deles não diferia daquela manifestada pelos integrantes do movimento abolicionista. Eles também aceitavam as teorias evolucionistas e, principalmente, o darwinismo social, idéias já fora de uso na Europa e nos Estados Unidos.

*“O que interessava não era recordar o debate original, restituir a lógica primeira dessas teorias, ou o contexto de sua produção, mas, antes, adaptar o que “combinava” – da justificação de uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população – e descartar o que de alguma maneira soava estranho, principalmente quando essas mesmas teorias tomavam como tema os “infortúnios da miscigenação” (Schwarcz, 1993:41).*

Silvio Romero, da Faculdade do Recife, foi o primeiro autor brasileiro a posicionar-se sobre as teorias deterministas. Segundo Skidmore (1989), em sua obra *História da Literatura Brasileira* de 1888 o autor, que é partidário do darwinismo social, defende a sua convicção de que os brasileiros deveriam dominar as teorias raciais correntes para poder aplicá-las em nosso país. Ele

acreditava no veredito de Buckle, mas destacava os pontos fracos de sua argumentação, mostrando alguns equívocos que ele havia cometido ao analisar o Brasil (por exemplo, Buckle afirmou que aqui havia altas montanhas e excesso de chuva, etc.). Procurou romper com o determinismo climático e destacou a importância da higiene e da alimentação para a adaptação ao meio. Porém, sucumbiu ao determinismo racial, dizia que a mistura de brancos, índios e negros havia produzido no país uma sub-raça mestiça e crioula (era adepto da teoria da degenerescência do mestiço). Mas, Romero preferia esta sub-raça à existência de tipos raciais puros formados por negros e índios, ao menos o mestiço estava mais próximo da raça superior (a branca). A sua tese era que a raça branca venceria pela seleção natural aproveitando o que as outras duas raças tinham a lhe fornecer. Assim, com a extinção do tráfico negreiro, o desaparecimento dos indígenas e a imigração européia, o tipo branco iria preponderar. Mas, ele não queria se comprometer e afirmou que a avaliação que fazia dependia da estabilidade psicológica da população existente, racialmente mestiça. A teoria de Romero era tão frágil e contraditória que, segundo Schwarcz (1996), ele escreveu um livro intitulado *As Minhas Contradições* em 1896 para tentar se explicar.

Quando a escravidão foi abolida, em 1888, a elite brasileira já havia preparado um sistema ideológico racista para que as hierarquias sociais até então existentes fossem mantidas. Mais do que isso, foi baseado nesse sistema que ela pode se omitir sobre o destino dos ex-cativos, não lhe fornecendo qualquer tipo de auxílio para que pudessem se integrar à sociedade. Os ex-escravos que saíam das fazendas entregavam-se à uma agricultura de subsistência e outros nem sequer as abandonavam, pois não tinham como sobreviver longe dos seus antigos senhores. Os que foram para a cidade juntaram-se a outros indivíduos pobres nas periferias, sendo que alguns caíram na marginalidade. Segundo Skidmore (1989), a elite brasileira achava menos embaraçoso preocupar-se com os criminosos urbanos do que com as consequências sociais da abolição. Assim, o

procedimento adotado foi aumentar a força policial, perseguir os grupos de capoeiristas e reformular o Código Penal. Houve um reforço da imagem do negro como elemento atrasado e anti-social, incentivando a elite a trabalhar pelo branqueamento da população. A situação permaneceu inalterada mesmo com a proclamação da República, ocorrida no ano seguinte (1889).

O diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, considerava a política brasileira mais adequada que a dos Estados Unidos.

*“Nos Estados Unidos, afirmou, os negros haviam sido “expulsos” da comunidade geral branca e forçados, assim, a organizar instituições próprias a fim de proteger-se. No seu estado de segregação, provaram também que eram prolíficos e dados à vida familiar. Ficava implícito, dessa maneira, que o elemento negro crescia ou, pelo menos, permanecia estável, embora não fossem apresentadas estatísticas. No Brasil, por outro lado, os negros eram desorganizados, “sem qualquer espécie de iniciativa, perdidos em estradas não mapeadas, como animais que se desgarram do rebanho” – o que fazia inevitável, felizmente, o desaparecimento do negro brasileiro” (Skidmore,1989:87).*

Skidmore relata ainda que os visitantes estrangeiros, inclusive o presidente norte-americano Theodore Roosevelt que esteve no país entre 1913 e 1914, ficavam positivamente impressionados com a solução encontrada pelos brasileiros, acreditavam que aqui estava ocorrendo um caso nítido do processo seletivo de Lamarck e Darwin. Mas a nossa elite criticava Lacerda, pois sua estimativa de tempo, um século, era muito elevada. Já Silvio Romero não acreditava na desapareção de índios, mestiços e negros em um século, era excesso de otimismo de Lacerda, dizia ele. Em 1888, havia previsto três ou quatro séculos e na época de Lacerda, já falava em seis ou oito se não mais, até que concluiu que os mestiços jamais desapareceriam, informa Skidmore (1989).

O racismo ganha mais força com Nina Rodrigues, médico baiano da Faculdade da Bahia, que realizou o primeiro estudo etnográfico sobre a população afro-brasileira. Ele não era favorável ao branqueamento (e não acreditava na possibilidade dele ocorrer fora da região sul), pois era adepto das idéias de degenerescência do mestiço.

*“Nessa época, escreveu um ensaio sobre uma pequena comunidade baiana, “Mestiçagem, Degenerescência e Crime” (1899), em que analisava uma família daquele local e buscava comprovar, a partir dela, como se pode encontrar a degenerescência a partir da mistura. Concluía ele que o pai era bêbado, sinal de degeneração; a mãe alienada, sinal de degeneração; um filho epiléptico, sinal de degeneração; outro filho era leitor de poemas – degeneração; a outra filha era solteirona – degeneração; e quanto ao último, concluía que não descobrira nenhum traço, mas que algum sinal de degeneração se apresentaria em alguns anos. Como se pode notar, nada escapa a essa ciência positiva e determinista” (Schwarcz, 1996:175).*

Contudo, Nina Rodrigues ganhou popularidade por ser adepto da teoria de Lombroso e desenvolver no Brasil a medicina legal. Acreditava que somente o perito criminal (médico) podia coordenar a elaboração do código criminal, pois sabia que as características raciais tinham influência sobre o comportamento criminoso. Negros e índios tinham uma responsabilidade menor pelos seus atos que os indivíduos brancos, pois teriam uma incivilidade inata. Com essas idéias, Nina Rodrigues justificava a razão pela qual negros e índios não podiam tornar-se civilizados como os indivíduos brancos. Segundo Telles (2003), em relação aos mulatos, Nina Rodrigues tinha dúvida na classificação, formando assim três categorias no interior desse grupo: superior, ordinária e degenerada ou socialmente instável. Contribuiu assim para evitar a divisão racial bipolar, na medida em que entre brancos e negros, haveria uma raça intermediária, os mulatos.

Por volta de 1910, surge a oportunidade do racismo ser banido do país, uma vez que o sistema político republicano começa a ser questionado. Se até o início da década de 90 havia no país uma estabilidade política, pois as crises financeiras e as diversas convulsões sociais tinham sido superadas, no final da década, diversos problemas ganham visibilidade. Entre os principais podemos destacar dois: a alta descentralização do poder, uma vez que os Estados, sobretudo os mais poderosos, governavam quase que com total autonomia; e a existência de eleições marcadas por práticas fraudulentas, predominando no interior as práticas coronelistas. Soma-se a isso a sucessão presidencial que ocorreria em 1910 sob a ameaça de perda do poder dos mineiros e paulistas que vinham se revezando na presidência praticamente desde o início da república, e o evidente atraso brasileiro. Segundo Skidmore (1989), a reação dos intelectuais da época podia ser dividida em três grupos: o primeiro considerava que a crítica ao Brasil tinha sido exagerada e que o Brasil progredia admiravelmente; o segundo constatava algum tipo de erro e tentava compreender a relação entre sua identidade nacional e o problema racial; o terceiro grupo rejeitava as presunções racistas, dizendo que o nosso país era diferente e que se resolvesse os problemas de sua etnia, na certa poderiam construir uma nação una e poderosa. Começa a ser esboçada uma reação ao determinismo racial e os valores nacionais passam a ser exaltados. O pioneiro aeronáutico, Santos Dumont, que morava na França há muitos anos e, segundo Skidmore (1989), comentava-se que ele falava melhor francês do que português, foi entusiasticamente saudado pela imprensa brasileira, em visita que fez ao país em 1903, como prova do gênio científico existente no Brasil. O Rio de Janeiro foi transformado em uma das cidades mais belas do mundo, estradas de ferro foram construídas, o ensino reformado e várias questões de fronteiras foram resolvidas.

Entre os intelectuais que procuravam romper com as idéias do determinismo racial, destacam-se Manuel Bonfim e Alberto Torres. Ambos acreditavam que o Brasil só poderia escapar ao seu relativo atraso por uma análise cuidadosa das causas históricas dessa situação. Segundo Skidmore

(1989), Manuel Bonfim admitia o atraso relativo da América Latina, o qual era causado por problemas herdados da era colonial. Os colonizadores espanhóis e portugueses não haviam se integrado na era moderna e isso influenciou os povos a eles subordinados. Outro problema residia no fato da nossa colonização ter sido predatória. Para Bonfim todas as teorias raciais não passavam de justificações do *status quo* pelos fortes, ainda de acordo com Skidmore. Criticava a elite brasileira por ela não prestar atenção aos problemas nacionais, sobretudo à falta de educação e de habitação.

*“A contribuição especial de Manuel Bonfim foi fazer do seu anti-racismo parte de uma posição nacionalista e antiimperialista. Os latino-americanos tinham rejeitado o racismo não só porque fosse cientificamente falso mas principalmente porque servia de instrumento aos estrangeiros para desmoralizá-los e desarmá-los. (...) Os latino-americanos haviam aceitado por demais freqüentemente as teorias raciais da sua própria inadequação, desprezando, em consequência suas populações nativas como intrinsecamente inferiores (...). (Aqui, Manuel Bonfim atacava a política populacional do Brasil, que se distinguia dos outros países latino-americanos por haver abandonado os ex-escravos, depois da Abolição). Além disso, acusava ele, os latinos-americanos tinham copiado indiscriminadamente instituições alienígenas, especialmente em política. (...) (Nisso, o Brasil, de novo, se singularizava, desta vez por sua constituição republicana, a qual Manuel Bonfim criticava como tentativa ingênua de aplicar o sistema federal norte-americano ao caótico regionalismo do Brasil)” (Skidmore, 1989:134-35).*

Alberto Torres também rejeitava as teorias raciais, era adepto da escola culturalista que emergia sob a liderança de Franz Boas. Para ele, a inferioridade étnica do Brasil era usada como um pretexto para que a elite não resolvesse os problemas da população: falta de educação, higiene precária e nutrição pobre. Um sintoma da alienação da nossa elite era, para Alberto Torres, a exploração estrangeira existente em nosso país. A elite precisava desenvolver uma nova mentalidade para que deixasse de tentar resolver os problemas do país tendo como molde as

nações desenvolvidas. Logo, ao invés de conceder privilégios aos imigrantes, era necessário investir na população local. Ainda conforme Skidmore (1989), Alberto Torres opunha-se à industrialização e até mesmo à urbanização. A verdadeira riqueza do Brasil só poderia vir da terra. Na esfera política, ele esboçou uma revisão constitucional advogando maiores poderes para a união. Tanto Manuel Bonfim quanto Alberto Torres, apesar de romperem com a explicação racial para o atraso do país, não desenvolveram um verdadeiro anti-racismo. Suas críticas se dirigiam basicamente à política praticada pelas elites, estavam preocupados com o futuro do país. Em nenhum momento esses autores focalizaram a questão racial propriamente dita (Alberto Torres nem mesmo acreditava que existia preconceito racial no Brasil), no discurso deles ela não se distinguia da questão social.

Surge então uma verdadeira preocupação com o desenvolvimento do país e a formação de uma nação brasileira, emergindo um pensamento nacionalista. Além das idéias já mencionadas, outros fatores influenciaram tal mudança. Do ponto de vista político e financeiro prevalecia a desorganização, períodos de estabilidade e de crise alternavam-se. A política imigratória, amplamente incentivada por essa mesma elite desde os tempos do Império, não havia apresentado resultados satisfatórios. Durante 1879 e 1920, a população brasileira nascida no exterior era relativamente pequena se comparada a de outros países de imigração, tais como o Canadá, os Estados Unidos e a Argentina. Do total de imigração registrada entre 1871 e 1920, o Brasil havia atraído apenas 8,3% dos imigrantes, enquanto o Canadá havia ficado com 11,9%, a Argentina com 15,1% e os Estados Unidos com 64,7%, conforme Skidmore (1989). Para agravar a situação, temia-se que os Estados Unidos, que havia se tornado uma grande potência mundial, invadisse o Brasil. Ao mesmo tempo, tem início a Primeira Guerra Mundial e o Brasil entra na guerra junto com os aliados. A elite brasileira logo percebeu que estava à margem do conflito, fato que serviu para reforçar a idéia de que era preciso resolver os problemas internos do país.

Ao mesmo tempo, uma nova geração de eugenistas brasileiros faz severas críticas às implicações simplistas do mendelismo aplicado à raça, desacreditando assim o conceito de raça em sua totalidade, informa Telles (2003). Os problemas sociais começam a ser focalizados nas primeiras décadas do século XX. Olavo Bilac, por exemplo, afirmava que o Brasil havia falhado na exploração do potencial do seu povo pela educação, segundo Skidmore (1989). Bilac insistia na necessidade de mobilização da população, uma das medidas que adotou foi implementar a lei que tornava o serviço militar obrigatório, para fortalecer o exército brasileiro. Afonso Arinos, escritor aristocrático, também destaca a necessidade de unidade nacional e afirma que a existência de uma raça dominada – os negros – não era empecilho para que tal tarefa fosse cumprida. Várias reformas no sistema educacional e na saúde são sugeridas nesse período. A formação de uma identidade nacional causava polêmica: enquanto alguns intelectuais defendiam o nativo brasileiro, outros continuavam presos ao ideal de branqueamento. Em 1916, por exemplo, Afrânio Peixoto escreveu *Minha Terra e Minha Gente*, um manual escolar que enfrentava os problemas da raça e do clima. Refutava o mito dos trópicos insalubres, quanto ao determinismo racial foi menos objetivo, não fez previsões, mas falou da necessidade de não desanimar e investir na educação, conforme Skidmore (1989). Quanto à elite brasileira, esta permaneceu até os anos 30, explicitamente obcecada pelo ideal de branqueamento e, conseqüentemente, preocupada em atrair imigrantes europeus para o Brasil (a entrada de imigrantes negros e asiáticos chegou a ser proibida por lei).

Na década de 20, uma geração mais jovem da elite brasileira se desenvolve. A crítica principal que ela fazia também era em relação ao sistema político brasileiro (identificavam-se com Alberto Torres), mas essa geração mostrava maior empenho para desenvolver um sentimento nacionalista. No mesmo período, o movimento modernista emerge no Brasil, trazendo à tona a preocupação dos literatos de buscar uma idéia nova do Brasil e do povo brasileiro. Várias obras



literárias passam a abordar questões nacionais, sobretudo aquelas peculiares a determinadas regiões. Mário de Andrade trata o regionalismo de forma irônica ao escrever em 1928 *Macunaíma* uma obra voltada para o folclore brasileiro que apresenta lendas, provérbios e ditos populares típicos da cultura brasileira. *Macunaíma* é também um herói formado pela junção das três raças (negra, índia e branca). Já Monteiro Lobato que havia desabilitado o caboclo quando escreveu *Jeca Tatu* em 1914, caracterizando essas pessoas como preguiçosas e ignorantes, em 1918 reimprimiu este ensaio numa coletânea intitulada *Urupês* e foi duramente criticado. Rui Barbosa, então candidato à presidência, usou a imagem do *Jeca Tatu* para atacar a ineficiência do governo em resolver os graves problemas sociais e econômicos do povo. Monteiro Lobato, conforme Skidmore (1989), tratou de rever sua posição e influenciado pelos reformadores da saúde pública escreve “*A Ressureição de Jeca Tatu*”. Desta vez, contava a história de um novo *Jeca* que depois de curado por um médico itinerante, transformava sua roça pelo trabalho duro, tornava-se feliz e saudável e viajava pelo mundo. A questão racial ainda continuava fora de cogitação, tratava-se do atraso do povo em sentido amplo. A única voz em defesa do negro partiu do antropólogo Roquete Pinto, ele dizia que a causa de desaparecimento dos negros era a ignorância em que estavam mergulhados. Assim como os negros dos Estados Unidos progrediam, o mesmo poderia ocorrer com os brasileiros, desde que tivessem educação apropriada. Informa ainda Skidmore (1989), que para ele o problema nacional não era transformar os mestiços em brancos, mas devia-se estudar e trabalhar a população aqui existente, fosse clara ou escura. Roquete Pinto rompera com todas as idéias do determinismo racial.

Na década de 30, a Alemanha nazista reinaugura o argumento da inferioridade de negros e judeus e a elite brasileira se contrapõe a tal posicionamento. A Ação Integralista Brasileira, partido político do período, que possuía uma linha anti-semita defendida por alguns de seus integrantes e a imprensa integralista que fazia propaganda nazista contra os judeus, tem suas

atividades reprimidas. O então presidente Getúlio Vargas proíbe qualquer tipo de atividade nazista no país. Vargas também tratou de promover uma maior integração da população:

*“(...) integrou de modo simbólico os negros e mulatos à cultura nacional brasileira, o que contribuiu para dissolver o protesto dos negros. Promovendo de forma ativa a glorificação nacional dos brasileiros de todas as classes e fazendo do carnaval e do futebol símbolos proeminentes da identidade nacional” (Telles, 2003:55).*

Destaca-se ainda que a Constituição Brasileira de 1934 foi a primeira a prever a igualdade de todos os indivíduos perante à lei, independentemente da cor ou raça de cada um.

É nesse período também, que os estudos sobre a população negra começam a ser realizados, apesar do enfoque ser culturalista. Artur Ramos, por exemplo, analisa a cultura afro-brasileira sob vários aspectos, tais como culinária, música, folclore, religião, entre outros. Mário de Andrade estuda o samba em São Paulo e Edson Carneiro as religiões africanas. O primeiro autor a estudar as relações raciais e o preconceito racial foi Gilberto Freyre que publicou em 1933 a obra *Casa Grande e Senzala*. Esse autor nega a tendência de fracasso da sociedade brasileira devido à composição racial da população e cria o mito da democracia racial, alegando que o povo brasileiro era o resultado da mistura das três raças (brancos, índios e negros), sendo que o convívio entre elas era bastante harmonioso. Segundo ele, não haveria preconceito racial no Brasil, pois o nosso sistema de escravidão difere daquele empregado em outros países, sendo muito mais brando. Prova disso, seria o elevado índice de miscigenação social da população brasileira o que comprovaria a existência de um caráter inclusivo na estratégia colonial portuguesa e a proximidade dos senhores e escravos, principalmente quando estes últimos trabalhavam na casa grande. As idéias de Gilberto Freyre eram bastante conservadoras uma vez que mantinha a opinião sustentada pela elite de que não existia preconceito racial no Brasil e continuava a apostar na possibilidade de branqueamento da população.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, devido à tendência de abandono do racismo, a UNESCO patrocinou, em 1950, uma série de pesquisas em que se procurava demonstrar a convivência harmoniosa das diferentes raças no Brasil. O objetivo era utilizar o nosso país como um exemplo da possibilidade de existência de uma democracia racial. De acordo com Guimarães (1999B), os estudos realizados nesse período podem ser separados em duas correntes principais. De um lado, Donald Pierson, Charles Wagley e Thales de Azevedo (escola baiana) que negam a existência de discriminação racial, defendendo o preconceito de classe. Por outro, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto e Oracy Nogueira (escola paulista) que admitiam o preconceito de cor e não de raça, mas o consideravam como algo transitório. A obra de Thales de Azevedo “*As Elites de Cor*”, um estudo sobre a ascensão social de negros e mulatos na sociedade baiana, escrita em 1955 é bastante representativa da interpretação do primeiro grupo. O autor afirma que a convivência entre os diversos grupos de cor que compunham a sociedade baiana era marcado por tensões sociais mínimas, dificilmente existindo hostilidades ou segregações ativas. Os imigrantes eram absorvidos no meio social baiano e casavam-se com os brasileiros, contribuindo assim para ausência de conflitos ( e também para o branqueamento da população, pois para o autor ao que tudo indicava os negros desapareceriam da Bahia). Porém, existiam antagonismos entre pretos e mulatos os quais eram interpretados como disputas de classe uma vez que esses últimos tinham um *status* elevado e os escuros queriam melhorar sua classificação na sociedade. A “cor era um acidente”, sendo meramente física e sem valor, por isso a consciência de classe suplantava a de cor. Thales de Azevedo concordava com Pierson sobre a opinião de que os baianos aproximavam-se ou distanciavam-se em função do seu *status* e não de sua cor ou raça. O que ocorria é que as classes superiores eram formadas predominantemente por indivíduos brancos ou socialmente brancos (mulatos) e as inferiores, por negros. Sobre as possibilidades de ascensão social concluiu que:

*“(...) como a sociedade baiana é uma sociedade multiracial de classes, em que realmente não há castas, isto é grupos fechados, cujos componentes são hereditariamente classificados e não tem possibilidade de mudar a sua localização social ou de passar para outros grupos, as pessoas de cor tem o seu status condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com os brancos” (Azevedo, 1955:195).*

Azevedo explicava também a inexistência de conflitos pela natureza do nosso sistema escravista. Marvin Harris, aluno de Charles Wagley, dizia que tal interpretação revelava “o mito do senhor benévolo”, conforme Skidmore (1989).

A segunda corrente alegava que a democracia racial iria se desenvolver na medida em que a sociedade de classe também se desenvolvesse. Segundo Guimarães (1999B), Oracy Nogueira e Costa Pinto divergiam sobre os efeitos do preconceito então existente. Para o primeiro, considerando que o preconceito se fundava nas diferenças físicas e não de origem, tinha pouca influência sobre as oportunidades de vida de pretos e mulatos. Já o segundo, acreditava no caráter prejudicial de sua manifestação, uma vez que era uma aparência formal da luta de classes. Florestan Fernandes, por sua vez, concordava com Oracy Nogueira que o preconceito era de cor e não de raça, mas em relação aos efeitos desse preconceito, tinha a mesma postura de Costa Pinto. Florestan (1966) dizia ainda que a miscigenação era um mecanismo mais ou menos eficaz na absorção dos mestiços e mostrava seu valor como técnica de dominação racial, mantendo o equilíbrio das relações raciais e assegurando a continuidade da ordem escravista. Assim, a sociedade brasileira teria passado por um ajustamento racial.

*“Na verdade, nos acostumamos à situação existente no Brasil e confundimos tolerância racial com democracia racial. Para que esta última exista não é suficiente que haja alguma harmonia nas relações sociais de pessoas pertencentes a estoques raciais diferentes ou que pertencem a “Raças” distintas. Democracia significa, fundamentalmente, igualdade social, econômica e política” (Fernandes, 1966:40).*

Contudo, o que havia de mais evidentes nas atitudes do brasileiro diante do preconceito racial, era, segundo Fernandes (1972), o “preconceito de ter preconceito”, o que gerava uma acomodação contraditória:

*“ O “preconceito de cor” é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratique do que para quem seja sua vítima. A liberdade de preservar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos, porém, é tida como intocável, desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas (mantendo-se como algo “íntimo”; que subsiste no “recesso do lar”; ou se associa a “imposições” decorrentes do modo de ser dos agentes ou do seu estilo de vida, pelos quais eles “têm o dever de zelar”)” (Fernandes, 1972:24).*

Na década de 70 a idéia de harmonia racial já havia sido refutada por diversos autores, até mesmo Thales de Azevedo reviu sua opinião e na obra “*Democracia Racial: ideologia e realidade*”, publicada em 1975, reconhecia que os casos de discriminação racial, apesar de serem minimizados pela opinião pública e pelos órgãos estatais, não tinham nada de esporádicos e anômalos. Além disso, a discriminação não atingia somente os pretos pobres, mas a todos os não-brancos de forma indistinta. Refutava assim “(...) a teoria de C. Degler segundo a qual a discriminação atinge o preto e poupa o mestiço no Brasil, de tal modo que, ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil, o mulato não é “nem preto, nem branco” e constitui uma categoria à parte do negro” (Azevedo, 1975:55). No mesmo período, Florestan Fernandes publicou a obra “O negro no mundo dos brancos” (1972) e demonstrou que o desenvolvimento de uma ordem social competitiva não havia solucionado os problemas raciais. Não havia portanto uma relação direta entre desenvolvimento e a questão racial.

*“Tudo se passou, historicamente, como se existissem dois mundos humanos contínuos, mas estanques e com destinos opostos. O mundo dos brancos foi profundamente alterado pelo surto econômico e pelo*

*desenvolvimento social, ligados à produção e à exportação do café, no início, e à urbanização acelerada e à industrialização, em seguida. O mundo dos negros ficou praticamente à margem desses processos sócio-econômicos, como se ele estivesse dentro dos muros da cidade mas não participassem coletivamente de sua vida econômica, social e política” (Fernandes, 1972:85).*

Em suma, Florestan Fernandes concluiu que uma ordem social competitiva não oferecia condições igualitárias de disputa: aqueles que estão melhor posicionados na estrutura sócio-econômica têm maiores oportunidade de se beneficiar com as vantagens que são oferecidas, ou seja, eles são privilegiados em relação à grande massa que apresenta uma melhora muito tênue na sua forma de participação na sociedade. Assim, a expansão dessa ordem tendia a agravar as desigualdades econômicas, sociais e políticas, em termo de classe, de raça ou de região. Logo, a solução para a questão racial passaria necessariamente pela tomada de consciência da população negra, para que esse grupo se organizasse e modificasse a estrutura até então vigente.

Os estudos acima mencionados não provocaram profundas alterações no pensamento da elite, sendo possível identificar inclusive uma continuidade de defesa do ideal de branqueamento, segundo Skidmore (1989). No Censo de 1970, por exemplo, o critério raça não foi abordado, sendo considerado irrelevante. Tal postura demonstra indícios de que:

*“Os formadores de opinião vivem ainda com o legado intelectual do compromisso que seus pais e avôs fizeram um dia com a teoria racista. Acreditam ainda, implicitamente, num Brasil mais branco, mesmo que tenha deixado de ser respeitável falar nisso. Herdaram uma sociedade multirracial rica em complexidade, mas não conseguiram encontrar uma nova rationale para descrever ou justificar o seu futuro” (Skidmore, 1989:239).*

Além disso, apesar da idéia de democracia racial já estar presente na obra Casa Grande e Senzala, será apenas em 1962 que Gilberto Freyre empregará o termo pela primeira vez, segundo

Telles (2003). Esse conceito virou um dogma no regime militar, pois ele era invocado para reprimir as ações do movimento negro e para exilar os acadêmicos brasileiros que investigavam a questão racial, informa o mesmo autor. Houve nesse período uma negação radical do racismo, sendo proibido qualquer tipo de protesto, pois o governo militar via o movimento negro como uma ameaça à segurança nacional. Não queriam que ele se tornasse algo semelhante ao movimento dos direitos civis dos negros dos Estados Unidos. Assim, procurou-se exaltar as formas de cultura, a umbanda ganhou maior legitimidade e os nossos heróis negros do futebol eram celebrados. Enquanto isso nos Estados Unidos ocorria uma série de conflitos raciais, sendo que os principais líderes anti-racistas foram assassinados. Desde 1964 até o final dos anos 70 houve uma lacuna nos estudos sobre a questão racial. “Skidmore (1985) crê que o exílio forçado de Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni foi causado principalmente por questionarem o consenso nacionalista sobre raça” (Telles, 2003:61).

O que torna peculiar o caráter do nosso racismo são dois fatores: primeiro, apesar de haver uma política de branqueamento da população, o racismo e o preconceito sempre foram negados e, segundo, (uma decorrência do primeiro) não existiram aqui conflitos entre brancos e negros expressos abertamente em termos raciais e mesmo os atos de discriminação mais explícitos, nem sempre eram explicados somente pela raça (quase sempre a condição social podia ser vista como algo importante). Isso possibilitou a manutenção de uma hierarquia social, ao evitar qualquer tipo de conflito, e abriu oportunidade para que a questão racial fosse vista não como algo específico, mas como mais um problema social. Sem dúvida, essas duas questões, racial e social, interpenetram-se, mas isso não significa que a solução de uma delas resolverá imediatamente a outra. Porém, foi justamente essa idéia que desde o fim da Abolição foi defendida pela nossa elite, até porque uma delas (a racial), como vimos, desapareceria naturalmente.

A antielite brasileira que se desenvolveu na década de 20 procurou atacar as causas do atraso do nosso país. Todavia, o molde das políticas que empregavam para resolver os problemas sociais era universalista, ou seja, mais uma vez a questão racial foi negligenciada. A produção intelectual da época não dava motivos para que a postura adotada fosse diferente. O quadro começa a mudar quando as ciências sociais passam a se interessar pelos afro-brasileiros. Num primeiro momento, o efeito de tal interesse foi negativo, pois apesar da idéia de convivência harmoniosa entre as raças já existir, Freyre tratou de sistematizá-la, enfatizando a mistura racial. Porém, ele não mencionou que na nossa fábula das três raças, como alerta DaMatta (1987), “(...) o branco está sempre unido e em cima, enquanto o negro e o índio formam as duas pernas da nossa sociedade, estando sempre abaixo e sistematicamente abrangidos (ou emoldurados) pelo branco” (p.82). Já o mestiço, que não é preto nem branco, conforme DaMatta (1987), serviu para intermediar e conciliar as posições polares do sistema racial. A existência da miscigenação da população brasileira apontada por Gilberto Freyre é inegável, porém a simetria das relações está muito longe de ser verdadeira.

Foi exatamente a assimetria das relações raciais que pode ser percebida nos estudos realizados a partir da década de 50. Contudo, como veremos mais adiante, a discussão que se faz atualmente sobre a questão racial no Brasil ainda apresenta pontos de continuidade com o mito da democracia racial.

## 2.1 Rio Grande do Sul - um território híbrido do racismo

A questão do racismo no Rio Grande do Sul precisa ser destacada não apenas porque esse local foi o campo de investigação da pesquisa, mas também porque esse Estado apresenta algumas peculiaridades em relação ao restante do país, sendo que podemos mencionar duas



principais: um processo de colonização diferenciado e uma integração tardia à nação brasileira. Como demonstraremos a seguir, esses fatores contribuíram para que nessa região a questão racial fosse “tratada” de forma diferenciada.

A colonização oficial do Rio Grande do Sul tem início somente em 1737, mas antes desse período já havia uma população local relativamente organizada. Isso porque, no século XVII os jesuítas espanhóis da Companhia de Jesus criaram na região das missões a república cristã-guaraníca. Milhares de índios foram atraídos para essa área e, em pouco tempo, foi atingida uma eficácia na produção de artigos, possibilitando sua comercialização nos mercados externo e regional. Portugal, por sua vez, criou em 1680 a Colônia de Sacramento, pois tinha interesse em acabar com o monopólio espanhol de exploração dos minérios da região do Prata. Os portugueses passaram a conceder sesmarias nas zonas de campo, onde se instalaram as invernadas. Mas, esse projeto não tinha sustentação financeira para ser levado adiante. Além disso, os habitantes dessa área colonial plantavam apenas para sua subsistência, uma vez que praticamente não havia mercado consumidor para os seus produtos. Segundo Ribeiro (1999) a maioria dos colonos portugueses tornou-se matuto, ajustando-se a um modo de vida mais próximo daquele dos indígenas do que dos tradicionais habitantes da ilha dos açores. Alguns poucos açorianos empreendedores conseguiram levar adiante o cultivo de cereais, fazendo-se comerciantes de mantimentos, informa o autor. Esse movimento mercantil possibilitou uma maior integração dos vilarejos que surgiam e do sistema econômico da região. Por outro lado, nas áreas de dominação espanhola do Estado, a exploração do gado selvagem atraía os núcleos sulinos, aumentando sua órbita de influência, conforme Ribeiro (1999). A região foi também fortemente militarizada devido à intensificação dos conflitos entre portugueses e espanhóis e as constantes disputas com o Uruguai e a Argentina pela delimitação de fronteiras. De qualquer modo, a mistura de índios com os colonizadores portugueses e espanhóis dá origem aos primeiros gaúchos, especialistas na

exploração do gado. Segundo Ribeiro (1999) eles não se identificavam com nenhuma das etnias que lhes deu origem, sendo portanto uma etnia aberta à agregação de outros grupos.

Nessa primeira fase da colonização, o poder central prestava pouca atenção ao Estado. Primeiro, porque a economia da região não produzia nenhum tipo de gênero alimentício ou de outra espécie que pudesse entrar para a pauta de exportações. Segundo porque sua localização geográfica tornava o acesso a essa localidade bastante difícil. Os conflitos que se desenvolviam no Rio Grande do Sul afetavam mais as estâncias e sua formação de rebanhos do que a pátria.

*“Assim, cada estancieiro de um ou outro lado da fronteira se fez um caudilho, entricheirado em seu rancho com seus gaúchos, sempre pronto a engajar-se nas correrias que punham a salvo o seu rebanho e às vezes permitiam crescê-lo com o que arrebatasse de outra banda” ( Ribeiro, 1999:419).*

Os caudilhos sulinos podiam ser vistos como brasileiros, informa o autor, na medida em que se opunham aos castelhanos nas diversas disputas, mas assemelhavam-se muito aos seus homônimos do Uruguai e da Argentina. Não havia ainda uma identificação com o governo imperial, pois eles tinham interesses próprios que não eram atendidos de forma satisfatória pelo poder central.

Uma integração mais estável surge apenas no final do século XVIII quando as minas de ouro são descobertas na região das gerais e assim abre-se um mercado para o gado em pé, na medida em que se fez necessário animais para carga e para o transporte de alimentos. Desse modo, diversos aventureiros vieram para o Estado em busca de gado e também de índios para escravizar. Os antigos beneficiários das sesmarias concedidas por Portugal regularizam a propriedade e formam as primeiras estâncias, grandes propriedades de terra. Segundo Guazelli (1998), as sesmarias não eram grandes propriedades, mas os beneficiários costumavam pedir uma para cada membro da família, além disso, como a maioria dos beneficiários eram comandantes militares fronteiriços, eles ocupavam a terra dos posseiros com bastante facilidade. A assinatura

de tratados com os espanhóis permitiu também que eles se apropriassem de terras devolutas. As pessoas que não tinham como comprovar a propriedade da terra onde viviam precisavam deixar clara a existência de uma relação de trabalho, caso contrário, eram enquadrados como foras-da-lei. Um grande contingente populacional foi expulso de suas terras e os tradicionais gaúchos que permaneceram trabalhando nas fazendas tornaram-se peões.

Quando a região das minas entra em decadência, o Rio Grande do Sul lança um novo produto no mercado nacional: o charque. O crescimento das charqueadas valorizou o gado e contribuiu para que sua exploração fosse industrializada. Ao mesmo tempo, esse tipo de produção exigia um trabalho muito mais intenso (mais horas, mais trabalhadores e maior esforço físico), por esse motivo foi introduzida a mão-de-obra escrava. Segundo Cardoso (2003), nas áreas do Brasil Meridional cuja economia se articulava com a economia colonial já havia utilização regular de negros escravos; nas outras, a utilização era insignificante. Informa ainda o autor que nas povoações e vilas que se desenvolviam em torno dos pontos fortificados também se utilizavam negros nos serviços domésticos e nas tarefas urbanas. “Os ofícios e os serviços urbanos ligados ao comércio e ao transporte de mercadorias eram exercidos exclusivamente pelos negros” (Cardoso, 2003:83). O número de negros livres era bastante reduzido. Houve, portanto, negros no Rio Grande do Sul desde o início do processo de formação do Estado. Mas, é somente a partir de 1780, com a indústria do charque, que a sociedade gaúcha passa a ter como base a mão-de-obra escrava, aumentando assim a proporção de negros na população.

É importante destacar que os negros participaram ativamente na Revolução Farroupilha que ocorreu entre 1835 e 1845. Muitos acreditam que isso revela um caráter diferencial na relação entre escravos e senhores, mas Bakos (1985) adverte que a visão da sociedade gaúcha em relação aos negros era a mesma que predominava no restante do país, ou seja, o escravo ou era percebido como mercadoria ou como elemento potencialmente perturbador da ordem. A autora informa

ainda que a utilização de escravos negros como soldados já ocorria no Brasil desde o século XVII, de modo que, nesse sentido, a revolução não trazia nenhuma novidade. Mais de um terço ou até a metade dos negros escravos participaram da Revolução, além de negros livres, conforme Cardoso (2003). Contudo, tal inserção trouxe mais prejuízos do que benefícios para esse contingente populacional. Em primeiro lugar, os negros escravos foram usados pelo governo imperial para minimizar a força dos farroupilhas. Assim, em 1837 foi decretado que os farrapos negros que desertassem receberiam anistia desde que se apresentassem às autoridades imperiais. Esses escravos ficariam isentos do serviço militar e livres da escravidão, mas seriam transportados para outras províncias para evitar represálias, conforme Leitman (1985). Os escravos que não aceitassem se beneficiar da vantagem de sair do Estado receberiam de 200 a 1000 açoites, caso fossem capturados, e seriam enviados para o Rio de Janeiro, podendo ser devolvidos aos seus proprietários se estes os reclamassem, ainda segundo Leitman. A mesma política foi seguida em 1841 pelo governador da província.

Em segundo lugar, foram iludidos por promessas dos Farrapos, que para responder ao desafio do governo imperial também passou a prometer-lhes liberdade. Muitos negros passaram a se identificar com a causa dos líderes Farroupilhas, mas esses últimos não estavam dispostos a fazer nenhuma revolução social, lutavam apenas pelos seus interesses. A abolição da escravidão e as promessas de igualdade serviam apenas para ajudar a atrair os negros. Contudo, após transformarem uma grande massa de negros em soldados, os Farroupilhas perceberam que seria impossível fazê-los retornar à condição de escravos, dificilmente eles voltariam a aceitar a subordinação que a vida servil exigia. Ao mesmo tempo em que os negros não serviam mais para escravos, também não deveriam ser promovidos a cidadãos. No projeto da Constituição da República dos farroupilhas eram considerados como tal apenas os homens livres, os escravos e os libertos nem sequer eram mencionados, conforme Bakos (1985). A exceção era feita aos

empregados no serviço civil e militar da República que também eram considerados cidadãos, informa a autora.

A questão dos negros tornou-se mais preocupante ao se aproximar o fim da guerra. Temia-se que eles mantivessem a revolta por sua própria conta e incitassem outros cativos a participar. Havia ainda o perigo deles unirem-se ao governo Uruguaio e futuramente atuar contra o Império. Formou-se um consenso entre os líderes farroupilhas e os generais do governo central que deveria ser dada a liberdade para os negros farrapos, mas era necessário controlá-los de alguma forma. Então Duque de Caxias fez uma negociação com David Canabarro, o principal general farrapo, para acabar com a guerra. “De comum acordo decidiram destruir parte do exército de Canabarro, exatamente seus contingentes negros, numa batalha pré-arranjada, conhecida como a “Surpresa dos Porongos”, em 14 de novembro de 1844” (Leitman, 1985:75). O autor relata ainda que Caxias orientou o comandante da operação para que o sangue brasileiro fosse poupado, particularmente de índios e brancos, pois esses poderiam ser úteis no futuro. Nessa batalha, de cada cem homens mortos, oitenta eram negros. Por um lado, abriu-se caminho para o fim da revolução e para que a Paz de Ponche Verde fosse assinada alguns meses depois; por outro, o “problema” não havia sido resolvido, pois os negros ainda formavam a força principal do exército de Canabarro. Isso serviu como pretexto para que a corte ordenasse que os negros farrapos fossem levados para o Rio de Janeiro. Leitman (1985) informa que provavelmente esses negros tenham se tornado escravos da nação, trabalhando num arsenal do Rio de Janeiro.

Os líderes farroupilhas por sua vez continuaram utilizando mão-de-obra escrava:

*“Veja-se o caso, muito conhecido, de Domingos José de Almeida, que transfere os escravos de sua propriedade do Brasil para o Uruguai. Bento Gonçalves, ao mesmo tempo em que solicita como condição de paz ao governo imperial a liberdade dos escravos que estão a serviço da República, deixa, como*

*herança ao morrer em 1847, 53 escravos em sua fazenda de Camaquã” (Bakos, 1985:94).*

A autora relata ainda que uma reportagem do jornal gaúcho “O Tição” de 1979 trazia uma matéria informando que apenas cento e vinte escravos assistiram a paz final da revolução e, em seguida, foram mandados pelo Barão de Caxias para servir nos regimentos de cavalaria de linha da Província. Pouco tempo depois, eles enfrentariam os soldados de Oribe e Rosas na luta contra a Argentina e o Uruguai. Os negros libertos que conseguiram permanecer no Rio Grande do Sul não tiveram nenhuma oportunidade de se inserir em novas posições na sociedade. O projeto de lei de 1846 que regulamentava a instrução primária, por exemplo, proibia o acesso a ela dos menores de seis anos de idade, dos portadores de doenças contagiosas e dos negros, mesmo que esses fossem livres, segundo Bakos (1985). Concluí-se portanto que a Revolução Farroupilha foi um golpe para a população negra, pois muitos foram dizimados e outros tantos foram expulsos do Rio Grande do Sul. Os poucos negros farrapos que aqui permaneceram ficaram em situação análoga a que viviam anteriormente ou ainda pior, quando não retornavam a conviver com seus antigos patrões. É provável que tenham existido algumas exceções. Quanto à proporção de escravos, antes da revolução era ligeiramente superior a que se encontrava quase quinze anos após o seu encerramento: segundo Cardoso (2003), em 1814, 29% da população gaúcha era escrava e em 1862 esse percentual ficava em 27,3%, uma variação muito pequena e que não pode ser explicada somente pela conquista da liberdade.

A questão servil, assim como no resto do país, não foi diretamente discutida. No Rio Grande do Sul ela também veio à tona em torno do problema da mão-de-obra. A expansão da lavoura cafeeira provocou uma enorme evasão de escravos: em 1884 havia sessenta mil escravos, três anos depois, restavam apenas oito mil e quinhentos no Estado. Como alerta Cardoso (2003), havia uma quantidade não desprezível de trabalhadores disponíveis (matutos, índios, negros,

entre outros que foram perdendo – ou nunca tiveram – lugar nas atividades produtivas), mas preferiu-se a imigração, pois grande parte da elite queria algo mais do que povoar ou dispor de mão-de-obra, desejavam renovar o processo e as relações de trabalho. Esperava-se que os imigrantes trouxessem o progresso e a civilização. Nessa época já havia um número considerável de estrangeiros na região, pois após a independência do Brasil, o governo central os direcionou para a região sul, visando aumentar a ocupação territorial. Seyferth (1996) informa que o país recebeu menos de vinte mil imigrantes europeus e cerca de seis mil foram encaminhados para a região sul. As colônias alemãs no RS e SC, como São Leopoldo, Blumenau e D. Francisca eram exemplos de experiências bem sucedidas e os alemães foram vistos como símbolos de colonos eficientes, informa a autora. Ela afirma ainda que até 1889 a instalação de imigrantes em outras áreas foi ocasional. O único problema existente foi o estabelecimento de colônias inicialmente homogêneas – principalmente “alemãs” e “italianas” – com presença mínima de brasileiros natos. Além desses imigrantes praticamente não manterem contato com o resto da sociedade, as áreas de colonização não ficavam próximas aos grandes latifúndios, impossibilitando assim que os senhores de terra fizessem algum tipo de intervenção nos seus modos de vida.

*“Cada grupo pode, por isso, organizar autonomamente sua própria vida, instalar suas escolas e igrejas, constituir suas autoridades, formando as primeiras gerações ainda no espírito e segundo as tradições dos pais e avós imigrados. Vivendo ilhados, o próprio domínio da língua portuguesa só seria alcançado muito mais tarde, como meio de comunicação com os brasileiros e entre os próprios colonos de diferentes idiomas. Tensões herdadas do mundo europeu também opunham essas etnias umas às outras, por discriminações que contribuía para segregá-las ainda mais” (Ribeiro, 1999:438).*

A crise da pecuária, intensificada após 1870, abalou a hegemonia da região da campanha que começou a conhecer um processo de estagnação. Já a região ocupada pelos imigrantes prosperava, uma vez que a produção era diversificada e se ajustava as condições de mercado.

Assim, embora a integração entre eles e o restante da população sulina fosse baixa, a economia praticada ajudou a abrigar o extremo sul na medida em que ativou economicamente áreas até então desabitadas, contribuindo assim para melhores intercâmbios com o resto do país.

Esse processo de formação do povo gaúcho acabou por determinar uma profunda heterogeneidade da população local. Quando a assimilação e a mistura tornaram-se palavras chave do discurso nacionalista, a concentração de imigrantes no sul do país, começou a ser atacada. Os alemães se transformaram em perigo potencial para a nacionalidade, pois tinham uma “consciência nacional” pautada por valores estranhos à brasilidade, segundo Seyferth (1996). Na prática não existiam colônias homogêneas no final do século XIX, mas o número de brasileiros nato nessas regiões continuava sendo quase insignificante, situação que não mudou com a República. Silvio Romero, ainda segundo a autora, alegava que havia uma “crescente desnacionalização do Brasil meridional”. Para ele as políticas de imigração e colonização deviam estar voltadas para as gentes latinas – da Espanha, Portugal e Itália. Os alemães eram irredutíveis à assimilação, logo serviam para colonizar, mas eram ameaça à nacionalidade. Essa situação de marginalidade étnica dos núcleos de colonos foi explorada antes e durante a Segunda Guerra pelos governos dos seus países de origem. Os movimentos nazistas e fascistas, por exemplo, segundo Ribeiro (1999), montaram serviços de propaganda e estimularam o surgimento de organizações terroristas dedicadas a uma intensa doutrinação ideológica, nacionalista e racista. Para fazer frente a essa dissociação o ensino da língua vernácula tornou-se obrigatório nas escolas e os jovens imigrantes foram recrutados para servir nas forças armadas, conforme o autor. Partindo para os grandes centros urbanos, essa juventude alargou sua visão do país e isso contribuiu para facilitar uma identificação nacional.

De qualquer modo, no Rio Grande do Sul também foi realizado um processo de elaboração cultural para representar o habitante típico da região: o gaúcho.



*“No período colonial, o habitante do Rio Grande era chamado de guasca e depois de gaudério, possuindo este último termo um sentido pejorativo referido aos aventureiros paulistas desertores das tropas regulares que adotaram a vida rude dos coureadores e ladrões de gado. Na verdade eram vagabundos errantes e contrabandistas de gado numa região de fronteira bastante móvel, em função de conflitos entre Portugal e Espanha. No final do século XVIII, eles são chamados de gaúchos, vocábulo que mantém a mesma conotação pejorativa até meados do século XIX quando, após a organização da estância, passa a significar o peão e o guerreiro com um sentido enomiástico.” (Meyer apud Oliven, 1996:38).*

Segundo Oliven (1996), a figura do gaúcho refere-se ao cavaleiro e ao peão de estância da região sudoeste do Estado. Na sua construção social faz-se referência constantemente a sua vida nos campos, a utilização de cavalos, as disputas territoriais que se envolviam, é destacada a sua virilidade, sua bravura para enfrentar o inimigo e a natureza, sua lealdade e sua honra, informa o autor. Ele relata ainda que Oliveira Viana afirmou que o campeador rio-grandense possuía características especiais e uma mentalidade específica que o diferenciava dos outros tipos sociais do restante do país. Tal diferença seria resultado do meio ambiente e da superioridade política adquirida pela experiência de guerra e isso fez do Rio Grande do Sul um verdadeiro exemplo de democracia. Saint-Hilaire acrescentou ainda a idéia de democracia racial:

*“(...) não há creio, em todo Brasil, um lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximo deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante.(...)” (Saint-Hilaire apud Oliven, 1996:40).*

O conhecimento da realidade da escravidão fez Saint-Hilaire relativizar a sua opinião e concordar com outros observadores que havia boas condições de vida nas estâncias, mas não nas charqueadas. Porém, analisando a literatura existente sobre o tema, é mais correto afirmar que os

escravos das fazendas desempenhavam tarefas menos árduas, porém isso não significa que sua condição de vida fosse satisfatória<sup>9</sup>.

O principal elemento que diferencia a questão racial no Rio Grande do Sul foi a completa falta de assimilação da população negra. Em primeiro lugar o processo de construção de identidade deixou de fora esse contingente populacional, como se não houvesse negros nessa região ou como se eles não tivessem dado nenhum tipo de contribuição (nem mesmo com o trabalho escravo). Ao definir o gaúcho, a elite não se preocupou sequer em garantir uma integração simbólica como ocorreu no resto do país. No folclore gaúcho, de acordo com Oliven (1996) a presença mais marcante do negro está na lenda do Negrinho do Pastoreio<sup>10</sup>, mas essa fábula não possui nenhum elemento afro-brasileiro. É verdade que os imigrantes também foram inicialmente esquecidos, mas a historiografia oficial sempre destaca as suas contribuições para o desenvolvimento do Estado. Quanto aos negros, eles se tornaram praticamente invisíveis. Isso não significa que episódios de discriminação não ocorram. Oliven (1996) relata alguns exemplos: o Grêmio, clube de futebol da capital, era acusado de racismo por não aceitar jogadores negros nos seus primeiros anos de existência; quando uma mulher negra, Daisy Nunes, ganhou o título de Miss Brasil alguns alegavam que o concurso estava sendo desvalorizado. Todavia, não se pode afirmar que há uma intolerância absoluta com relação aos negros. O mesmo autor destaca que o autor do Hino do Grêmio é um músico negro, Lupicínio Rodrigues. Relata ainda que muitos festejaram a escolha de uma *miss* negra e interpretaram tal episódio como prova da ausência de racismo tanto no Rio Grande do Sul, quanto no Brasil. Percebe-se assim que aqui as relações

---

<sup>9</sup> Para mais detalhes ver: MAESTRI, Mário. O escravo gaúcho: resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1993.

<sup>10</sup> A lenda conta a história de um menino escravo que sofre uma série de castigos por ter perdido uma corrida de cavalo na qual o dono havia apostado muito dinheiro. O negrinho recebe uma série de tarefas como castigo (entre elas vigiar um pastoreio) e pensa em Nossa Senhora para ajudá-lo. O filho do seu patrão impede que tal tarefa seja cumprida e ele acaba sendo duramente açoitado. Em seguida o negrinho é colocado sobre um formigueiro. Quando o patrão vai procurar o corpo do menino ele não está mais no local, pois havia ressuscitado.

raciais também causam situações e interpretações paradoxais. Os estudos existentes até o momento não permitem comparação entre o grau de racismo existente nas diversas regiões do país, mas, sem sombra de dúvida, o negro gaúcho foi afetado por um duplo mecanismo de exclusão: sócio-econômico e simbólico.

## 2.2 A discussão racial contemporânea

A principal questão discutida pelos estudiosos das relações raciais no momento atual é sobre a importância (ou o papel) da raça nas relações sociais. “Determinar se esse papel é de epifenômeno (superestrutural) ou está no cerne das relações de produção (estrutural) tem sido uma grande fonte de tensão entre as visões do papel da raça nas sociedades pluralistas, conforme elas se baseiem na classe ou na raça” (Hanchard, 2001:47). A primeira abordagem (superestrutural) remete a uma idéia de discriminação por classe, ou seja, o problema do negro funde-se com o problema social. A base para discriminação não está na cor ou raça dos indivíduos, mas na posição social: os pobres são discriminados e como a maioria dos negros são pobres eles se tornam as principais vítimas. Os defensores de tal abordagem também não acreditam no poder explicativo da categoria raça, preferindo utilizar o termo cor. Já a segunda, estrutural, faz referência de modo mais explícito à idéia de discriminação racial. Nessa perspectiva, a pertença racial é mais importante para que se entenda as relações sociais entre brancos e negros do que o *status* social de cada um desses grupos. Logo, concordam com a constatação de Thales de Azevedo (1975) de que a discriminação atinge indistintamente todos os não-brancos, mesmo que eles não sejam pobres. Ao mesmo tempo defendem o uso da categoria raça e não cor para analisar o racismo no Brasil.

Começaremos com Peter Fry e Ivonne Maggie, defensores da abordagem superestrutural. Segundo esses autores, para que se compreenda a natureza das relações raciais no Brasil, é

preciso considerar o impacto social de três mitos que foram largamente difundidos ao longo de nossa história: o mito de origem (chamado de “Fábula das três raças”, por DaMatta), o mito do branqueamento e o mito da democracia racial. “Esses mitos criam a linguagem da mistura, da indistinção no ideal de branqueamento e organizam o discurso da sociedade como um todo, afetando pessoas de todas as classes e cores” (Maggie, 1996: 226-27). Assim, eles contribuíram para que haja uma maior proximidade e maior integração das diferentes raças no Brasil, segundo a autora. Ela utiliza a cultura como exemplo, mencionando que a existência de uma cultura afro-brasileira demonstra que os negros não vivem de forma isolada e autônoma, pois dela participam tanto brancos quanto negros. Além disso, diversos símbolos da cultura brasileira, como por exemplo, o samba, a umbanda, o candomblé, o carnaval, etc., são originários da cultura negra.

Outro motivo para a raça ter importância diminuta nas relações sociais, está no fato do nosso sistema classificatório enfatizar a cor das pessoas. Segundo Maggie (1996), os escravos trazidos da África eram classificados em termos de cor e origem, tais como preto mina, preto angola, etc., negro é um termo que surge apenas na segunda metade do século XIX para designar os escravos fujões. Preto era praticamente um sinônimo de escravo, logo definia também uma posição social. Porém, com o fim da escravidão e a transformação dos escravos (ou dos pretos) em homens livres a classificação por cor tornou-se problemática. A solução foi dar um significado biológico ao termo. A diferença entre as pessoas livres agora devia ser designada através da homologia entre cor e biologia. Por isso, a cor foi associada à diferença física entre brancos e negros e também à hierarquização social e cultural.

“Entre os pretos e brancos estão os pardos e mais uma vez aparece o mito de origem que fala em origens e mistura. No entanto, esses termos aparecem quase sempre como atos falhos, ou no provérbio racista, ou no xingamento. Nosso ideal de democracia racial, nosso mito de democracia racial, obriga-nos a desviar o olhar dessa posição porque ela decalca posições sociais desiguais entre pretos e brancos” (Maggie, 1996:229).

A intenção de Maggie não é negar a existência de hierarquias nas relações sociais, mas reconhecer que elas já trazem as oposições preto *versus* branco e negro *versus* branco. Dessa forma, quando se fala de origem há a oposição preto *versus* branco, mas quando se fala em lugar social temos pretos, pardos, brancos e o gradiente claro e escuro. A autora acusa a literatura sociológica contemporânea de não reconhecer essas especificidades. “Enquanto os estudiosos falam em carnaval e samba, candomblé e futebol como *locus* de culturas negras e definem todos os segmentos não-brancos como negros, o discurso cotidiano das pessoas comuns é repleto de termos como claros e escuros, neguinhos e neguinhas, morenos e alvacentos” (1996:228).

Maggie destaca ainda o caráter ambíguo da nossa classificação racial que pôde ser percebido na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) de 1976, onde havia duas perguntas sobre a cor ou raça do entrevistado. Primeiro era feita uma pergunta aberta (Qual a sua cor?), e em seguida, o entrevistado tinha que se classificar em uma das quatro categorias: branco, amarelo, pardo ou preto. A resposta à pergunta aberta originou cento e trinta e duas designações diferentes de cor. Segundo Maggie (1996), Nelson do Valle e Silva, analisando esses resultados encontrou aproximadamente 95% de respostas que se concentravam em apenas sete designações de cor diferentes: quatro eram comuns àquelas utilizadas na pergunta fechada (branca, preta, amarela ou parda) e as outras categorias eram as designações clara, morena clara e morena. Valle Silva concluiu que as categorias do censo eram válidas, uma vez que as respostas abertas ficavam bem próximas a elas. Porém, percebeu que a categoria moreno era bastante ambígua, servindo para designar tanto a cor da pele quanto os cabelos. Maggie concorda que a resposta dada pelos entrevistados apresentam uma série de distinções que no limite referem-se tanto à oposição preto e branco (tendo no meio os pardos) quanto a oposições menores que diluem a antítese preto/branco, apresentando uma valoração da cor morena que concentrou um terço das respostas.

*“Essa categoria é como uma chave para se falar em cor e raça sem falar de cor e raça, pois moreno contém em si mesmo tanto cor, como ausência de cor. Tanto pode ser um negro retinto, quanto uma alva de cabelos pretos e é uma categoria que tanto revela sobre a cultura quanto pode ser usada para conotar o lugar social das pessoas. Moreno contém em si o gradiente, a oposição negro/branco e a oposição preto/branco. Ela é a categoria que por excelência fala do nosso modo particular cotidiano de falar das raças e nas oposições, sem falar delas” (Maggie, 1996: 231-32).*

A autora relata ainda que um estudo de Charles Wood realizado em 1991, que mostra uma comparação entre o censo populacional de 1950 e o de 1980, demonstrando que havia uma tendência na classificação racial de pessoas que se identificavam no passado como pretas, a se redefinirem como pardas posteriormente. Tal constatação para ela é evidência da pertinência do mito de origem e do ideal de branqueamento. Contudo, ela destaca que pretos e pardos não podem se classificar como brancos, demonstrando que o limite social imposto pela cor é definido pelas oposições preto *versus* branco.

*“Analisando historicamente as respostas vê-se que a barreira imposta ao branqueamento na passagem de pretos e pardos a brancos, confirma o dito popular: “passou de branco é preto”, ou na forma mais poética da versão da música popular de Caetano Veloso, “quase brancos, quase pretos”. (p. 232).*

Atualmente, as idéias de Fry (2001) são bastante semelhantes as de Maggie. Ele também acredita que o nosso sistema classificatório é organizado por um princípio de hierarquia de cor e não nas oposições raciais. Isso explica a sua mudança de opinião. Ao analisar a assimilação da cultura negra à cultura nacional, Fry concluiu, em uma primeira análise realizada em 1975, que adoção desses símbolos culturais negros estava vinculada a uma estratégia de dominação de certos grupos. O autor afirmou que:

*“(…) a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não apenas oculta uma situação de dominação racial mas torna muito mais difícil a tarefa de denunciá-la. Quando se convertem símbolos de “fronteiras” étnicas em símbolos que afirmam os limites da nacionalidade, converte-*

*se o que era originalmente perigoso em algo “limpo”, “seguro” e “domesticado” (2001:43).*

Contudo, ao fazer uma releitura de seu trabalho “Feijoada e soul food”, passados 25 anos, Fry concluiu que sua primeira análise estava equivocada. Uma das principais justificativas para aquela interpretação errônea, segundo o autor, foi o fato dele ter misturado categorias “nativas” com categorias “analíticas” na análise do racismo à brasileira. Tal método não permitiu a percepção de que no Brasil “(...) os ideais de mistura e de não-racialismo são tão concretos e reais quanto os desejos pela pureza e pelo racismo” (2001:51). Essa constatação levou o autor a afirmar que a assimilação cultural não oculta o racismo, mas sim revela:

*“Revela, penso eu, que o Brasil vive em constante tensão entre os ideais de mistura e do não-racialismo (ou seja a recusa de reconhecer “raça” como categoria de significação na distribuição de juízos morais ou de bens e privilégios) por um lado, e as velhas hierarquias raciais que datam do século XIX, de outro. O primeiro ideal, freqüentemente chamado de “democracia racial”, é considerado politicamente correto (ninguém quer ser chamado de racista). A outra idéia, a da inferioridade dos negros, é considerada nefasta, porém reconhecida como largamente difundida”(2001:52).*

Guimarães (1999) concorda com Maggie e Fry quando eles defendem a importância dos mitos de formação da nação brasileira, porém não acredita no benefício social de tais ideais. O mito do branqueamento, por exemplo, ressaltou a importância do local de nascimento e assim os mestiços e mulatos claros que tinham boa educação e se enquadravam nas normas sociais da época, ganharam *status* de branco. Com isso a cor transformou-se em elemento importante da classificação racial, impedindo a percepção de que ela é um código cifrado da raça. O problema brasileiro consiste justamente na interligação dos conceitos de cor, classe, raça e *status* na definição das posições sociais, conforme Guimarães (1999).

Segundo Silva (1994), um estudo de Lívio Sansone realizado em 1992 e 1993 em Salvador, por exemplo, demonstra que a cor utilizada para as pessoas se auto-classificarem demonstra a posição social dos indivíduos e a postura cultural. Sansone concluiu que:

*“(...) os negros autodeclarados são jovens, escolarizados e desempregados. Então, quem são aqueles que se autodeclararam pretos? Em sua grande maioria tratam-se dos negros mais pobres. Os negros que não querem se definir como “negros” e têm uma condição um pouco melhor tendem a se autodefinir como “escuros” ou, mais ainda, como “pardos” ou “morenos”. Algo parecido acontece com os mestiços: aqueles com uma condição melhor na rua tendem mais a se autodefinir como brancos. Nesse sentido, o termo preto forma uma categoria-resto que contém os mais escuros “sem jeito” – aqueles negros com renda, escolaridade e status baixos demais para se aventurarem no jogo dos códigos da cor e do status. Nem sempre os “pretos” são mais escuros ou negróides do que “pardos” ou “escuros”. (...).” (Sansone apud Silva, 1994:73).*

O cálculo racial brasileiro é caracterizado pela indeterminação, subjetividade e dependência contextual de sua aplicação, informa Silva. Essa multiplicidade de critérios, segundo Guimarães (1999) não permite a visualização das duas dicotomias fundamentais do sistema de hierarquização: elite/povo e brancos/negros. Para o autor há:

*“(...) uma homologia estrutural e lógica entre, de um lado, uma hierarquia de grupo de status ( e não apenas de classes sociais) e, de outro lado, uma hierarquia racial. É essa mesma homologia que permite ainda compreender a inscrição naturalizada do racismo na estrutura social e no comportamento cotidiano dos brasileiros. Ou seja, permite o funcionamento, de fato, no plano da vida cotidiana, de normas e de leis que pressupõem a desigualdade entre os indivíduos, no que pese o fato de se basearem em pressupostos prima facie, e também no plano doutrinário, igualitários” (p. 12)*

Assim, o racismo brasileiro é definido por Guimarães como *heterofóbico*, ou seja, nega de forma absoluta todas as diferenças, avaliando-as de forma negativa, criando um ideal de homogeneidade. Afirma ainda que houve um anti-racialismo no Brasil que negou a idéia de que o



preconceito contra a população negra tivesse conteúdo racial e aboliu a categoria raça, elegendo a cor como elemento explicativo. Contudo, tal tentativa de mudança no discurso racial não resultou em transformação do seu sentido. Pelo contrário, a não utilização do termo raça, por si só, mostrou-se totalmente incapaz de combater o racismo, visto que a articulação da ideologia racial envolve também uma série de preconceitos derivados de uma percepção racializada. Logo, Guimarães permanece usando o termo raça como categoria de análise e de organização política, pois acredita que é possível desvendar no discurso dos nativos a equivalência dos termos cor e raça. Ivonne Maggie o critica principalmente nesse ponto, pois para ela, o cientista social não deve,

*“(...) criar categorias analíticas para sobrepor ao modo como os atores sociais constroem o seu mundo de significados; à antropologia caberia apenas entender o modo como esses mundos são construídos e são vividos pelos seus sujeitos-atores, ou seja, as pessoas particulares, em situações particulares, no interior de uma estrutura de significados.”(Maggie apud Guimarães,1999:54).*

Ela diz ainda que raça é um termo que só faz sentido na classificação dos negros norte-americanos. A mesma posição é defendida por Bourdieu & Wacquant (2002) que também acusam os pesquisadores latino-americanos e americanos que desenvolvem estudos sobre relações raciais no Brasil de importar categorias de análise que se aplicam à sociedade norte-americana, mas não se adaptam às condições históricas da sociedade brasileira. Assim, pensar o Brasil como uma sociedade em que existe um modelo racial bipolar (brancos versus negros) e acusar os indivíduos brancos de serem racistas, para Bourdieu e Wacquant, é criar uma imagem da nação que os brasileiros não tem. Criticam ainda a defesa de categorias que já estão caindo em desuso mesmo na sociedade norte-americana:

*“Com efeito, o que pensar desses pesquisadores americanos que vão ao Brasil encorajar os líderes do Movimento Negro a*

*adotar as táticas do movimento afro-americano de defesa dos direitos civis e denunciar a categoria pardo (termo intermediário entre branco e preto que designa as pessoas de aparência mista) a fim de mobilizar todos os brasileiros de ascendência africana a partir de uma oposição dicotômica entre “afro-brasileiros” e “brancos” no preciso momento em que, nos Estados Unidos, os indivíduos de origem mista se mobilizam a fim de que o Estado americano (a começar pelos Institutos de Recenseamento) reconheça, oficialmente, os americanos “mestiços”, deixando de os classificar à força sob a etiqueta exclusiva de “negro”?” ( Bourdieu & Wacquant, 2002:23).*

A argumentação dos autores mostra-se bastante paradoxal: a idéia de classificação racial bipolar no Brasil não é adequada pois tem origem na sociedade norte-americana, em que a base de tal sistema é completamente diferente daquele existente no Brasil (lá vale a regra de ascendência e aqui o fenótipo dos indivíduos); por outro lado, a reivindicação da categoria pardo, em voga atualmente nos Estados Unidos, segundo esses autores, deveria nos servir de exemplo. O que parece justificar a postura desses autores, assim como a de Maggie (2001) e Fry (2001), entre outros, é o temor do surgimento de conflitos étnicos e raciais em locais em que até então eles estiveram ausentes. Assim, eles trazem de volta o mito da democracia racial não para negar a existência do racismo em nosso país, mas para evitar uma mobilização da população negra em torno da questão racial, o que poderia ocasionar desentendimentos entre brancos e negros. Novamente, a idéia de assimilação é reforçada e, conseqüentemente, torna-se difícil adotar medidas que possam minimizar a distância social entre esses dois segmentos populacionais. Para que possa haver uma maior integração social da população negra é preciso reconhecer o caráter das relações sociais existentes em nosso país, que, na maior parte das vezes, são relações racializadas, uma vez que dificilmente as idéias racistas ficam ausentes.

Segundo Hasenbalg (1998), Lívio Sansone afirma que existem áreas duras (nas quais o fato de ser negro faz muita diferença) e áreas moles (nas quais as pessoas não falam muito de raça e racismo) nas relações raciais. As áreas duras são o mercado de trabalho, principalmente a

procura por trabalho, o mercado matrimonial e o da “paquera” e a área de contatos com a polícia. Já as moles, são as atividades de lazer, tais como o futebol, o bar, entre outros, e a Igreja Católica e as Igrejas de Crentes. A cultura negra, praticada nos espaços negros explícitos (o autor cita como exemplo os blocos afro da Bahia, os terreiros religiosos, etc.) também constituiria uma área mole, pois nela os negros são hegemônicos e os brancos precisam negociar sua participação. Hasenbalg (1998) classifica como área dura também a escola e a educação formal, pois ele destaca que tais espaços se relacionam com a posição social das pessoas, ou seja, eles configuram o lugar dos indivíduos na hierarquia social. As áreas moles por sua vez, têm um duplo papel:

*“De um lado, elas alimentam formas antigas e novas de preconceito, pois suscitam “a idéia de que ao negro pertence uma natureza diferente, mais genuína, natural, sensual, associada ao corpo e lúdica, ou seja, o negro teria o que o branco deixou de ter: proximidade à natureza”. Por outro lado, sabemos que muitos brancos têm fascinação pela cultura negra e são atraídos por estas práticas culturais de origem negra, como o carnaval, a capoeira e o candomblé. O convívio intra-racial nas áreas moles tem o efeito de reforçar as imagens da “cordialidade brasileira”, da fluidez e brandura das relações raciais no país” (p.16-17).*

É fácil perceber que mesmo nas áreas moles o negro não é visto como um igual, sendo que muitas vezes, como no caso do carnaval, ele pode acabar se tornando mais um elemento do espetáculo e não um mero espectador. Além disso, quando posições sociais estão em disputas nessas áreas, a hierarquia racial se mantém. Ao pesquisar o carnaval, DaMatta (1979) observou que em situações como essa (ou ainda no futebol, na umbanda, etc.) há uma inversão que permite a subversão temporária da hierarquia, criando outras áreas e linhas de poder. Trata-se de submeter a hierarquia ou a desigualdade a uma experiência controlada, a uma recombinação passageira, ainda segundo DaMatta.

*“Agora é fácil demonstrar que aquilo que os une – e poder-se-ia pensar imediatamente pensar também, neste contexto, na*

*Loteria Esportiva, no jogo do bicho e no futebol – é um mesmo princípio estrutural, a inversão, rigorosamente aplicado no mundo brasileiro em vários domínios e ocasiões, com sua permanente capacidade de abrir o mundo social individualizando-o. Pode-se, assim, experimentar o mundo de cabeça para baixo em certas zonas preparadas especialmente para isso, sem correr-se o risco de ver tal mundo efetivamente virado ou invertido permanentemente” (p.137)*

O principal motivo para a permanência desse tipo de relação hierárquica, segundo Telles (2003), são as variações nas formas de sociabilidade inter-racial. O autor afirma que ela tende a ser maior quando brancos e negros estão em classes sociais mais próximas. Os casamentos inter-raciais por exemplo, são mais frequentes entre os pobres, pois essa classe social tende a fazer distinções raciais menos rígidas. Há também uma maior proximidade física das classes pobres, ou seja, entre eles a segregação racial é menor. Para a classe média esse tipo de sociabilidade é apenas ideológica, existindo praticamente apenas nas relações hierárquicas onde os brancos tratam os negros de forma cordial, mas evitam que esses últimos atinjam o mesmo patamar econômico. Ainda segundo Telles, a hiperdesigualdade existente no país contribui para que nas interações raciais envolvendo indivíduos brancos das classes médias e altas com os negros haja uma hierarquia amplamente aceita, na qual cada um possui um lugar pré-determinado e deve reconhecê-lo. A distribuição espacial da população também é um fator importante, pois nas regiões onde há menor contato entre brancos e negros (por estes serem uma acentuada minoria como ocorre na Região Sul) a divisão racial se torna mais rígida. Assim, quanto mais ao Sul do país estivermos, mais as relações raciais se aproximam do modelo norte-americano. Finalmente, o autor destaca que apesar de 20% dos casais brasileiros serem formados por negros e brancos,

*“(...) freqüentemente, há um sistema de troca de status, que opera nas relações entre os casais e no mercado de namoro preexistente ao casamento. Nesse sistema, a brancura é um bem valioso, cuja ausência deve ser compensada com qualidades como zelo, devoção, classe social ou outros benefícios proporcionados pelo parceiro mais escuro. Há também a crença*

*de que o branqueamento através do casamento é algo desejável para pessoas de pele escura, baseada na suposição racista de que será uma melhoria para as pessoas mais escuras, tanto em nível biológico como social. “ (p. 318-19).*

Ele conclui que a miscigenação, de um modo geral, não é apenas ideológica, mas apresenta um caráter paradoxal, na medida em que, ao contrário do que se poderia esperar, ela não faz com que a discriminação contra à população negra diminua.

As análises de Sansone (citada por Hasenbalg,1998) e Telles (2003) servem para reforçar a nossa idéia de que ao invés de enfatizarmos a nossa pretensa homogeneidade é preciso pensar e definir a sociedade brasileira através de uma perspectiva multicultural, partindo do pressuposto de que é inviável uma nação que consiga unificar diversas culturas em um modelo único baseado em valores universais e que não mantenha relações de poder entre os diferentes grupos étnicos. Segundo Hall (2001),o discurso dominante sobre a nação tem justamente por objetivo construir ou forjar uma forma unificada a partir das múltiplas diferenças (de classe, de raça, de gênero, de localidade, etc.). O autor afirma que há um contraste binário entre o particularismo da demanda “deles” (das minorias) por reconhecimento da diferença *versus* o universalismo da “nossa” racionalidade cívica. Nesse contexto, o multiculturalismo, entendido como um conjunto de estratégias e políticas empregadas para administrar problemas de diversidade das sociedades multiculturais, torna-se uma necessidade. Sansone (2003) concorda que tal postura é importante para combater a desigualdade racial no Brasil e afirma que “(...) são absolutamente necessárias tanto medidas compensatórias da desigualdade social quanto ações reparatórias do racismo histórico, assim como intervenções multiculturalistas – no sentido de se criarem melhores condições para a aceitação dos diferentes e para uma educação anti-racista.” (p.536).

Porém, Sansone adverte que torna-se crescente a distância entre o discurso da etnicidade (ou da diferença) e a realidade cotidiana das relações raciais, inclusive no Brasil. Além disso, destaca

que o multiculturalismo surgiu enquanto ideal em países europeus que receberam intensa imigração no período pós-guerra, tais como a Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Inglaterra. Neles se encontram as três fontes clássicas do multiculturalismo: o pacto social entre o Estado e parte das elites para cuidar dos excluídos que se submetem às regras de convívio do país; um passado colonial que previa a institucionalização da diversidade étnica na definição de direitos e deveres, isso faz com que tal postura seja associada a um discurso de igualdade e respeito à diferença, no período pós-guerra e; possuem um modo tradicional de lidar com as diferenças étnicas e regionais existentes em seus países, havendo assim o regionalismo (compromisso do Estado-nação de distribuir recursos e poder político para as minorias e colônias internas). Nem todos os países citados apresentam essas três fontes, mas em todos eles, a diversidade étnica colocou em discussão o pacto social. Mesmo assim, os resultados das medidas e das práticas multiculturais são diferenciados.

*“O efeito dessas práticas pode ser um para os trabalhadores imigrados, outro para as minorias originárias das ex-colônias – que, na maioria dos casos, estão mais familiarizadas com a língua, a religião e a cultura da metrópole – e ainda um terceiro para as minorias regionais. Assim, um país pode ser generosamente multicultural com uma minoria e pouco tolerante com outra. Ademais, as medidas inspiradas pelo multiculturalismo podem não ter a mesma aceitação em todos os grupos para os quais elas são destinadas” (Sansone, 2003:542).*

Isso ocorre porque há uma tendência de caracterizar todos os integrantes de um mesmo grupo étnico da mesma forma, não percebendo que no interior de cada grupo também há segmentação, informa o autor. Realmente, como vimos no capítulo anterior, os indivíduos hoje costumam ter identidades (no plural mesmo), ficando difícil encontrar uma categoria de identificação que satisfaça a todos, mesmo quando esses pertencem a um mesmo grupo étnico. É preciso lembrar também o papel dos processos de estigmatização e de atribuição de estereótipos que contribuem

para que muitas pessoas fujam das definições estanques. Na sociedade brasileira, por exemplo, podemos observar o quanto é difícil para uma parcela significativa da população negra se definir enquanto tal, isso se justifica porque essa forma de identificação costuma estar carregada de significados negativos e depreciativos. Assim, Sansone tem razão ao afirmar que não se pode esperar que todos se relacionem com o multiculturalismo da mesma forma e, conseqüentemente, esse tipo de política não pode pressupor, como parece fazer, uma coesão de classe e uma homogeneidade social e ética dos indivíduos que se tornam objeto de suas ações. Talvez nesse ponto se encontre a maior dificuldade, pois ao mesmo tempo que não se pode procurar uma essência inerente a cada grupo, as reivindicações precisam partir da observação do grupo tomado como um todo, e nesse sentido ele precisa se distinguir dos demais. Não é o que pensa Sansone (2003):

*“Se tivermos que reificar alguma coisa, que seja a tolerância para com o outro e o anti-racismo. Como cientistas sociais, temos um papel de responsabilidade. Podemos, de fato, contribuir para abrir ou fechar espaços de negociação e encontro entre culturas. Haveremos, como pesquisadores, que enfatizar a hibridiz ou, justamente, as fronteiras étnicas? Será que a emancipação de um grupo étnico subalterno depende, de toda forma, de ele ser reconhecido enquanto tal pelas políticas da identidade? Ou será que não há (mais) uma resposta unívoca? Não se pode falar em um multiculturalismo global, porque seu sentido depende do contexto, da forma pela qual é percebido pelo sujeito, da maneira como ele é empunhado pelas instituições. Não acredito que exista um discurso universal sobre a diferença cultural, menos ainda que se possa falar de universalidade nas tentativas de colocar em prática tais discursos em contextos diferentes” (p.547-48).*

O autor argumenta ainda que as contradições do discurso multiculturalista tornam-se ainda mais marcantes na América Latina, pois essa idéia surgida nos países europeus além de já estar caindo em desuso naquela localidade, aqui fica descontextualizada. Lá o multiculturalismo surgiu como parte integrante da modernidade, afirmando-se gradualmente. No nosso caso, “(...) temos

universalismo, racismo, novo particularismo e nova cidadania, tudo junto” (Sansone, 2003:549.). Alega ainda que as práticas multiculturalistas não requerem necessariamente teorias ou consciência da multiculturalidade, essa última pode ocorrer de forma autônoma, sem necessidade de teorizar as tradições culturais e a manutenção da diversidade cultural. No Brasil, segundo ele, há o fenômeno do sincretismo que produz formas de multiculturalidade em áreas de tolerância e em espaços liminares. O autor tem razão, mas essas manifestações tendem a ser vistas como discursos de minorias, não sendo reconhecido o seu poder contestatório. Além disso, como destaca Hanchard (2002) na maior parte do século XX as populações negras dos Estados Unidos, do Brasil e até mesmo da França, estiveram ausentes das formas de política tradicionais (com a dos partidos políticos, a da nação ou a dos sindicatos). Isso motiva a adoção de um outro tipo de perspectiva. Não se trata de simplesmente imitar a política européia ou mais precisamente a dos Estados Unidos, mas de reconhecer que a experiência deles pode nos auxiliar a resolver nossas questões raciais. Assim, “(...) a circulação de idéias, táticas e filosofias das lutas por direitos civis negros nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar é útil para a circulação contínua da discussão sobre a relação entre poder e cultura na esfera pública transnacional negra” (Hanchard, 2002:73).

O racismo norte-americano difere em muitos aspectos do racismo brasileiro, sobretudo porque as distinções raciais naquele país são muito mais rígidas, além do fato deles terem tido uma institucionalização das práticas discriminatórias. Mas, há em comum entre os negros norte-americanos e os negros brasileiros (e isso pode assemelhar suas formas de protesto) uma situação de dominação a que ambos estão sujeitos e que se torna legítima através de mecanismos bastante semelhantes. O que se defende em uma perspectiva multiculturalista é algo muito maior que a afirmação das diferenças. A afirmação de valores culturais de um determinado grupo é importante para que se valorize uma população historicamente estigmatizada, procurando



devolver-lhe a auto-estima, porém, o que se procura, fundamentalmente, é demonstrar as diferenças nas posições ocupadas, as relações desiguais que muitas vezes tornam-se imperceptíveis através dos mecanismos de unificação. Nesse sentido, o multiculturalismo torna-se uma estratégia central para a contestação política. Ele também consegue romper com a estreita separação entre esfera pública e esfera privada defendida pelos estados liberais. Assim, admite-se que uma esfera pública formada basicamente por uma elite dirigente pode torna-se uma área privatizada. Segundo Hanchard (1996), essa privatização da esfera pública é visível no Brasil no século XX, de modo que o espaço público não é necessariamente um espaço democrático:

*“Não é democrático precisamente por causa da maneira como é privatizado para membros de uma certa raça e/ou classe. Assim, embora em alguns casos se aplique o velho ditado brasileiro de que “dinheiro embranquece”, também é verdade que a negritude mancha. Isso nos leva a outro modo de entender a maneira como esfera pública pública e espaço público são privatizados – pela forma como seus sujeitos ou cidadãos privilegiados discriminam publicamente os menos privilegiados. Até em circunstâncias em que a cidadania é um dado, como no Brasil contemporâneo, algumas pessoas são consideradas cidadãos de segunda classe em relação a outras” (p.53)*

De maneira semelhante, segundo Hanchard (1996), a esfera pública afro-brasileira também é pública e privada. A população negra possui menos privacidade do que os membros brancos da população e o seu mundo (lugares e espaços que frequentam) é menos privatizado, ou seja, são mais sujeitos à intromissão. A ruptura com a nova face do mito da democracia racial tem por objetivo inverter essa situação. É necessário reconhecer que o fato de um certo grupo não possuir uma cultura coincidente com aquela da nação, não ameaça a democracia e nem a coesão social. Como adverte Hall (2001), o momento da diferença é essencial à definição da democracia como um espaço genuinamente heterogêneo.

*“ Deve-se tentar construir uma diversidade de novas esferas públicas nas quais todos os particulares serão transformados ao serem obrigados a negociar dentro de um horizonte mais amplo.*

*É essencial que esse espaço permaneça heterogêneo e pluralístico e que os elementos de negociação dentro do mesmo retenham sua difference” (87).*

A criação de novas esferas traz a oportunidade de se redefinir os atores sociais, permitindo que os grupos discriminados possam definir a sua própria identidade, adotando as filiações que lhe pareçam mais coerentes e não aquelas que lhe são impostas. As posições sociais também poderão ser revistas, impedindo que a hierarquia permaneça inalterada. Tais mudanças são essenciais e isso poderá ser visto com bastante clareza no próximo capítulo, onde abordaremos a discriminação racial no mercado de trabalho, uma das áreas mais duras das relações raciais.

### 3. A discriminação racial em números

O objetivo principal desse capítulo é procurar explicar as desigualdades existentes entre brancos e negros no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. Nos capítulos anteriores, demonstramos a importância do racismo como mecanismo de estratificação social e, por isso, acreditamos que a discriminação racial é um fator fundamental para que a desigualdade se mantenha e, em certos momentos, sobreponha-se aos demais elementos que influenciam a forma de participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Iniciaremos nossa explicação, portanto, demonstrando a influência do racismo sobre a forma de inserção da população negra no mercado de trabalho livre. Logo em seguida, faremos uma breve descrição das diferenças sócio-econômicas existentes entre esses dois grupos, pois, como sabemos, elas também contribuem para que a inserção no mercado de trabalho ocorra de forma diferenciada. Concluídas essas etapas, apresentaremos o quadro atual das desigualdades entre brancos e negros no mercado de trabalho e as análises estatísticas que têm por objetivo identificar e quantificar o efeito da discriminação racial.

Durante o período da escravidão, o principal problema da maior parte da população negra era participar da sociedade brasileira exclusivamente como mão-de-obra, ou seja, os negros só tinham valor enquanto força de trabalho. Paradoxalmente, quando o trabalho livre e assalariado começou a ser implementado, esse contingente populacional foi considerado inadequado para o

mercado de trabalho que estava se formando. Dois motivos principais explicam essa postura diante da população negra: 1<sup>o</sup>) havia a premência de se empregar uma mão-de-obra adaptada ao sistema capitalista de produção e, portanto, o negro, que havia sido socializado no regime da escravidão, foi considerado inapto; 2<sup>o</sup>) esperava-se que com o novo regime de trabalho a nação alcançasse maior desenvolvimento e progredisse. Como já vimos, a idéia de progresso no pensamento de boa parte da elite brasileira significava, sobretudo, um país mais branco. Assim, após a alteração no regime de trabalho, a mão-de-obra preferencial passou a ser os imigrantes europeus.

A crença de que a população negra não se adaptaria a um sistema de trabalho nos moldes capitalistas é mais um dos mitos da nossa sociedade e está intimamente relacionada com o racismo e a discriminação racial. Em primeiro lugar, durante a escravidão praticamente não havia outro tipo de mão-de-obra no Brasil e isso fez com que alguns escravos fossem utilizados para realizar uma série de tarefas que exigiam disciplina e domínio de técnicas específicas, comprovando, portanto, que os negros poderiam desempenhar qualquer tipo de atividade desde que recebessem treinamento adequado. No Rio Grande do Sul, por exemplo, segundo Cardoso (2003), havia o escravo alfaiate, o escravo ferreiro, o escravo tecelão, escravo artesão, entre outros. Já em São Paulo, de acordo com Costa (1966), os senhores alugavam seus escravos para o Estado a fim de que esses trabalhassem nas obras de infra-estrutura, tais como conservação e abertura de estrada e manutenção e construção de pontes. Além disso, desde 1834 os africanos apreendidos em contrabando eram distribuídos para o serviço público. Destaca-se ainda, que os escravos que trabalhavam nas cidades, geralmente, sabiam ler e escrever. Em segundo lugar, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado não ocorreu de forma abrupta, pelo contrário, a desintegração da ordem escravista antecedeu a Abolição. Segundo Chiavenato (1986), um ano antes do fim da escravidão, havia apenas 5,6% de negros escravos na população

geral do Brasil, o que correspondia a 9% da população total de negros. O autor informa ainda, que esses escravos encontravam-se quase todos espalhados pelo interior do país. No Rio Grande do Sul, a situação não era diferente. Em 1887, apenas 0,8% da população negra era escrava, informa Pesavento (1989). Entre a população negra ex-cativa, já havia indivíduos habituados ao trabalho livre. Isso contradiz a idéia de que os negros só trabalhariam se fossem obrigados.

Contudo, como alerta Cardoso (2003), a alternativa que os brancos criaram para os negros, após a Abolição, foi continuar trabalhando nas mesmas condições que antes ou “(...) reagir a tudo o que o trabalho desqualificado pela escravidão significava, passando a viver na sociedade e no desregramento” (p.315). Nas cidades, a maioria da população negra não aceitou continuar trabalhando nas atividades que estavam fortemente relacionadas com o trabalho servil e tal recusa serviu para reforçar a imagem negativa que se tinha da população negra.

*“Visualizava-se um estereótipo de liberto que o apresentava ora como incapaz e despreparado, precisando por isso tutela e amparo, ora como viciosos e de alta periculosidade, necessitando de permanente vigilância e controle. Contribuía, evidentemente, para a consolidação desta última imagem o acirramento da resistência escrava nos anos que precederam à extinção final do regime servil” (Pesavento, 1989:49).*

Outro motivo para a discriminação dos negros, informa a autora, foi o fato de alguns deles estarem engajados no trabalho ocasional e irregular, exercendo assim as funções de vendedores ambulantes, quitandeiros, biscateiros, entre outras. A elite fazia o possível para coibir essas formas de trabalho, uma vez que desejava ter controle sobre a população negra e essa tarefa se tornava mais difícil na medida em que os negros não estivessem formalmente empregados, informa Pesavento(1989). Além disso, muitos negros que eram atraídos para os centros urbanos em busca de trabalho não conseguiam se inserir em nenhum tipo de atividade, muitos tornavam-se vadios ou infratores, envolvendo-se inclusive na prostituição. Esses negros serviam ainda para aumentar o contingente da população pobre que vivia nas cidades. Assim, o preconceito não

apenas se intensificou, mas também mudou de conteúdo. Segundo Cardoso (2003), na sociedade de castas a base para discriminar os negros era a sua posição social (escravos), já na sociedade de classes, é a própria cor da pele ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários que servem de fonte para seleção de qualidades estereotipáveis. Foram criadas barreiras de “raça”, conforme o autor, para que os negros fossem acomodados em um sistema de atribuição de posições e vantagens bastante assimétrico. A nosso ver, nesse momento o preconceito e a discriminação tornaram-se racismo no sentido político e ideológico.

Desde então, as práticas de discriminação racial no mercado de trabalho contra a população negra tornaram-se corriqueiras. A imprensa escrita, por exemplo, diariamente noticiava casos de discriminação.

*“Em 1904, o Correio da Manhã, queixava-se de que os pretos eram impedidos de servir como guardas no Teatro Lírico, um famoso teatro do Rio. Em 1906, um editorial alegava discriminação tanto contra pretos como contra mulatos, no recrutamento da Guarda Cívica, ou milícia estadual, de São Paulo. Dizia-se que isso era uma medida preparatória da chegada de uma missão de treinamento do exército francês, que os paulistas não queriam ofender” (Skidmore, 1989:64).*

No Rio Grande do Sul, a situação não era diferente. Segundo Cardoso (2003), em 1893 houve realização de um concurso público para o preenchimento de uma vaga na Secretaria do Governo, concorreram trinta e três candidatos e o único aprovado foi um indivíduo pardo. O presidente da província na época Gaspar da Silveira Martins, anulou o concurso. O autor relata ainda que no mesmo ano a Brigada Militar precisou intensificar o recrutamento devido a Revolução Federalista. Em virtude dos riscos que tal atividade oferecia, os negros foram obrigados a se alistar.

Houve um segundo empecilho (também relacionado com a discriminação racial) para a população negra se inserir na sociedade do trabalho livre, a presença dos imigrantes que foram

trazidos para o Brasil justamente para servir de mão-de-obra. Ao contrário dos negros que não receberam nenhum tipo de assistência do Estado ou de seus antigos senhores para se integrar no mercado de trabalho, os imigrantes tiveram seu acesso facilitado tanto pelos empregadores quanto pelo governo. Segundo Skidmore (1989), em 1886 os fazendeiros paulistas fundaram a Sociedade Promotora da Imigração destinada a recrutar imigrantes europeus, preferencialmente da Itália, para trabalhar nas plantações de café. Em 1889 esse programa de imigração subvencionada foi encampado pelo governo do Estado de São Paulo que utilizava recursos públicos para arcar com as despesas da transferência dos imigrantes, informa o autor. Tal política perdurou até 1928, quando já havia mão-de-obra suficiente. Em 1931, o governo brasileiro criou a lei dos dois terços que obrigava as empresas a contratarem esse percentual mínimo de trabalhadores nacionais, mas a essa altura os imigrantes já formavam o núcleo central da classe trabalhadora em São Paulo, conforme Hasenbalg e Silva (1992). Esses autores destacam que nos Estados da região Sul também houve intensa entrada de imigrantes europeus, sendo que entre 1890 e 1900 o número de estrangeiros quintuplicou, chegando a formar 12,1% da população total dessas localidades. Todavia, o impacto da concorrência entre imigrantes e trabalhadores nacionais teria sido menos intenso nessas regiões.

No Rio Grande do Sul, três fatores principais contribuíram para que as disputas com os imigrantes fossem menos acirradas quando começou a transição para o trabalho livre: o próprio processo de formação do mercado de trabalho, a localização geográfica da população negra e a escassez generalizada de mão-de-obra. É possível afirmar que o desenvolvimento da produção adaptado ao sistema capitalista – o qual relaciona diretamente com a formação do mercado de trabalho – criou no Estado uma divisão entre a região Norte e a região Sul. Essa primeira região, Norte, representa a área de colonização italiana e alemã e, desde a metade do século XIX, a sua produção agrícola começou a aumentar e se diversificar, ganhando cada vez mais importância. A

comercialização desses gêneros agrícolas tanto no Estado, quanto em outras regiões do país, possibilitou a acumulação de capital para que tivesse início o processo de industrialização e de ampliação do mercado de trabalho local. Segundo Lautert (2000), entre 1872 e 1920, as regiões de colonização italiana e alemã aumentaram a oferta de emprego industrial e, entre 1920 e 1937, houve crescimento no número de estabelecimentos industriais. Alguns imigrantes ainda transferiam suas indústrias para outras regiões do Estado, principalmente para Porto Alegre. A parte Sul, por sua vez, não conseguiu acompanhar o desenvolvimento do restante do Estado. A estagnação dessa área tem início ainda no século XIX quando a sua principal atividade econômica, a pecuária-charqueadora, realizada sobretudo em Rio Grande e Pelotas, começa a entrar em crise devido à concorrência com o charque platino, mais acessível e de melhor qualidade. Ilha *et al* (2000) afirmam que esse processo de estagnação do sul foi agravado devido a predominância do latifúndio (o que significa concentração da propriedade e da renda), a inexistência de uma produção diversificada (o solo era inadequado para vários tipos de cultivo) e a grande distância dos centros consumidores. Além disso, na região Sul, a densidade demográfica era pequena, o mercado interno era limitado (poucos trabalhadores eram assalariados, pois predominava a mão-de-obra escrava) e os investimentos no ramo industrial, escassos. A maior parte da população negra gaúcha estava nessa área, uma vez que esta localidade foi a que mais absorveu mão-de-obra escrava.

No Sul do Estado a concorrência dos negros com outros trabalhadores foi pequena, mas essa região oferecia poucas oportunidades de trabalho fora das fazendas. Não houve, portanto, um expressivo êxodo do campo para a cidade e, em 1918, a maioria dos trabalhadores das estâncias e das charqueadas ainda eram os crioulos, informa Pesavento (1989). Na região Norte, mais dinâmica, praticamente não havia negros, pois os próprios imigrantes formavam a mão-de-obra e em algumas localidades o governo proibia a aquisição de escravos. Já no principal centro urbano



da época em que o mercado de trabalho começa a se desenvolver, Porto Alegre, as oportunidades eram maiores e o percentual de negros era bastante significativo<sup>11</sup>. Havia ainda, em Porto Alegre, o problema da escassez de mão-de-obra: os imigrantes que vieram para o Estado dirigiam-se para a área colonial, uma vez que tinham por objetivo tornarem-se proprietários de terra. Contudo, as fábricas locais preferiam empregar indivíduos da mesma etnia e, portanto, o trabalhador nacional era utilizado de forma eventual e sazonal para suprir as necessidades extras e, mesmo assim, era comum o recrutamento ocorrer na zona colonial, informa Pesavento (1989). As fábricas de Rio Grande e de Bagé seguiam a mesma política, segundo a autora. A preferência pelos imigrantes era explicada pelos diferenciais de qualificação técnica, pois grande parte dos estrangeiros que migraram no Estado trabalhavam como artesãos ou operários em sua terra de origem. A escolha de indivíduos do mesmo grupo étnico também se justificava pelo fato de todos falarem o mesmo idioma. É preciso destacar também que, conforme Pesavento, o sucesso da comunidade dos imigrantes servia como exemplo e reforçava a idéia de superioridade do trabalhador estrangeiro e branco. Assim, poucos negros conseguiram se inserir nas fábricas.

*“Aos ex-escravos restou aquela atividade, já identificada na sociedade escravocrata como tarefa de negro – o trabalho nas charqueadas –, o engajamento nas atividades à margem do mercado regular de trabalho – biscates –, aqueles serviços urbanos que não demandavam qualificação – capina e limpeza de ruas, carregamento de mercadoria, condutores de veículos de tração animal – ou, ainda, os tradicionais serviços de criadagem doméstica” (Pesavento, 1989:84 )*

Os estudos realizados na década de 60 por Fernandes (1978), Cardoso (2003) e Ianni (1987) demonstraram que o preconceito racial foi um fator importante para dificultar a integração do negro na sociedade de classes e criar um quadro acentuado de desigualdade entre esses e a

---

<sup>11</sup> Em 1888, 31,2% da população da capital do Estado era negra (inclui pretos e pardos) e essa localidade também era o principal núcleo de concentração dos negros livres, conforme Pesavento (1989).

população branca no mercado de trabalho. Contudo, para tais autores o preconceito e a discriminação racial eram transitórios, uma vez que não eram vistos como compatíveis com esse novo tipo de formação social. Na medida em que a democracia fosse plenamente implementada e a transição para uma ordem burguesa se completasse, esses problemas desapareceriam. Após o desenvolvimento industrial, segundo Castro (1998), Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva realizaram a partir da década de 80 uma série de estudos para investigar se o preconceito ainda persistia. Os autores concluíram que o preconceito e a discriminação adquiriram um novo significado e passaram a desempenhar uma função essencial na nova estrutura social: serve para que os brancos monopolizem os benefícios materiais e simbólicos, sustentando-se na desqualificação de seus competidores negros.

De qualquer modo, a conjuntura favorável do mercado de trabalho possibilitou que o negro conseguisse maior inserção a partir da década de 40 nessa esfera social. Segundo Pochmann (1999), entre as décadas de 40 e 70 aumentaram os empregos assalariados com registro formal, diminuiu a participação relativa das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta-própria e diminuiu o desemprego, possibilitando a incorporação crescente de parcelas da população economicamente ativa (PEA) no mercado de trabalho. Além disso, ocorreu um movimento de consolidação dos segmentos ocupacionais organizados no meio urbano, e o setor secundário da economia (principalmente a indústria de transformação) apresentou um aumento da participação relativa das ocupações. Segundo Hasenbalg e Silva (1992), o Censo Demográfico de 1950 demonstra que o número de negros no setor industrial aumentou mais rápido que o de brancos, mas mesmo assim havia um percentual de ocupados brancos que superava em 4% o percentual dos negros.

---

Novas análises sobre a forma de participação dos negros no mercado de trabalho só foram possíveis no final da década de 70 quando foi criada a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD)<sup>12</sup>. A pesquisa de 1976 demonstrou a existência de uma desigualdade sócio-econômica bastante expressiva entre brancos e não-brancos, fazendo com que Hasenbalg e Silva (1992) afirmassem que: “A cor das pessoas é um determinante importante das chances de vida e a discriminação racial parece estar presente em todas as fases do ciclo de vida individual” (1992:113). Esses autores destacam que o crescimento econômico propiciou um certo grau de mobilidade da população negra, mas não evitou que ela permanecesse concentrada nos estratos sócio-econômicos inferiores do mercado de trabalho. Em parte, isso pode ser explicado pelos diferenciais de qualificação dos dois grupos e pelo fato da educação e da experiência terem retornos desiguais para brancos e não-brancos. Nesse segundo caso haveria indícios da existência de discriminação racial. Segundo Castro (1998), Hasenbalg utiliza ainda dois outros fatores explicativos: a segregação geográfica da população negra (alta concentração de negros nas regiões predominantemente agrárias e menos desenvolvidas do país) e a internalização de uma auto-imagem desfavorável. A autora, juntamente com Guimarães (1993), realizou uma pesquisa na região metropolitana de Salvador, em duas importantes empresas petroquímicas brasileiras, sendo uma estatal e a outra privada, ambas localizadas em Camaçari, e percebeu que mesmo na indústria baiana, onde havia uma predominância numérica expressiva de trabalhadores negros e uma mobilização político-cultural de negros (não devendo existir, portanto, a internalização de uma auto-imagem desfavorável) persistia uma forte seletividade dos indivíduos de acordo com as marcas físicas da cor. Concluíram, portanto, que:

*(...) a condição racial determina de modo complexo e mediado a inserção ocupacional: ela abre um leque de*

---

<sup>12</sup> Segundo Hasenbalg e Silva (1992), o censo de 60 registrou a cor, mas não publicou nenhum dado sobre a situação de emprego dos grupos de cor e no censo de 70, a pergunta sobre a cor dos indivíduos estava ausente.

*possibilidades, variável de indivíduo para indivíduo conforme a combinação entre as marcas da cor e de outras características, igualmente adscritas (como sexo, idade e naturalidade) ou adquiridas (como escolaridade), características materiais (e que se expressam em marcas de corpo, como o sexo e a idade) ou culturais (expressando-se em atitudes ou comportamentos, em marcas de distinção social). Umas e outras estão prenes de significado simbólico e sustentam sua eficácia (enquanto mecanismos de seleção social) na exata medida em que se constituem em representações coletivamente partilhadas.” (Guimarães & Castro, 1993:27).*

O estudo de Lovell (1995) também procurou verificar a influência do desenvolvimento brasileiro, ocorrido entre os anos 60 e 80, sobre as desigualdades raciais e de gênero no emprego e nos salários. Para analisar tal questão, a autora investigou as diferenças de raça e gênero no que diz respeito a quatro aspectos-chave do sistema brasileiro de estratificação: lugar de residência, educação, ocupação profissional e renda. A conclusão é que houve melhorias para todos os segmentos populacionais em relação aos elementos investigados, apesar da desigualdade persistir. Quanto ao mercado de trabalho, o desenvolvimento permitiu que as oportunidades fossem ampliadas e removeu algumas barreiras tradicionais ao emprego, informa a autora, mas também persistem diferenças que são explicadas somente pelo efeito da raça e do gênero. Essas diferenças são especialmente significativas e perdura uma desvantagem relativa de pretos e pardos, principalmente nas ocupações mais valorizadas socialmente. Essas conclusões foram corroboradas por Telles (2003) que também constatou a existência de uma relação entre o aumento do dinamismo no mercado de trabalho e a diminuição dos níveis gerais de desigualdade racial nessa área, sobretudo na base da estrutura ocupacional. Da mesma forma, o autor percebeu que no topo da estrutura social a desigualdade mantém-se em índices bastante elevados. Ele destaca que, aproximadamente, metade da diferença da desigualdade racial encontrada nas regiões metropolitanas brasileiras pode ser atribuída às diferenças na desigualdade educacional.

Outro fator explicativo para a desigualdade no mercado de trabalho foi analisado por Silva (2000): a sobrevivência da escravidão ou a herança da pobreza, ou seja, o fato das pessoas negras serem oriundas de famílias que no passado também eram pobres. O autor afirma que é preciso reconhecer a importância dessa variável para que se tenha uma explicação coerente, mas alega que, assim como os outros elementos já mencionados, ela justifica de forma parcial as desigualdades, tendo em vista que:

*“(...) para um mesmo estrato de origem social, pretos e pardos enfrentam maiores dificuldades em seu processo de mobilidade ascendente, estão expostos a níveis maiores de imobilidade. O resultado é um perfil de realização ocupacional mais modesto para estes grupos e que só em extensão muito limitada pode ser atribuível às diferenças em origem social.”(Silva, 2000:49).*

Os estudos mencionados serviram para indicar o ponto de partida da nossa explicação sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho gaúcho. Por um lado, eles permitem alimentar e manter a nossa hipótese inicial, de que a discriminação racial atua permanentemente para construir e manter a hierarquia no mercado de trabalho. Por outro, nos indicam outros fatores que também precisam ser considerados além da discriminação racial: os diferenciais de educação, a localização geográfica (região de residência) e a origem social dos indivíduos, que, nesse estudo, foi investigada através das diferenças na estrutura sócioeconômica das famílias.

A análise da desigualdade racial e da discriminação racial foi realizada com base nos dados do questionário da amostra do Rio Grande do Sul (microdados) do Censo Demográfico do ano 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>13</sup>. Foram investigados 838.057 casos, entre os quais 737.453 (88%) correspondiam aos indivíduos brancos e 100.604 referiam-se à população negra (12%). Em relação à divisão por gênero, na amostra utilizada

---

<sup>13</sup> Todos os dados que serão apresentados a seguir, foram tabulados pelo autor do trabalho. Os dados que não apresentarem as correspondentes tabelas no corpo do texto, encontram-se nos documentos anexos do trabalho.

havia 426.161 (51%) mulheres e 411.896 homens (49%). Os grupos raciais apresentam distribuição por gênero bastante semelhantes ao da população total: entre os negros, 52 % são homens e 48% são mulheres, já entre os brancos, temos 49% de homens e 51% de mulheres. Entre os negros, 27,7% são jovens, sendo que 14,8% têm idade entre 15 e 19 anos e 12,9% têm idade entre 20 e 24 anos. A população branca apresenta percentuais bem parecidos, 24,9% são jovens e a maioria deles, 13,3%, possui idade entre 15 e 19 anos, contra 11,5% dos jovens com idade entre 20 e 24 anos. O percentual de adultos negros é de 64,1%, havendo 36,3% com idade entre 25 e 40 anos e 27,8% com idade entre 41 e 59 anos. O percentual de adultos brancos é de 65,6%, sendo 35,1% na faixa etária dos 25 aos 40 anos e 30,5% na faixa dos 41 aos 59 anos. O último grupo de idade, pessoas com mais de 60 anos, apresenta entre os negros 8,2% e entre os brancos 9,6%. Uma vez identificada a estrutura etária de cada um dos grupos raciais e tendo percebido que elas são bastante semelhantes, passamos a utilizar os grupos de idade como uma variável de controle. Foram criadas três categorias básicas: 1<sup>a</sup>) jovens – indivíduos com idade entre 15 e 24 anos; 2<sup>a</sup>) adultos – indivíduos com idade entre 25 e 59 anos; 3<sup>a</sup>) idosos – indivíduos com 60 anos e mais. Essas categorias foram desagregadas em alguns momentos, pois há casos em que esses três grupos de idade mostram-se excessivamente heterogêneos para servir de controle. Finalmente, a inserção dessa variável de controle tem por objetivo verificar qual a relação entre as desigualdades nos critérios que foram investigados – capital educacional, capital familiar, capital econômico e localização socioespacial – e aquela que é “gerada” no mercado de trabalho.

Vejamos então as diferenças “iniciais” existentes entre negros e brancos, ou seja, o volume de capital que cada um desses segmentos populacionais possui para participar das disputas no mercado de trabalho.

### 3.1 Capital educacional

Observando os dados sobre a escolaridade da população brasileira retratados no Censo do ano 2000, podemos constatar que, sem sombra de dúvida, tem havido um processo de universalização e ampliação das oportunidades no sistema de ensino. Interessa-nos saber, se esse aumento de oferta fez com que a desigualdade educacional entre negros e brancos tenha se tornado menos expressiva.

Começaremos pela taxa de analfabetismo, um dos indicadores mais simples, que revela apenas se os indivíduos sabem ou não ler e escrever. A taxa total de analfabetismo da população gaúcha é de 5,6%, caindo para 4,8% se considerarmos somente os indivíduos brancos e, aumentando para 12,0% entre a população negra. Há, portanto, uma diferença entre os grupos raciais que supera os sete pontos percentuais, deixando assim a população branca em vantagem. A vantagem das mulheres brancas, em relação às mulheres negras, é ainda maior, pois as brancas possuem uma taxa de analfabetismo de 4,8% e as negras, 12,7%, ficando a diferença em 7,9 pontos percentuais. Entre os homens esse percentual fica um pouco menor: 6,7, sendo a taxa de analfabetismo dos negros 11,4% e a dos brancos 4,7. É importante verificar as diferenças nas taxas de analfabetismo dos grupos raciais, analisando também as diferenças nos grupos de idade, pois as mudanças no sistema de ensino que favorecem a população são bastante recentes e, portanto, a tendência é que os jovens sejam mais beneficiados. A tabela 1 apresenta essa informação:

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Grupos de idade	Negros			Branco		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 19 anos	2,5%	3,2%	1,7%	1,0%	1,2%	0,8%
20 a 24 anos	4,6%	5,2%	3,9%	1,7%	2,0%	1,4%
25 a 40 anos	7,3%	7,8%	6,8%	2,5%	2,9%	2,2%
41 a 59 anos	18,9%	17,3%	20,6%	6,8%	6,7%	6,9%
60 anos e mais	37,8%	34,3%	41,3%	15,5%	14,3%	16,7%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

Analisando os dados da tabela acima podemos verificar que a taxa de analfabetismo dos negros é sempre superior a dos brancos e a diferença entre os indicadores desses dois grupos torna-se particularmente relevante quando observamos os grupos etários mais elevados. Tanto a taxa de analfabetismo, quanto a desigualdade aumentam com os grupos de idade. Entre os jovens de 15 a 19 anos a desigualdade fica em 1,5 pontos percentuais, já para os idosos, pessoas com 60 anos e mais, ela sobe para 22,3 pontos percentuais. É possível perceber também, verificando os dados da tabela 1, que entre os jovens com idade entre 15 e 24 anos e entre os adultos com idade de 25 a 40 anos, a desigualdade racial entre as mulheres é menor do que a existente entre os homens, situação que se inverte a partir desse grupo de idade. Outra constatação importante, é que a alta taxa de analfabetismo da população negra pode ser em grande parte explicada pela baixa alfabetização dos indivíduos com idade superior a 41 anos. Entre as pessoas no último grupo de idade (60 anos e mais), por exemplo, podemos observar que 41,3% das mulheres negras são analfabetas, percentual que supera em sete pontos percentuais a taxa dos homens negros e em 25,8, a taxa da população branca.

Em relação à taxa de analfabetismo funcional, os valores são bem mais expressivos. Considerando a população total do Estado, temos 17% de indivíduos que são analfabetos



funcionais, ou seja, possuem escolaridade inferior a quatro anos de estudo. Novamente, temos índices menores para a população branca, 15%, e superiores para a população negra, 28,0%. Note que a diferença entre esses dois grupos é bastante superior àquela encontrada quando comparamos as taxas de analfabetismo, ficando agora em treze pontos percentuais. Novamente analisamos as desigualdades, considerando os grupos de idade. Os dados são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Taxas de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos e mais por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Grupos de idade	Negros			Branco		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 19 anos	9,7%	11,6%	7,9%	4,0%	4,7%	3,4%
20 a 24 anos	15,2%	16,9%	13,6%	6,0%	6,7%	5,3%
25 a 40 anos	21,8%	22,5%	21,1%	9,6%	10,3%	8,9%
41 a 59 anos	41,1%	40,0%	42,3%	22,4%	22,3%	22,6%
60 anos e mais	64,3%	62,0%	66,7%	42,0%	40,9%	43,2%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

Em relação à tabela 2, podemos verificar que sob dois aspectos a situação é bastante semelhante àquela demonstrada na tabela 1: a taxa de analfabetismo funcional e a desigualdade racial também aumentam com o grupo de idade e nos dois últimos grupos a distância entre as mulheres é superior àquela existente entre os homens. Contudo, pode-se perceber que entre os jovens o grau de desigualdade agora é maior, sendo que para a população com idade entre 15 e 19 anos já existe uma diferença de 5,7 pontos percentuais e no grupo de idade seguinte essa diferença já atinge 10,2 pontos percentuais (as diferenças em relação à taxa de analfabetismo nesses grupos de idade ficavam em 1,5 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente). Podemos constatar também que a partir dos 41 anos há um aumento substancial no percentual de analfabetos funcionais, tanto entre os negros quanto entre os brancos. Em relação ao grupo de

idade entre 41 e 59 anos, vemos que entre os negros 41,1% são analfabetos funcionais e entre os brancos 22,4%, havendo assim uma diferença de 18,7 pontos percentuais. No último grupo (60 anos e mais) percebemos que mais de 60% da população negra é analfabeta funcional, o percentual de mulheres negras analfabeta atinge 66,7%, superando em 23,5 pontos percentuais aquele apresentado pelas mulheres brancas.

É importante também verificar as desigualdades relacionadas ao tempo de permanência no sistema de ensino e ao desempenho alcançado pelos diferentes grupos raciais. O curso freqüentado pelos estudantes serve como um indicador do tempo de permanência dos indivíduos no sistema educacional. Os jovens de 15 a 18 anos, por exemplo, que iniciaram seus estudos na idade correta, sete anos, deveriam estar no ensino médio. Um primeiro problema é que nem todos os jovens nessa faixa etária estão na escola. No Rio Grande do Sul, nesse grupo de idade, 69,6% são estudantes, o percentual da população branca é de 70,8% e o dos negros é de 61,9%, havendo assim um diferencial de quase nove pontos percentuais. O segundo problema é o atraso escolar. Apesar de 40,5% dos estudantes estarem no ensino médio, há 25,3% que ainda estão no ensino fundamental. A tabela 3 apresenta a distribuição dos estudantes de 15 a 18 anos de cada grupo racial por curso freqüentado, para que possamos compará-los.

Tabela 3 – Curso freqüentado pela população com idade entre 15 e 18 anos, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Curso freqüentado	Negros (%)			Branco (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetização de adultos	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	(1)
Ensino fundamental	37,3	41,0	32,9	23,5	27,7	19,0
Ensino médio	23,7	19,7	28,3	43,1	39,6	46,8
Pré-vestibular	0,3	0,2	0,5	1,2	0,9	1,5
Superior	0,4	0,3	0,5	3,0	2,2	3,8
Total de estudantes	61,9	61,5	62,4	70,8	70,5	71,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

(1) A amostra não permitiu desagregação para essa categoria.

Nota: Tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio estão incluídos os estudantes de curso seriado, não seriado e os estudantes de cursos supletivos.

O dado mais positivo da tabela acima é o pequeno percentual de jovens estudantes com idade entre 15 e 18 anos que se encontra nos cursos de alfabetização, entre os negros há 0,2% e entre os brancos a metade, 0,1%. Em relação à distribuição dos grupos raciais nos cursos, vemos que a maior proporção de indivíduos brancos encontra-se no ensino médio (43,1%), enquanto os negros estão no ensino fundamental (37,3%). Considerando apenas os homens, a proporção de brancos no ensino médio é mais do que o dobro que a proporção de negros, isso em parte pode ser explicado pela expressiva participação dos jovens desse último grupo no ensino fundamental (41,0%). Quanto às mulheres, podemos constatar que para ambos os grupos raciais há vantagens em relação aos homens, uma vez que elas se apresentam em proporção maior no ensino médio e, possuem um percentual de estudantes ligeiramente maior. Apesar disso, a desigualdade racial persiste, pois quase metade das mulheres brancas que estão estudando (46,8%) está no nível de ensino adequado (ensino médio); entre as negras a proporção é bem menor (28,3%), não chega a um terço. Entre os jovens que se preparam para o vestibular, o percentual de brancos é quatro

vezes maior que o de negros. Já no ensino superior, a diferença nas proporções é de 2,6 pontos percentuais, bastante pequena, mas temos que considerar que nesse grupo de idade há poucas pessoas no ensino superior.

Na faixa etária dos jovens com idade entre 19 e 24 anos já diminui bastante o percentual de indivíduos que permanecem estudando, sendo de 26,4%. Entre os negros temos 18,0% e entre os brancos 27,7%, assim a diferença em pontos percentuais aumenta um pouco, atingindo 9,7. A distribuição desses estudantes, levando-se em conta a população total do RS, é a seguinte: 4% estão no ensino fundamental, 8,8% estão no ensino médio e 12,4% estão no ensino superior. O percentual de pessoas no ensino superior é bastante baixo se considerarmos a população como um todo (estudantes e não estudantes) nessa faixa etária, mas é importante destacar que tal número corresponde a quase metade das pessoas que ainda estudam, ou seja, entre as pessoas que permanecem estudando quase 50% está no nível de ensino desejado para essa faixa etária. Vejamos na tabela 4 as diferenças nos dois grupos raciais.

Tabela 4 – Curso freqüentado pela população com idade entre 19 e 24 anos, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000.

Curso freqüentado	Negros (%)			Branco (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetização de adultos	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Ensino fundamental	5,9	6,2	5,4	3,8	3,9	3,4
Ensino médio	9,1	8,2	10,1	8,7	8,8	8,7
Pré-vestibular	0,4	0,3	0,4	1,1	1,1	1,2
Superior	2,5	1,6	3,4	13,9	11,8	15,9
Mestrado ou doutorado	(1)	(1)	(1)	0,1	0,1	0,2
Total de estudantes	18,0	16,6	19,5	27,7	25,8	29,5

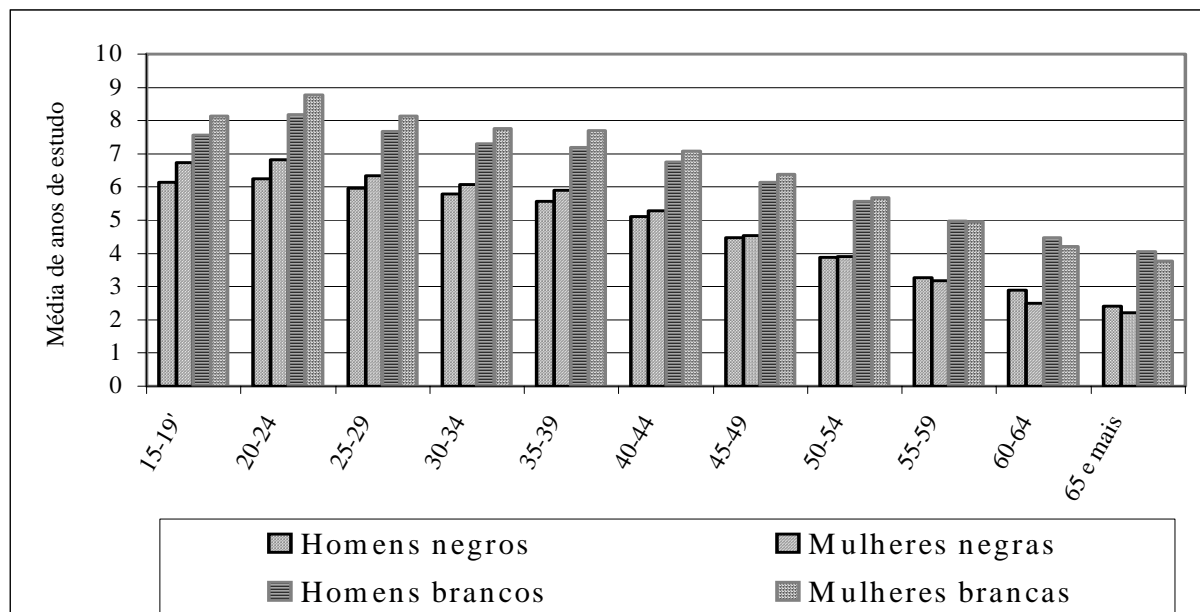
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

(1) A amostra não permite desagregação para essa categoria.

A inserção da tabela 4 permite a demonstração de que a população branca continua na frente: a proporção dos que estão se alfabetizando permanece sendo a metade daquela da população negra, no ensino fundamental também estão menos presentes, 3,8% contra 5,9 dos negros e aproximadamente 50% dos estudantes brancos nesse grupo de idade estão no ensino superior. Os negros, em sua maioria, estão no ensino médio. A análise não se altera se separarmos os grupos raciais por sexo, ou seja, a desigualdade entre mulheres brancas e mulheres negras é bastante semelhante àquela existente entre homens brancos e homens negros. Nos cursos de pós-graduação, o percentual de estudantes brancos é muito pequeno, mas é superior ao dos negros, uma vez que para esse último segmento populacional a proporção é desprezível, não permitindo assim a desagregação da amostra para essa categoria. Os dados até aqui apresentados levam-nos a concluir que o tempo de permanência dos indivíduos brancos no sistema de ensino é superior ao dos negros.

Um primeiro indicador para medirmos o desempenho no sistema de ensino da população é a média dos anos de estudo. A população investigada apresenta uma média de 6,73 anos de estudo, ficando abaixo do tempo correspondente ao ensino fundamental completo que é de oito anos. As mulheres brancas possuem o melhor desempenho, apresentando uma média de 7,05, seguidas dos homens brancos, 6,78, das mulheres negras 5,43 e, em último, estão os homens negros com 5,33 anos de estudo. O gráfico um1 apresenta a média para a população branca e negra de diferentes grupos de idade para que possamos avaliar as mudanças nessas médias pelos grupos de idade.

Gráfico 1 – Média de anos de estudo da população com 15 anos e mais por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

Ao contrário do que se poderia esperar, constatamos, analisando o gráfico acima, que a média de anos de estudo aumenta em relação à idade apenas do primeiro para o segundo grupo de idade, ou seja, entre a idade de 15 a 24 anos há um ganho em anos de estudo, mas após essa idade as pessoas apresentam médias cada vez mais baixas. Em relação às desigualdades raciais, não apenas constatamos que a população branca sempre apresenta melhores resultados, mas também, que há, em média, uma diferença de 1,64 anos de estudo entre as mulheres brancas e as negras. Entre os homens dos dois grupos raciais a diferença é maior: 1,74 anos de estudo. Esse dado preocupa, pois, ao observar a evolução dos anos médios de estudo da população negra e branca no Brasil entre o período de 1900 e 1965, Jaccoud e Beghin (2002) concluíram que houve aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo sistema de ensino para todos os segmentos da população, mas a desigualdade entre brancos e negros se manteve sempre em torno de dois anos. Em nossa pesquisa, tal comparação não pode ser feita, já que a análise não é temporal, mas é inegável, analisando a média de anos de estudo dos grupos raciais, a existência de indícios de que a situação no Rio Grande do Sul não é muito diferente. Deve-se destacar ainda que os jovens

negros com idade entre 15 e 19 anos possuem uma média de anos de estudo inferior a dos adultos brancos com idade entre 25 e 49 anos. Quanto à população idosa, mais de 60 anos, os negros têm média de anos de estudo inferior a três anos, sendo que a menor média da população branca fica em 3,9 no grupo de idade de 65 anos e mais.

A partir de agora, analisaremos o desempenho obtido pelas pessoas com 25 anos e mais, assim analisaremos somente os indivíduos que não estão mais no sistema de ensino. Entre os indivíduos que se enquadram nesse critério, a maior proporção (30%) adquiriu o ensino secundário, 24% concluíram o nível primário e 16% o ensino superior. Analisando a tabela 5 podemos perceber que em ambos os grupos raciais o nível mais elevado é o secundário.

Tabela 5 – Nível de instrução mais elevado concluído pela população com 25 anos de idade e mais, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Nível de instrução	Negros			Brancos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Primário	32%	34%	30%	23%	25%	22%
Secundário	31%	30%	32%	30%	30%	30%
Superior	7%	5%	9%	17%	15%	19%
Mestrado/Doutorado	(1)	(1)	(1)	1%	1%	1%
Outros <sup>(2)</sup>	30%	31%	29%	28%	29%	28%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

(2) A categoria “Outros” inclui antigo primário que corresponde hoje ao ensino fundamental incompleto e as classes de alfabetização de adultos.

Considerando os dados da tabela acima, se optarmos por somar o percentual das pessoas que estão na categoria “outros” com o percentual daqueles que se encontram no ensino primário, veremos que 62% da população negra e 51% da população branca ainda não passou do nível primário de instrução. Entre os homens negros, 65% estudaram no máximo até o primário, já o percentual das mulheres brancas, que possuem o melhor desempenho no sistema de ensino, é de

50%. A desigualdade é maior se analisarmos os demais níveis de instrução. O percentual de negros que concluiu apenas o ensino primário (32%) é praticamente igual ao daqueles que concluíram o nível secundário (31%). Já entre a população branca a diferença entre os que atingiram o nível secundário (30%) e os que obtiveram apenas o nível primário (23%), fica em sete pontos percentuais. No ensino superior, a desigualdade é ainda mais expressiva, uma vez que o percentual de brancos que concluíram esse nível de ensino é duas vezes maior que o percentual de negros. Se considerarmos apenas os homens, perceberemos que o percentual de brancos com ensino superior é três vezes maior que o de negros. No nível mais alto, cursos de pós-graduação, a proporção de negros é desprezível, mas devemos observar que entre os brancos ela também é bastante baixa, apenas 1%.

Os dados da tabela 5 sofrem considerável alteração se separarmos as pessoas com 25 anos de idade e mais por grupos de idade, pois, como já vimos, à medida que a idade avança, as pessoas apresentam menos anos de estudo. Os negros na faixa etária dos 36 aos 46 anos, por exemplo, já são mais numerosos no ensino primário (32%) que no secundário (29%), os brancos continuam prevalecendo no ensino secundário (29%) contra (23%) no primário. A partir da faixa etária dos 47 aos 57 anos as desigualdades são ainda mais explícitas: 52% negros nem sequer concluíram o ensino primário (estão na categoria “outros”), contra 46% dos brancos, uma diferença de 6 pontos percentuais. Por último, entre as pessoas com 58 anos e mais, 66% dos negros estão na categoria outros e 58% dos brancos. Em relação aos critérios até aqui mencionados, os dados para homens e mulheres dos dois grupos raciais são bastante semelhantes. Contudo, no ensino superior aparecem diferenças bem maiores: entre as mulheres com idade entre 25 e 46 anos o percentual das brancas é praticamente o dobro daquele apresentado pelas negras. A partir desse grupo as diferenças caem bastante, em parte, isso pode ser explicado pela diminuição considerável das



mulheres brancas com ensino superior. Entre os homens, para a idade entre 25 e 70 anos, em média, o percentual de brancos que concluiu o ensino superior é três vezes maior que o de negros.

Com base nas informações já fornecidas, podemos reconhecer no ensino superior um dos instrumentos mais poderosos para hierarquizar a sociedade. Em primeiro lugar, são poucas as pessoas que conseguem atingir esse nível de ensino. No Rio Grande do Sul, apenas 4,5% da população investigada tem curso superior<sup>14</sup>. Entre a população branca, 5% concluíram um curso universitário, sendo o percentual de mulheres 5,8%, superior ao de homens, 4,2%. Entre os negros, o percentual de indivíduos com terceiro grau é de apenas 1,2%, havendo uma considerável vantagem das mulheres (1,6%), contra 0,8% dos negros, assim, entre os negros que possuem curso superior, 65% são mulheres e 35% são homens. Entre os brancos há um equilíbrio maior, 59% são mulheres e 41% são homens. Em segundo, as escolhas de curso sofrem a influência da estrutura sócio-econômica em que se inserem os indivíduos e; em terceiro, essa mesma estrutura normalmente influencia a escolha das instituições que os alunos irão estudar, ou seja, influencia a qualidade do ensino. Beltrão & Teixeira (2004), analisando a inserção dos indivíduos no ensino superior, concluíram que no vestibular ocorre uma seleção que se processa em duas etapas: na inscrição os candidatos escolhem suas carreiras dentro de suas possibilidades individuais e, em seguida, o próprio exame trata de fazer uma nova seleção entre os candidatos pré-selecionados na primeira etapa. Assim, “(...) as carreiras e instituições de maior prestígio selecionam candidatos cada vez mais homogêneos em termos socioeconômicos, ao passo que os candidatos de carreiras e instituições de menor prestígio se distanciam cada vez mais das

---

<sup>14</sup> Beltrão e Teixeira (2004) informam que os dados sobre os indivíduos que concluíram o ensino superior estão subestimados no Censo do ano 2000. Tal problema se deve a metodologia utilizada para investigar essa questão: o quesito 4.35 - qual a espécie do curso mais elevado concluído, só foi aplicado para os não estudantes. Logo, os alunos de cursos de pós-graduação ou aqueles que estão frequentando um segundo curso superior, foram excluídos da contagem. Os autores advertem que o erro estimado para a proporção de indivíduos jovens nessa situação não é pequeno, todavia, as proporções de homens e mulheres ou de brancos e negros são menos sensíveis a esse problema.

características dos primeiros” (Ribeiro e Klein, *apud* Beltrão e Teixeira, 2004: 2). Os autores destacam ainda que há uma relação entre representatividades de sexo e de raça no ensino superior: quanto mais masculina for uma carreira ou área, maior será a concentração dos indivíduos brancos e, contrariamente, quanto mais feminina, maior a proporção de negros. Investigamos então se tais conclusões, no que diz respeito à distribuição dos grupos raciais nas áreas de conhecimento, podem ser corroboradas pelos resultados da nossa pesquisa.

Em relação às áreas de conhecimento, constatamos que as pessoas que têm curso superior se concentram basicamente em três: 55% nas “ciências humanas e sociais”, 18% nas “ciências biológicas e da saúde” e 13% nas “ciências exatas e tecnológicas”. A distribuição de acordo com os grupos raciais apresenta diferenças, as quais podem ser analisadas através dos dados da tabela seis.

Tabela 6 – Distribuição percentual dos indivíduos com curso superior completo por área de conhecimento, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Área de conhecimento	Negros			Branco		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Ciências Agrárias	1,5%	3,9%	0,2%	3,4%	7,0%	1,0%
Ciências Biológicas e da Saúde	16,6%	16,8%	16,6%	17,6%	16,0%	18,7%
Ciências Exatas e Tecnológicas	7,5%	11,9%	5,2%	13,3%	19,1%	9,2%
Ciências Humanas e Sociais	60,5%	61,4%	60,1%	54,5%	54,1%	54,8%
Letras e Artes	12,5%	3,4%	17,4%	10,2%	2,4%	15,6%
Outros	1,3%	2,6%	0,6%	1,0%	1,4%	0,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

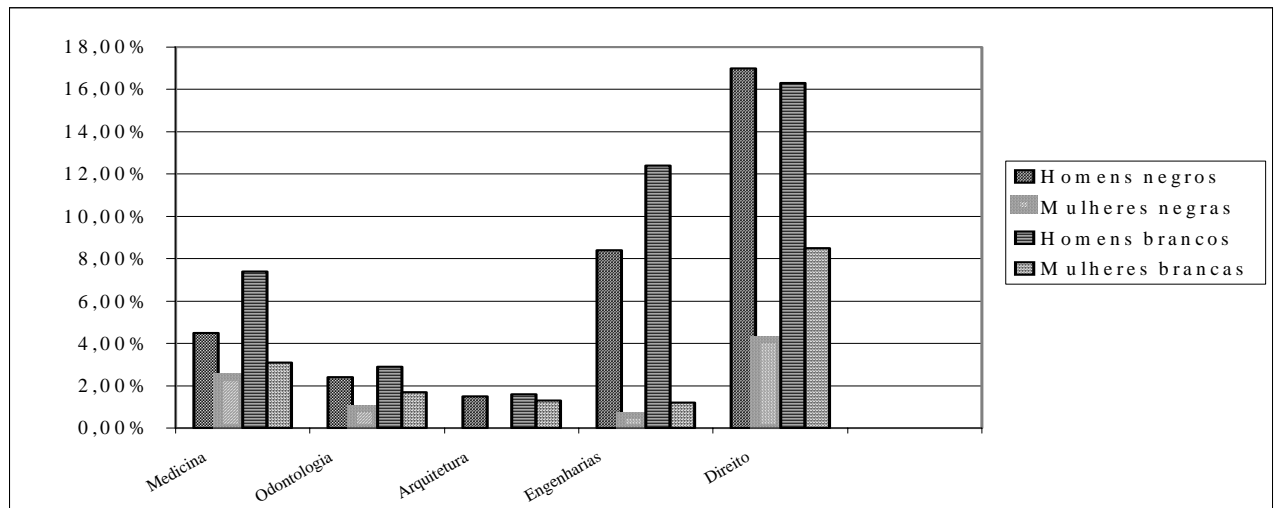
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

Os dados da tabela acima nos permitem concordar com as principais conclusões de Beltrão e Texeira (2004). Entre os negros que possuem curso superior há maior representatividade nas áreas de conhecimento tipicamente femininas, “ciências humanas e sociais” e “letras e artes”.

Entre os brancos a inserção nas “ciências humanas e sociais” também é expressiva, mas devemos considerar que, a inserção desses indivíduos nos cursos de Direito (como veremos adiante), explica, em grande parte, essa proporção. Considerando apenas os homens, notamos que nas “ciências exatas e tecnológicas” (área tipicamente masculina) há uma diferença de nove pontos percentuais entre brancos e negros. Entre as mulheres, a segunda área que concentra o maior percentual de negras (17,4%) é “Letras e Artes”, enquanto as brancas estão nas “ciências biológicas e da saúde” (18,7%).

Foi analisada também a distribuição das pessoas com ensino superior nos seguintes cursos: medicina, odontologia, ciência da computação, engenharias, direito, psicologia e veterinária. O que motivou a escolha foi o prestígio social diferenciado que costuma ser conferido aos profissionais dessas áreas. Aproximadamente 98% dos formandos em todos esses cursos são brancos. Assim, novamente, só faz sentido analisar a distribuição de cada um dos grupos raciais nos cursos acima mencionados, tal como é apresentada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos formados no ensino superior em cursos selecionados, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul –2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS.

Nota: A amostra não comportou desagregação para a categoria “mulheres negras nos cursos de engenharia”

Entre as pessoas negras com curso superior, 41,9% estão nos cursos apresentados no gráfico acima, já o percentual de brancos é de 56,4%, havendo assim uma vantagem desse segundo grupo de 14,5 pontos percentuais. Considerando apenas as mulheres, esse percentual diminuiu, sendo de 8,10% o das negras e 15,8% das brancas. A proporção de homens negros nessas carreiras (33,8%) é mais do que quatro vezes maior que a de mulheres negras (8,10%), já entre os brancos a diferença é menor, homens (40,6%) e mulheres (15,8%). Um dos fatores que explica a maior inserção dos homens nos cursos socialmente valorizados é sua presença expressiva nos cursos de engenharia, carreira que incorpora poucas mulheres (a proporção de negras é tão pequena que nem sequer permitiu a desagregação). O curso de arquitetura, por sua vez, tem uma distribuição um pouco mais igualitária entre os grupos, exceto no que diz respeito às mulheres negras, pois essas continuam aparecendo em percentuais bem diminutos. Finalmente, as mulheres, tanto as negras quanto as brancas, possuem maior inserção nos cursos de direito e de medicina. Já os homens, nos cursos de direito e de engenharia.

Os dados apresentados sobre a escolaridade da população gaúcha mostram de forma clara a expressiva vantagem que os indivíduos brancos possuem, em relação aos negros, nessa esfera social. Destaca-se, sobretudo, a distância que separa os homens negros das mulheres brancas, pois, considerando os grupos de idade, em alguns critérios como a taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional, por exemplo, se considerássemos só as mulheres haveria uma maior aproximação social. Temos que reconhecer que os indicadores de escolaridade dos jovens, tanto brancos quanto negros, quando comparados ao da população mais velha, apresentam uma significativa melhoria e isso contribui para que as desigualdades sejam menores entre eles. Contudo, quanto maior o nível de ensino, maior a distância que separa brancos e negros de qualquer grupo de idade, independentemente do gênero, indicando assim que as desigualdades de ensino são menores apenas no que diz respeito a níveis de educação básicos.

### 3.2 Capital familiar

Autores como Valle Silva e Pastore (2000), entre outros, que costumam analisar a mobilidade social, destacam a importância de identificar a origem social dos indivíduos. A situação sócio-econômica dos pais dos indivíduos costuma ser utilizada como uma das explicações para as probabilidades de sua progressão sócio-econômica, através de mudanças de ocupações no mercado de trabalho. Nos estudos de mobilidade, o objetivo principal é verificar qual a situação social das pessoas quando comparadas à de seus pais. Esses estudos têm demonstrado que quanto melhor a origem social (maior o capital socioeconômico dos pais), maiores as chances dos indivíduos serem bem sucedidos do ponto de vista sócioeconômico, embora haja diferenças no que diz respeito aos grupos raciais e de gênero. Podemos perceber, e esses autores deixam isso bastante claro, que a situação dos pais é tomada também como um indicador do desenvolvimento da família a qual a pessoa pertence. Os dados do Censo não permitem que se tenha informações

sobre os pais dos indivíduos, assim, mesmo que utilizássemos alguma técnica para reorganizar o banco de dados, continuaríamos sem essa informação para aqueles que não estão na categoria de filhos. Outro problema está na própria forma como essa última categoria é computada. Não há distinção no questionário do Censo para filhos e enteados, ou seja, ambos possuem a mesma identificação. Procuramos uma alternativa, pois temos razões não só empíricas, mas também teóricas para considerar a influência da família um fator muito importante para a participação dos indivíduos na sociedade. Segundo Bourdieu (1996), a família é um privilégio social.

*“Esse privilégio é, no concreto, uma das principais condições de acumulação e de transmissão de privilégios, econômicos, culturais, simbólicos. De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução” (1996:131).*

O autor alerta que a família não é apenas um dado, mas também um instrumento de construção da realidade social. Para analisar a influência da família realizamos, nessa etapa, uma mudança na unidade de análise: ao invés de identificar a situação de cada indivíduo (de acordo com a situação de sua família), identificamos a situação das famílias desses mesmos indivíduos, incluindo, portanto, eles próprios. Calculamos então o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF), sugerido por Barros *et al* (2003), que resulta da composição de seis sub-índices: vulnerabilidade das famílias, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. A lógica do IDF, no que diz respeito aos seus componentes, é semelhante a do Índice de Desenvolvimento Humano criado pela Organização

das Nações Unidas<sup>15</sup>. Porém, diferentemente do IDH, ele corresponde à média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem, ou seja, calculando a média aritmética de cada um dos seis sub-índices, chegamos ao Índice de Desenvolvimento das Famílias.

O valor do IDF, e também de cada sub-índice que o integra, varia “em tese” entre zero e um, mas na prática isso não ocorre, porque zero significa total ausência de desenvolvimento sob qualquer um dos critérios investigados. Já as famílias com índice um, são raridades (não encontradas em nosso banco de dados). O IDF pode ser facilmente desagregado e, assim, foi possível utilizá-lo para comparar o grau de desenvolvimento das famílias de cada grupo racial e de cada grupo etário. Reconhecemos que o IDF “mistura” as variáveis que procuramos relacionar, ou seja, a nossa variável dependente, “participação no mercado de trabalho” (a qual será decomposta no final do capítulo), acaba sendo incluída nas variáveis independentes (escolaridade e pobreza). Tal percepção não inviabiliza o uso do IDF nessa pesquisa, apenas serve como um alerta de que devemos sempre analisar a conveniência ou não de seu valor como variável resposta nas análises de regressão que serão apresentadas posteriormente. Vejamos então na tabela 7 o valor do Índice de Desenvolvimento das Famílias dos dois grupos raciais em estudo.

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento das Famílias, segundo a raça – Rio Grande do Sul, 2000

---

<sup>15</sup> No Apêndice I encontra-se a lista dos indicadores utilizados na construção do índice e a metodologia de ponderação.

Índices de desenvolvimento	Total	Negros	Branços
IDF	0,55	0,50	0,55
Vulnerabilidade das famílias	0,27	0,25	0,27
Acesso ao conhecimento	0,26	0,20	0,27
Acesso ao trabalho	0,14	0,12	0,14
Disponibilidade de recursos	0,91	0,84	0,92
Desenvolvimento infantil	0,95	0,93	0,95
Condições habitacionais	0,74	0,68	0,75

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do índice realizada pelo autor.

As famílias gaúchas apresentam maior desenvolvimento no que diz respeito ao desenvolvimento infantil e a disponibilidade de recursos, como podemos observar na tabela acima. As condições habitacionais também apresentam um escore bastante positivo, mas a situação de vulnerabilidade e o acesso ao conhecimento já apresentam escores bem mais baixos. O acesso ao trabalho é o fator com maior peso negativo para o valor final do índice que, apesar disso, fica acima da média, 0,55. A mesma análise se aplica aos grupos raciais, ou seja, é possível ordenar em ordem decrescente os indicadores de desenvolvimento e obter os mesmos resultados. Em relação à desigualdade, podemos observar na tabela acima que sob qualquer um dos critérios que compõe o índice, a família dos indivíduos negros encontra-se em desvantagem em relação a dos indivíduos brancos. A principal desigualdade se encontra na disponibilidade de recursos, onde há uma diferença de 0,08 no escore de cada grupo racial, logo em seguida, com uma diferença de 0,07, temos as condições habitacionais e o acesso ao conhecimento. O resultado é que o IDF dos brancos é superior em 0,05 ao dos negros.

Ao analisarmos os diferentes grupos de idade, podemos notar que as famílias dos adultos de ambos os grupos raciais são as que apresentam os melhores escores <sup>16</sup>. O valor do IDF dos

<sup>16</sup> Ver tabela nos documentos anexos.



adultos negros com idade entre 25 e 40 anos é de 0,51, já o dos brancos é de 0,56, assim há uma diferença de 0,05 que se repete também para os jovens com idade entre 20 e 24 anos. Para os demais grupos de idade a diferença no valor do IDF é de 0,04. As diferenças na disponibilidade de recursos também se mantêm expressivas, sendo que para os jovens com idade entre 15 e 19 anos, ela atinge 0,10. Assim, podemos concluir que as famílias dos indivíduos brancos possuem uma estrutura de capital que permite aos seus descendentes melhores oportunidades iniciais. Os sub-índices que compõem o IDF, principalmente, o acesso ao conhecimento e às condições habitacionais, são fundamentais para uma melhor inserção no mercado de trabalho. Além disso, a disponibilidade de recursos faz com que aumente a possibilidade dos indivíduos contarem com uma rede de relações sociais favoráveis para seu ingresso nessa esfera social.

### 3.3 Capital econômico

Ainda procurando verificar o capital que os indivíduos herdaram de suas famílias, utilizamos indicadores de pobreza, tendo como base a renda familiar *per capita*. Os indicadores que a seguir serão apresentados permitem que se classifique os indivíduos de acordo com a renda que suas famílias auferem. Logo, demonstraremos as desigualdades na distribuição da renda.

O índice de Gini<sup>17</sup> do Rio Grande do Sul é de 0,56, revelando assim que a distribuição de renda é bastante desigual. A renda média dos indivíduos que estão no grupo dos 10% mais ricos é de R\$1.727,09, já a dos 10% mais pobres, é de R\$27,24. Assim, a renda dos 10% mais ricos supera em mais do que sessenta e três vezes a renda dos 10% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 54% da renda total disponível, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 4,8% dessa renda. Os dados deixam ainda mais nítida a desigualdade se

---

<sup>17</sup> O índice de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição de renda que varia entre zero e 1. Quando o valor desse índice é zero, há uma situação de igualdade perfeita. Mas, quando o valor do índice é 1, temos uma situação de

considerarmos a renda média dos indivíduos que pertencem ao grupo dos 1% mais ricos (R\$2.950,00) – esse valor supera em mais de dezesseis vezes a renda média dos 50% mais pobres (R\$177,82) e em mais de cem vezes a renda média dos 10% mais pobres (R\$27,24). Assim, a renda além de mal distribuída é concentrada, pois aqueles que estão no topo da pirâmide social concentram uma proporção bem maior dessa renda do que os indivíduos que se localizam no meio ou na base da pirâmide.

A renda familiar per capita média dos gaúchos é de R\$373,46, sendo que a dos indivíduos brancos é de R\$397,70 e a dos negros R\$195,37. Logo, a renda per capita das famílias dos indivíduos brancos é mais que o dobro da renda dos indivíduos negros. A tabela 8 apresenta a desigualdade na distribuição dos grupos raciais, quando analisamos a proporção de indivíduos em pontos de distribuição de renda específicos.

Tabela 8 – Proporção de indivíduos em pontos de distribuição da renda – Rio Grande do Sul, 2000.

Proporção de indivíduos	Negros	Brancos
Abaixo da linha da pobreza (R\$75,00) <sup>1</sup>	30%	14%
Abaixo da linha de indigência (R\$37,75)	13%	5%
30% mais pobres	14%	9%
50% mais pobres	11%	11%
20% mais ricos	5%	11%
10% mais ricos	3%	11%
1% mais ricos	0,2%	1,1%

Fonte: Os dados brutos utilizados para os cálculos foram extraídos do Questionário da Amostra do RS do Censo Demográfico – 2000, microdados.

Nota: Utilizamos o valor da linha da pobreza e da indigência definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Atlas do Desenvolvimento Humano do ano 2000.

perfeita desigualdade, ou desigualdade máxima. Quanto mais próximo de 1 estiver o valor do índice de Gini, maior a desigualdade.

O percentual de indivíduos negros abaixo da linha da pobreza, como podemos observar na tabela acima, é de 30%, sendo, portanto, mais que o dobro que o percentual de brancos, 14%. Considerando os indivíduos na linha de indigência, as desigualdades são maiores, pois a proporção de negros (13%) é quase o triplo da de brancos (5%). A proporção de negros entre os 30% mais pobres da população também é superior a de brancos, sendo de 14%, contra 9% desses últimos. Há uma situação de perfeita igualdade no grupo dos 50% mais pobres, ou seja, tanto entre brancos quanto entre os negros, o percentual é de 11%. A desigualdade volta a aparecer quando analisamos os grupos mais ricos, entre os 20%, temos mais que o dobro de brancos em relação aos negros e entre os 10%, mais que o triplo. No último grupo observado, os 1% mais ricos, temos uma proporção de brancos que é ainda mais que cinco vezes maior que a de negros.

A renda mensal familiar per capita dos negros faz com que a maior parte deles figure entre os pobres, deixando-os inclusive com maior representatividade que os indivíduos brancos entre os mais pobres da população. A falta de capital econômico é um dos principais empecilhos para que se adquira outros tipos de capitais e assim, forma-se um círculo vicioso que prende as pessoas sempre no mesmo lugar.

### 3.4 Capital socioespacial

Os estudos sobre a forma de participação dos indivíduos no mercado de trabalho, assim como os estudos sobre a desigualdade social, têm chamado atenção para a importância da localização geográfica na análise dessas temáticas. O objetivo de inserir essa variável na explicação é procurar verificar a influência da estrutura sócio-econômica das regiões sobre a situação dos indivíduos no mercado de trabalho. Como já mencionamos anteriormente, quanto maior o desenvolvimento da região, mais oportunidades elas tendem a oferecer e isso, em tese, deveria trazer mais benefícios para todos os indivíduos. Todavia, as pesquisas sobre relações raciais

mostram que essa tese nem sempre se mostra verdadeira. Analisaremos, então, qual a situação da população branca e negra gaúcha no que diz respeito a esse critério.

O Rio Grande do Sul foi dividido em seis regiões para fins de análise: noroeste, nordeste, central, sudoeste, sudeste e a região metropolitana de Porto Alegre. Essas áreas geográficas correspondem às mesorregiões definidas pelo IBGE. A partir daí, procuramos classificar cada uma delas pelo nível de desenvolvimento. A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser do RS (FEE) criou um índice para analisar o grau de desenvolvimento dos municípios gaúchos que resulta da agregação de informações sobre a situação dos domicílios e saneamento, da educação, da renda e das condições de saúde dos indivíduos. A entidade disponibiliza essas informações para cada um dos municípios e para os vinte e um Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) do Estado. Contudo, tal índice (pela metodologia que foi utilizada na sua construção) não pode ser desagregado e, assim, a única maneira de usá-lo seria realizando novamente o cálculo para cada uma das regiões, tendo por base os parâmetros já estabelecidos. Essa última alternativa não se mostrou viável, pois tal índice utiliza dados provenientes de diferentes fontes, tais como Secretária da Educação, Ministério da Saúde, Organização das Nações Unidas, além do próprio IBGE. Além disso, esse índice, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano criado pela ONU que o integra, não é desagregável, pois eles são calculados em nível das regiões escolhidas e não dos indivíduos. Procuramos então, num primeiro momento, relacionar cada uma dessas regiões com os seus Coredes correspondentes, embora nem sempre esses conselhos sigam a mesma delimitação que estamos utilizando, o que faz com que alguns Coredes pertençam a mais de uma categoria. Todavia, foi possível perceber que a região Nordeste concentra o maior percentual de municípios com Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) alto, visto que inclui quase todos os municípios do Corede Serra (primeiro lugar em desenvolvimento). Outras áreas bastante desenvolvidas são a

região metropolitana do Delta do Jacuí e o Vale do Rio dos Sinos, segundo e terceiro lugar, respectivamente, na classificação do IDESE. Essas, localizam-se na região metropolitana de Porto Alegre. Marmarella (2003) adverte que essa área, que conta atualmente com trinta e um municípios, possui uma considerável heterogeneidade interna, visto que alguns municípios que foram sendo por ela incorporados não se enquadram nas características de metrópole. Algumas áreas da RMPA como a do Corede Paranhama e do Corede Litoral, estão entre as menos desenvolvidas do Estado. Já os municípios da região Sudoeste tendem a apresentar índices de desenvolvimento que os classificam entre as dez regiões mais desenvolvidas, o mesmo ocorrendo com a região Central. Por outro lado, a maior parte dos municípios da região Noroeste deixam-na atrás da região Sudeste, ficando ambas entre as regiões menos desenvolvidas.

Uma outra maneira de investigar o desenvolvimento das regiões é procurar verificar a correlação existente entre cada uma delas e o *status* das ocupações que elas oferecem<sup>18</sup>. Com base nesse critério encontramos dois pólos bastante distintos: de um lado, a região Noroeste que apresenta a mais alta associação com as ocupações de baixo *status* e correlação bastante negativa com as ocupações de alto *status*, e do outro, a região metropolitana de Porto Alegre que se encontra na situação inversa. A região Central do Estado também apresenta características bem semelhantes à da parte Noroeste, embora os níveis de associação sejam menores. Já as regiões Nordeste e Sudoeste associam-se a ocupações de nível médio, sendo que nessa última a correlação é maior. Por último, a região Sudeste possui maior associação com as ocupações de *status* médio-baixo. Os resultados reforçam as análises realizadas com base no IDESE, as três regiões mais desenvolvidas do Estado seriam a Nordeste, a metropolitana de Porto Alegre e a Sudoeste. A região central apresenta um desenvolvimento intermediário e as outras duas áreas – Sudeste e Noroeste – são as menos desenvolvidas.

A população branca predomina em todas as regiões do Estado, mas em algumas localidades há variações consideráveis nessa distribuição. Na região Nordeste e na Central, 90% da população é branca e 10% é negra; na região metropolitana de Porto Alegre há uma pequena diminuição, quase desprezível, 89% de brancos, contra 11% de negros; no Sudeste, 86% são brancos e 14%, negros; no Noroeste, 88% são brancos e 12% são negros; finalmente, na região Sudoeste, 82% são brancos e 18% são negros. Vemos assim que a diferença na proporção de brancos, em relação à de negros, é maior em duas das áreas mais desenvolvidas, Nordeste e Região Metropolitana de Porto Alegre. Considerando a distribuição da população gaúcha nas regiões, percebemos que a maior parte dos indivíduos (40%) encontra-se na região metropolitana de Porto Alegre, uma das mais desenvolvidas, mas, por outro lado, o segundo maior percentual de gaúchos (24%) encontra-se na região Noroeste – área de desenvolvimento limitado. Vejamos na tabela 9 como se distribuem os grupos raciais nas diferentes regiões.

Tabela 9 – Distribuição percentual da população residente por regiões, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000.

Regiões do RS	Negros			Branco		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Noroeste	24,6%	25,7%	23,4%	23,8%	23,9%	23,7%
Nordeste	7,0%	7,4%	6,5%	9,0%	9,1%	9,0%
Central	10,7%	10,8%	10,6%	13,7%	13,9%	13,5%
RMPA	38,7%	37,5%	39,9%	39,7%	39,4%	40,0%
Sudoeste	9,5%	9,5%	9,5%	5,8%	5,8%	5,9%
Sudeste	9,6%	9,1%	10,1%	7,9%	8,0%	7,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000. Microdados do questionário da amostra RS

Analisando os dados da tabela acima, percebemos que os grupos não se distribuem de forma muito diferenciada nas diversas regiões. De todo modo, a proporção de brancos no Nordeste, supera em dois pontos percentuais a de negros, e na central supera em três pontos percentuais. Já na região Sudoeste são os negros que possuem maior percentual 9,5%, contra 5,8% . Notamos

<sup>18</sup> No apêndice II encontra-se a descrição da metodologia utilizada para classificar as ocupações por *status*.

ainda que entre os negros, há uma proporção maior de homens, em relação às mulheres, nas regiões Noroeste e Nordeste. Por outro lado, há uma proporção maior de mulheres na região metropolitana de Porto Alegre e no Sudeste. Quanto à população branca, não há nenhuma diferença que supere um ponto percentual. Comparando as duas populações, percebemos que 45,7% dos negros estão nas duas regiões mais desenvolvidas (RMPA e Nordeste), sendo que o percentual de mulheres negras é de 46,4%. A proporção de brancos nessa área é um pouco superior, em torno de 49%. Nas duas áreas menos desenvolvidas (Sudeste e Noroeste), encontramos 34,2% dos negros gaúchos, a proporção de mulheres é um pouco menor, 33,5%. Entre os indivíduos brancos, 31,7% estão nessa área. Podemos concluir, portanto, que os indivíduos brancos estão numa localização geográfica mais favorável se comparados população negra, sobretudo a dos homens negros.

Cabe-nos agora investigar se realmente, como têm apontado os estudos sobre desigualdade como os de Telles (2003), Lovell (1995), Hasenbalg (1992), entre outros, todas as pessoas se beneficiam dos recursos disponíveis nas localidades mais desenvolvidas e se há nelas, em termos gerais, uma maior aproximação social dos indivíduos. Para efetuar esse diagnóstico usamos o já mencionado Índice de Desenvolvimento das Famílias – IDF, uma vez que, através dele podemos identificar a situação das famílias que vivem em áreas específicas. Ao mesmo tempo, o IDF é também uma medida do desenvolvimento social de cada localidade, visto que através dele podemos fazer um *ranking* de cada uma das regiões. Como já era esperado, nessa classificação hierárquica, há duas regiões que se encontram no topo, possuindo um IDF de 0,57: a metropolitana de Porto Alegre e a Nordeste. Após encontram-se empatadas as regiões Sudoeste e Sudeste, obtendo um IDF de 0,53; a região central – ( IDF de 0,52) – e, por último a região Noroeste com IDF de 0,51. Vejamos na tabela número 10 o índice de desenvolvimento da família de cada um dos grupos raciais em cada uma dessas regiões:

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento das Famílias por regiões, segundo a raça – Rio Grande do Sul, 2000

Regiões do RS	Negros	Branco
Noroeste	0,46	0,52
Nordeste	0,52	0,57
Central	0,47	0,53
RMPA	0,54	0,57
Sudoeste	0,49	0,53
Sudeste	0,50	0,53

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS.

De acordo com os dados da tabela acima, podemos afirmar que há uma relação entre o desenvolvimento dos indivíduos e o desenvolvimento da região, tendo em vista que, para ambos os grupos raciais, o valor do IDF é maior nas áreas de maior desenvolvimento. Quanto à segunda questão, se os níveis gerais de desigualdade são menores, a resposta é parcialmente afirmativa, pois elas são menores na região metropolitana de Porto Alegre e na região sudeste, ficando a diferença em 0,03. Na região nordeste, a diferença no valor do IDF de brancos e negros é de 0,05, próxima à observada na região noroeste, a menos desenvolvida. Abre-se assim uma interrogação: porque na região Nordeste os índices de desigualdade são altos? Nessa pesquisa não há elementos para responder a tal indagação, mas podemos levar em consideração a observação de Telles (2003) sobre os contatos raciais. Segundo esse autor, é possível identificar uma segregação maior nas localidades em que os negros são minoritários. Contudo, na região metropolitana de Porto Alegre temos praticamente a mesma distribuição de brancos e negros encontrada no Nordeste, mostrando, portanto, que tal resposta não é suficiente. Questionamos então se os descendentes de imigrantes (população majoritária nessa área) são mais racistas que os indivíduos brancos brasileiros, pois, afinal de contas, para eles é mais fácil manter uma aceitação das teorias raciais do século XIX, tendo em vista que poderiam ser enquadrados, devido à sua ascendência, como membros das “raças superiores” (não entrariam na categoria de mestiços



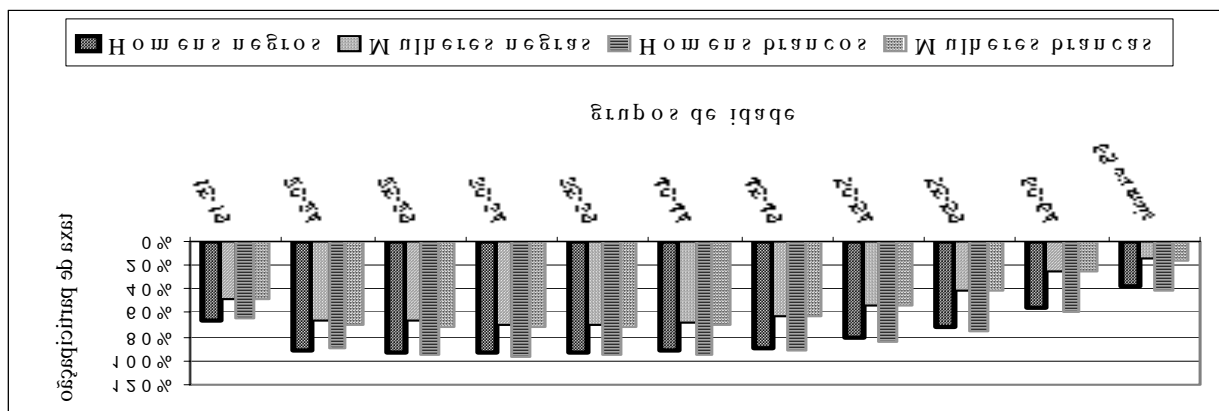
que é tipicamente dos brasileiros). Sem sombra de dúvida é uma questão que merece ser investigada.

Concluindo, a localização geográfica, que também poderíamos chamar, em virtudes de vários aspectos mencionados nesse item, de localização socioespacial, é realmente uma variável capaz de prever a situação dos indivíduos, mesmo quando eles são de grupos raciais diferentes. Nesse quesito, encontramos, portanto, mais um capital diferencial que a população branca possui para disputar posições no mercado de trabalho.

### 3.5 O mal que sempre perdura: as desigualdades no mercado de trabalho

Até o final dos anos 80, as pesquisas sobre a participação dos grupos raciais no mercado de trabalho demonstravam que a população negra entrava precocemente e saía mais tarde, dedicando assim um tempo maior de sua vida ao trabalho. Esse quadro se alterou devido ao aumento no tempo de permanência dos trabalhadores brancos e a participação cada vez maior dos jovens e das mulheres desse segmento populacional. No Rio Grande do Sul, a taxa total de participação da população no mercado de trabalho é de 71%, sendo que ela é praticamente idêntica para os homens brancos e os homens negros (84% e 83%, respectivamente) e para as mulheres brancas (59%) e mulheres negras (58%). O gráfico a seguir apresenta a variação dessas taxas em função dos grupos de idade.

Gráfico 3 – Taxa de participação no mercado de trabalho, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000



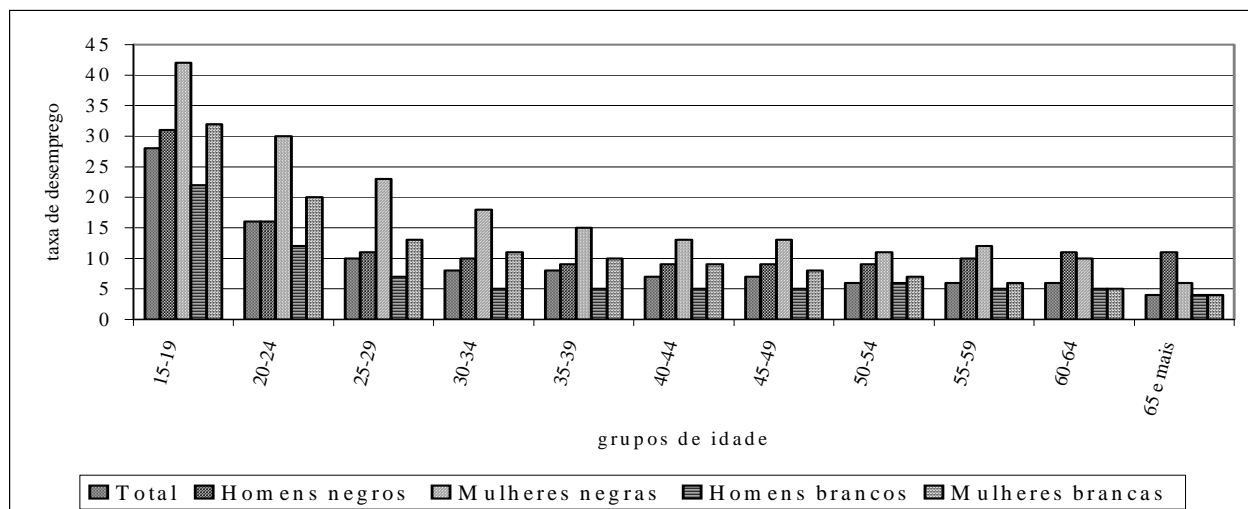
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000 – microdados do Questionário da Amostra do RS. Elaboração do autor.

Podemos notar, analisando o gráfico acima, que para qualquer grupo de idade a taxa de participação permanece bastante semelhante para os grupos de mesmo gênero. Notamos também que toda a população jovem gaúcha participa de forma bastante intensa do mercado, ficando a taxa das mulheres acima dos 40% e a dos homens acima de 60%. A partir do grupo de idade dos 45 aos 49 anos, a participação da população começa a diminuir, sendo que a redução no número de mulheres é mais acentuada. Entre os idosos, 65 anos e mais, o percentual das mulheres que estão no mercado de trabalho é inferior a 20%, enquanto o percentual de homens ainda é elevado, ficando em torno de 40%. Aliás, nos dois últimos grupos há um distanciamento um pouco maior entre as taxas de brancos e negros. De toda forma, tal taxa perdeu de forma considerável o poder de explicar uma parcela das desigualdades raciais. Exemplificando, antes podíamos afirmar que um dos motivos dos negros estarem em desvantagem em relação aos brancos no sistema educacional era devido à sua entrada precoce no mercado de trabalho. Agora ambos entram praticamente ao mesmo tempo e a desigualdade persiste, embora em níveis menores nos níveis mais básicos.

A maior participação da população branca no mercado de trabalho torna mais intensa a disputa nessa área e, a julgarmos pela taxa de desemprego, as maiores prejudicadas são as mulheres

negras. Em estudo anteriormente realizado, ao analisarmos a forma de participação dos grupos raciais no mercado de trabalho da RMPA (Mello, 2002), percebemos que, ao longo da década de 90, a taxa de desemprego dos negros, sobretudo das mulheres, acabava tendo um incremento maior, se comparado ao da população branca, quando a conjuntura se tornava menos favorável e ocorria uma elevação da taxa geral. Notamos ainda que o tempo de procura por trabalho dos indivíduos negros também aumentou a partir do momento em que cresceu de forma bastante significativa a participação das mulheres brancas. A taxa de desemprego da população gaúcha no ano 2000 foi de 11% e as mulheres negras apresentaram o índice mais alto (21%) contra 8% dos homens brancos, uma diferença de 13 pontos percentuais. Os homens negros encontravam-se em situação melhor, 13% estavam desempregados, o mesmo percentual das mulheres brancas. O gráfico abaixo demonstra a variação do desemprego pelos grupos de idade:

Gráfico 4 – Taxa de desemprego por grupos de idade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000



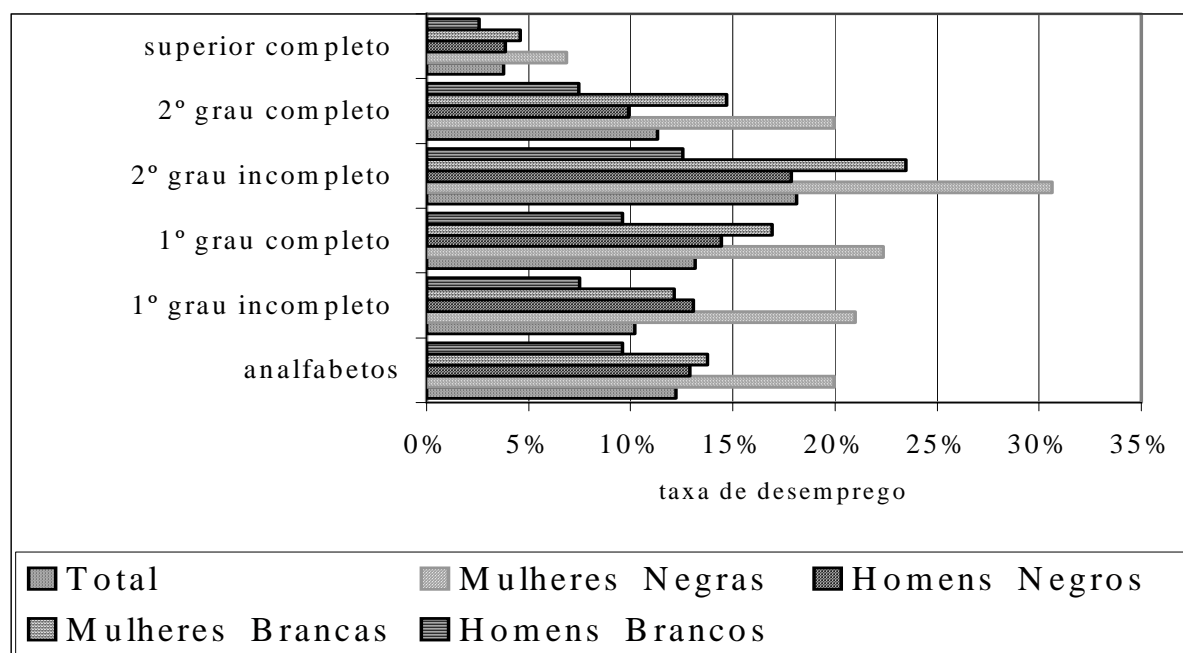
Fonte dos dados brutos: IBGE- Censo Demográfico 2000 – microdados do Questionário da Amostra do RS

No ano 2000, os negros, de qualquer grupo de idade, apresentaram taxa de desemprego superior ao da população branca e, como já esperávamos, as maiores taxas pertencem às mulheres negras, com idade entre 15 e 59 anos. Analisando os dados acima apresentados, constatamos que entre as jovens negras de 15 a 19 anos mais de 40% estão desempregadas, percentual que supera em quase 10 pontos percentuais a taxa das mulheres brancas. Aliás, surpreende o fato das mulheres brancas com idade de até 45 anos apresentarem um percentual de desemprego superior ao dos homens negros. Provavelmente, a explicação para esse dado, que contraria os resultados divulgados pelas pesquisas de emprego e desemprego do próprio IBGE e da FEE-RS, reside na metodologia utilizada para identificar as pessoas que procuram por trabalho no questionário do Censo, a qual não permite que se calcule taxas de desemprego por desalento ou oculto. O mapa da população negra no mercado de trabalho do ano de 1998 demonstra que, considerando essas duas últimas formas de desemprego, não só os homens negros tendem a apresentar taxas superiores em relação às mulheres brancas, mas também as diferenças entre as taxas experimentadas por esses dois grupos raciais são bem mais expressivas. Discorrendo ainda sobre o gráfico acima, é possível afirmar que as diferenças entre as taxas de desemprego das mulheres brancas e negras e dos homens brancos e negros tendem a diminuir ou se estabilizar a

partir dos 25 anos. Tal constatação reforça a idéia de que diante de uma conjuntura desfavorável, os maiores prejudicados são os negros. Tanto isso é verdade, que entre os jovens, hoje as principais vítimas do desemprego, as diferenças entre negros e brancos são mais acentuadas.

A relação entre a escolaridade e a taxa de desemprego não é direta, ou seja, não se pode dizer que quanto maior o nível de escolaridade, menor será a taxa de desemprego. A maior taxa de desemprego é encontrada justamente entre os indivíduos que possuem o segundo grau incompleto, 18%. Nos demais nível de escolaridade, a taxa de desemprego é menor e bastante próxima, ficando em torno de 12%. A exceção são as pessoas que possuem curso superior, para essas a taxa de desemprego é bem menor, ficando em 4%. O gráfico a seguir apresenta a taxa de desemprego dos grupos raciais de acordo com a escolaridade.

Gráfico 5 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS.

Para qualquer nível de escolaridade a maior taxa de desemprego permanece sendo a das mulheres, sobretudo as negras. Considerando os indivíduos com segundo grau incompleto, podemos notar que as mulheres negras possuem taxa de desemprego superior a 30%, praticamente o triplo da taxa dos homens brancos. Contudo, as desigualdades entre os grupos raciais são maiores entre os indivíduos que possuem o primeiro grau incompleto: entre as mulheres, brancas e negras, há uma diferença de nove pontos percentuais; entre os homens, a diferença é de seis pontos percentuais. Quando as pessoas possuem ensino superior, as desigualdades são menores, ficando a diferença na taxa de desemprego das mulheres em dois pontos percentuais e a dos homens em um ponto percentual, como podemos observar no gráfico acima. Deve-se destacar que entre os homens, mesmo considerando a escolaridade, as diferenças nas taxas de desemprego são menores do que as encontradas entre as mulheres brancas e negras.

A partir de agora, analisaremos as diferenças entre os indivíduos que estão ocupados, com o objetivo de saber se os indivíduos negros, após passarem por essa seleção mais rigorosa no início, conseguem ter condições mais igualitárias. Para tanto, utilizaremos informações sobre o ramo de atividade que as pessoas se inserem, a sua posição ocupacional e o *status* da ocupação a que pertencem e o rendimento auferido. Em relação ao primeiro item, os dados analisados nos permitem concluir que a população gaúcha se distribui nas três áreas de atividade da seguinte forma: 51% estão no setor de serviços, 24% na agricultura e 17% na indústria. Quanto aos indivíduos ocupados no setor de serviços, 15% estão no ramo do comércio e reparação. Esses dados apresentam uma considerável variação se separamos os ocupados pelos seus grupos raciais de pertencimento, como podemos observar na tabela 11.

Tabela 11 - Distribuição dos ocupados por setores e ramos de atividade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Setores e ramos de atividade	Negros	Brancos
------------------------------	--------	---------

	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Agricultura e pecuária	21%	24%	15%	24%	26%	21%
Indústrias	16%	18%	12%	17%	19%	15%
Construção	10%	15%	1%	6%	9%	(1)
Serviços	45%	31%	69%	44%	34%	59%
Comércio e reparação	11%	12%	9%	15%	16%	14%
Serviços prestados às empresas	3%	4%	3%	4%	4%	4%
Administração pública, defesa e Seguridade social	5%	7%	3%	5%	6%	4%
Educação	3%	1%	7%	5%	2%	11%
Saúde e serviços sociais	3%	1%	6%	3%	1%	5%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	6%	5%	8%	6%	5%	8%
Serviços domésticos	13%	1%	32%	5%	(1)	13%
Outros	8%	12%	3%	9%	12%	5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. Microdados do Questionário da Amostra do RS. Tabulação do autor.

(1) A amostra não permitiu desagregação para essa categoria

Considerando os grupos raciais como um todo, vemos que é no ramo dos serviços que a distribuição é mais semelhante, sendo idêntica à proporção de ocupados na categoria administração pública, defesa e seguridade social e nas categorias saúde e serviços sociais e outros serviço coletivos, sociais e pessoais. As mulheres possuem maior inserção no setor de serviços que os homens, sendo que as mulheres negras se apresentam em proporção maior nesse setor, temos quase 70% das ocupadas nesse setor de atividade. As desigualdades são gritantes, pois, entre essas ocupadas, quase a metade (32%) está nos serviços domésticos. No ramo da educação, saúde e serviços sociais, que oferecem melhores condições de trabalho e empregam mais mulheres do que homens, as negras possuem também inserção menor do que as brancas. Entre as mulheres brancas, 11% estão no ramo da educação, contra 7% das negras. Já nos serviços domésticos, o percentual de ocupadas brancas é menos que a metade daquele

apresentado pelas negras. O comércio é outra área em que as mulheres brancas encontram-se melhores posicionadas. Nesse ramo, há uma diferença de cinco pontos percentuais. Quanto aos homens, há uma distribuição mais igualitária nos diversos setores e ramos de atividade, havendo distâncias significativas apenas no ramo da construção, 15% dos negros, contra 9% dos brancos, e no comércio, onde existe uma diferença na proporção de ocupados de cada grupo racial que atinge quatro pontos percentuais.

A distribuição apresentada na tabela acima é bastante semelhante se a analisarmos por grupos de idade. Nos serviços domésticos, por exemplo, mesmo incluindo as jovens entre 15 e 24 anos, temos em torno de 31% das mulheres negras. Já a inserção das mulheres brancas nesse ramo vai diminuindo na medida em que aumenta o grupo de idade. Há uma diferença de seis pontos percentuais se compararmos a proporção das jovens brancas com idade entre 15 e 24 anos e das idosas (idade superior a 60 anos). Tal constatação demonstra que hoje a oferta de empregos é maior nos ramos menos qualificados do setor de serviço. Por outro lado, demonstra que a observação que fizemos na pesquisa sobre o mercado de trabalho da RMPA serve também para o restante do Estado. Naquela ocasião afirmamos o que segue:

*“(...) os trabalhadores brancos não só tiveram aumento superior na participação em atividades não qualificadas, mas ainda mantêm sua predominância em alguns grupos, como o de direção e planejamento, por exemplo. Então, nem mesmo nas atividades de apoio, nos serviços domésticos ou nas atividades vulneráveis, o negro pode se considerar seguro, pois a concorrência com o trabalhador branco passa a se desenvolver em maior escala, em todos os grupos de ocupação” (Mello, 2002:50).*

As diferenças na inserção no comércio e reparação vão apresentando um aumento médio de um ponto percentual até o grupo de idade de 60 anos e mais. Percebemos também que quanto maior a idade das mulheres, sobretudo as negras, menor o índice de ocupação no comércio. Quanto aos homens, a partir de 45 anos, a proporção de ocupados no comércio é praticamente a



mesma. Isso se explica porque o percentual de homens brancos nesse ramo diminui de forma mais acentuada entre os grupos de idade entre 25 e 59 anos, que o percentual de homens negros desse mesmo grupo de idade.

Vejamos então a posição dos indivíduos ocupados no mercado de trabalho. Aqui no Estado, a maior parte da população. (52,3%) está na posição de empregado, sendo que, dentre eles, 65% possuem carteira de trabalho assinada. Há também um percentual considerável de trabalhadores na posição de conta própria, (27,6%), já o percentual de empregadores é bem menor, (3,3%). A tabela 12 demonstra a distribuição dos indivíduos de acordo com a raça e o sexo.

Tabela 12 - Distribuição dos indivíduos ocupados por posição na ocupação, segundo a raça e o sexo, Rio Grande do Sul – 2000.

Posição na ocupação	Negros (%)			Brancos (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregado	57,9	66,4	43,5	51,7	53,0	49,8
Com carteira de trabalho assinada	36,0	40,3	28,8	33,9	35,1	32,2
Sem carteira de trabalho assinada	21,9	26,1	14,7	17,8	17,9	17,6
Empregador	0,7	0,9	0,3	3,7	4,7	2,3
Conta própria	21,5	27,3	11,8	28,4	36,2	17,3
Trabalhador Doméstico	12,7	1,0	32,5	5,4	0,4	12,6
Com carteira de trabalho assinada	5,7	0,5	14,6	2,3	0,2	5,3
Sem carteira de trabalho assinada	7,0	0,5	17,9	3,1	0,2	7,3
Trabalhadores sem remuneração	7,2	4,5	11,8	10,9	5,7	18,2
Aprendiz ou estagiário	5,3	2,9	9,4	8,7	4,0	15,3
Outros não-remunerados(1)	1,9	1,6	2,4	2,2	1,7	2,9
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

(1) Inclui: Não remunerado em ajuda a membro do domicílio e trabalhador na produção para o próprio consumo.

A proporção de negros na categoria dos empregados supera em 6,2 pontos percentuais a de brancos, sendo que entre os homens essa diferença atinge 13,4 pontos percentuais, demonstrando assim que os negros dependem mais do emprego formal. Entre as mulheres, a situação se inverte, pois são as mulheres brancas que se encontram em proporção maior, havendo uma diferença de 6,3 pontos percentuais. Contudo, ao compararmos os empregados com e sem carteira assinada, podemos notar que a proporção de negros, tanto homens quanto mulheres, com carteira de trabalho em relação ao total de empregados é menor que a de brancos, ou seja, eles estão mais sujeitos ao trabalho sem vínculo legal. A proporção de brancos na categoria de empregador e de conta própria é superior a de negros, sendo que na primeira a proporção é quase cinco vezes maior. No trabalho por conta própria as proporções são mais próximas, mas como veremos adiante as desigualdades são bastante expressivas no que diz respeito ao rendimento auferido, indicando assim que o tipo de atividade exercida não é necessariamente o mesmo. O trabalho doméstico é a segunda posição de ocupação das mulheres negras, como podemos notar na tabela acima: 32% das ocupadas se encontra nesse tipo de atividade, sendo que a maior proporção (17,9%) não possui carteira de trabalho assinada. Cumpre destacar que as mulheres brancas que estão no trabalho doméstico estão mais sujeitas ao trabalho sem vínculo legal do que as negras, pois entre elas a proporção de empregadas sem carteira quando comparada ao total fica em 58%, contra 55% das negras. No último grupo, trabalhadores sem remuneração, vemos que a proporção de brancos também é superior a de negros, sobretudo na categoria dos aprendizes e estagiários.

Analisando os grupos de idade podemos perceber que a situação dos jovens com idade entre 15 e 19 anos é pior que a dos indivíduos de outras faixas etárias. Entre os homens negros a maior proporção (41,5%) é empregado sem carteira de trabalho assinada e 15,4% são trabalhadores não-remunerados que ajudam outro membro do domicílio. Entre os brancos, a maior proporção é empregado com carteira assinada (34,4%) , já na ajuda a membro do domicílio a proporção é

maior, 21,1%. Na faixa etária seguinte, 20 a 24 anos, aumenta a proporção de empregados com vínculo legal, sendo de 45,2% entre os negros e 49,3% entre os brancos, e a de trabalhadores por conta-própria, ficando em 16,5% a de negros e 16,8% a de brancos. A categoria de empregador reúne um percentual maior quando os indivíduos estão na fase adulta ou são idosos, mas deve-se notar que entre os homens brancos a proporção já aumenta bastante na faixa etária dos 20 aos 24 anos. Quanto às mulheres, podemos perceber que a maior proporção das jovens negras com idade entre 15 e 19 anos, (24,4%), são trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada, já entre as mulheres brancas desse grupo de idade, a maioria (33,7%) é empregada com carteira de trabalho assinada. Na faixa etária seguinte, 20 a 24 anos, temos a maior proporção de negras com carteira de trabalho assinada, (35,4%), esse percentual começa a diminuir a partir desse grupo de idade, ao mesmo tempo, aumenta a proporção das trabalhadoras por conta-própria. O mesmo movimento ocorre com as mulheres brancas, porém, entre elas, aumenta de forma mais significativa a proporção de empregadoras.

Para termos um maior detalhamento sobre a ocupação das pessoas, organizamos as profissões apresentadas no questionário da amostra do Censo em uma escala sócio-ocupacional<sup>19</sup>. Vejamos na tabela 13, que está organizada em ordem decrescente de status, a distribuição dos indivíduos ocupados.

Tabela 13 – Distribuição dos indivíduos ocupados por grupos ocupacionais, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Grupos ocupacionais	Negros (%)			Brancos (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres

<sup>19</sup> Ver nota metodológica no Apêndice II.

<b>Dirigentes e intelectuais</b>	<b>2,9</b>	<b>2,3</b>	<b>3,6</b>	<b>9,9</b>	<b>9,0</b>	<b>11,2</b>
Gerentes, diretores e administradores	1,2	1,3	0,9	4,5	5,2	3,4
Membros superiores do poder público	0,2	0,2	0,1	0,3	0,4	0,3
Profissionais liberais	0,2	0,2	0,2	1,4	1,5	1,2
Outros profissionais universitários	1,3	0,6	2,4	3,7	1,9	6,3
<b>Técnicos e empregados do serviço administrativo</b>	<b>12,2</b>	<b>11,3</b>	<b>13,9</b>	<b>16,8</b>	<b>13,9</b>	<b>20,9</b>
Técnicos de nível médio	5,5	4,7	6,9	8,2	7,0	10,0
Empregados da justiça, segurança e correios	1,8	2,8	0,2	1,3	2,0	0,2
Trabalhadores da área administrativa	4,9	3,8	6,8	7,3	4,9	10,7
<b>Pequenos produtores e supervisores</b>	<b>7,8</b>	<b>11,1</b>	<b>2,3</b>	<b>12,1</b>	<b>17,6</b>	<b>4,3</b>
Trabalhadores por conta-própria	7,0	9,9	2,1	11,4	16,6	4,0
Supervisores do trabalho manual	0,8	1,2	0,2	0,7	1,0	0,3
<b>Operários</b>	<b>19,1</b>	<b>24,2</b>	<b>10,5</b>	<b>18,1</b>	<b>22,2</b>	<b>12,2</b>
Trabalhadores da indústria moderna	12,1	17,4	3,0	10,4	15,7	2,8
Outros industriários	7,0	6,8	7,5	7,7	6,5	9,4
<b>Trabalhadores do baixo terciário</b>	<b>42,8</b>	<b>34,4</b>	<b>57,1</b>	<b>29,1</b>	<b>25,4</b>	<b>34,1</b>
Vendedores ambulantes e prestadores de serviço	21,4	18,6	26,3	18,6	16,0	22,2
Trabalhadores da construção civil	9,4	14,9	0,2	5,4	9,0	0,1
Trabalhadores do serviços Domésticos	12,0	0,9	30,6	5,1	0,4	11,8
<b>Trabalhadores rurais</b>	<b>14,4</b>	<b>15,8</b>	<b>12,0</b>	<b>13,0</b>	<b>10,6</b>	<b>16,6</b>
<b>Ocupações mal-definidas</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,6</b>	<b>1,0</b>	<b>1,2</b>	<b>0,8</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

O grupo de maior status, dirigentes e intelectuais, é o que reúne a menor proporção de ocupados, apenas 2,9% dos negros e 9,9% dos brancos, mas podemos notar que a representatividade dos brancos supera em mais de três vezes a dos negros. Mesmo nas subcategorias desse grupo que apresentam mais ocupados (gerentes, diretores e administradores e outros profissionais universitários), a proporção de negros é quase desprezível, já a de homens

brancos chega a 5,2% na primeira subcategoria e a de mulheres brancas a 6,3% na quarta subcategoria. No segundo grupo ocupacional, os negros estão em proporção maior apenas entre os ocupados da justiça, segurança e correios, ocupações em que a contratação habitualmente é feita por concursos públicos. Contudo, deve-se notar que as mulheres, tanto as brancas quanto as negras, possuem pouca inserção nesse tipo de atividade. No grupo dos pequenos produtores e supervisores, também há poucas mulheres, mas entre os conta-própria, a proporção de mulheres brancas é o dobro da de mulheres negras. Entre os homens que trabalham por conta-própria podemos notar igualmente que a proporção de brancos é praticamente duas vezes maior que a de negros. Já entre os supervisores do trabalho manual os homens negros aparecem com percentual ligeiramente superior ao dos homens brancos, a diferença é de 0,1 ponto percentual. Entre os operários, há mais homens negros que homens brancos e há mais mulheres brancas que negras, mas não se pode esquecer que os brancos possuem maior inserção nas ocupações mais valorizadas. De qualquer modo, a proporção de negros na indústria moderna em relação à de outros operários é maior que a dos indivíduos brancos. As ocupações do baixo terciário são as que ocupam a maior proporção de indivíduos, sobretudo de mulheres negras (57,1%). A principal ocupação dos homens negros desse grupo é a de vendedores ambulantes e prestadores de serviço, mas os trabalhadores da construção civil também se apresentam em percentual bastante próximo. Entre os homens brancos, a maioria fica na primeira subcategoria, Quanto às mulheres, a maior parte das negras trabalha como doméstica e as brancas como vendedoras ambulantes e prestadoras de serviço. Finalmente, entre os trabalhadores rurais temos maior percentual de homens negros e de mulheres brancas. As ocupações mal-definidas reúnem mais brancos do que negros, mas não é possível identificar o tipo de ocupações desse grupo.

Os jovens negros com idade entre 15 e 19 anos se encontram em três grupos ocupacionais principais<sup>20</sup>: 28,8% estão em ocupações rurais, 28,6% em ocupações do baixo terciário e 24,6% são operários. Os brancos da mesma faixa etária também se encontram nas mesmas ocupações, mas em proporções menores: 26,4% em ocupações rurais, 25,7% são operários e 25,3% em ocupações do baixo terciário. Entre os negros, nas faixas etárias seguintes, diminui a proporção de trabalhadores rurais até chegarmos aos indivíduos com mais de sessenta anos que, depois dos jovens, são os que possuem maior proporção nesse grupo ocupacional (19,9%). Ao mesmo tempo, aumenta a proporção de indivíduos negros no baixo terciário e entre os operários, sendo que no primeiro grupo mencionado o aumento é maior. Já os brancos apresentam acentuada diminuição na proporção de ocupados no trabalho rural e diminui também o percentual de ocupados como operários e trabalhadores do baixo terciário, indicando assim que entre eles existe uma tendência de progresso ocupacional de acordo com a idade.

As mulheres negras concentram-se basicamente no baixo terciário, pois, entre as jovens de 15 a 19 anos, 51,4% estão em ocupações desse ramo e esse percentual aumenta com os grupos de idade, sendo que entre as adultas com idade entre 41 a 59 anos o percentual é de 60,2%. Há uma diminuição entre as idosas, temos então 56,1% em ocupações desse tipo. Na faixa etária dos 20 aos 24 anos, há uma inserção considerável no grupo dos técnicos e empregados do serviço administrativo, (19,5%), mas no grupo de idade seguinte, 25 a 40 anos, ela já diminui para 15,4%. As mulheres brancas com idade entre 15 e 19 anos também se inserem majoritariamente no baixo terciário, mas em proporções bem menores do que as negras, 36,2%. Nas faixas etárias seguintes, as proporções são menores, e ao mesmo tempo, aumenta a proporção de ocupadas nas atividades rurais.

---

<sup>20</sup> Ver tabela sobre a distribuição dos ocupados nos grupos ocupacionais segundo a raça, o sexo e os grupos de idade em anexo.

O último quesito a ser analisado é o rendimento médio dos ocupados no trabalho principal. A renda média do trabalhador gaúcho é de R\$553,98, sendo que a dos negros é R\$330,53 e a dos brancos R\$582,23. Já vimos que há desigualdades raciais sob vários critérios e isso sem dúvida é um dos fatores explicativos para essa diferença, mas vejamos qual o rendimento dos indivíduos quando eles possuem a mesma escolaridade e estão no mesmo grupo ocupacional.

A tabela 14 apresenta o rendimento médio dos ocupados que possuem a mesma escolaridade.

Tabela 14 – Rendimento médio dos ocupados no trabalho principal por escolaridade, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Grau de escolaridade	Negros		Branco	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analfabetos	R\$194,68	R\$115,26	R\$254,19	R\$129,32
1º grau incompleto	R\$304,32	R\$170,36	R\$458,58	R\$185,42
1º grau completo	R\$428,83	R\$254,26	R\$602,81	R\$301,94
2º grau incompleto	R\$435,98	R\$257,76	R\$558,57	R\$294,69
2º grau completo	R\$669,67	R\$401,17	R\$923,93	R\$483,96
Superior	R\$1.825,99	R\$991,01	R\$2.728,69	R\$1.237,38

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

Embora seja inegável que a educação é um fator decisivo para que os indivíduos melhorem seus rendimentos, ela está longe de ser um elemento que contribui para diminuir as desigualdades, pois as diferenças de rendimento por escolaridade são maiores quanto maior o nível de ensino atingido pelos indivíduos. Entre os homens analfabetos, como podemos notar na tabela acima, as diferenças no rendimento ficam em R\$59,51, entre as mulheres, R\$14,06. Já no grau mais alto, ensino superior, os homens brancos recebem R\$902,70 a mais que os homens negros e as mulheres brancas, R\$246,37 a mais que as negras. Os diferenciais de rendimento tornam-se maiores a cada nível de ensino, a exceção é no segundo grau incompleto, cujas diferenças só são maiores do que aquelas existentes entre os analfabetos.

Vejam os agora as diferenças de rendimento de acordo com o grupo ocupacional dos indivíduos, pois o fato das pessoas terem a mesma escolaridade não indica que elas estejam necessariamente na mesma ocupação. A tabela 15 demonstra as desigualdades existentes entre pessoas que estão na mesmo grupo ocupacional.

Tabela 15 – Rendimento médio dos ocupados no trabalho principal, por grupo ocupacional, segundo a raça e o sexo – Rio Grande do Sul, 2000

Grupos ocupacionais	Negros		Branco	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Dirigentes e intelectuais	R\$1.435,78	R\$853,50	R\$2.319,67	R\$1.203,73
Técnicos e empregados do serviço administrativo	R\$641,76	R\$461,43	R\$877,72	R\$528,58
Pequenos produtores e supervisores	R\$277,42	R\$164,07	R\$591,61	R\$319,71
Operários	R\$403,98	R\$252,20	R\$538,47	R\$281,34
Trabalhadores do baixo terciário	R\$335,53	R\$208,19	R\$493,85	R\$285,79
Trabalhadores rurais	R\$154,23	R\$18,24	R\$144,46	R\$8,98
Ocupações mal-definidas	R\$378,14	R\$432,38	R\$1.017,50	R\$627,93

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Tabulação do autor.

Em praticamente todos os grupos ocupacionais, os indivíduos brancos possuem rendimentos superiores ao dos indivíduos negros, sendo exceção os trabalhadores rurais. As desigualdades são maiores em dois grupos: dirigentes e intelectuais e nas ocupações mal definidas. Entre os homens, no primeiro grupo citado a diferença é de R\$883,89, já entre as mulheres é de R\$350,23. No segundo grupo, os homens brancos ganham R\$639,36, em média, a mais que os indivíduos negros. As mulheres brancas que estão em ocupações mal definidas recebem, em média, R\$195,55 a mais que as negras. No primeiro grupo os indícios de discriminação ficam bastante claro, já no segundo, não se possui informações sobre as ocupações que cada grupo racial exerce. Deve-se destacar que a desigualdade de rendimento é bem mais expressiva entre os homens do que entre as mulheres.



### 3.6 O efeito da discriminação racial

Segundo Lovell (1995) os analistas do racismo e do sexismo no mercado de trabalho têm observado duas formas principais de discriminação nessa esfera social: 1<sup>o</sup>) a discriminação ocupacional que ocorre quando indivíduos com a mesma qualificação são impedidos de ocupar o mesmo cargo por pertencerem a determinado grupo racial ou sexual; 2<sup>o</sup>) a discriminação salarial que ocorre quando indivíduos com qualificação semelhante e que estão na mesma categoria de emprego recebem remunerações diferentes. Para investigarmos se essas formas de discriminação ocorrem no Rio Grande do Sul selecionamos uma subamostra do mesmo banco de dados com os indivíduos ocupados que atendessem as seguintes características: trabalhassem pelo menos quinze horas semanais, não estivessem em ocupações mal definidas e o rendimento recebido no trabalho principal fosse maior que zero. Utilizamos ainda somente os indivíduos que possuem valor do Índice de desenvolvimento da Família – IDF conhecido. Restaram na amostra 462.543 indivíduos, sendo que 409.218 (88,5%) eram brancos e 53325 (11,5%) eram negros.

Para analisar a discriminação salarial estimamos modelos de regressão linear pelo método dos mínimos quadrados para explicar a variação no logaritmo neperiano da renda no trabalho principal. Utilizamos as seguintes variáveis independentes:

- ✓ Uma variável binária para sexo que assume valor um para mulheres;
- ✓ Uma variável binária para raça que assume valor um para negro;
- ✓ Uma variável que corresponde à idade do indivíduo. Nesse caso medimos a idade em dezenas de anos, pois sabemos que a renda não varia linearmente com o salário;
- ✓ Uma variável referente a escolaridade, variando entre um e dezesseis anos de estudo;

- ✓ Cinco variáveis binárias para distinguir as seguintes regiões de residência: Nordeste, Central, Região metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste e Sudeste. A região Noroeste foi utilizada como controle;
- ✓ Uma variável referente ao IDF no que diz respeito às seguintes dimensões: índice de vulnerabilidade, disponibilidade de recursos, índice de desenvolvimento infantil e condições habitacionais;
- ✓ Quatro variáveis binárias para distinguir os seguintes escores ocupacionais: médio inferior, médio, médio-superior e alto. Utilizamos o escore baixo como referência;
- ✓ Três variáveis indicadoras para identificar três categorias referentes ao tempo despendido com trabalho: 40 a 44 horas, 45 a 48 horas e mais de 49 horas semanais no trabalho principal;
- ✓ Uma variável indicadora referente à pobreza que assume valor um para os indivíduos pobres;
- ✓ Uma variável indicadora referente à indigência que assume valor um para os indivíduos indigentes.

A tabela 16 apresenta a equação de rendimento estimada.

Tabela 16 – Equação de rendimento estimada para indivíduos ocupados – Rio Grande do Sul, 2000.

Modelo de regressão	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error	Beta			
1	(Constant)	4,278	,010		446,001	,000
	Cor	-,084	,004	-,028	-21,759	,000
	Sexo	-,403	,003	-,203	-151,696	,000
	Escolaridade	,220	,002	,248	142,472	,000
	Idade/10	,153	,001	,196	147,298	,000
	Escore ocupacional médio- inferior	,210	,004	,085	59,326	,000
	Escore ocupacional médio	,253	,004	,092	63,113	,000
	Escore ocupacional médio- superior	,495	,005	,155	103,927	,000
	Escore ocupacional superior	,927	,005	,327	190,781	,000
	Horas trabalhadas entre 40 e 44 horas	,365	,003	,186	107,873	,000
	Horas trabalhadas entre 45 e 48 horas	,379	,004	,138	88,197	,000
	Horas trabalhadas maior ou igual a 49 horas	,542	,004	,241	141,913	,000
	Região Nordeste	,267	,004	,092	61,177	,000
	Região Central	-,006	,005	-,002	-1,199	,230
	Região RMPA	,219	,003	,113	67,062	,000
	Região Sudoeste	-,053	,007	-,011	-7,896	,000
	Região Sudeste	-,048	,005	-,013	-9,346	,000
	IDF	,839	,013	,091	62,195	,000
	Pobre	-,497	,005	-,126	-96,230	,000
	Indigente	-,956	,008	-,155	-119,890	,000

a Dependent Variable: Inrenda

Fonte dos dados brutos: IBGE – Censo demográfico, 2000. Microdados do RS.

Nota: O modelo explica 51% da variação da variável logaritmo neperiano da renda.

O modelo pressupõe que o salário do indivíduo depende de todas as variáveis explicativas que entraram na equação de regressão. A constante (*constant*) indica o valor da renda de um indivíduo branco, sexo masculino, com média de anos de estudo igual a 7,34, idade 3,64 (medida em dezenas de anos), inserido em uma ocupação de escore baixo, trabalhando entre quinze e trinta e nove horas semanais, residente na região Noroeste, com IDF de 0,6629 e que não é pobre. O valor do coeficiente B indica o quanto o salário aumenta ou diminui quando são alteradas essas

características padrão. Percebemos assim, que se forem mantidas todas as outras características, mas ao invés de termos um indivíduo branco, tivermos um negro, o logaritmo neperiano da renda diminui em 0,084. Da mesma forma, mantendo todas as características constantes se ao invés de termos um homem, tivermos uma mulher o logaritmo neperiano da renda diminui em 0,403. Isso indica que a discriminação racial é significativa, mas a discriminação por sexo é maior. Assim, as diferenças salariais tendem a ser maiores por sexo do que por raça. Contudo, isso não anula a nossa hipótese inicial de que a discriminação racial persiste mesmo quando os indivíduos possuem características bastante semelhantes. O coeficiente beta indica qual das variáveis faz com que aumente mais (sinal positivo) ou haja maior diminuição (sinal negativo) na renda dos indivíduos. Os fatores que mais contribuem para um aumento na renda são a inserção em ocupações de status superior e a escolaridade. Por outro lado, o que mais contribui para a diminuição é o sexo e a condição de indigência e pobreza. O teste revela ainda que a região que mais contribui para um aumento do salário, em relação a região Noroeste, é, em primeiro lugar, a RMPA (0,113) e, em segundo lugar, a região Nordeste (0,092). Porém, deve-se destacar que a média salarial é maior na região Nordeste (0,267) se comparada a Noroeste.

Para verificarmos a existência de associação entre a raça e o pertencimento ao grupo ocupacional de maior status “Dirigentes e intelectuais” realizamos o Teste Qui-Quadrado no software SPSS. O resultado do teste é apresentado na tabela 17.

Tabela 17 – Teste Chi-Square – Indivíduos por grupos ocupacionais, segundo a raça – Rio Grande do Sul, 2000

Indivíduos segundo a raça			Grupos ocupacionais		Total
			Outros	Dirigentes e intelectuais	
Cor Branco	Count	356601		41051	397652
	Expected Count	359986,6		37665,4	397652,0
		89,7%		10,3%	100,0%
Negro	Count	50710		1566	52276
	Expected Count	47324,4		4951,6	52276,0
		97,0%		3,0%	100,0%
Total	Count	407311		42617	449928
	Expected Count	407311,0		42617,0	449928,0
		90,5%		9,5%	100,0%

Fonte dos dados brutos: IBGE – Censo demográfico, 2000. Microdados do questionário da amostra, RS.

Figura 1 - Chi-Square Tests

Testes	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2893,184(b)	1	,000		
Continuity Correction(a)	2892,329	1	,000		
Likelihood Ratio	3729,779	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	2893,177	1	,000		
N of Valid Cases	449928				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4951,56.

Os dados da tabela 17 informam a quantidade de indivíduos negros e brancos (*count*) no grupo seis e em outros grupos e a quantidade que deveria haver (*expected count*) caso houvesse independência entre as variáveis, ou seja, o pertencimento ao grupo de “Dirigentes e Intelectuais” não dependesse da raça. o resultado do teste, conforme podemos observar na figura um, indica que há dependência ( $p < 0,05$  – sig.), assim podemos rejeitar a hipótese de independência das

variáveis. Utilizando os dados da tabela 17 podemos ainda calcular o quanto diminui a probabilidade de um indivíduo passar para o grupo de “Dirigentes e Intelectuais” se ele for negro. Para calcular a razão de chance multiplicamos a frequência de indivíduos da primeira linha e da primeira coluna da tabela dezessete pela frequência de indivíduos da segunda linha e da primeira coluna. O resultado deverá ser dividido pela multiplicação da frequência dos indivíduos da segunda linha e da segunda coluna vezes a frequência de indivíduos da primeira linha e da segunda coluna. O resultado que encontramos é 0,28 e indica que as razões de chance de um indivíduo negro estar no grupo dos “Dirigentes e intelectuais” é 0,28 vezes menor que a dos indivíduos brancos. O significado do cálculo fica mais compreensível se o transformamos em probabilidades, para isso, basta diminuir um do resultado e multiplicar por cem. Concluí-se assim que o fato do indivíduo ser negro faz com que diminua em 72% as chances dele estar no grupo dos “Dirigentes e intelectuais”.

O mercado de trabalho ao mesmo tempo em que reproduz as desigualdades sócioeconômicas é ele mesmo um gerador de desigualdade. Os dados revelaram que o mercado de trabalho opera sobre uma lógica própria discriminando racialmente mais os indivíduos que estão no topo da estrutura ocupacional, isso ficou particularmente evidente quando analisamos as diferenças de rendimentos. Assim, a nossa hipótese inicial de que quanto mais próximos do topo ou da base da estrutura ocupacional estiverem os indivíduos negros, maior será a influência da discriminação racial sobre a desigualdade existente entre eles e os indivíduos brancos no mercado de trabalho, pois nesse caso a desigualdade sócioeconômica entre brancos e negros tende a ser menor; pode ser confirmada. Por outro lado, a hipótese de que o mercado de trabalho reproduz a mesma hierarquia que é construída pelos outros fatores analisados (capital educacional, capital familiar, etc.) não se manteve, uma vez que os jovens tenderiam a estar no topo dessa hierarquia e no mercado de trabalho são os mais discriminados racialmente.

#### 4. A Discriminação racial em palavras

O objetivo principal deste capítulo é apresentar exemplos de práticas discriminatórias com que os indivíduos negros se defrontam em seu cotidiano nas suas relações de trabalho. Num primeiro momento demonstraremos os tipos de queixas de crime de preconceito de cor ou raça que são registradas nas delegacias de polícia do Rio Grande do Sul. Foi possível verificar, após a criação dessa categorização, a existência de um discurso racial. Assim, num segundo momento demonstraremos de que forma se constrói, também no cotidiano, um discurso racial que têm por objetivo demarcar a hierarquia existente entre brancos e negros.

Apesar dos casos de discriminação não serem habitualmente denunciados pelas vítimas, as trezentas e oito ocorrências policiais registradas em delegacias policiais do Rio Grande do Sul, que foram o objeto de análise da “discriminação em palavras”, possibilitaram perceber que os atos de discriminação racial ocorrem em situações bastante corriqueiras. Assim, é possível identificar na sociedade gaúcha um “*habitus*” racista. Segundo Bourdieu, o *habitus* é um sistema de disposições de ação que o agente social adquire através de sua experiência no mundo social.

*“Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o habitus, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente e fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação de causas, mostram-se objetivamente ajustados à situação. A ação comandada pelo “sentido do jogo” tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial,*

*dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio” (Bourdieu, 1990:23).*

Na maioria das vezes, os agentes sociais assumem posturas nitidamente racistas movidos por um senso prático “(...) que é produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo” (Bourdieu, 1990:23). Assim, a raça é constantemente empregada para ressaltar ou reafirmar as diferenças existentes entre os indivíduos no espaço social e dessa forma sua utilização contribuiu para manter a hierarquia social. Em situações em que a hierarquia social ou a posição “natural” dos agentes está sendo ameaçada ou corre o risco de ser invertida, apela-se para os atos discriminatórios que são caracterizados por um discurso racista, como veremos adiante. Ao proferir esse discurso quebra-se uma norma implícita, pois na sociedade brasileira o racismo é constantemente negado e escamoteado.

A Folha de São Paulo realizou em 1995 uma pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros. Segundo Rodrigues (1998), três números básicos sintetizam os resultados da pesquisa:

*“1) apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, 2) só 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito, mas, 3) de forma indireta, 87% revelam algum preconceito, ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou ao admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros” (p.11)*

O autor informa que os mais de cinco mil entrevistados sabiam que ser racista não é “bom”. A idéia do autor, segundo a qual existe atualmente um racismo cordial, não difere do diagnóstico de autores como Florestan Fernandes (1972), que constatou que há no Brasil um preconceito de ter preconceito, e Oracy Nogueira que evidenciou, em sua pesquisa sobre as relações raciais em Itapetininga, que uma expressão popular pode sintetizar a orientação dos indivíduos no que diz



respeito às relações inter-raciais: “Em casa de enforcado não se fala em corda”. Não há dúvidas de que existe racismo no Brasil, mas paradoxalmente, não se deve falar nele ou chamar os indivíduos pela sua raça, sendo preferível chamá-los por uma variedade de cores que vai desde a mais clara até a mais escura. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio de 1976, por exemplo, contabilizou cento e trinta e cinco cores diferentes ao formular uma pergunta aberta sobre a cor dos entrevistados. Ao mesmo tempo, as pessoas se afastam de posturas racistas radicais e de posturas anti-racistas que passam pelo reconhecimento da existência generalizada desse fenômeno. Na pesquisa já mencionada, apenas 4% dos brasileiros demonstram concordância com enunciados fortemente preconceituoso e assim foram considerados racistas, outros 83% demonstraram ter um pouco de preconceito e, 12%, não concordaram com os enunciados e assim revelaram ausência de racismo.

A publicização dos atos de discriminação ainda não é comum. Entre 1989 e 1994, Guimarães (1997) analisou quinhentas e quarenta e sete matérias publicadas em quarenta e quatro jornais diários e duas revistas semanais, de vinte cidades brasileiras e quatorze unidades da federação sobre queixas de discriminação racial. O autor concluiu que “(...) a discriminação racial, ou pelo menos sua *publicização*, é maior nas regiões onde a renda é maior e menor o analfabetismo, tais como a região metropolitana de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba e Brasília” (1997:52). A média de casos denunciados nos jornais é pequena, segundo o autor, de quatro em quatro dias um jornal noticiou um caso de discriminação racial. Em 1997, data de realização da pesquisa, o autor concluiu também que o volume de queixas que chegam a jornais diários está numa proporção seis vezes maior que há duas décadas. Outro espaço de publicização das queixas de racismo são as delegacias de polícia. Segundo Rodrigues (1998) a delegacia especializada em crimes raciais de São Paulo, no primeiro semestre de 1995, registrou, em média, uma ocorrência a cada 3,4 dias. Em pesquisa nesse mesmo espaço social, entre maio de 1997 e abril de 1998, Guimarães (2000)

encontrou noventa queixas. Em nosso estudo, encontramos, entre janeiro de 1998 e dezembro de 2003, mil e noventa e quatro ocorrências registradas no Rio Grande do Sul, uma média de cento e oitenta e duas ocorrências por ano ou 0,5 por dia. Mesmo sendo maior o número, não nos permite concluir que no RS há mais registros ou que as delegacias comuns recebem mais ocorrências que as delegacias de crimes raciais, pois coletamos dados de todo o Estado e não apenas da capital como os estudos mencionados. A organização não governamental SOS Racismo que também recebe denúncias na capital gaúcha, recebe em média 34 denúncias por ano, sendo, portanto, bastante baixa a média diária

#### 4.1 Categorização das queixas de racismo

Entre as ocorrências registradas como crime de preconceito de cor ou raça, mil e noventa e quatro, separamos aquelas que se referem a queixas referentes a situações ocorridas no espaço de trabalho. Obtivemos assim trezentas e oito ocorrências para análise, o que corresponde a 28% do total de casos registrados no período analisado. Segundo Guimarães (1997), as queixas de discriminação racial que ocorrem no espaço de trabalho referem-se principalmente “(...) a agressões verbais, recusas de emprego (...), demissões e transferências injustificadas” (p. 56). No setor privado são mais freqüentes as queixas de recusa de emprego; já no setor público, transferências injustificadas. O autor constatou ainda que os casos de discriminação registrados na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, na maior parte das vezes, são acompanhados de insultos raciais. Em 74 das noventa ocorrências analisadas a vítima registrou o insulto que sofreu, ou seja, em 82% dos casos, informa Guimarães. A partir de nossa pesquisa empírica, criamos uma tipologia das queixas registradas no espaço do trabalho e encontramos sete tipos principais de queixa, conforme podemos observar na tabela 18.

Tabela 18 – Categorização das queixas de discriminação racial registradas em Delegacias de Polícia do Rio Grande do Sul – 1998 a 2003.

Categorias de queixa	Número	Percentual
Racismo explícito	96	31,2%
Acusado não aceita ou não concorda com ordem ou solicitação da vítima	60	19,5%
Discussões e desentendimentos em geral	34	11,0%
Acusado sente-se insatisfeito com serviço, informação ou atendimento prestado pela vítima	29	9,4%
Agressão gratuita	25	8,1%
Vítima não pôde atender pedido ou ordem do acusado	18	5,8%
Cobrança de direitos trabalhistas	17	5,5%
Outros	29	19,4%
Total	308	100%

Fonte: Secretaria da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul (SJS/RS). Crimes de preconceito de cor ou raça , 1998 – 2003. Elaboração do autor.

Os casos de racismo explícito são os que se apresentam em maior proporção, 31,2%, sendo portanto os mais freqüentes. As circunstâncias em que eles ocorrem são bastante diversificadas, mas o que permitiu seu agrupamento foi o fato do acusado assumir que é racista ou que está discriminando a vítima pelo fato dela ser negra. Isso ocorre, por exemplo, quando o acusado não quer ser atendido em um determinado local porque encontra um negro para lhe atender. A ocorrência a seguir serve como exemplo:

*“Comparece nesta D.P. a comunicante para registrar que trabalha nas lojas “x” e que na data acima estava em seu horário de trabalho quando uma colega de trabalho lhe pediu para que a comunicante tirasse em seu computador uma lista de noiva para um cliente (R.S.F.). Que este senhor ao ver a comunicante lhe apontou o dedo indicador e disse a sua colega que a comunicante não iria atendê-lo. Perguntado a este o motivo, ele respondeu que era racista e que não queria ser atendido por uma negra. Segundo a comunicante esse fato se repetiu por duas vezes, uma no dia 28/09 e outra em 29/09. Comunicante deseja representar” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

Outros casos que foram agrupados como racismo explícito são aqueles em que as vítimas são perseguidas, destrasadas ou sofrem perseguições em seu trabalho. Nesses casos, escalas de trabalho são alteradas sem aviso prévio, a divisão de tarefas entre funcionários não é igualitária (a vítima reclama que fica sempre com as tarefas mais difíceis e mais pesadas), acesso a determinados postos que representam melhorias são negados. O que pode motivar o registro policial é o fato da vítima ter, em situações como essa, prejuízos profissionais bastante claros, chegando inclusive a demissões. Veja a seguir a reclamação de uma operadora de caixa de supermercado.

*“Informa a comunicante que é operadora de caixa do “x” e que ao perguntar a sua chefe, participante “A”, porque não a colocava no caixa Foto Cine, que só as suas colegas trabalhavam nesta caixa que é um sistema de rodízio, e a mesma respondeu que a comunicante não poderia trabalhar nesta caixa porque era de cor preta e que as pessoas de cor possuíam odor muito forte. E que esta não a está mais deixando trabalhar e a manda para casa” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

A vítima acima ainda registrou uma segunda ocorrência reclamando que após ter feito a pergunta acima descrita e registrado a ocorrência, reclamou para o gerente geral da rede de supermercado e o mesmo, com a concordância de sua supervisora, resolveu trocá-la de setor.

Enquadramos ainda como racismo explícito as “implicâncias injustificadas” que a vítima alega ser racismo e as “brincadeiras” que os acusados fazem, contando piadas ou colocando apelidos que se referem à raça da vítima. Os atos se repetem mesmo quando a vítima informa que não gosta do tipo de tratamento que lhe está sendo dado, ou seja, ela não está aceitando a “brincadeira”. A brincadeira a seguir ocorreu em uma farmácia da capital:

*“Comunica que é estagiária, pelo “x”, exercendo suas funções na farmácia “x”. Ocorre que o participante “A”, há aproximadamente uma semana informou a comunicante que se quisesse trabalhar ali teria de aceitar brincadeiras. Que*

*participante “B” colocou o apelido de “nega” ou “senzala” em razão da cor da comunicante. Que “B” perguntava a comunicante se ela sabia o que era boquete, e se praticava, se alguma vez já tinha feito, ao que a vítima calava-se. Participante “A” perguntava se o namorado da comunicante era ciumento, e se aceitava brincadeiras. Que “A” e “B” falavam que tudo aquilo era brincadeira que não levasse a sério. No final do expediente o participante “A” perguntou a comunicante se a mesma não queria aulas de sexo. Solicita providências e manifesta a intenção de representar contra os participantes” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

O segundo tipo de ocorrência, casos em que o acusado não aceita ordem ou solicitação da vítima, é aquela que prejudica o desempenho da vítima em suas atividades, visto que os mais afetados são os policiais em serviços ou os vigilantes. Uma vez que o acusado não lhes obedece e ainda os desautoriza, o serviço acaba não sendo executado. Outras vítimas que apareceram nessas queixas são os conselheiros tutelares, cobradores, atendentes comerciais, enfim, trabalhadores do comércio ou do serviço administrativo que atendem ao público. Vamos começar pelo tipo mais comum, policiais militares em serviço:

*“PM D. comparece nesta para comunicar que prestava serviço de segurança e quando o motorista do veículo de marca VW/Santana, cor marrom, placa “x” estacionou seu veículo na entrada Instituto Geral de Perícias, sendo informado pelo comunicante que ali não poderia estacionar e que no entanto, o motorista do veículo não aceitou a advertência e começou a insultar o comunicante chamando-o de negro bobo. Dizendo vai tomar banho negro bobo, e como se não bastasse fez menção de puxar uma arma de dentro de uma leva-tudo que portava embaixo do braço. Que a seguir arrancou o carro, parando alguns metros a frente e passou novamente em frente ao portão, a pé, e chamou o comunicante dizendo vem cá, vou te dar um tiro, palhaço, bobo, entre outras coisas” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

O caso acima descrito, embora não mencione, deixa transparecer que o ofensor é colega de profissão da vítima, mas formas de desacato como essas ocorrem também quando o acusado não possui a mesma autoridade legal que a vítima, vejamos um exemplo:

*“Comunica neste centro de operações que na condição de policial foi atender uma ocorrência no bairro “x”, chegando no local, pediram para que o sr. A. A. se retirasse do local, eis que o mesmo estava importunando sua ex-esposa; diante da situação, A. A. passou a chamar o comunicante de negrão, vagabundo da castela; o que levou o comunicante a sentir-se ofendido, no sentindo de preconceito de cor e raça. Esclarece que A. A. reside na rua “x”. Esclarece ainda que A. A. foi advertido pelo comunicante, mas mesmo assim passou a ofendê-lo, inclusive ameaçando o comunicante de morte, pois aquela situação não ficaria assim. É o registro” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

Podemos perceber que os policiais militares situam-se na mesma posição dos vigilantes nesse tipo de caso, pois a reação dos acusados é bastante semelhante. Portanto, na percepção social não há uma diferenciação entre os vigilantes e os policiais militares, mesmo sendo estes últimos autoridades legalmente instituídas. A identificação que se sobrepõem é a racial e o fato deles serem negros permite que o ofensor use o mesmo tipo de insulto para ambos.

*“A. A. informa que trabalha como segurança no clube “x”, quando chegaram seis homens e entraram no estabelecimento e após queriam entrar no clube de dança e para isso tinham que pagar ingresso, mas os mesmos não gostaram e um deles L.C., motorista do automóvel Fiat Marea, placas “x” conversou com a gerência e ao sair disse ao comunicante: eu não admito que um negro fale assim com meus funcionários e enquanto a casa empregar negro ninguém vai entrar e vai fechar. E ainda ameaçou de voltar e quebrar tudo” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

Situações que não são, em princípio, conflituosas, passam a ser porque o acusado não aceita a ordem da vítima e também não se dispõe a tratá-la de forma igualitária e esclarecer a situação.

Vejamos um exemplo de desentendimento gerado por esse tipo de caso:

*“Comunica que no dia acima estava trabalhando na copa de internação norte. Que adentrou na sala Dr. R.A com a finalidade de cruzar a sala em direção ao corredor externo. Que ela comunicou ao participante A que o mesmo não poderia passar naquele local por se tratar de área restrita. Que ele não havia se identificado como médico, não usava crachá. Que ele insatisfeito disse: o que a senhora falou? Estás me ofendendo? Que ela*

*respondeu que não estava lhe ofendendo, eu só estou lhe dizendo que o senhor não pode passar por aqui. Que daí ele se identificou dizendo que era o DR. R. e que trabalhava há tanto anos ali e poderia passar em qualquer lugar e não vai ser tu que vai me impedir. Que ele se dirigiu até o posto de enfermagem e gritou bem alto: o que esta negra está pensando? (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

A norma racial brasileira leva-nos a pensar que os casos de discriminação ocorrem em situações de desentendimentos e discussões em geral, ou seja, as pessoas só insultariam os outros racialmente quando tivessem um motivo muito forte ou em uma situação limite. Como podemos observar, isso ocorre em apenas 9,7% dos casos analisados e somente em 6,2%, do total de queixas registradas, houve agressão ou tentativa de agressão. O resultado é semelhante ao encontrado por Guimarães, pois o autor afirma que, em geral, nas queixas que analisou, nem sempre são os insultos raciais que geram o conflito, uma vez que tanto eles podem ocorrer durante a discussão como podem instaurá-la. Nos casos em que analisamos, o mais comum é o segundo, ou seja, há uma discussão por algum outro motivo e o insulto é proferido. O próprio motivo da discussão não costuma ser grave, pois se refere a trocas na escala de trabalho, discussão por atribuição de tarefas ou por divisão das mesmas. Ou, como já foi dito, por conflito de autoridade. Vejamos um exemplo:

*“Informa que trabalha no shopping “x” como auxiliar de portaria e que o E. é seu colega na mesma portaria, e que na data acima discutiram por problemas de estacionamento de carro nas formações de filas. Foi quando o acusado passou a chamar o comunicante de crioulo vagabundo. Sendo interpelado pelo comunicante: Por que estás me chamando de crioulo? O acusado fez ar de deboche e fica (?) se não, te dou uns botinaços. Deseja representar” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

Os ânimos tornam-se mais exaltados quando o motivo da discussão é futebol, ou seja, o insulto surge no momento em que a vítima é árbitro, treinador ou preparador físico. Os acusados

são vários: torcedores, colegas de profissão, jogadores, dirigentes de futebol, entre outros. A ocorrência a seguir demonstra isso:

*“O comunicante comparece neste plantão e comunica que no dia de hoje foi realizado um jogo de sua escolinha de futebol contra os jogadores mirins do “x”. Consta que na função de preparador físico da escola do “x” estava um elemento de nome A. que ofendeu o comunicante, chamando-o com palavras de baixo calão e dizendo que o comunicante não chegasse perto, pois não tinha nada para falar com ele. Segundo o comunicante tudo começou pelo fato dos jogadores do “x” estarem jogando um pouco mais ríspido do que os jogadores da escolinha do comunicante. Em troca das críticas o comunicante recebeu a indagação de que ele tinha que ficar no lugar dele, chamando-o de negrão e também não queria deixar o comunicante tocá-lo, pois isto seria muito grave e que ele buscaria o comunicante até no inferno. O comunicante desconhece as causas de tanta agressividade” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

As queixas em que o acusado sente-se insatisfeito com serviço, informação ou atendimento prestado pela vítima são basicamente de dois tipos principais: 1<sup>o</sup>) a vítima cometeu algum tipo de erro ou pelo menos o acusado acredita que isso ocorreu; 2<sup>o</sup>) o trabalho que a vítima está executando, normalmente para terceiros, perturba o acusado devido ao barulho, retirada de objetos do lugar que impedem a passagem. No segundo tipo as vítimas mais freqüentes são os trabalhadores que executam pequenas obras e reparos domésticos. Um exemplo do primeiro tipo é descrito a seguir:

*“J. informa que é motorista de ônibus X linha IAPI. Que numa viagem de rotina entrou no ônibus uma senhora de idade, cor branca. Que a senhora lhe chamou de negro sujo e se não havia lhe enxergado e também chamou de negro imundo. Que J. ainda falou para a senhora o seguinte: a senhora estava distraída. Essa respondeu: distraída estava a sua mãe, negro sujo. Que o filho de tal senhora estava junto e ainda tentou agredir J. e só não conseguiu porque o cobrador pediu que parasse” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*



O segundo tipo pode ser exemplificado pelo caso em que a vítima trabalhava cortando grama:

*“Comunica que estava cortando a grama do pátio da sra. T., sito à rua “x”, isto por volta das 12:00 horas, oportunidade em que foi interpelado pelos vizinhos, residentes ao lado. Oportunidade que pode somente pegar o nome de um deles, pois eram um casal. Os quais passaram a ofender o comunicante chamando-o de “negro sem vergonha, negro vagabundo, negro filho da puta” e finalizou dizendo “vai fazer barulho no rabo de tua mãe”. Além de dizer que iria dar-lhe um tiro na cara. Solicitado o comparecimento em cartório. O nome do acusado foi anotado no momento do ocorrido é C. de tal, residente na rua “x”. Alega ainda que estava cortando a grama com máquina roçadeira a gasolina” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

Enquadramos como agressão gratuita dois tipos de caso: 1<sup>o</sup>) as ocorrências são muito sucintas e a vítima limita-se a descrever o insulto, sem especificar as circunstâncias em que ele ocorreu ou o motivo que lhe deu causa; 2<sup>o</sup>) casos em que a vítima não entende o porquê das ofensas, ou seja, ao que tudo indica não houve nenhuma situação anterior que levasse o acusado a agir de forma desrespeitosa com a vítima. Um exemplo do primeiro tipo é apresentado a seguir:

*“O comunicante acima qualificado informa que no dia e local supra citado foi discriminado por seu patrão, nominado em “A”, que chamou-lhe inclusive de “negro sujo, desgraçado, etc. Em tempo informa que trabalha na referida empresa havia cinco meses, desempenhando a função de auxiliar de produção. Fato testemunhado pelos nominados em “B” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

Um exemplo do segundo tipo pode ser examinado na ocorrência a seguir:

*“Diz a comunicante que trabalha na loja “x”, no escritório, e I.R. na caixa também da mencionada loja. Quando na data, por determinação de seu patrão, pediu para I.R. umas notas que o mesmo estava precisando, tendo esta respondido que a seguir as levaria. Quando meia hora após novamente o seu patrão ligou pedindo o solicitado, que a comunicante deslocou-se até a caixa e perguntou a I.R. sobre o atendimento da ordem de seu patrão, quando esta começou sem motivo algum a ofender a comunicante, chamando-a se negra suja, só não conseguindo*

*agredir a comunicante, tendo em vista a intervenção dos demais funcionários do estabelecimento. Esclarece que foi ameaçada pela mesma na presença de outras pessoas. Deseja representar criminalmente contra a mesma” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

O sexto tipo de ocorrência, casos em que a vítima não pôde atender ao pedido ou a ordem do acusado, ocorre, geralmente, em situações nas quais existe uma norma da empresa que impede que determinado serviço ou atendimento seja prestado, fazendo assim com que aquilo que o acusado solicita não possa ser realizado. Ocorre, que o acusado não aceita ou não acredita nas informações que lhe são fornecidas e acaba partindo para a agressão verbal. Vejamos um exemplo:

*“C. comunica que atendeu E.R. que queria fichas para consulta médica, que E. R. queria mais duas, além das duas que já havia recebido. C. explicou que não poderia lhe dar mais fichas. Que diante disto, E.R. disse: “nega xexelenta, nega antipática” e que o posto era porcaria. Que E.R. também falou mal dos médicos, tentou rasgar a carteira do posto. Que na saída, E.R. riscou o carro de C., um Fiat Palio EDX, placas ..... de cor verde. Deseja representar.” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

O exemplo acima é uma exceção, pois na maioria dos casos analisados, o acusado não se revolta com a empresa, com a norma que não lhe é favorável ou com outros funcionários, ficando indignado apenas com a vítima. A ocorrência a seguir mostra como isso ocorre:

*“Relata B. que estava em seu local de trabalho e quando J. dirigiu-se a seu caixa solicitando o pagamento de duas gads com cheque a comunicante pediu ao mesmo que aguardasse que ela iria verificar se poderia ser pago as duas gads com o mesmo cheque, pois eram duas gads com placas diferentes de automóveis e assim a comunicante só poderia receber o cheque com autorização da gerência. Neste momento, J. dirigiu-se a comunicante dizendo que só poderia ser “coisa de preto” e que se fosse atendido por um branco o mesmo não estaria complicando como a comunicante estava fazendo. A comunicante manifesta a vontade de representar contra o sr. J.” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

Há ainda casos em que as ofensas são mais diretas:

*“Acusada ausente. Informa a vítima e comunicante que a acusada é moradora no referido condomínio e o comunicante trabalha no local como vigia. Que havia um veículo estacionado na vaga da acusada. Que o comunicante tentou conversar com a mesma para que colocasse seu veículo em outra vaga até conseguir localizar a pessoa que havia estacionado no box da mesma e foi insultado pela acusada. Que a mesma lhe chamou de macaco, cala a boca negro sujo. O fato foi presenciado por J. encarregado pelo setor onde o comunicante trabalha. Que em contato com o síndico o mesmo lhe orientou a registrar o fato” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

Nesse sexto tipo, os casos de discriminação em que a vítima não atende o acusado porque não sabe prestar uma determinada informação também são constantes. Há ainda os casos de solicitação de serviços que a vítima também não sabe realizar. Na maior parte das vezes, não é obrigação da vítima e o acusado irrita-se e parte para agressão verbal como se fosse prova de incompetência da vítima ou por achar que a vítima não quer lhe obedecer. O caso ocorrido entre uma cozinheira de escola e uma professora é exemplar nesse sentido:

*“Informa a comunicante que na data de 16/09/1998, por volta das 14:00 horas, na cozinha da escola “x”, uma professora, a qual a comunicante conhece como J. solicitou que a comunicante fizesse pamonha, tendo a comunicante dito que não sabia e outra colega disse que sabia fazer e a comunicante iria ajudá-la. Neste momento, J. chamou a comunicante de negra suja. Fato presenciado por sua colega C. e também pela diretora da escola e pela tesoureira da escola. Registra para fins de direito e deseja representar judicialmente” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

As queixas de discriminação racial também ocorrem quando a vítima cobra um direito trabalhista, normalmente o salário ou o pagamento por um serviço que já foi prestado. Além da vítima não receber na data correta ainda acaba sendo ofendida quando vai fazer a cobrança de um direito. O acusado viola a lei no que diz respeito ao direito trabalhista (dar a devida remuneração

pelo serviço recebido) e ao mesmo tempo não cumpre a lei que proíbe a discriminação racial. Em síntese esses casos ocorrem quando o acusado se acha no direito de não cumprir uma obrigação que possui com a vítima. Os casos também ocorrem quando a vítima cobra um direito que não está sendo observado e que lhe traz prejuízos no trabalho, em escalas de trabalho ou folgas.

Vejamos um exemplo:

*“A comunicante registra que hoje por volta das nove horas da manhã foi até o escritório de M.B.S. e esta a chamou de negra e que o tempo da escravidão nunca tinha acabado. A vítima foi até o local mencionado para cobrar a conta de um serviço de faxina feito na casa da participante “B”, M.B.S.. Registra também que M. iria agredir a vítima se não saísse de seu escritório. Que no local havia testemunha, o participante “A”. (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

Os casos também ocorrem quando a vítima cobra um direito que não esta sendo observado e que lhe traz prejuízos no trabalho em escalas de trabalho ou folgas.

*“Comunica que trabalha no hospital “x” há quase dois anos como auxiliar de enfermagem, sendo que há oito meses a acusada que é responsável pela elaboração da escala de serviços e das folgas vem lhe prejudicando visivelmente, inclusive, alterando o dia de folga do comunicante às vésperas da mesma ocorrer, sem comunicá-lo. Que no dia de hoje, por volta das 6:15 horas, o colega da comunicante que conhece apenas como G. e que trabalha na U.T.I. adulto perguntou à acusada se a escala de folga não iria descer para o hospital, pois lembrou e observou que P. estaria de folga, ocasião em que a acusada disse-lhe: “tu estás muito preocupado com a folga daquele negro, lá embaixo”. Que G. levou o fato ao conhecimento da vítima, a qual levou o fato ao conhecimento dos superiores que lhe disseram que tomasse as providências que achasse necessária” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça,1998-2003).*

Os locais em que ocorrem as situações de discriminação são bastante diversificados, como podemos observar na tabela dezenove:

Tabela 19 – Locais em que ocorreram os crimes de preconceito de cor ou raça – Rio Grande do Sul, 1998 –2003

Local	Número de casos	Percentual
Lojas e pontos comerciais	56	18,2%
Via pública	35	11,4%
Empresas diversas	33	10,7%
Órgãos públicos	25	8,1%
Hospitais, clínicas e postos de saúde	23	7,5%
Bares, boates e clubes	22	7,1%
Residência da acusada	22	7,1%
Condomínios	18	5,8%
Escolas	17	5,5%
Outros	57	18,5%
Total	308	100%

Fonte: SJS/ RS – Crimes de preconceito de cor ou raça. Rio Grande do Sul, 1998 – 2003. Elaboração do autor.

A maior proporção de casos ocorre nos pontos comerciais. Nesse tipo de espaço, freqüentemente, os tipos de queixas que são registradas decorrem da insatisfação do acusado com serviço, informação ou atendimento prestado pela vítima. Na “via pública”, “bares, boates e clubes” e “condomínios”, o tipo de queixa mais comum é quando o acusado não aceita ou não concorda com ordem ou solicitação da vítima. Os pedidos normalmente são simples, tais como não estacionar o carro em lugar impróprio, pagar o ingresso antes de entrar numa festa, fechar o portão ao sair do condomínio, etc. Nos demais espaços, os tipos de queixas são bastante diversificados, mas deve-se destacar que é também, na maior parte das vezes, nas “lojas e pontos comerciais”, “via pública” e “condomínio” que ocorrem as queixas de racismo explícito, demonstrando mais uma vez a recusa dos indivíduos brancos de receber ordens ou atender pedidos que são realizados por uma pessoa negra.

A ocupação é um fator explicativo para o espaço em que ocorrem os atos de discriminação e para o tipo de queixa que é registrada. Foi possível identificar a ocupação das vítimas em cento e quarenta e nove ocorrências, nas demais esse dado não foi preenchido e o texto da ocorrência não permitiu a identificação. Desse total, 17,4% são porteiros, vigias e seguranças; 14,1% são trabalhadores do serviço doméstico; e, 12,1% são policiais militares ou civis e guardas municipais. Quanto aos trabalhadores melhor posicionados, encontramos quatro gerentes e supervisores (1,5%), quatro profissionais de nível superior (1,5%, também) e seis professoras (4,0%). A nossa hipótese inicial de pesquisa era que quanto mais próximo do topo ou da base da estrutura ocupacional estivessem os indivíduos, maior seria a probabilidade de serem vítimas de discriminação racial. A justificativa para tal hipótese está no fato dos primeiros, os que estão no topo, estarem ocupando um lugar que não lhes pertence, já os segundos, tornam-se alvo fácil da aplicação de estigmas. Os números apresentados não nos permite, confirmar a hipótese, haja vista que os trabalhadores que estão mais próximos da base da estrutura ocupacional terem representatividade muito maior no universo pesquisado. Não se pode afirmar que os trabalhadores que estão no topo da estrutura ocupacional sejam menos discriminados, temos apenas indícios, pois as ocorrências não são representativas e o fato deles quase não aparecerem nos casos analisados pode apenas indicar que eles registram menos a discriminação racial que sofrem. De toda forma, considerando que as práticas discriminatórias podem assumir formas bastante sutis, é possível supor que os trabalhadores que estão no topo da estrutura ocupacional registram menos ocorrências porque estão menos sujeitos às formas de racismo mais direta ou ao racismo explícito.

Os acusados apresentam-se em clara vantagem hierárquica em relação às vítimas. Nas duzentas e trinta e duas ocorrências que pudemos identificar a posição do acusado em relação à vítima encontramos os seguintes dados: 31,2% são chefes, ex-patrões ou outro tipo de superiores

hierárquicos; 29,2% são clientes e, apenas, 14,9% são colegas que estão em uma mesma posição. Deve-se destacar que os colegas na mesma posição tendem a aparecer, na maior parte das vezes, nas queixas do tipo “discussões e desentendimentos em geral” ou “racismo explícito”. Quanto à ocupação dos acusados, também se verifica serem “vantajosas”. Considerando um total de setenta e cinco ocupações, encontramos: 25,3% gerentes e supervisores, 16% profissionais de nível superior e 12% proprietários e pequenos comerciantes.

Quanto ao sexo dos envolvidos nos casos de discriminação racial que são registrados, podemos perceber que os homens se apresentam em maior proporção que as mulheres. Entre as vítimas, 56,4% são homens e 43,6% são mulheres, sendo que a proporção de mulheres é bastante elevada se considerarmos as ocupações exercidas pelas vítimas. Já entre os acusados, 63,2% são homens e 36,8% são mulheres. Entre as mulheres, a maior parte, são as “patroas” cujas vítimas preferenciais são as empregadas domésticas e os seguranças e vigias. As queixas envolvem em maior proporção, 54,5% pessoas do mesmo sexo.

#### 4.2 O discurso racista

No entendimento de Bourdieu (2003), a ciência social precisa classificar para conhecer e ela só pode colocar corretamente o problema das classificações sociais e de conhecer tudo o que decorre delas, se introduzir na sua pesquisa o conhecimento da verdade dos seus próprios atos de classificação. É necessário fazer uma análise da relação entre a lógica da ciência (que refuta a idéia de raça, por exemplo) e a lógica da prática (que utiliza a mesma idéia do senso comum). E, mais do que isso, é preciso ver a que funções práticas ou a que interesses práticos essas classificações servem:

*“(...) na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou sotaque) são objecto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de*

*conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (Bourdieu, 2003:112).*

A classificação e a identificação das pessoas nascem da necessidade social de categorizar os indivíduos e ao mesmo tempo da necessidade que esses têm de ser enquadrados, sendo então a sua identificação social o reconhecimento da sua existência. Mas as construções de identidade são processos históricos e de disputa social, sendo a definição da identidade um caso particular de luta de classificação. A identidade racial, por exemplo, representa uma disputa (um jogo) pela imposição de verdades, de definições e de estigmas que passam a se naturalizar e serem aceitos tanto pelos membros internos ao grupo, quanto aos externos. Ao realizar um estudo sobre denúncias públicas, Boltanski (1990) procurou romper com a oposição ação individual e ação coletiva e considerou as denúncias um ato individual que pode ser transformado em um ato coletivo na medida em que o denunciante está ajudando a construir uma determinada categoria ou grupo social. Segundo o autor, tanto a denúncia que se refere à uma crítica social sem necessariamente apelar para um poder repressivo quanto a denúncia feita a uma autoridade visando a aplicação de uma sanção devem convencer outras pessoas, associá-las ao seu protesto, mobilizá-las. A causa que o denunciante defende tem uma pretensão de universalidade. Boltanski afirma que há uma relação entre a construção dos casos e a formação dos grupos. Ocorre que o referido autor analisou denúncias feitas a um jornal, ou seja, cartas endereçadas pelos leitores para queixar-se de algum problema pessoal. A denúncia feita em uma delegacia de polícia apresenta características diferentes, pois em nosso estudo pudemos constatar que as vítimas limitam-se a descrever, com maior ou menor detalhe, o fato ocorrido. Dificilmente essas vítimas fornecem informações sobre si, tanto isso é verdade, que na maior parte das vezes, nas queixas de



discriminação racial, nem sequer são preenchidos os dados da vítima de forma completa, ficando, habitualmente, em branco a profissão e o grau de instrução, por exemplo.

A nosso ver, é possível identificar, nas queixas de discriminação analisadas nesse estudo, a forma como o grupo estigmatizador constrói a identificação da população negra. Eles constroem uma identidade estigmatizada para todo o grupo ao insultar somente um negro porque, de uma forma geral, os negros encontram-se em posições sociais semelhantes. Isso se justifica porque:

*“(...) o efeito de conhecimento que o facto da objectivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades económicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades” (Bourdieu, 2003:117).*

Souza (1999) afirma que o estereótipo funciona como um processo discursivo “(...) pelo qual se recalca eventuais passagens de outros sentidos que o fluxo do discurso possibilita” (p.254). O estereótipo é, ainda segundo Souza, uma estratégia de discurso. Utilizamos duas técnicas de análise dos dados com o objetivo de apreender a lógica de construção do discurso racial: a análise de conteúdo e a análise argumentativa. Ambas as técnicas de análise podem ser usadas para reduzir a complexidade de um conjunto de texto. A análise de conteúdo, segundo Bauer (2003), pode ser descrita como “(...) uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social” (p.191). Ainda segundo o autor:

*“A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a AC é pesquisa de opinião pública com outros termos” (2003:192).*

A análise argumentativa, por sua vez, parte do pressuposto de que o argumento é a idéia central ou o princípio em que se baseia uma fala. “O objetivo da análise da argumentação é

documentar a maneira como afirmações são estruturadas dentro de um texto discursivo, e avaliar sua solidez” (Liakopoulos, 2003:219). Utilizamos essas duas técnicas de forma combinada, visto que a análise de argumentação é uma forma de análise de conteúdo. Assim, começamos nossa análise definindo nossas categorias. Os insultos raciais, que se encontram na maior parte das queixas registradas, foram a base para que construíssemos seis categorias iniciais. Essa categorização, foi inicialmente desenvolvida por Guimarães (2000) e foi possível utilizá-la, adaptando-a, porque os insultos que encontramos são bastante semelhantes aos que o autor identificou. O quadro a seguir apresenta os tipos de insultos registrados nas queixas de discriminação racial, com os respectivos exemplos. Deve-se destacar que os insultos apresentados a seguir são usados indistintamente para homens e mulheres.

Quadro 1 – Categorias de insultos registrados nas queixas de crime de preconceito de cor ou raça – Rio Grande do Sul, 1998 a 2003.

1. Simples nomeação do outro. Exemplos: “negro(a)”, “negrinho(a)”, “negrão(ona)”
2. Animalização do outro ou implicação de incivilidade. Exemplos: “macaco”, “macaco preto”, “negro macaco”.
3. Acusação de anomia em termos de: 3.1 Conduta delinqüente ou ilegal. Exemplo: “marginal”, “negro marginal”, “vagabundo”;

3.2 Imoralidade sexual . Exemplo: “vagabunda”, “galinha”, “cadela”, “gay”, “veado”;
3.3 Irreligiosidade ou perversão religiosa. Exemplo: “macumbeiro”, “batuqueiro”.
4. Invocação da pobreza ou da condição social inferior do outro, através de:
4.1 Termos referentes a tal condição. Exemplo: “favelado”;
4.2 Referência a uma origem subordinada. Exemplo: “senzala”, “escravo”;
5. Acusação de sujeira. Exemplo: “negro de merda”, “fedorento”, “negro sujo”;
6. Invocação de deficiências físicas ou mentais. Exemplo: “negro incompetente”, “imbecil”, “burro”.

Fonte: SJS/ RS – Crimes de preconceito de cor ou raça. Rio Grande do Sul, 1998 – 2003. Elaboração do autor.

Quanto aos insultos, os mais freqüentes são as menções à raça do indivíduo, tais como

“negro”, “negrinho” e “negrão”, todos empregados em sentido pejorativo, desqualificando assim a pertença racial do indivíduo. Outros insultos que não se referem à raça, são combinados com esse primeiro tipo, por exemplo, “negro chinelo”, “negro muquirana”, “negro vagabundo”, etc. Isso comprova que não se trata de um tipo qualquer de ofensa, mas sim de uma ofensa racial. Essa é empregada devido ao poder de estigmatização que essa propriedade (a raça) possui. Outro tipo de insulto bastante freqüente é aquele em que está presente a idéia de sujeira. Enfim, há uma infinidade de insultos que costumam ser aplicados cotidianamente tanto a indivíduos brancos quanto aos negros, mas no caso desses últimos, coloca-se a raça na frente e constantemente são feitas menções a sua história e cultura. Isso caracteriza o insulto racial. Souza (1999) adverte ainda que o contexto colonial permite que haja uma historicização do discurso racista.

Deve-se destacar que os insultos podem aparecer combinados, como demonstra a ocorrência a seguir:

*“A. C. informa que é vendedor da empresa “x” e foi visitar o acusado que é cliente da empresa e percebeu que o mesmo estava usando o freezer envidraçado da “x” para colocar produtos de outras marcas, o que é proibido pela empresa, e assim sendo, o mesmo deveria ser devolvido. Em virtude disso, o acusado começou a ofender a vítima que teve de sair do bar e tratou de comunicar a G. seu supervisor, que decidiu ir até o local e verificar o fato. Lá chegando o acusado realmente*

*ofendeu o comunicante, chamando-o de negrão palhaço, negrão muquifo, coisa de negrão, negrão chinelo, palhaço, puxa-saco, quando não caga na entrada, caga na saída, fazendo papel de negrão. Além de ofender também G. chamando-o de alemão lacai, chinelão alemão, (-), vai tomar no teu (-). A. filho do acusado tentou agredir G., empurrando-o para fora do bar. Estes fatos foram presenciados por testemunhas que serão arroladas posteriormente” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

Nos casos em que não foram encontrados insultos raciais, encontramos uso de insinuações relacionadas às pessoas de raça negra, sendo, portanto, aplicável não só a vítima, mas a qualquer negro, como os provérbios e ditos populares sobre os negros. Os dois ditos populares que aparecem na ocorrência acima são os mais freqüentemente utilizados: “coisa de preto” e “negro quando não faz na entrada, faz na saída”. O primeiro é claramente racista, pois identifica um modo de agir comum a todos os negros. Já o segundo, pode ser aplicado a qualquer indivíduo, mas utilizá-lo para referir-se aos negros é algo tão comum que nem mesmo é necessário colocar a identificação racial, ela fica subentendida. Nos casos em que os encontramos, normalmente a atitude discriminatória é “sutil”. Vejamos um exemplo da “coisa de preto”:

*“Informa que trabalha para o laboratório “x” no cargo de coletadora e que na data de hoje, por volta das nove horas, quando estava na cidade de Campo Bom, onde também presta serviço numa das filiais da “x”, quando foi ofendida pelo sr. J.P.G. Que o acusado lá compareceu para fazer a entrega de material (urina) de seu filho D.G., irritando-se quando a comunicante disse a ele que o mesmo teria que pegar uma ficha e aguardar ser chamado, momento este em que virou-se e disse a ela: tinha que ser dessa cor, referindo-se à pessoa da comunicante. O fato foi testemunhado pela sra. S.C. (...). Deseja representar contra o acusado” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

A ocorrência a seguir mostra a utilização do segundo tipo de generalização:

*“L. comunica que M. é síndica do prédio onde trabalha como porteiro e que na data citada foi ofendido pela mesma pois teria dito que ele estava fora do posto. Que a vítima argumentou que ouviu M. dizer: “negro quando não caga na entrada caga na*

*saída". Que o comunicante disse que só sairia com ordem de seu patrão e M. disse que "vocês são tudo da mesma laia" que M. está provocando os funcionários da firma que presta serviços para o condomínio. Que acusa o comunicante de fazer falcatruas e fofocas dentro do condomínio. (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998-2003).*

A segunda etapa da análise foi identificar a estrutura do argumento. De acordo com Liakopoulos (2003), um argumento possui: proposição, dados, garantia, apoio e refutação. A proposição é “(...) uma afirmação que contém estrutura e é apresentada como o resultado de um argumento apoiado por fatos” (p.225). Em nosso estudo, acreditamos que a proposição existente quando um indivíduo discrimina outro racialmente é que os negros (vítimas de tal ato) estão em uma posição inferior a do acusado, ou seja, na hierarquia social, os brancos ficariam acima dos negros. Os dados são os “(...) fatos ou evidências que estão à disposição do criador do argumento” (p.225). A evidência utilizada para criar o argumento, em nosso caso, está no fato de expressões populares, tais como “lugar de negro” ou “coisa de negro”, ou seja, está na própria identificação social dos negros. A garantia e o apoio são dados pelos insultos tipificados no quadro um, como veremos no exemplo a seguir. A refutação ocorre quando o acusado se nega a assumir que é racista ou que trata os negros de forma diferenciada. A ocorrência a seguir demonstra um exemplo de refutação:

*“Relata a comunicante que trabalha como promotora de vendas e que em visita ao supermercado “x”, foi discriminada racialmente pelo participante “a” que lhe disse: “eu não sou racista, mas o que tu fizeste lá na loja é coisa de nego” (referindo-se a um trabalho de arrumação que a comunicante fez uns dias antes com autorização do mesmo). A comunicante procurou a instituição S.O.S. Racismo - Maria Mulher, organização das mulheres negras, e foi encaminhada para esta delegacia de polícia”.*

Dessa forma, utilizando a categorização dos insultos e os ditos populares, criamos o quadro do argumento racial<sup>21</sup>:

Quadro 2 – Análise argumentativa do discurso racista

<p><b>1. Dados:</b> Existem coisas de preto e de negrão, assim como há lugares na sociedade destinados a esse tipo de pessoa. Os negros são todos iguais.</p> <p><b>2. Proposições (desse modo provavelmente ...):</b> Um determinado bairro não é apropriado para pessoas negras; Lugar de negro é na senzala; Negro só serve para atender brancos; O tempo da escravidão nunca passou; Todas as pessoas negras têm mau cheiro.</p> <p><b>3. Garantia (sendo que):</b> Os negros são burros, imbecis e incompetentes.</p> <p><b>4. Apoio (porque):</b> Negros são marginais, ladrões, vagabundos, macumbeiros, etc.</p>
--

Fonte: SJS/ RS – Crimes de preconceito de cor ou raça. Rio Grande do Sul, 1998 – 2003. Elaboração do autor.

Chegamos assim ao pensamento racial que está intimamente ligado com uma percepção social das pessoas negras, como veremos a seguir.

#### 4.3 Racismo e identidade social

Segundo Berger & Luckman (1973), os indivíduos exteriorizam o seu próprio ser no mundo social ao mesmo tempo em que interiorizam este último como realidade objetiva. A interiorização é, para esses autores, em primeiro lugar, a base da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como uma realidade social que possui

---

<sup>21</sup> O quadro é uma adaptação do quadro criado por Liakopoulos (2003) para analisar a argumentação da indústria sobre a soja geneticamente modificada.

um sentido. Para que os indivíduos possam apreender o mundo e entender o seu significado faz-se necessário que eles sejam socializados. A socialização é

*“(...) a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”(Berger & Luckman, 1973:175).*

Logo, o processo de socialização que ocorre na infância é realizado em uma estrutura objetiva e representa a própria posição social da criança. E, é também nesse período que se forma a estrutura subjetiva do ser social a partir das experiências que ele vivencia em seu universo social.

Na socialização primária a criança constrói o seu primeiro mundo: “A sociedade apresenta ao candidato à socialização um conjunto antecipadamente definido de outros significativos, que ele tem de aceitar como tais sem possibilidade de optar por outro arranjo”(Berger & Luckman, 1973:180). A realidade que se apresenta às crianças é a realidade de seus pais ou daqueles que são responsáveis pela sua criação, ou seja, há para elas somente um mundo possível e elas tendem a aceitar as definições que lhe são dadas. Apesar dessa primeira socialização ocorrer em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção, uma vez que o processo ocorre no ambiente familiar, nem sempre há interiorização de toda a estrutura objetiva, pois para que isso aconteça é necessário que a criança se identifique com aquele que é encarregado de lhe introduzir no mundo social. A criança aprende então a identificar primeiro as pessoas responsáveis pela sua criação e mais tarde os outros (todos os demais que participam da sociedade) e nessa relação passa também a identificar a si mesma, completando assim a sua socialização primária e formando a sua identidade. Quando os indivíduos passam para os processos subsequentes de socialização, eles tendem a manter uma percepção que foi construída na socialização primária, mas isso não

significa que a sua identidade e mesmo a sua socialização estejam acabadas, uma vez que ambos os processos são permanentemente (re)construídos. A manutenção ocorre porque já foi construído um conhecimento sobre a realidade e, nas fases seguintes, os novos aprendizados poderão ser questionados com base naqueles saberes interiorizados anteriormente.

A identidade social, portanto, é “(...) o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” (Dubar, 1997:105). Ela apresenta sempre uma dualidade: há uma identidade para si (ou uma identidade social real, segundo Goffmann (1978)) que se caracteriza pelos atributos que o próprio indivíduo se define, e, por outro lado, há uma identidade para o outro (denominada por Goffmann (1978) de identidade social virtual) que representa os atributos que a sociedade nos impõe, ou seja, a maneira como nós somos percebidos no mundo social. Segundo Berger & Luckman (1973), esta última, a identidade objetivamente atribuída, é a localização específica dos indivíduos no mundo social. Para que ocorra tal identificação são utilizadas categorias sociais que podem ser muito amplas (identificação do estado civil, da nacionalidade, do sexo, etc.) ou mais específicas, designando um atributo específico de um grupo ou classe social (as denominações de etnia, de posição social, de categoria profissional, etc.). Essas categorias, sobretudo as do segundo grupo, servem para a construção da identidade social real e para a atribuição da identidade social virtual, e o uso delas está normalmente relacionado a objetivos práticos, como por exemplo, demarcar a fronteira entre grupos étnicos, entre classes sociais, entre diferentes países, etc., pois elas revelam proximidades entre as pessoas que se encontram de alguma forma próximas no espaço social.

A identidade apresenta uma estrutura dual, mas nem sempre há correspondência entre a identidade que o indivíduo definiu para si e a identidade que o outro lhe atribui, surgindo assim a



possibilidade dela ser sempre negociada. Dessa forma, as pessoas tendem a desenvolver o que Dubar (1997) denomina de estratégias identitárias:

*“Elas podem assumir duas formas: ou a de transações “externas” entre o indivíduo e os outros significativos que visam acomodar a identidade para si à identidade para o outro (transação chamada objetiva), ou a de transações “internas” ao indivíduo, entre a necessidade de salvaguardar uma parte das suas identificações anteriores (identidades herdadas) e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas) procurando assimilar a identidade-para-outro à identidade-para-si. Esta transação chamada subjectiva constitui um segundo mecanismo central do processo de socialização concebido como produtor de identidades sociais.” (Dubar, 1997:108)*

Contudo, as estratégias identitárias envolvem, na maior parte das vezes, relações de poder entre aquele que atribui uma identidade a uma pessoa ou grupo e aqueles a quem é atribuída esta identidade. Dessa forma, para que os indivíduos possam participar das transações tanto objetivas quanto subjetivas, é necessário que eles estejam bem posicionados na estrutura social que lhes permita, de uma forma reconhecida como legítima, definir a sua própria identidade, recusando assim a criação de rótulos e de estereótipos sociais atribuídos.

A construção dessa identidade objetiva está relacionada ao local que a pessoa ocupa no espaço social, de modo que pode haver a criação de um estigma, que segundo Goffman (1978), constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. Constrói-se uma identidade social para um indivíduo ou um grupo que é marcada por um atributo profundamente depreciativo, ou por uma característica negativa que evidencia algo de ruim no *status* moral de quem a possui, ao mesmo tempo em que não se reconhece as suas características “normais”. A partir dessa identificação dos estigmatizados,

*“(...) fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma*

*animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social” (Goffman,1978:15).*

A condição para estigmatizar alguém, portanto, é construir uma imagem depreciativa dessa pessoa, baseando-se em uma característica ou propriedade que ela possui, como por exemplo, a cor da pele, e criar uma regra de comportamento que sirva de base para todos aqueles que possuam a mesma propriedade tida como negativa. Essa definição externa influencia a identidade social real, fazendo com que o estigmatizado sinta uma ambivalência: segundo Goffman (1978), ele pode ter com os outros indivíduos que são mais evidentemente estigmatizados, as mesmas atitudes que os “normais” têm com ele, ou manter uma relação mais próxima com os seus iguais, correndo o risco de ver “(...) de perto que eles comportam-se de um modo estereotipado, exibindo de maneira extravagante ou desprezível os atributos negativos que lhe são imputados” (1978:118). Ainda segundo esse autor, o estigmatizado não pode nem aceitar o seu grupo nem abandoná-lo, uma vez que possui características que o agrupa sob aquela categoria.

Por outro lado, a ambivalência também é sentida no momento de se relacionar (e se identificar) com os outros membros da sociedade. Há duas opções de acordo com Goffman (1978): o alinhamento intragrupal e o alinhamento exogrupal. No primeiro caso, o indivíduo se alia ao seu grupo real, ou seja, ao agregado de pessoas que tendem a sofrer as mesmas privações que ele, pois possuem o mesmo estigma. Mas, o seu grupo real é também a categoria que pode servir para o seu descrédito, portanto, quanto mais próximo ao seu grupo real, maiores serão as possibilidades de identificação de seu estigma. No segundo caso, o estigmatizado se relaciona com os “normais”, existindo a possibilidade dele se distanciar das propriedades estigmatizantes, ou ainda, dele provar que pode ser “normal”. Em certas circunstâncias, ele poderá ser tolerado pelos “normais”, havendo uma aceitação da sua presença, porém tal aceitação é condicional, uma vez que em outras circunstâncias a presença dele não será desejada. Por

exemplo, ele poderá ser aceito no ambiente de trabalho, mas talvez não seja convidado para as reuniões informais na casa dos colegas. Segundo Goffman (1978), há uma fórmula geral no alinhamento exogrupal:

*“Exige-se do indivíduo estigmatizado que ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada, e nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve-se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele” (1978:133).*

Todavia, é importante considerar que a possibilidade de atribuição de uma identidade negativa é dada não apenas por uma teoria explicativa dos efeitos da posse do estigma, mas, também, pela posição social dos atores envolvidos. “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (Elias & Scotson, 2000). Ou seja, para que a estigmatização seja eficiente é necessário que haja uma configuração do tipo estabelecidos (grupo coeso que mantém o poder e se define como superior) *versus* outsiders (grupo definido pelos estabelecidos como desorganizado e que não obedece a normas, estando excluído das posições de poder). Dessa forma, a estigmatização é um modo de conservar o poder que está associado à exaltação da identidade do grupo estabelecido, o que permite a eles criar uma fantasia coletiva. Segundo Elias & Scotson (2000), o estigma social que os estabelecidos atribuem ao grupo dos outsiders transforma-se, em sua imaginação, num estigma material – é coisificado: “Surge como uma coisa objetiva, implantada nos outsiders pela natureza ou pelos deuses. Dessa maneira o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade (...)” (2000:35). As disputas pela definição dos grupos não se apresentam de forma clara, as categorias utilizadas na definição das identidades são apenas evidências das diversas lutas que ocorrem no universo social. O que realmente está em jogo nessas lutas é a possibilidade de

conseguir legitimizar tais categorias e fazer com que elas consigam realmente definir o lugar de cada indivíduo no mundo social.

Por último, ao falarmos em manipulação de identidade, é fundamental examinar o papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e de seu próprio *status* como membro desse grupo. Como já foi mencionado, o estigmatizado vive uma situação ambivalente, mas isso só ocorre porque aquele que o estigmatiza consegue fazer com que a sua identidade social real se confunda com a identidade social virtual. Dessa forma,

*“O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir sua sensação de ser uma “pessoa normal”, um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima” (Goffman, 1978:16).*

O estigmatizado se sente tão inferior que não consegue nem ao menos reivindicar condições igualitárias, segundo Goffman (1978), fazendo com que ele deseje para si aquilo que outras pessoas em situação semelhante à dele conseguiram. A situação é agravada quando o estigmatizado começa a sentir vergonha de si e começa a negar a sua identidade social real.

A identidade racial é fundada na percepção de diferenças sociais e culturais entre as pessoas que seriam derivadas de sua raça. Desse modo, criou-se um senso comum, baseado em teorias racistas, de que as pessoas negras são inferiores e que o lugar que elas devem ocupar deverá estar de acordo com a sua inferioridade. Está presente também no imaginário social a idéia de que todos os negros são iguais, todavia, essa identificação unificada só se aplica quando nos referimos aos seus defeitos e as suas deficiências morais. Aliás, basta que um negro desobedeça às regras sociais “estabelecidas”, para que a sociedade possa ter certeza de que todos os demais apresentam uma tendência a repetir o mesmo comportamento. Daí surge uma série de dizeres populares que reforçam essa percepção, como por exemplo, “tinha que ser coisa de negão!”.

Essa frase é emblemática, não é necessário saber o que aconteceu, mas todos, inclusive os negros, sabem que algo de errado foi feito. A mesma identificação negativa é feita em relação ao lugar que os negros freqüentam. Quando ouvimos falar de um bairro em que residem pessoas predominantemente negras, também sabemos que é um bairro violento. Ainda, somos capazes de identificar os objetos típicos que um negro possui, como por exemplo, um “carro de negrão”, ou seja, um carro velho que possui diversos defeitos aparentes. O que dá poder a essas crenças é a própria realidade vivenciada por esse grupo, pois estando excluído socialmente, ele realmente pode não saber se comportar com as normas do grupo estabelecido em determinadas situações, cometendo gafes e embaraços. Mais evidente que o comportamento é sua localização espacial, quase sempre na periferia, o que costuma revelar tudo aquilo que a sociedade entende que é o seu lugar. Em outras palavras, tudo funciona como se a população negra exteriorizasse no mundo social tudo aquilo que há de pior em sua individualidade ou aquilo que ela naturalmente traz consigo devido à sua raça, e não aquilo que ela incorpora na sua realidade social objetiva.

Por outro lado, a sociedade brasileira da mesma forma que cria uma identidade negativa e discrimina, ela consegue fazer com que as barreiras criadas entre brancos e negros não se tornem evidentes. Um dos principais símbolos da integração dos negros é a sua ampla visualização em eventos que demonstram a nossa cultura. Como pode haver racismo no Brasil, se no carnaval brancos e negros brincam alegremente e sem distinção? Será que uma nação que apresenta em competições esportivas internacionais tantos negros pode ser racista? Os contatos mistos (envolvendo brancos e negros) são sempre vistos como a maior prova de inexistência de discriminação, mas é importante observar que tais contatos variam de acordo com o local em que ocorrem e que serão sempre os indivíduos brancos que determinarão o que é “normal”. Aonde for, o negro será estigmatizado, mesmo que esteja naquele lugar que de acordo com a sociedade é o seu lugar por excelência. Vejamos um exemplo encontrado nas queixas de discriminação racial:

*“Comunica que foi solicitado pelo dono da churrascaria, ao lado do prédio do escritório, para ver um defeito da luz da loja um, sendo que o sr. R. lhe deu a chave para entrar na loja e quando o comunicante abriu o painel da luz, a síndica de nome M.C. do apartamento vinte e um começou a gritar pela janela: “pega ladrão, chama a política que tem um nego lá embaixo e pode estar armado”. Sendo que os moradores se reuniram e seguraram o comunicante até a chegada da brigada, inclusive, numa janela em que tinha uma fresta, M.C. disse aos policiais militares que o comunicante tinha tentado fugir. Que o comunicante atualmente trabalha como eletricista autônomo e recebeu o recado de um conhecido para efetuar um serviço e que procurasse o senhor da churrascaria. Que o comunicante foi conduzido até a décima delegacia de polícia, onde se desfez o mal entendido. Que o sr. R. F. L. testemunhou o fato (...)” (SJS/RS – Crimes de preconceito de cor ou raça, 1998 – 2003).*

Fatos como esse se explicam porque a identidade do negro foi definida de uma forma fixa, é como se ela nunca mudasse.

*“O estereótipo assinala a vigência da repetição de uma mesma pauta de sentidos para se referir ao negro. Rudeza, incapacidade, licenciosidade designam pontos de cristalização discursiva pelos quais se sutura uma falta para que não seja impedido o efeito de continuidade no processo identificatório. Prolifera, nesse jogo, matriz de alienação e confrontação, uma múltipla cadeia parafrásica de estereótipos perpetuando historicamente repetições mútuas regidas por um mesmo eixo de fixação de significações e constituição de alteridade” (Souza, 1999:257).*

Por isso, podemos afirmar que mesmo havendo transformações significativas na estrutura sócio-econômica em que o negro está inserido, ele continuará sendo definido da mesma forma.

## Conclusão

A pesquisa realizada nos leva a concluir que a discriminação racial opera no mercado de trabalho tanto de forma objetiva quanto subjetiva. A parte objetiva do processo de discriminação se manifesta pela forma como os indivíduos se inserem e participam dessa esfera social. Podemos constatar que a discriminação está relacionada com a desigualdade socioeconômica, uma vez que os indivíduos que possuem maior capital econômico, familiar, socioespacial e, sobretudo, educacional, conseguem se inserir em ocupações melhores, experimentar menores taxas de desemprego, entre outras vantagens. Assim, pode-se dizer que aqueles que possuem um capital social maior, são melhor absorvidos no mercado de trabalho. Por outro lado, não há uma relação direta entre a desigualdade que se processa fora do mercado de trabalho e aquela que é gerada no mercado de trabalho. Vimos, por exemplo, que os jovens negros são os que possuem capital educacional mais semelhante ao dos jovens brancos, no entanto, no mercado de trabalho entre esses dois grupos há uma expressiva desigualdade. É possível citar como exemplo também as mulheres negras jovens que, do ponto de vista educacional, estão muito próximas das mulheres brancas do mesmo grupo de idade. Contudo, as jovens negras, na hierarquia do mercado de trabalho ficam no ponto mais baixo da escala. Isso se justifica pelo fato das mulheres negras sofrerem tanto a discriminação racial quanto a discriminação por gênero no mercado de trabalho.

Concluimos assim que o mercado de trabalho precisa ser visto como um campo no sentido de Bourdieu (2003). Segundo esse autor, o campo é um espaço social de relações objetivas e cada campo possui propriedades específicas. Os campos têm propriedades em comum, existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos, mas o fato deles possuírem propriedades específicas faz com que seu funcionamento não seja idêntico. Na nossa análise empírica pudemos perceber que a hierarquia que se constrói no campo educacional não se traduz em uma mesma hierarquia no campo do mercado de trabalho.

O funcionamento subjetivo da discriminação racial é bastante paradoxal: ao mesmo tempo em que os casos de racismo são pouco publicizados em matérias de jornais e revistas e mesmo em delegacias de polícia, quando eles ocorrem, nas relações privadas, costuma ser de forma bem explícita. Logo, no plano subjetivo o racismo tanto pode funcionar como um poder simbólico (que não é claramente utilizado, mas que mesmo assim consegue produzir efeitos) como pode se explicitar. O racismo pode se explicitar ao ponto daqueles que figuram nas ocorrências como acusados não esconderem que são racistas ou não negarem que estão praticando atos de discriminação racial. Deve-se destacar que essa postura racista é assumida em situações bastante corriqueiras e, justamente por isso, é possível afirmar que as vivências de discriminação racial fazem parte do cotidiano das vítimas. Tal afirmação ainda pode ser reforçada pelo fato delas ocorrerem em uma diversidade de situações que vão desde os casos de agressão gratuita até aqueles, menos frequentes, de discussões e desentendimentos. Há também uma diversidade de locais em que ocorrem os atos de discriminação e também uma diversidade de atores sociais envolvidos. Por tudo isso, concluimos que a discriminação racial é uma prática que já se naturalizou em nossa sociedade.

Deve-se destacar que a discriminação racial objetiva e a subjetiva operam conjuntamente e são complementares. O discurso racial, por exemplo, é tanto objetivo quanto subjetivo, na medida em



que pode ou não ser explícito. Ele é subjetivo ao empregar o insulto racial mais freqüente, “negro”, que representa a simples nomenclatura da raça. Todavia, a expressão “negro” também é utilizada diante de insultos que se aplicariam a qualquer indivíduo, ficando assim clara a objetividade do discurso, pois, nesse caso, fica evidente a intenção de ofender racialmente. O discurso racista é também universal na medida em que se aplica a todos os indivíduos negros e em qualquer situação objetiva. Podemos concluir, portanto, que toda a população negra, independentemente do local que ocupa na hierarquia social, está da mesma forma sujeita a um mesmo tipo de discriminação racial, uma vez que a configuração dos atos de discriminação racial é bastante semelhante devido à existência desse discurso racial.

O discurso racista é o resultado da imagem que a população branca tem da população negra, logo ele se apóia também na desigualdade socioeconômica existente entre esses dois grupos, fazendo com que haja uma permanente disputa por posições sociais. A definição da identidade também é uma disputa que envolve os dois grupos raciais, mas devido à condição socioeconômica objetiva e a razões históricas, os brancos ficam em nítida vantagem na estrutura social. A prova da vantagem do grupo branco para definir a identidade racial dos negros fica clara nas delegacias de polícia: ao invés da vítima construir um discurso que sirva para a sua defesa, ela se limita a descrever os fatos, reproduzindo simplesmente aquilo que os acusados lhe dizem. Assim, as próprias vítimas contribuem para que aumente a universalidade do discurso racial, pois apenas relatam os insultos raciais que sofrem sem deixar clara a motivação dos acusados para praticarem os atos de discriminação racial. Deve-se destacar ainda que a universalidade do discurso racial também é garantida pelas próprias categorias que são utilizadas para insultar, elas são as mesmas em qualquer local que os negros estejam e já possuem uma historicidade no Brasil.

Concluimos assim que existe um poder simbólico que também estrutura as relações, fazendo com que as visões de mundo tenham uma fundamentação objetiva. Esse poder simbólico é construído através do discurso racista que pôde ser apreendido nas queixas de discriminação. A raça é uma das mais importantes formas de estruturação objetiva das relações entre negros e brancos. A população branca cria uma identidade racial para a população negra que possibilita ao mesmo tempo a aplicação de estigmas e a desorganização dos negros enquanto grupo. Os brancos definem uma visão única do “ser negro” e, ao contrário, não existe uma identidade essencial, há várias formas de agir e pensar dentro de um mesmo grupo racial. O grupo branco construiu o grupo negro enquanto categoria real, quando na verdade esse grupo só existe como uma categoria analítica e política, pois a identificação social dos indivíduos é um processo que está sendo permanentemente construído.

Quanto ao racismo, podemos concluir que esse fenômeno social surgiu na história da humanidade como mais um dos produtos indesejáveis do capitalismo. Quando a burguesia percebeu que para o sistema capitalista continuar se desenvolvendo era necessário expandi-lo, criou-se o imperialismo. O imperialismo, como vimos, era uma política que tinha múltiplos significados e múltiplos objetivos, sendo que um deles, talvez o principal, era garantir a soberania da burguesia enquanto classe social. Desse modo, surgiu o racismo, pois assim criava-se uma ideologia política para legitimar a dominação. Contudo, não se pode dizer que o racismo instaurado no século XIX estava vinculado diretamente ao sistema capitalista, pelo contrário. Segundo Bauman (1998),

*“(...) como concepção de mundo e, mais importante, como instrumento efetivo de prática política, o racismo é impensável sem o avanço da ciência moderna, da tecnologia moderna e das formas de poder estatal. Como tal, o racismo é estritamente um produto moderno” (p.83).*

Embora o racismo pareça ser fruto de um sistema político ele é na verdade fruto de uma determinada configuração histórica. Segundo Foucault (1999) houve, no século XIX, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma estatização do biológico. Enquanto nos séculos XVII e XVIII surgiram técnicas de poder essencialmente centradas no corpo individual e uma tecnologia disciplinar de trabalho, na segunda metade do século XVIII surge uma nova tecnologia de poder que vai se somar a essa forma pré-existente. A nova tecnologia de poder se dirige ao homem enquanto ser vivo e se aplica à multiplicidade dos homens, ou seja, aplica-se à população. Surge, assim, ainda segundo Foucault, uma biopolítica da espécie humana – é uma nova tecnologia de poder, é um biopoder,

*“(...) trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (...), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros atos de controle dessa biopolítica” (p.289-290).”*

A emergência desse biopoder possibilitou que o racismo fosse inscrito nos mecanismos dos Estado.

*“Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (Foucault, 1999:304).*

Atualmente, há duas formas principais de ver o racismo: uma universalista e outra restritiva. Na perspectiva universalista, qualquer forma de preconceito ou qualquer tipo de animosidade entre grupos é racismo. Segundo Bauman (1998), à medida que o racismo ganha destaque como mais uma forma de ressentimento intergrupar surge essa tendência de estender a noção de racismo para todas as modalidades de ressentimento. “Todos os tipos de preconceito grupar são

então interpretados como outras tantas expressões de predisposições racistas inatas, naturais” (Bauman, 1998:84). Concluimos, após realizar a presente pesquisa, que o racismo é uma ideologia política específica, pois está vinculada a fins práticos também específicos. Não se pode estender a noção de racismo a qualquer tipo de conflito existente entre grupos, nem mesmo aos inúmeros grupos étnicos que hoje vivem em conflito. Segundo Foucault(1999), o racismo tem duas funções principais: 1<sup>a</sup>)fragmentar o campo biológico de que o poder se incumbiu através da distinção e da hierarquização das raças, qualificando-as umas como superiores e outras como inferiores; 2<sup>a</sup>) permitir a relação guerreira, ou seja, permitir que se estabeleça um vínculo entre a vida de um indivíduo e a morte de outro, é uma relação do tipo biológica. “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (Foucault, 1999:305).

Ainda segundo Foucault, o racismo assegura assim uma função de morte e por isso está muito longe de ser simples ódio ou desprezo entre raças ou hostilidades entre Estados, trata-se assim de uma tecnologia de poder. É justamente por ser um fenômeno de Estado e uma tecnologia de poder que o racismo pode penetrar em um país como o Brasil. No exato momento em que a elite brasileira começou a discutir a configuração do Estado nacional, penetraram as teorias racistas. Naquele momento, as condições socioeconômicas eram as menos favoráveis para uma discussão sobre o destino da população negra e talvez por isso ela não tenha realmente ocorrido, discutia-se o futuro da nação como um todo e não especificamente o destino dos cativos após a Abolição. Paradoxalmente, estava se formando um mercado de trabalho livre, mas a maior parte da mão-de-obra disponível eram os negros escravos ou ex-escravos. Assim, a elite brasileira fica diante de um dilema: a população negra é ao mesmo tempo necessária enquanto mão-de-obra, mas ao mesmo tempo os negros representavam a raça inferior. O biopoder não permite um genocídio

puro e simples, mas permite que se adotem políticas que garantam o seu exercício. A elite brasileira adotou duas políticas (na verdade complementares) baseando-se nas teorias raciais do século XIX: a imigração e o branqueamento. Acreditava-se que utilizando essas duas estratégias, de forma combinada, chegaríamos, num futuro próximo, a um país mais branco.

Como pudemos constatar no capítulo um, eram formas de pseudosaber apoiadas em um cientificismo e não em critérios realmente científicos. Logo, ao contrário do que esperava a elite brasileira e mesmo alguns “cientistas” da época, a população negra não desapareceu. As teorias raciais, com o passar do tempo foram caindo em desuso e, apesar da idéia de branqueamento ter se mantido de forma mais ou menos explícita até meados da década de 50, tratou-se de promover a integração da população negra à sociedade brasileira já na década de trinta do século XX. Num primeiro momento, a integração foi mais visível no plano cultural, pois se tratou de criar uma identidade nacional que resultava da contribuição das três raças formadoras do país: brancos, índios e negros. Deve-se destacar ainda que diversos símbolos da cultura negra, tais como o carnaval, a umbanda, entre outros, foram transformados também em símbolos da cultura nacional. O Rio Grande do Sul não promoveu esse tipo de integração. Na historiografia gaúcha, o negro está ausente e o gaúcho, figura típica do Estado, não recebeu nenhuma contribuição do negro para a definição de sua identidade. Não se pode dizer que no Rio Grande do Sul há mais racismo do que no restante do país, pois a pesquisa não investigou essa questão e até o momento não foi realizado nenhum estudo que tivesse por objetivo medir o grau de racismo nos Estados ou nas regiões brasileiras. Todavia, é possível destacar duas peculiaridades do Rio Grande do Sul: 1) sempre houve uma relação tensa entre o Rio Grande do Sul e o resto do país, fazendo com que uma parte da elite gaúcha acreditasse que a solução para os problemas do nosso Estado fosse se separar do restante do país; 2) o Rio Grande do Sul recebeu um percentual considerável de imigrantes e isso lhe dava razões para acreditar que aqui o branqueamento seria possível. Além

disso, os imigrantes que vieram para o nosso Estado foram os principais responsáveis pelo início da industrialização, fato que serviu como comprovação, para aqueles que aceitavam as teorias racistas, de que os brancos europeus eram superiores.

Após concluir esse trabalho, acreditamos que uma questão principal ainda pode ser investigada: como é possível combater o racismo? Vários estudos têm demonstrado que na esfera jurídica esse combate não se faz de maneira adequada. Segundo Carneiro (2000), a discriminação racial é tratada pelas autoridades como se fosse um assunto irrelevante, o Código Penal não tipifica o racismo de forma adequada, o crime de racismo é desqualificado sendo enquadrado como simples injúria ou difamação, a impunidade, a falta de testemunhas, estes fatores, entre outros, impedem que as leis que punem o racismo funcionem de forma adequada. Soares (2003) analisou o processo de criminalização dos atos decorrentes de preconceito de raça e cor no Rio Grande do Sul e concluiu que:

*“A esfera jurídica é um palco de conflito mais amplo, uma vez que o Poder Judiciário tende a desracializar os casos, utilizando o manto da universalidade, da aplicação dos textos jurídicos, fazendo operar uma violência simbólica. Fazendo com que se ignore o que há de arbitrário nas decisões judiciais. Operando um processo de des-realização dos casos” (p.116).*

Segundo Soares, em 2001, menos de cento e cinquenta processos contra o racismo estavam tramitando em todo o país. Entre os quinhentos e trinta e um casos que a autora analisou, nem dez por cento saiu da delegacia. Segundo informações obtidas na Secretaria da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, tivemos, entre 2001 e 2002, setecentos e trinta e uma ocorrências registradas no Estado e apenas cento e cinquenta e um inquéritos foram remetidos para outros órgãos do poder judiciário. Uma possibilidade nova é investigar se no campo político é possível combater a discriminação racial.

## Bibliografia

1. ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo: Imperialismo, a expansão do poder**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.
2. AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.
3. AZEVEDO, Thales de. **Um estudo de ascensão social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
4. BAKOS, Margaret. A escravidão negra e os farroupilhas. In: DACANAL, José Hildebrando. **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
5. BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nro 986, outubro de 2003.
6. BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
7. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Cap. III: Modernidade, racismo e extermínio II. Pp. 83 – 105.
8. BELTRÃO, Kaizô I & TEIXEIRA, Moema de Poli. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nro 1052, outubro de 2004.
9. BERGER, Peter & LUCKMAN. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Capítulo III: A sociedade como realidade subjetiva. Pp. 173-241.
10. BOLTANSKI, Luc. La dénonciation publique. In: **L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action**. Paris: Editions Métailie, 1990.
11. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

12. \_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
13. \_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
14. \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand, 2003.
15. BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löïc. **Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista**. In: Estudos Afro-Asiáticos (1): 15 –33, Ano 24, 2002.
16. CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
17. CARNEIRO, Sueli. Estratégias legais para promover a justiça social. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY Lynn (orgs.). **Tirando a Máscara – Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
18. CASTRO, Nadya A & GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. **Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho**. In: Estudos Afro-Asiáticos (24), setembro de 1993.
19. CASTRO, Nadya A. Trabalho e desigualdades raciais: Hipóteses desafiantes e realidades por interpretar. In: CASTRO, Nadya A. e BARRETO, Vanda Sá. **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998, pp. 22 – 40.
20. CHIAVENATO, Júlio J. **O negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986
21. COMAS, Juan. Os mitos raciais. In: COMAS, Juan et al. **Raça e ciência I**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970.
22. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966.
23. DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
24. **Dia Nacional da Consciência Negra** – Boletim Especial – Novembro de 2003. São Paulo, DIEESE, 2003.
25. DUBAR, Claude. **A socialização**. Porto: Ed. Porto, 1997. Capítulo V: Por uma teoria sociológica da identidade. Pp.103-20.
26. DUMONT, René. **A África começa mal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1962.
27. ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Introdução.



28. FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978. Volume I.
29. \_\_\_\_\_ . **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1972.
30. FONSECA, Maria Goretti et al. **Distribuição social da AIDS no Brasil, segundo participação no mercado de trabalho, ocupação e status socioeconômico dos casos**. Cadernos de saúde pública, Rio de Janeiro (19)5: 1351-1363, set-out, 2003.
31. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no collège de France (1975 – 1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
32. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1994. Prefácio à Primeira Edição (pp. XIV-XXVIII).
33. FRY, PETER. & MAGGIE, Yvonne. **O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras**. Enfoques, Revista eletrônica, Rio de Janeiro, v. 1, nro 1, p. 93-117, 2002.
34. FRY, Peter. Feijoada e soul food: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. Reunião da SBPC – XXVIII, Brasília, 1975.
35. \_\_\_\_\_. Feijoada e soul food 25 anos depois. In: **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
36. GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
37. GUAZELLI, César. O caudilhismo. In: GONZAGA, SERGIUS E FISCHER, Luís Augusto. **Nós, os gaúchos**. 4º ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
38. GUIMARÃES, Antônio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Ed. 34,1999.
39. \_\_\_\_\_. **O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação**. In: Estudos Afro-Asiáticos, (38): 31-48, dezembro de 2000.
40. \_\_\_\_\_. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34,1999a.
41. \_\_\_\_\_. **Racismo e restrição de direitos individuais: A discriminação racial “publicizada”**. In: Estudos Afro-Asiáticos (31): 51-78, outubro de 1997.
42. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

43. \_\_\_\_\_. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. Cap. II: Questão multicultural. Pp. 51-100.
44. HANCHARD, Michael George. **Cinderela negra? Raça e esfera pública no Brasil.** In: Estudos Afro-Asiáticos (30): 41-59, dezembro de 1996.
45. \_\_\_\_\_. **Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988).** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. Cap. II: A política racial brasileira: visão geral e reconceituação. Pp. 47-59.
46. \_\_\_\_\_. **Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada.** In: Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nro 1, 2002, pp.63-96.
47. HASENBALG, Carlos A. O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. In: SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, Ed. IUPERJ, 1992, pp. 101-118.
48. \_\_\_\_\_. **Relações raciais no contexto nacional e internacional.** In: HASENBALG, Carlos A; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilia M. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira.** Niterói: EDUFF, 1998.
49. HOBBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848 – 1875.** São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
50. \_\_\_\_\_. **A era dos impérios: 1875 –1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.
51. \_\_\_\_\_. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 –1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
52. IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
53. ILHA, Adair da Silva; ALVES, Fabiano Dutra; SARAVIA, Luis Hector. **B. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da metade sul.** Disponível em <http://www.fee.tche.br> em 05/08/2004.
54. JACCOUD, Luciana & BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades Raciais no Brasil – um balanço da intervenção governamental.** IPEA: Brasília, 2002.
55. JANNUZZI, Paulo de Martino. **Estratificação socioocupacional para estudos de mercado e pesquisa social no Brasil.** São Paulo em perspectiva, 17(3-4): 247 – 254, 2003.
56. KENSKI, R. **Vencendo na raça.** In: Super Interessante, ed. 1987, abril 2003, pp. 42-50.

57. LEITMAN, Spencer. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: DACANAL, José Hildebrando. **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
58. LEVIN, Jack & FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
59. LIAKOPOULOS, Miltos. Análise argumentativa. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
60. LOVELL, Peggy. **Raça e gênero no Brasil**. In: Lua Nova (35): 39-71, 1995.
61. MAGGIE, Yvonne. “**Aqueles a Quem foi Negada a Cor do Dia**”: As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (org). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCNN, 1996.
62. MARMARELLA, Rosetta. **Diferenciações socioespaciais na região metropolitana de Porto Alegre, 1980 –1991. Análises preliminares**. PRIMEIRO ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA. Disponível em <http://www.fee.tche.br> em 27/08/2004.
63. MELLO, Luciana Garcia de. **O lado negro do mercado de trabalho**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Monografia de conclusão de curso, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
64. MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: HASENBALG, Carlos A; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilia M. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 1998.
65. NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
66. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. Cp. IV: Reconsiderando Etnia. Pp. 79-109. São Paulo: Ed. Livraria Pioneira, 1976.
67. OLIVEN, Ruben George. Um Brasil excêntrico: Sobre índios, portugueses, negros, alemães e italianos no Rio Grande do Sul. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Etnia e Nação na América Latina**. Washington: OEA, 1996. P.37-54.
68. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.
69. POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

70. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
71. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Cap. IV: Os Brasis na História, subtítulo: 6 Brasis Sulinos, pp. 408 – 444.
72. RODRIGUES, Fernando. Racismo cordial. In: TURRA, Cleusa & VENTURI, Gustavo (orgs). **Racismo cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1998.
73. SANSONE, Livio. **Multiculturalismo, Estado e Modernidade – As nuances em alguns países europeus e o debate no Brasil**. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nro 3, 2003, pp. 535 –556.
74. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
75. \_\_\_\_\_. **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.
76. SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (org) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
77. SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY Lynn (orgs.). **Tirando a Máscara – Ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
78. \_\_\_\_\_. **Uma nota sobre “raça social” no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, (26): 67-80, setembro de 1994.
79. SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
80. SOARES, Luciane da Silva. **O cotidiano das relações inter-raciais: o processo de criminalização dos atos decorrentes de preconceito de raça e cor no RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
81. SOUZA, Pedro de. As enquetes como discurso: um acesso às palavras do racismo. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs). **Os múltiplos territórios da análise de discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.
82. TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.

83. TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana.** Rio de Janeiro: Jorfe Zahar, 1993. Volume I: Parte 2: Raças. Pp.105-181.
84. VALA, Jorge. BRITO, Rodrigo, LOPES, Diniz. O Racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. In: VALA, Jorge (org.). **Novos Racismos.** Portugal: Celta Editora, 1999.
85. \_\_\_\_\_ . A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias. In: VALA, Jorge (org.). **Novos Racismos.** Portugal: Celta Editora, 1999.
86. VILA NOVA, Sebastião. **Desigualdade, Classe e Sociedade.** São Paulo: Atlas, 1982.
87. WACQUANT, Loic. O retorno do recalcado: violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. In: **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001, pp. 21-42.

## Anexos

### 1. Tabelas

#### 1.1 Índice de Desenvolvimento das Famílias por grupos de idade, segundo a raça

Índices	Negros		Branco	
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
IDF	0,48	0,50	0,53	0,55
Desenvolvimento infantil	0,91	0,94	0,94	0,96
Disponibilidade de recursos	0,81	0,84	0,91	0,92
Acesso ao conhecimento	0,19	0,23	0,25	0,28
Vulnerabilidade das famílias	0,22	0,23	0,22	0,24
Acesso ao trabalho	0,10	0,12	0,11	0,14
Condições habitacionais	0,67	0,66	0,74	0,74

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

Índices	Negros		Branco	
	25 a 40 anos	41 a 59 anos	25 a 40 anos	41 a 59 anos
IDF	0,51	0,51	0,56	0,55
Desenvolvimento infantil	0,95	0,92	0,96	0,95
Disponibilidade de recursos	0,83	0,85	0,91	0,93
Acesso ao conhecimento	0,22	0,16	0,29	0,25
Vulnerabilidade das famílias	0,27	0,29	0,28	0,30
Acesso ao trabalho	0,14	0,12	0,18	0,13
Condições habitacionais	0,68	0,71	0,74	0,77

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

Índices	Negros	Branco
	60 anos e mais	60 anos e mais
IDF	0,50	0,54
Desenvolvimento infantil	0,90	0,93
Disponibilidade de recursos	0,90	0,96
Acesso ao conhecimento	0,25	0,29
Vulnerabilidade das famílias	0,17	0,23
Acesso ao trabalho	0,07	0,08
Condições habitacionais	0,70	0,76

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

1.2 Distribuição dos indivíduos ocupados por grupos ocupacionais, por grupos de idade, segundo a raça e o sexo

Grupos ocupacionais	Homens negros (%)				
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 59 anos	60 anos e mais
<b>Dirigentes e intelectuais</b>	<b>0,5</b>	<b>1,3</b>	<b>2,8</b>	<b>3,2</b>	<b>2,6</b>
Gerentes, diretores e administradores	0,2	0,6	1,6	1,7	1,5
Membros superiores do poder público	(1)	0,1	0,3	0,3	0,3
Profissionais liberais	(1)	0,1	0,2	0,4	0,4
Outros profissionais universitários	0,3	0,5	0,7	0,8	0,4
<b>Técnicos e empregados do serviço administrativo</b>	<b>13,2</b>	<b>13,7</b>	<b>12,6</b>	<b>8,6</b>	<b>3,8</b>
Técnicos de nível médio	3,9	4,9	5,3	4,2	2,3
Empregados da justiça, segurança e correios	4,9	3,0	3,2	1,9	0,3
Trabalhadores da área administrativa	4,4	5,8	4,1	2,5	1,2
<b>Pequenos produtores e supervisores</b>	<b>3,2</b>	<b>5,5</b>	<b>8,8</b>	<b>16,8</b>	<b>30,0</b>
Trabalhadores por conta-própria	3,0	4,9	7,7	15,0	28,2
Supervisores do trabalho manual	0,2	0,6	1,1	1,8	1,8
<b>Operários</b>	<b>24,6</b>	<b>27,4</b>	<b>25,9</b>	<b>21,8</b>	<b>11,7</b>
Trabalhadores da indústria moderna	14,3	17,2	19,0	17,6	8,4
Outros industriários	10,3	10,2	6,9	4,2	3,3
<b>Trabalhadores do baixo terciário</b>	<b>28,6</b>	<b>35,0</b>	<b>35,4</b>	<b>35,0</b>	<b>30,9</b>
Vendedores ambulantes e prestadores de serviço	18,2	20,1	19,0	17,6	17,6
Trabalhadores da construção civil	9,8	14,0	15,6	16,6	10,9
Trabalhadores do serviços Domésticos	0,6	0,9	0,8	0,8	2,4
<b>Trabalhadores rurais</b>	<b>28,8</b>	<b>16,4</b>	<b>13,6</b>	<b>13,8</b>	<b>19,9</b>
<b>Ocupações mal-definidas</b>	<b>1,0</b>	<b>0,6</b>	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>	<b>1,0</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.



Grupos ocupacionais	Homens brancos (%)				
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 59 anos	60 anos e mais
<b>Dirigentes e intelectuais</b>	<b>1,1</b>	<b>4,5</b>	<b>9,9</b>	<b>12,7</b>	<b>8,8</b>
Gerentes, diretores e administradores	0,5	2,3	5,9	7,8	4,8
Membros superiores do poder público	0,0	0,1	0,3	0,6	0,4
Profissionais liberais	0,0	0,6	1,6	2,1	2,3
Outros profissionais universitários	0,6	1,5	2,1	2,2	1,3
<b>Técnicos e empregados do serviço administrativo</b>	<b>17,4</b>	<b>21,0</b>	<b>15,2</b>	<b>10,2</b>	<b>5,6</b>
Técnicos de nível médio	5,2	8,7	7,9	6,3	4,1
Empregados da justiça, segurança e correios	3,8	3,1	2,3	1,0	0,2
Trabalhadores da área administrativa	8,4	9,2	5,0	2,9	1,3
<b>Pequenos produtores e supervisores</b>	<b>3,2</b>	<b>6,2</b>	<b>14,1</b>	<b>25,2</b>	<b>40,3</b>
Trabalhadores por conta-própria	2,9	5,6	13,9	24,0	39,5
Supervisores do trabalho manual	0,3	0,6	1,1	1,2	0,8
<b>Operários</b>	<b>25,7</b>	<b>27,6</b>	<b>24,0</b>	<b>19,2</b>	<b>10,1</b>
Trabalhadores da indústria moderna	14,0	18,1	17,3	14,8	7,2
Outros industriários	11,7	9,5	6,7	4,4	2,9
<b>Trabalhadores do baixo terciário</b>	<b>25,3</b>	<b>26,5</b>	<b>26,3</b>	<b>25,0</b>	<b>20,0</b>
Vendedores ambulantes e prestadores de serviço	18,2	18,4	16,4	14,6	13,3
Trabalhadores da construção civil	6,8	7,7	9,6	10,0	6,0
Trabalhadores do serviços Domésticos	0,3	0,4	0,3	0,4	0,7
<b>Trabalhadores rurais</b>	<b>26,4</b>	<b>13,6</b>	<b>8,4</b>	<b>7,2</b>	<b>13,6</b>
<b>Ocupações mal-definidas</b>	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>	<b>1,6</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

Grupos ocupacionais	Mulheres negras (%)				
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 59 anos	60 anos e mais
<b>Dirigentes e intelectuais</b>	<b>1,3</b>	<b>1,9</b>	<b>4,4</b>	<b>4,2</b>	<b>2,0</b>
Gerentes, diretores e administradores	0,3	0,5	1,0	1,1	0,7
Membros superiores do poder público	0,1	0,0	0,1	0,1	(1)
Profissionais liberais	0,1	0,2	0,3	0,3	0,1
Outros profissionais universitários	0,8	1,2	3,0	2,7	1,2
<b>Técnicos e empregados do serviço administrativo</b>	<b>14,1</b>	<b>19,5</b>	<b>15,4</b>	<b>10,3</b>	<b>4,8</b>
Técnicos de nível médio	4,5	7,6	8,0	5,9	4,2
Empregados da justiça, segurança e correios	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1
Trabalhadores da área administrativa	9,4	11,8	7,1	4,3	0,5
<b>Pequenos produtores e supervisores</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,6</b>	<b>3,4</b>	<b>7,3</b>
Trabalhadores por conta-própria	0,8	0,9	1,4	3,2	7,3
Supervisores do trabalho manual	0,2	0,2	0,2	0,2	(1)
<b>Operários</b>	<b>13,2</b>	<b>14,0</b>	<b>11,0</b>	<b>8,1</b>	<b>6,4</b>
Trabalhadores da indústria moderna	4,0	4,9	3,5	1,6	0,8
Outros industriários	9,2	9,1	7,5	6,5	5,6
<b>Trabalhadores do baixo terciário</b>	<b>51,4</b>	<b>52,5</b>	<b>57,4</b>	<b>60,2</b>	<b>56,1</b>
Vendedores ambulantes e prestadores de serviço	26,7	23,3	25,7	28,2	26,1
Trabalhadores da construção civil	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1
Trabalhadores do serviços Domésticos	24,4	29,1	31,5	31,9	29,9
<b>Trabalhadores rurais</b>	<b>18,3</b>	<b>10,6</b>	<b>9,6</b>	<b>13,1</b>	<b>22,1</b>
<b>Ocupações mal-definidas</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>1,2</b>
<b>Total</b>	100	100	100	100	100

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

Grupos ocupacionais	Mulheres brancas (%)				
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 59 anos	60 anos e mais
<b>Dirigentes e intelectuais</b>	<b>2,7</b>	<b>7,4</b>	<b>13,5</b>	<b>12,3</b>	<b>5,9</b>
Gerentes, diretores e administradores	0,5	1,8	4,2	3,9	2,5
Membros superiores do poder público	0,1	0,1	0,3	0,3	0,1
Profissionais liberais	0,1	0,8	1,5	1,2	0,6
Outros profissionais universitários	2,0	4,7	7,5	6,9	2,7
<b>Técnicos e empregados do serviço administrativo</b>	<b>25,5</b>	<b>32,7</b>	<b>22,7</b>	<b>14,4</b>	<b>6,0</b>
Técnicos de nível médio	7,3	12,0	11,4	8,8	4,1
Empregados da justiça, segurança e correios	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1
Trabalhadores da área administrativa	18,0	20,4	11,1	5,5	1,8
<b>Pequenos produtores e supervisores</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>	<b>3,3</b>	<b>6,5</b>	<b>11,4</b>
Trabalhadores por conta-própria	1,1	1,5	3,0	6,3	11,2
Supervisores do trabalho manual	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2
<b>Operários</b>	<b>15,5</b>	<b>14,3</b>	<b>12,3</b>	<b>10,6</b>	<b>9,4</b>
Trabalhadores da indústria moderna	4,3	4,7	3,0	1,6	0,5
Outros industriários	11,2	9,6	9,3	9,0	8,9
<b>Trabalhadores do baixo terciário</b>	<b>36,2</b>	<b>32,8</b>	<b>34,1</b>	<b>34,9</b>	<b>25,2</b>
Vendedores ambulantes e prestadores de serviço	22,8	21,1	21,9	23,3	17,9
Trabalhadores da construção civil	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhadores do serviços Domésticos	13,3	11,6	12,1	11,5	7,2
<b>Trabalhadores rurais</b>	<b>18,3</b>	<b>10,2</b>	<b>13,2</b>	<b>20,3</b>	<b>41,0</b>
<b>Ocupações mal-definidas</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>	<b>1,0</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Microdados da amostra do RS. Elaboração do autor.

## Apêndice I: Construção do Índice de Desenvolvimento da Família

O IDF é composto de seis dimensões, vinte e quatro componentes e quarenta e cinco indicadores. Para cada um dos indicadores que a família responder “sim” ela contabiliza um ponto. O quadro a seguir apresenta as perguntas (indicadores que compõem o IDF e seus sub-índices ou componentes).

Quadro 1 – Dimensões, componentes e indicadores do IDF.

<b>Dimensão: ausência de vulnerabilidade das famílias</b> <b>Têm por objetivo principal verificar o volume adicional de recursos que uma família requer para satisfazer suas necessidades básicas, quando comparada à uma família padrão. Os fatores que contribuem para aumentar o volume de recursos necessários são, por exemplo, presença de crianças, idosos, gestantes, etc.</b>	
<b>Componente 1 – Fecundidade</b>	<b>V1 – Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último anos.</b> <b>V2 – Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos.</b> <b>V3 – Ausência de criança.</b>
<b>Componente 2 – Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens</b>	<b>V4 – Ausência de criança ou adolescente.</b> <b>V5 – Ausência de criança, adolescente ou jovem.</b>
<b>Componente 3 – Atenção e cuidados especiais com idosos</b>	<b>V6 – Ausência de idoso.</b>
<b>Componente 4 – Dependência econômica</b>	<b>V7 – Presença de cônjuge.</b> <b>V8 – Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa.</b>
<b>Dimensão: acesso ao conhecimento</b> <b>Tem por objetivo principal verificar os meios que a família dispõe para satisfazer suas necessidades.</b>	

<b>Componente 1 – Analfabetismo</b>	<b>C1 – Ausência de adulto analfabeto. C2 – Ausência de adulto analfabeto funcional.</b>
<b>Componente 2 – Escolaridade</b>	<b>C3 – Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo. C4 – Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo. C5 – Presença de pelo menos um adulto com algum cursos superior.</b>
<b>Componente 3 – Qualificação profissional</b>	<b>C6 – Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.</b>
<b>Dimensão: acesso ao trabalho</b> <b>Tem por objetivo verificar as oportunidades que as famílias possuem de utilizar sua força de trabalho da forma que melhor satisfaça suas necessidades.</b>	
<b>Componente 1 – Disponibilidade de trabalho</b>	<b>T1 – Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada.</b>
<b>Componente 2 – Qualidade do posto de trabalho</b>	<b>T2 – Presença de pelo menos um ocupado no setor formal. T3 – Presença de pelo menos um ocupado em atividade não-agrícola.</b>
<b>Componente 3 – Remuneração</b>	<b>T4 – Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo. T5 – Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos.</b>
<b>Dimensão: Disponibilidade de recursos</b> <b>Tem por objetivo verificar a renda familiar per capita disponível</b>	
<b>Componente 1 – Extrema pobreza</b>	<b>R1 – Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza (ou indigência).</b>
<b>Componente 2 – Pobreza</b>	<b>R2 – Renda familiar per capita superior à linha da pobreza.</b>
<b>Componente 3 – Capacidade de geração de renda</b>	<b>R3 - Maior parte da renda familiar não advém de transferências.</b>
<b>Dimensão: indicadores de desenvolvimento infantil</b> <b>Tem por objetivo avaliar a capacidade de desenvolvimento das crianças.</b>	
<b>Componente 1 – Trabalho precoce</b>	<b>D1 – Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando. D2 – Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando.</b>
<b>Componente 2 – Acesso à escola</b>	<b>D3 – Ausência de criança de até seis anos fora da escola. D4 – Ausência de criança de 7 a 14 anos fora da escola. D5 – Ausência de criança de 7 a 17 anos fora da escola.</b>
<b>Componente 3 – Progresso escolar</b>	<b>D6 – Ausência de criança de até 14 anos com mais de dois anos de atraso. D7 – Ausência de adolescente de 10 a 14 anos</b>

	<b>analfabeto.</b> <b>D8 – Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto.</b>
<b>Componente 4 – Mortalidade infantil</b>	<b>D9 – Ausência de mãe cujo filho tenha morrido</b> <b>D10 – Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido.</b> <b>D11 – Ausência de mãe com filho nascido morto.</b>
<b>Dimensão: condições habitacionais</b> <b>Tem por objetivo avaliar as condições de vida da família e as condições de saúde.</b>	
<b>Componente 1 – Propriedade</b>	<b>H1 – Domicílio próprio</b> <b>H2 – Domicílio próprio ou cedido</b>
<b>Componente 2 – Déficit habitacional</b>	<b>H3 – Densidade de até dois moradores por dormitório</b>
<b>Componente 3 – Acesso a abastecimento de água</b>	<b>H4 – Acesso adequado a rede de água</b>
<b>Componente 4 – Acesso a saneamento</b>	<b>H5 – Esgoto sanitário adequado</b>
<b>Componente 5 – Acesso a coleta de lixo</b>	<b>H6 – Lixo é coletado</b>
<b>Componente 6 – Acesso à energia elétrica</b>	<b>H7 – Acesso à eletricidade</b>
<b>Componente 7 – Acesso a bens duráveis</b>	<b>H8 – Acesso à geladeira</b> <b>H9 – Acesso à geladeira, televisão ou rádio</b> <b>H10 – Acesso à geladeira, televisão ou rádio e telefone</b> <b>H11 – Acesso à geladeira, televisão ou rádio, telefone e computador.</b>

Possuem o mesmo peso no índice todos os indicadores de cada componente de uma dimensão, todos os componentes de uma dimensão e cada uma das seis dimensões que compõem o IDF. Assim, indicadores básicos de componentes distintos terminam, em geral, tendo pesos também distintos, porque o número de indicadores por componentes e o número de componentes por dimensão não são homogêneos. De fato, o peso de um indicador depende do componente e da dimensão a que pertence. O indicador sintético de cada componente é a média aritmética dos indicadores utilizados para representar esse componente. Da mesma forma, o indicador sintético de cada dimensão é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. Por fim, o indicador sintético global, IDF, é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

## Apêndice II: Criação da escala socioocupacional e das categorias ocupacionais

Os estudos de estratificação social costumam utilizar a profissão ou a ocupação dos indivíduos como uma indicação de sua posição na estrutura social. No Brasil, as principais pesquisas que trazem informação sobre a forma de participação dos indivíduos no mercado de trabalho nos fornecem a ocupação das pessoas e, por esse motivo, diversos autores (Jannuzzi (2003), Marmmarella (2002) e Fonseca (2003)) utilizam essa variável para construir uma escala sócio-econômica das ocupações ou escala socioocupacional. Trata-se de uma classificação de *status* que, conforme Jannuzzi (2003), corresponde ao prestígio social conferido a cada ocupação ou à posição relativa da ocupação, após ser ordenada em um *ranking* classificatório que utiliza algum tipo de indicador sócio-econômico.

Utilizando os dados disponíveis no questionário da amostra do Rio Grande do Sul do Censo Demográfico do ano 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizamos a criação da referida escala. Procuramos seguir a metodologia mencionada pelos autores acima citados e também de Nelson Valle e Silva que é citado por Jannuzzi e Fonseca. Contudo, apesar dos resultados serem bastante semelhantes, eles não são idênticos, visto que a informação básica é a ocupação de cada indivíduo existente no banco de dados. Logo, aquelas ocupações que não possuem nenhum trabalhador ou os seus trabalhadores não se enquadram nos

critérios pré-estabelecidos, ficam fora da análise. Vejamos então as etapas seguidas para obtermos, primeiro, a escala socioocupacional e, em seguida, as categorias socioocupacionais

O primeiro procedimento foi selecionar uma subamostra dos indivíduos ocupados, buscando aqueles que se enquadrassem nos seguintes critérios: escolaridade entre 1 e 15 anos (conforme Jannuzzi, 15 anos de estudo já engloba todos os profissionais que já concluíram o ensino superior), idade entre 15 e 64 anos (inclui a maior parte da população economicamente ativa), horas trabalhadas maior ou igual a 36 horas e total de rendimentos no trabalho principal maior que zero. Excluímos da análise as ocupações mal definidas, pois não é possível categorizá-las, uma vez que formam um grupo único. Após essa etapa restaram 492 ocupações e calculamos então a média da escolaridade e do rendimento dos indivíduos que estavam inseridos em cada uma delas. Através dessas duas variáveis que foram criadas, a média da escolaridade e média do rendimento, foi realizada no SPSS uma análise fatorial de componentes principais. Obtivemos assim um fator que explica (cfe pode ser visto no quadro 1) 84,12% da variância total das variáveis que lhe deram origem, confirmando a indicação dos autores mencionados de que essas duas informações são suficientes para que se crie a escala desejada.

Quadro 1 – Total da variância explicada pela análise de componentes principais

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,682	84,121	84,121	1,682	84,121	84,121
2	,318	15,879	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Realizamos a padronização de tal índice para que ele variasse em uma escala que fica entre zero e cem, ficando no ponto mais baixo da escala as ocupações de menor *status*, tais como



trabalhadores da irrigação e drenagem, condutores de veículo de tração animal e de pedais, catadores de sucata, trabalhadores agrícolas, operadores de instalação de captação e tratamento de esgotos, etc. No ponto mais alto, estão os promotores, defensores públicos e afins, procuradores de empresa e autarquias, médicos, dentistas, diretores gerais de empresas, oficiais, coronéis e tenentes da polícia militar, entre outros.

A criação das categorias ocupacionais envolve questões teóricas, ou seja, ela deve se aproximar o máximo possível não só da hierarquia observada nos dados empíricos, mas também da hierarquia criada pela divisão social do trabalho. Procuramos seguir basicamente as distinções consideradas necessárias por Valle e Silva. Assim, primeiro separamos as ocupações do setor primário, tipicamente rural, das ocupações dos setores terciários e secundários, tipicamente urbanas. Em cada um dos grupos formados, realizamos a distinção entre trabalho manual e não-manual/intelectual. As ocupações manuais, conforme Fonseca (2003) incluem os trabalhadores rurais, todos os trabalhadores da indústria (exceto os supervisores), os prestadores de serviços (também não inclui os supervisores), trabalhadores domésticos, vendedores ambulantes, entre outros. Já nas ocupações não-manuais, temos as ocupações relacionadas ao trabalho intelectual, por exemplo, professores, médicos, técnicos de nível médio, supervisores, artistas, etc. Considerando as ocupações manuais urbanas foi realizada uma distinção pelo setor de atividade que a ocupação tipicamente corresponde, ficando de um lado as ocupações de serviço e de outro as ocupações industriais. Utilizando essa última categoria, criamos os seguintes grupos: trabalhadores da indústria moderna (eletrônica, metalúrgica, mecânica, etc.), trabalhadores da indústria tradicional (alimentação, vestuário, extrativa, etc.), trabalhadores da construção civil e outros trabalhadores industriais que engloba aquelas ocupações auxiliares e de apoio à realização das atividades industriais. Entre as ocupações manuais do setor de serviços, foram criados três grupos: prestadores de serviço, ambulantes e trabalhadores domésticos.

Ainda considerando o setor de serviços, mas agora as ocupações não manuais, criamos os seguintes grupos: profissionais liberais (ocupações de nível universitário com maior autonomia em relação ao vínculo empregatício, tais como médicos, dentistas, engenheiros, entre outros), outros profissionais de nível universitário (inclui todas as demais ocupações que tem como requisito básico o nível superior de ensino), membros superiores do poder público (ocupações altamente qualificadas do serviço público), gerentes, diretores e administradores (ocupações altamente qualificadas do setor privado), supervisores do trabalho manual, empregados da segurança pública, justiça e correios (tipicamente funcionários públicos) e trabalhadores do serviço administrativo. Finalmente, temos as ocupações técnicas que resultam do agrupamento de cinco grupos a saber: técnicos da área administrativa, técnicos da ciência, saúde e educação, técnicos da área cultural, comunicativa e desportiva, técnicos do setor secundário e outros técnicos.

Para concluir a criação das categorias ocupacionais realizamos uma Análise de Variância – ANOVA, também no SPSS. Nesse caso, invertemos a lógica do teste para verificar em que medida a categorização proposta capta distinções existentes no mercado de trabalho, ou ainda, desejávamos saber se a variação em cada categoria é menor do que aquela encontrada entre as categorias. Assim, a média da escolaridade dos ocupados e os rendimentos individuais foram utilizados para “prever” as ocupações que os indivíduos pertencem. A hipótese nula do teste é que a média de todas as categorias são iguais, ou seja, não há distinção entre os grupos. Já a hipótese alternativa é que pelo menos uma das médias é diferente. Os resultados do teste são apresentados nos quadros 2 e 3:

Quadro 2 – Análise da variância da média da escolaridade

### ANOVA

Média da escolaridade em cada ocupação

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	3104,614	14	221,758	75,171	,000
Within Groups	1407,178	477	2,950		
Total	4511,793	491			

Os dados do quadro acima permitem, considerando que o valor de  $p$  (sig.)  $<0,001$ , rejeitar a hipótese nula. Podemos concluir também analisando a relação entre *Between groups* (*sum of squares*)/total que a média da escolaridade explica 69% da variância existente entre os grupos. A variância dentro dos grupos *Within Groups* (*sum of square*)/total fica em 31%.

Quadro 3 – Análise da variância da média dos rendimentos em cada ocupação

### ANOVA

Logaritmo do rendimento médio de cada ocupação

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	127,407	14	9,100	49,213	,000
Within Groups	88,207	477	,185		
Total	215,614	491			

Da mesma forma que no quadro anterior podemos rejeitar a hipótese nula e afirmar que a média do rendimento (transformado em logaritmo do rendimento para que a distribuição se aproxime da curva normal) explica 59% da variância existente entre os grupos. Dentro dos grupos há uma variância de 41%.

LUCIANA GARCIA DE MELLO

Formação Educacional

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Curso: Mestrado em Sociologia

Local: Porto Alegre/ RS

Período: 2003/1 – 2004/2

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Curso: Ciências Sociais - Licenciatura

Local: Porto Alegre/RS

Período: 2002/1 – 2003/2

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Curso: Ciências Sociais - bacharelado

Local: Porto Alegre/RS

Período: 1998/1 a 2001/2